

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO PROFISSIONALIZANTE EM
PATRIMÔNIO CULTURAL**

**PARA ALÉM DO CENTRO HISTÓRICO: VALORES E
SENTIDOS DO PATRIMÔNIO CULTURAL
EDIFICADO DE SANTA MARIA/RS**

Dissertação de Mestrado

Manuela Ilha Silva

Santa Maria, RS, Brasil
2015

**PARA ALÉM DO CENTRO HISTÓRICO: VALORES E
SENTIDOS DO PATRIMONIO CULTURAL EDIFICADO DE
SANTA MARIA/RS**

Manuela Ilha Silva

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural, Área de Concentração em Arquitetura e Patrimônio Material, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Patrimônio Cultural**.

Orientador: Prof^o Dr. Luiz Fernando da Silva Mello

Santa Maria, RS, Brasil

2015

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Ilha Silva, Manuela
Para Além do Centro Histórico: Valores e Sentidos do Patrimônio Cultural Edificado de Santa Maria/RS / Manuela Ilha Silva.-2015.
227 p. ; 30cm

Orientador: Luiz Fernando da Silva Mello
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural, RS, 2015

1. Patrimônio Cultural 2. Memória 3. Atribuição de Valores 4. Centro Histórico 5. Santa Maria/RS I. da Silva Mello, Luiz Fernando II. Título.

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Programa de Pós Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a Dissertação de Mestrado

**PARA ALÉM DO CENTRO HISTÓRICO: VALORES E SENTIDOS DO
PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO DE SANTA MARIA/RS**

Elaborada por
Manuela Ilha Silva

Como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Patrimônio Cultural

Comissão Examinadora

**Profº Drº Luiz Fernando da Silva Mello
(Presidente/Orientador)**

Profª Drª Ana Lúcia Goelzer Meira (Unisinos/IPHAN)

Profº Drº Caryl Eduardo Jovanovich Lopes (UFSM)

Santa Maria, 27 de março de 2015

AGRADECIMENTOS

Na caminhada que empreendi até chegar à finalização deste trabalho, pude contar com diferentes pessoas e instituições que me auxiliaram de alguma forma. Por isso, registro aqui meus agradecimentos:

À Universidade Federal de Santa Maria, pela oferta de ensino qualificado.

Ao Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural, aos seus professores, coordenação e servidores, pela atenção dada e pelos aprendizados, problematizações e desafios propostos durante minha passagem no PPGPPC/UFSM.

Ao meu orientador, professor Luiz Fernando da Silva Mello, pela acolhida, troca de conhecimentos e de experiências durante as aulas, as orientações e, especialmente, no desenvolvimento desta Dissertação. Agradeço também a abertura e confiança para a participação, através da docência orientada, na disciplina “Teorias da Urbanização B”.

Aos professores Ana Lúcia Meira (Unisinós/IPHAN) e Caryl Eduardo Jovanovich Lopes (UFSM), pela gentileza em compor a banca que avalia este trabalho, assim como aos professores Flavi Lisboa (UFSM) e André Soares (UFSM), pela participação e contribuições dadas durante a banca de Qualificação.

Aos professores do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFSM, pelo incentivo ao trabalho e, especialmente, à professora Leonora Romano, pelo apoio constante, estímulo às reflexões acerca do patrimônio cultural e amizade, nestes quatro anos de convívio quase diário. Agradeço também a gentil acolhida, para o desenvolvimento da docência orientada, na disciplina “Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo VIII”, além da participação no documentário que acompanha esta Dissertação.

À equipe técnica do Instituto de Planejamento de Santa Maria, pela companhia ao longo de 2014 e, destacadamente, aos arquitetos Daniel Tochetto, Priscila Quesada e Sheila Comiran pela amizade, trocas de informações e auxílio nesta trajetória de pesquisa. À Priscila, agradeço também a participação no documentário proposto.

Às equipes do Arquivo Histórico Municipal, da Casa de Memória Edmundo Cardoso e do arquivo da Prefeitura Municipal de Santa Maria, pela atenção recebida em cada pesquisa realizada e acesso irrestrito aos materiais necessários ao trabalho.

Aos colegas do Mestrado, pelo companheirismo nestes dois anos de desafios e aprendizados e, em especial, as amigas Denise Bortolotto e Marina de Alcântara, assim como aos colegas do curso de Arquitetura e Urbanismo, com destaque aos amigos Bruna

Zambonato, Luiza Cigana Stella, Maurício Picetti e Renata Cocco, pelo estímulo, auxílio e amizade.

Aos amigos que, de longe ou perto, contribuíram com o desenvolvimento deste trabalho com opiniões, palavras de incentivo ou simplesmente torcendo pelo sucesso nesta etapa da minha formação acadêmica.

Aos participantes da pesquisa e, em especial, agradeço a acolhida do coletivo Marias Bonitas Fazendo História, das alunas das aulas de ginástica da USF Vila Urlândia, do grupo da Força Jovem Universal – Tancredo Neves, do Colégio Estadual de Ensino Médio Cilon Rosa, do Centro Administrativo da Região Oeste, lideranças comunitárias do bairro Nova Santa Marta, da comunidade da Igreja Santa Catarina e dos cursos de Arquitetura e Urbanismo e História da UFSM.

Aos que participaram do vídeo de alguma forma, com destaque aos moradores dos bairros Tancredo Neves, Camobi, Nova Santa Marta e Centro que cederam entrevistas. Também registro sinceros agradecimentos ao Arq. e Urb. Fábio Müller, presidente do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Artístico de Santa Maria (COMPHIC), ao Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFSM e à Prefeitura Municipal de Santa Maria. A todos, agradeço a imensa disponibilidade e a compreensão com esta documentarista iniciante.

Também preciso agradecer ao Leandro Ayres Peres, pela parceria e disposição em participar das gravações, e ao Ericson Friedrich, pelo gentil empréstimo de equipamentos.

Aos meus familiares e à família Martini, pela torcida incondicional.

Em especial, a minha mãe, Delba Ilha, e ao meu namorado, Maurício Martini, pelo apoio constante em todas as etapas deste estudo e pela confiança no sucesso do trabalho empreendido. Amo vocês, serei sempre grata pelo incentivo!

Obrigada a todos.

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural
Universidade Federal de Santa Maria

PARA ALÉM DO CENTRO HISTÓRICO: VALORES E SENTIDOS DO PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO DE SANTA MARIA/RS

AUTORA: MANUELA ILHA SILVA

ORIENTADOR: PROF^o DR^o LUIZ FERNANDO DA SILVA MELLO

Data e Local de Defesa: Santa Maria, 27 de Março de 2015

A apropriação do Patrimônio Cultural por uma comunidade é pressuposto para que ele exista como elemento que ratifica memórias e histórias e, especialmente, faça sentido para determinado grupo social. Para transcender a condição de materialidade e passe a ter significações que não acabam em si mesma, no caso do patrimônio de caráter material, a edificação deve ser detentora de valores culturalmente atribuídos que a façam identificável como patrimônio. A partir desta colocação, subsidia-se a problemática do presente estudo: como a comunidade percebe e atribui valor ao patrimônio cultural material fora da grande concentração do centro histórico da cidade de Santa Maria/RS? Esta zona engloba expressivo volume de edificações com interesse patrimonial da cidade como, por exemplo, a Mancha Ferroviária, a Catedral Metropolitana e grande parte das do acervo *Art Déco* santa-mariense. O espaço, já imaginado e institucionalizado como região que concentra exemplares do patrimônio cultural material, foi palco do crescimento da cidade em suas diferentes fases. No entanto, a cidade abriga outras edificações com potencial valor patrimonial que transcendem esta linha imaginada e definida legalmente como espaço de proteção patrimonial, o que pressupõe novos “lugares de memória” na cidade. Com base na problematização dos valores atribuídos a monumentos por Riegl (2013) e retomados por Meira (2008), o presente estudo busca identificar as formas de atribuição de sentido ao Patrimônio Cultural Material pela comunidade de Santa Maria/RS em regiões alheias ao centro histórico. A partir de uma amostra representativa destes exemplares, busca-se identificar as formas de apropriação do patrimônio e destacar possíveis estratégias para a valorização destas memórias. Como aporte para discutir estas problematizações, o presente estudo sustenta-se metodologicamente em pesquisa bibliográfica e documental, necessária para subsidiar a elaboração do instrumento de abordagem da comunidade que, neste caso, é o questionário. Neste recorte, formado por dez exemplares, há tanto edificações isoladas e de caráter residencial como conjuntos arquitetônicos e exemplares de importância urbanística. Todos compartilham entre si potencial valor patrimonial e localização periférica em relação ao “centro histórico”. Cada exemplar foi analisado a partir das discussões propostas por Riegl (2013) e, como conjunto, proporcionam uma discussão que alcança todos os valores debatidos. Os resultados permitem concluir que a região central é ratificada no imaginário coletivo como espaço que concentra o acervo patrimonial local. A atribuição de valores àquelas edificações externas ao centro é discreta, com valorações históricas e de antiguidade, sem a percepção da potencialidade da edificação patrimonial para outros usos, por exemplo. Conclui-se, por fim, pela urgência de ações de valorização deste patrimônio cultural.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural; Memória; Atribuição de Valores; Centro Histórico; Santa Maria/RS.

ABSTRACT

Master's thesis
Graduate College Program in Cultural Heritage
Federal University of Santa Maria

BEYOND THE HISTORICAL CENTER: VALUES AND MEANINGS OF CULTURAL BUILDING HERITAGE IN SANTA MARIA / RS

AUTHOR: MANUELA ILHA SILVA
ADVISOR: PROFESSOR LUIZ FERNANDO DA SILVA MELLO, Ph.D.
Date and Defence Location: Santa Maria, March 27, 2015

Ownership of Cultural Heritage for a community is a prerequisite for it to exist as an element that confirms memories and stories and especially to make sense for a particular social group. To transcend the condition of materiality and to earn meanings that do not end in itself, in the case of the material heritage, the building must be holder of culturally assigned values that make it identifiable as heritage. From this place, the issue of the present study subsidizes up: how the community perceives and assigns value to material cultural heritage from outside the concentration of the historic center of the city of Santa Maria/RS? This area covers significant volume of buildings with heritage interest of the city, for example, the Railway Station, the Metropolitan Cathedral and most of Santa Maria's Art Deco. The space, as imagined and institutionalized as a region that has copies of cultural heritage material, hosted the city's growth in its different phases. However, the city is home to other buildings with potential asset value which go beyond the imagined line and legally defined as asset protection space, which implies new "places of memory" in the city. Based in the questioning of values assigned to monuments by Riegl (2013) and rescued by Meira (2008), this study seeks to identify ways of assigning meaning to the Material Cultural Heritage by the community of Santa Maria / RS in regions outside the historic center. From a representative sample of these examples, we seek to identify the ways of heritage ownership and highlight possible strategies to appreciate these memories. As input to discuss these questions, this study is based on methodologically-bibliographic and documentary research, needed to support the development of community approach instrument that, in this case, is the questionnaire. In this survey, made up of ten copies, there are both isolated and residential buildings as architectural complexes and editions of urban importance.

All of them share potential heritage value and peripheral location in relation to the "historical center". Each copy was analyzed from the discussions proposed by Riegl (2013) and as a whole, provide a discussion that reaches all discussed values. The results showed that the central region is ratified in the collective imagination as a space which concentrates local heritage. Assigning values to those outside buildings in the center is discreet, with historical valuations and seniority, without the perceived potential of heritage building for other uses, for example. In conclusion, by the urgency of appreciation actions of this cultural heritage.

Keywords: Cultural Heritage; Memory; Values Assignment; Historical Center; Santa Maria/RS.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – Mapa do Rio Grande do Sul	56
FIGURA 2 – Registro fotográfico mais antigo de Santa Maria	60
FIGURA 3 – Evolução urbana do Município de Santa Maria	64
FIGURA 4 – Mapa da sede do Município de Santa Maria.....	65
FIGURA 5 – Zona 2 (Centro Histórico)	65
FIGURA 6 – Jornal Diário de Santa Maria de 29/11/04.....	67
FIGURA 7 – Jornal Diário de Santa Maria de 21/02/05.....	68
FIGURA 8 – Jornal Diário de Santa Maria de 22/02/05.....	68
FIGURA 9 – Imagens do Centro Histórico de Santa Maria	69
FIGURA 10 – Residência Dátero Maciel.....	73
FIGURA 11 – Cidade Universitária “Dr. José Mariano da Rocha Filho”	75
FIGURA 12 – Quartel da 6ª Brigada de Infantaria Blindada.....	79
FIGURA 13 – Sotéia	81
FIGURA 14 – Santuário Basílica de Nossa Senhora Medianeira de Todas as Graças	83
FIGURA 15 – Museu Comunitário Treze de Maio	87
FIGURA 16 – Chalés do bairro Itararé/Nossa Senhora de Perpétuo Socorro	89
FIGURA 17 – Casa de Saúde	93
FIGURA 18 – Estação Férrea de Camobi.....	95
FIGURA 19 – Conjuntos Arquitetônicos na Rua Barão do Triunfo (1)	97
FIGURA 20 – Conjuntos Arquitetônicos na Rua Barão do Triunfo (2)	97
FIGURA 21 – Total de participantes dos sexos feminino e masculino	103
FIGURA 22 – Total de participantes dos sexos feminino e masculino por grupo.....	104
FIGURA 23 – Idade dos participantes	104
FIGURA 24 – Idade dos participantes por grupo	105
FIGURA 25 – Escolaridade dos participantes.....	106
FIGURA 26 – Escolaridade dos participantes por grupo.....	106
FIGURA 27 – Profissão dos participantes	107
FIGURA 28 – Palavras-chave para o conceito de Patrimônio Cultural	109
FIGURA 29 – Palavras-chave para o conceito de Patrimônio Cultural por grupos.....	113
FIGURA 30 – Regiões da cidade que concentram edificações	116
FIGURA 31 – Trecho do questionário do participante 111	116
FIGURA 32 – Bairros de origem dos participantes	117
FIGURA 33 – Trecho do questionário do participante 12	125
FIGURA 34 – Trecho do questionário do participante 123	130
FIGURA 35 – Reconhecimento – Residência Dátero Maciel	133
FIGURA 36 – Percepção dos valores – Residência Dátero Maciel	134
FIGURA 37 – Reconhecimento por grupos – Residência Dátero Maciel	134
FIGURA 38 – Percepção dos valores por grupos – Residência Dátero Maciel	135
FIGURA 39 – Trecho do questionário do participante 123	137
FIGURA 40 – Reconhecimento – Universidade Federal de Santa Maria	137
FIGURA 41 – Percepção dos valores – Universidade Federal de Santa Maria	138
FIGURA 42 – Reconhecimento por grupos – Universidade Federal de Santa Maria ...	139
FIGURA 43 – Percepção dos valores por grupos – Universidade Federal de Santa Maria	139
FIGURA 44 – Reconhecimento – 6ª Brigada de Infantaria Blindada	141
FIGURA 45 – Percepção dos valores – 6ª Brigada de Infantaria Blindada	142
FIGURA 46 – Reconhecimento por grupos – 6ª Brigada de Infantaria Blindada	143

FIGURA 47 – Percepção dos valores por grupos – 6ª Brigada de Infantaria Blindada	143
FIGURA 48 – Reconhecimento - Sotéia	145
FIGURA 49 – Percepção dos valores - Sotéia	146
FIGURA 50 – Reconhecimento por grupos - Sotéia	146
FIGURA 51 – Percepção dos valores por grupos - Sotéia	147
FIGURA 52 – Reconhecimento – Basílica Medianeira	149
FIGURA 53 – Percepção dos valores – Basílica Medianeira	150
FIGURA 54 – Reconhecimento por grupos – Basílica Medianeira	150
FIGURA 55 – Percepção dos valores por grupos – Basílica Medianeira	151
FIGURA 56 – Reconhecimento – Museu Treze de Maio	153
FIGURA 57 – Percepção dos valores – Museu Treze de Maio	153
FIGURA 58 – Reconhecimento por grupos – Museu Treze de Maio	154
FIGURA 59 – Percepção dos Valores por grupos – Museu Treze de Maio	154
FIGURA 60 – Reconhecimento – Chalés Itararé/Perpétuo Socorro	157
FIGURA 61 – Percepção dos valores – Chalés Itararé/Perpétuo Socorro	157
FIGURA 62 – Reconhecimento por grupos – Chalés Itararé/Perpétuo Socorro	158
FIGURA 63 – Percepção dos valores por grupos – Chalés Itararé/Perpétuo Socorro	159
FIGURA 64 – Reconhecimento – Casa de Saúde	161
FIGURA 65 – Percepção dos valores – Casa de Saúde	161
FIGURA 66 – Reconhecimento por grupos – Casa de Saúde	162
FIGURA 67 – Percepção dos valores por grupos – Casa de Saúde	162
FIGURA 68 – Reconhecimento – Estação Férrea do Camobi	164
FIGURA 69 – Percepção dos valores – Estação Férrea de Camobi	164
FIGURA 70 – Reconhecimento por grupos – Estação Férrea de Camobi	165
FIGURA 71 – Percepção dos valores por grupos – Estação Férrea de Camobi	166
FIGURA 72 – Reconhecimento – Conjuntos Arquitetônicos (1)	168
FIGURA 73 – Percepção de valores – Conjuntos Arquitetônicos (1)	168
FIGURA 74 – Reconhecimento por grupos – Conjuntos Arquitetônicos (1)	169
FIGURA 75 – Percepção de valores por grupos – Conjuntos Arquitetônicos (1)	169
FIGURA 76 – Reconhecimento – Conjuntos Arquitetônicos (2)	170
FIGURA 77 – Percepção de valores – Conjuntos Arquitetônicos (2)	171
FIGURA 78 – Reconhecimento por grupos – Conjuntos Arquitetônicos (2)	171
FIGURA 79 – Percepção de valores por grupos – Conjuntos Arquitetônicos (2)	172

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Atribuição dos valores de Riegl (2013) ao <i>corpus</i> de análise do estudo	72
TABELA 2 – Ficha-resumo Residência Dátero Maciel	132
TABELA 3 – Ficha-resumo Cidade Universitária Dr. José Mariano da Rocha Filho ..	136
TABELA 4 – Ficha-resumo do quartel da 6ª Brigada de Infantaria Blindada	140
TABELA 5 – Ficha-resumo da Sotéia	144
TABELA 6 – Ficha-resumo do Santuário Basílica de Nossa Senhora Medianeira	148
TABELA 7 – Ficha-resumo do Museu Comunitário Treze de Maio	152
TABELA 8 – Ficha-resumo dos Chalés do Bairro Itararé/Perpétuo Socorro.....	156
TABELA 9 – Ficha-resumo da Casa de Saúde	160
TABELA 10 – Ficha-resumo da Estação Ferroviária de Camobi	163
TABELA 11 – Ficha-resumo dos Conjuntos Arquitetônicos Rua Barão do Triunfo	167

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A – Ficha de Bens Edificados do IPHAE.....	196
ANEXO B – Mapa da Divisão Urbana de Santa Maria – 1º Distrito.....	198

LISTA DE APÊNDICES

APÊNDICE A – Pré-roteiro elaborado para execução do documentário	200
APÊNDICE B – Instrumento de Pesquisa (questionário)	204
APÊNDICE C – Levantamento de edificações com interesse patrimonial na Sede	207
APÊNDICE D – Levantamento de edificações com interesse patrimonial na Zona 2 ..	222
APÊNDICE E – Mapa de localização das edificações que compõem o <i>corpus</i>	223
APÊNDICE F – Mapa de localização dos bairros onde houve aplicação da pesquisa...	224
APÊNDICE G – Mapa de localização dos bairros de origem dos participantes	225
APÊNDICE H – Mapa de localização das edificações do <i>corpus</i> nos bairros.....	226
APÊNDICE I – Produto da Dissertação	227

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....	9
LISTA DE TABELAS.....	11
LISTA DE ANEXOS.....	12
LISTA DE APÊNDICES	13
INTRODUÇÃO	16
1 PATRIMÔNIO CULTURAL E SUA ELABORAÇÃO COMO CONCEITO, ATRIBUIÇÃO E SENTIDO	22
1.1 Conceituações Iniciais Acerca do Patrimônio e sua Face Cultural.....	23
1.2 Evolução e Construção da Ideia de Monumento Histórico.....	26
1.3 Construção do Patrimônio Cultural – Consciência e Atribuição de Valores.....	30
1.4 Imagem, Imaginário, Narrativas e Representações.....	37
1.5 Atribuição de Sentidos e Construção de Identidades	41
1.6 Roteiro Metodológico para o Desenvolvimento do Trabalho	44
1.6.1 Pesquisa.....	45
1.6.2 Produto da Dissertação.....	49
2 LUGARES E SENTIDOS PARA O PATRIMÔNIO CULTURAL... 54	54
2.1 Resgate Histórico e Contexto Cultural de Santa Maria/RS.....	56
2.2 Legitimação do Centro Histórico Local – Campo de Lutas Simbólicas	63
2.3 Recorte Espacial e Apresentação das Edificações Referenciais.....	72
2.3.1 Residência Dátero Maciel	73
2.3.2 Cidade Universitária “Dr. José Mariano da Rocha Filho”	75
2.3.3 Quartel da 6ª Brigada de Infantaria Blindada (6ª Bda Inf Bda)	79
2.3.4 Soteia	81
2.3.5 Santuário Basílica de Nossa Senhora Medianeira de Todas as Graças	83
2.3.6 Museu Treze de Maio	87
2.3.7 Chalés do Bairro Itararé/Perpétuo Socorro	89
2.3.8 Casa de Saúde	93
2.3.9 Estação Férrea de Camobi	95
2.3.10 Conjuntos Arquitetônicos na Rua Barão do Triunfo	97
3 ATRIBUIÇÕES DE SENTIDO E CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE PATRIMÔNIO CULTURAL	101
3.1 Análise e Problematização dos Resultados da Pesquisa	102
3.1.1 Patrimônio Cultural – A Construção de um Conceito	108
3.1.2 Referenciais de Patrimônio Cultural Material em Santa Maria	115
3.1.3 Atribuição de Valores e Percepção de Sentidos	131
3.1.3.1 Residência Dátero Maciel	132
3.1.3.2 Cidade Universitária “Dr. José Mariano da Rocha Filho”	136
3.1.3.3 Quartel da 6ª Brigada de Infantaria Blindada (6ª Bda Inf Bda)	140
3.1.3.4 Soteia	144
3.1.3.5 Santuário Basílica de Nossa Senhora Medianeira de Todas as Graças	148
3.1.3.6 Museu Comunitário Treze de Maio	152
3.1.3.7 Chalés do Bairro Itararé/Perpétuo Socorro	156
3.1.3.8 Casa de Saúde	160
3.1.3.9 Estação Férrea de Camobi	163
3.1.3.10 Conjuntos Arquitetônicos na Rua Barão do Triunfo	167

3.1.4 Identidades e Patrimônio Cultural Material de Santa Maria	172
3.2 Estratégias para a Valorização do Patrimônio Cultural Edificado	176
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	180
REFERÊNCIAS	186
ANEXOS	195
APÊNDICES	199

INTRODUÇÃO

A cidade se constrói como um espaço onde coexistem presente e passado, em uma constante significação e apropriação de sentidos. Enquanto materialidades que são, as edificações cristalizam elementos da memória e da identidade social de determinado grupo. A partir destes elementos, é possível perceber as relações sociais, culturais, econômicas e de tantos outros fatores que integram a história e a trajetória de um espaço.

Santa Maria centraliza diferentes sentidos, expressa distintas “cidades”, dada a multiplicidade de expressões culturais e identitárias presentes. Com destaque, é possível retomar a origem militar da cidade, visto que Santa Maria foi a sede do acampamento da equipe portuguesa da comissão demarcatória do “Tratado Preliminar de Restituições Recíprocas”. Já no século XIX, outro elemento relevante à formação cultural santa-mariense entra em cena – a posição geográfica estratégica da cidade levou-a a assumir uma posição central no itinerário ferroviário gaúcho. A mesma vantagem geográfica foi determinante também para a instalação da primeira universidade federal fora do eixo das capitais, o que transformou Santa Maria em polo universitário regional. Por fim, mas sem encerrar as expressões culturais locais, a tradição religiosa local ganha relevância com expressões como a Romaria de Nossa Senhora da Medianeira, evento de importância nacional.

A memória se constrói de diferentes formas neste espaço social, seja através de suportes materiais ou imateriais – entre aqueles, com destaque, é possível citar o que é edificado. Para além de simples construção, há elementos intangíveis que, com valor para aquela sociedade, fazem daquela materialidade algo a mais. Deste modo, o que é simples material ganha uma “aura”, em uma concepção benjaminiana, e transforma-se em algo com importância e referência.

Patrimônio, cuja origem etimológica aponta para a combinação dos vocábulos gregos “*pater*” e “*nomos*”, pode ser traduzida como a transmissão do legado de uma geração para outra. Ao transcender saberes e tradições, expressões genuínas de um grupo social, as edificações também são elementos capazes de transmitir caracteres culturais. A construção do sentido de patrimônio a uma edificação ratifica a importância dela no contexto social e desvela valores atribuídos a este bem. Seja sua expressão estética, sua relevância histórica ou devido a sua técnica construtiva – a combinação destes e de outros valores leva a esta definição e, por conseguinte, à necessidade de salvaguarda de uma expressão “materializada” de cultura.

Meira (2008) contextualiza e apresenta de forma cronológica a evolução do conceito de patrimônio. Desde a Antiguidade até a os dias atuais, a autora apresenta como a ideia de patrimônio cultural foi se delineando e ganhando força ao longo da História. No princípio, os bens tidos como patrimônio eram lembranças de civilizações superiores e valorados por seus elementos visuais. Esta imagem, que por momentos foi encarada como documento, também foi interpretada enquanto representação.

Ligada diretamente ao conceito de história, a ideia de patrimônio na Antiguidade foi prioritariamente imagética. Ao longo do tempo, e com destaque com as contribuições do Renascimento, o patrimônio passou a ser visto também como caracterização capaz de atribuir valores a determinados bens – importância histórica, cultural ou relevância estética, por exemplo. A coexistência destas interpretações existe – e ganha força quando a ideia de nacionalidade toma forma, especialmente após a Revolução Francesa. Como destaca Meira (2008, p. 63), “o patrimônio é depositário de um interesse coletivo [...] a partir deste momento, tornou-se uma representação coletiva”.

Neste contexto, este estudo busca identificar as formas de apropriação do sentido de patrimônio cultural pela comunidade de Santa Maria/RS, assim como perceber quais valores são determinantes para a construção deste conceito aos bens edificados. Ao elencar diferentes fatores e exemplos como referência, a proposta é identificar como a comunidade percebe edificações com interesse patrimonial e quais são os elementos predominantes para que haja essa diferenciação entre edificações classificadas como patrimônio e aquelas que não são.

Para tanto, é necessária a reflexão acerca de temas como identidade, imaginário e imagem, assim como as possíveis relações entre eles. Através da construção da identidade local, com destaque para aquela relacionada ao grupo social, o homem é capaz de localizar-se e manter-se coeso entre seus pares. Há o compartilhamento de caracteres comuns, onde o patrimônio se posiciona como elemento referencial e capaz de recorrer a memórias passadas que estimulam e ratificam a identidade coletiva.

Em relação ao imaginário, enquanto reflexo e construção da realidade, é possível detectar que o sentido atribuído ao patrimônio organiza-se neste espaço. A imagem, referência ao imaginário, é o elemento que articula e estimula o imaginário em sua ordem coletiva e referencial. Também é através da imagem que acontece a atribuição de valores, passando pelos processos de recepção para, ao fim, delegar caracteres ao patrimônio.

As edificações carregam consigo a capacidade de expressar sentidos – e, por isso, são monumentos, independente de seu porte ou grandeza. Para definir os valores adotados no presente estudo, se faz necessário discutir este conceito, motriz para a lógica da atribuição de

importância a algo. O senso comum relaciona a palavra “monumento” à ideia de construções magnânimas, no entanto, conforme Sanpaolesi (*apud* MEIRA, 2008), monumento é qualquer edificação capaz de transmitir uma mensagem e carregar consigo significados.

A chave deste raciocínio é teorizada por Riegl (2013), quando este afirma que o monumento não é, por si só, algo que carrega valores de estética e história, por exemplo, mas que são os sujeitos que fazem estas atribuições ao longo do tempo. Assim, não há uma definição objetiva do que seria um monumento, mas é certo que ele é algo relacionado à ideia de culto e é avaliado por valores que mudam conforme o tempo.

Riegl divide os monumentos em duas classes – monumentos intencionais e monumentos históricos e artísticos. Aqueles são responsáveis por relembrar ações ou personagens do passado através de obras de arte, enquanto que estes são testemunhas da cultura e da história de forma geral, visto que não foram edificados de modo a serem objetos de culto ou homenagem. Para Meira (2008, p.64), os monumentos históricos e artísticos “são representações que podem alterar-se dependendo dos valores a eles atribuídos pela sociedade”.

Choay (2006, p. 25) destaca que o monumento histórico não é pensado desde sua concepção como patrimônio, mas “ele é constituído *a posteriori* pelos olhares convergentes do historiador e do amante da arte, que o seleciona na massa dos edifícios existentes”. Nesta atribuição de valores, o caráter histórico e a concepção estética ganham destaque. Os monumentos históricos têm uma relação diferenciada daqueles que são intencionais – ou sua importância está na passagem do tempo e, então, seu valor está ligado ao passado e à história, ou ainda ele pode sensibilizar por seu apelo estético, já integrando o presente e não simplesmente a memória ou o vivido.

Para Meira (2008, p. 64), “o valor histórico é entendido como aquilo que foi e que já não é mais”. Não há como reproduzir ou substituir algo com importância histórica, visto que é este o valor que legitima o monumento enquanto documento, por exemplo. Este valor usualmente evolui para o valor de antiguidade, apresentado por Meira (2008, p.65) como a apreciação do passado, contudo, afastado de rigores científicos. As marcas do tempo e a própria decomposição natural do bem são tidas como relevantes. Este valor é mais facilmente compreendido pelo público e se relaciona com o conceito comum de interesse cultural.

Junto aos valores histórico e de antiguidade, Riegl (*apud* Meira, 2008, p. 65) apresenta o terceiro valor de rememoração – o valor de rememoração intencional. Este valor, presente nos monumentos intencionais, está presente na obra desde sua concepção. Ele ratifica a importância da restauração para que o estado original seja perene, sempre presente para as

gerações futuras. Já elaborados como documentos, os monumentos intencionais também carregam consigo o valor estético, visto que são também representações que rememoram o passado no presente e no futuro.

Opostos aos valores de rememoração, estão os valores de contemporaneidade, divididos em valores de uso e de arte. A ideia de uso pressupõe a manutenção dos monumentos, visando a segurança e integridade dos usuários, enquanto que o valor artístico deve responder, para Meira (2008, p.66), “às vontades da arte”. São duas as prerrogativas para o caráter artístico ganhe força – o valor de novidade, visto em linhas e formas sem características deterioradas, e o valor artístico relativo, contrário das artes universais e carregado de elementos contemporâneos de arte.

A partir das problematizações supracitadas, alicerçada pela revisão bibliográfica, o recorte espacial delineado alcança regiões que transcendem a área central de Santa Maria, local onde a cidade concentra grande parcela das edificações já ratificadas como patrimônio cultural (seja no imaginário coletivo, seja através de instrumentos legais). Deste modo, a proposta do estudo é gerar um recorte com edificações localizadas na sede do Município (1º Distrito), contudo, fora do centro histórico local. Assim, busca-se perceber as formas de identificação e atribuição do sentido de patrimônio quando há afastamentos de espaço já legitimados pelo imaginário coletivo.

A referência adotada para delinear a área alcançada pelo estudo é o perímetro estabelecido pela Lei de Uso e Ocupação do Solo do Município de Santa Maria (LUOS). A legislação municipal, em seu zoneamento urbano, define uma área, denominada Zona 2, como centro histórico de Santa Maria. Esta região, não incluída no recorte espacial do estudo, abriga os principais exemplares do patrimônio cultural edificado da cidade, com destaque para as edificações localizadas no eixo da Avenida Rio Branco e da Rua do Acampamento.

A opção por este recorte espacial visa destacar edificações que também possuam interesse patrimonial, listadas em uma relação empírica construída para o trabalho, e que estão fora dos espaços legitimados pelo imaginário coletivo e institucionalizados legalmente do patrimônio cultural edificado local. Busca-se identificar as formas de apropriação deste sentido e as motivações para tal valoração através de questionários, aplicados a diferentes públicos.

Os valores supracitados, atribuídos ao patrimônio segundo Riegl (2013), são referência para a construção metodológica do presente estudo, que se dá através de questionário estruturado e subsidiado com imagens e descrição das edificações empiricamente determinadas. Dado o potencial da percepção visual, inclusive destacada por Meira (2008) e

Riegl (2013), o suporte iconográfico é proposto como aporte para a construção dos questionários e posterior utilização. Dada a complexidade dos valores em debate, há a necessidade de uma diagramação inteligível e imagética para o questionário.

A elaboração do conceito e os valores imbricados nesta atribuição, expressados através das valorações feitas, visam identificar quais são os elementos predominantes para que determinada edificação seja tida como patrimônio cultural. A cidade conta com edificações de importância que ainda não integram o imaginário social por seu valor patrimonial. Assim, a iniciativa de investigar a forma de atribuição deste sentido visa ampliar este espectro, identificando o que é valorado como patrimônio em espaços que transcendem o que legitimado/legalizado.

A metodologia adotada considera distintas etapas, cuja primeira delas é a pesquisa indireta, complementada por revisão bibliográfica e pesquisa documental. Tais processos, neste trabalho, são fundamentais para alicerçar o levantamento e a seleção de edificações e lugares de importância na sede da cidade de Santa Maria e que se encontram fora do perímetro do Centro Histórico local. A partir desta seleção, constrói-se o instrumento de pesquisa, cuja opção do presente estudo é o questionário, assim como o *corpus* a ser adotado. A referência básica para a elaboração do instrumento de pesquisa e posterior organização da análise dos resultados segue os valores de monumento de Riegl (2013), no entanto, Pesavento (2008 e 1999) colabora ao pensar o uso do imaginário social como fonte de pesquisa, vertente relacionada às práticas em História Cultural.

O presente estudo é dividido em três capítulos, onde o primeiro deles introduz as temáticas que serão desenvolvidas no trabalho e as metodologias adotadas tanto para a pesquisa como para o produto. Através da construção de referenciais para o conceito de patrimônio e cultura, apresenta-se a relação entre estes temas através da ideia de patrimônio cultural. Outro ponto nevrálgico para a compreensão do processo de atribuição de valores ao patrimônio é a valorização e conceituação do monumento que, neste estudo, dedica-se a refletir sobre monumentos não intencionais, ou seja, sem o caráter memorial imbricado em sua origem.

Assim, o trabalho faz um recorte histórico e evolutivo das formas de apropriação do patrimônio, desde a Antiguidade até a Contemporaneidade, destacando a transformação do bem patrimonial de referência imagética para documento histórico. Chega-se, assim, ao tema que alicerça a discussão e o trabalho proposto – a reflexão acerca dos valores atribuídos ao patrimônio, retomando a proposta de Riegl (2013) e problematizando-a com ideias debatidas por Meira (2008). Por fim, os conceitos de imagem, imaginário, representação, narrativa e

identidade também são debatidos, subsidiando as demais propostas do trabalho, destacadamente a construção metodológica e a análise dos resultados.

O segundo capítulo problematiza o contexto histórico de Santa Maria, sua formação enquanto cidade e os meandros da história local que justificam a diversidade cultural aqui presente. Santa Maria conta com um espaço delimitado, através do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental (PDDUA), como Centro Histórico. Contudo, a construção deste perímetro é resultado da combinação dos interesses de diferentes grupos sociais envolvidos (administração pública, empresariado, comerciários, associações comunitárias, entre outros). Para tanto, contribuem autores como Bordieu (2005) Canclini (1994) e Pesavento (2008), por exemplo, para discutir o poder simbólico e a legitimidade. Deste modo, apresenta-se o recorte espacial proposto e debate-se a legitimação de espaços patrimoniais e o espaço de lutas simbólicas que este campo pressupõe.

Apresenta-se o recorte espacial proposto e as edificações que integram a relação empírica construída para o estudo, com breve descrição sobre cada uma e as motivações para sua inclusão no trabalho. Este material subsidia a construção da metodologia do trabalho, aqui problematizada e debatida, englobando a organização do questionário proposto e a definição do *corpus*, por exemplo. Este capítulo também discute a produção do produto da dissertação, apresentando os conceitos referenciais para a elaboração do documentário, assim como a metodologia adotada para o desenvolvimento do material em cada uma de suas etapas (pré-produção, produção e pós-produção).

Para finalizar, o último capítulo apresenta os resultados do estudo, problematizando-os e contextualizando-os a partir dos conceitos já construídos. Ao apresentar os dados encontrados, é possível delinear como se dá a atribuição de valor ao patrimônio cultural edificado e, como consideração final, delinear estratégias de preservação e valorização. Com destaque, ratifica-se a principal hipótese teorizada pelo estudo – a ratificação do centro da cidade como referência única quando se aborda questões do patrimônio cultural material.

Além disso, é possível perceber como se delinea o conceito de patrimônio cultural – quais os principais sentidos atribuídos a esta ideia, assim como quais as materializações mais recorrentes. A partir destas construções, também é possível observar as principais atribuições feitas ao patrimônio cultural material alheio ao centro urbano santa-mariense.

1 PATRIMÔNIO CULTURAL E SUA ELABORAÇÃO COMO CONCEITO, ATRIBUIÇÃO E SENTIDO

Atribuir sentidos é a ação determinante para a reflexão proposta pelo presente trabalho. Através desta iniciativa, é possível compreender as motivações para elencar determinados bens no rol daqueles tidos como patrimônio cultural, assim como perceber como se dá a valorização deste patrimônio. Estes processos carregam consigo conceitos que são apresentados neste capítulo. O texto inicia com a apresentação de alguns conceitos de patrimônio cultural e sua construção enquanto alegoria e discurso, destacando definições legais e de cartas patrimoniais.

A partir da conceituação de patrimônio cultural, propõe-se uma contextualização histórica do processo de valorização do monumento, tema em discussão no presente estudo. Assim, apresentam-se as formas de atribuição do sentido de patrimônio dado a bens culturais a partir dos vestígios da Antiguidade, passando pelas iniciativas das Idades Média e Moderna, assim como a relação atual entre sociedade e patrimônio. As formas de apropriação destes patrimônios que, ao longo do tempo passaram de fonte dos registros imagéticos para a posição de documento, são discutidas de forma cronológica.

Além da contextualização histórica, básica para posicionar a atual situação do patrimônio cultural e sua valorização, faz-se necessário discutir as formas pelas quais os sujeitos identificam o patrimônio no contexto urbano e passam a valorizá-lo. Assim, é possível refletir sobre a realidade vigente da relação entre comunidade e patrimônio, questionamento que alicerça o presente estudo. Através das contribuições de Meira (2008) e Riegl (2013) discute-se a atribuição de valores ao patrimônio, identificando quais são as principais características destacadas nos bens e o que os diferencia dos demais. Através dos valores de rememoração e atualidade, desdobrados em outras classificações, é possível construir um aporte conceitual para a metodologia e análise propostas. Tal ação visa identificar como são feitas as atribuições de valor e se estas características são determinantes para a comunidade santa-mariense perceber e apropriar-se de seu patrimônio.

Para contribuir com estas discussões, o capítulo ainda apresenta e problematiza as ideias de imagem e imaginário, esclarecendo suas diferenças e discutindo suas aproximações, além de salientar o caráter representativo do patrimônio no contexto das identidades e da construção de sentidos. A conceituação do patrimônio enquanto narração também é discutida, dada sua importância no contexto plural e multifacetado que é o espaço urbano.

O capítulo se encerra com as propostas metodológicas para o presente estudo, assim como o método adotado para estruturar o produto proposto para a presente Dissertação, que é um documentário de curta duração cujo tema relaciona-se com a valorização do patrimônio cultural material santa-mariense e a atribuição de valores para construir um conceito mais amplo de patrimônio cultural. Pontos relevantes para a elaboração do documentário, em suas etapas de pré e pós-produção, por exemplo, são debatidos no texto, assim como são apresentadas as metodologias para a elaboração do roteiro esquemático¹ e da finalização do produto.

1.1 Conceituações Iniciais acerca do Patrimônio e sua Face Cultural

“Patrimônio” é uma das mais antigas palavras e figura como uma das expressões mais usadas pelo homem (CHOAY, 2006; GONÇALVES, 2002), carregando consigo diferentes significados. Em sua origem etimológica, a palavra traduz-se em transmissão de bens e heranças familiares, trazendo de sua raiz latina *patrimonium* a relação com “paterno” e “pátria”. Neste sentido, Choay (2006) destaca que este conceito é requalificado através de adjetivos que o tornaram “nômade”, estando completo de sentidos quando delimitado por outro termo. No entanto, é a aproximação entre patrimônio e cultura que interessa a este estudo.

O presente estudo localiza-se conceitualmente na relação entre o patrimônio e as práticas culturais humanas. A cultura é ideia de complexa conceituação, dada sua multiplicidade de sentidos e aplicações, contudo, é possível destacar a afirmação de Schneider (*apud* Laraia, 2009, p.63), que a “cultura é um sistema de símbolos e significados, compreendendo categorias ou unidades e regras sobre relações e modos de comportamento”. Assim, tem-se na cultura a busca pela compreensão do homem e de suas práticas, ações e definições – é neste contexto que o estudo referencia-se enquanto discussão acerca do patrimônio cultural.

A combinação dessas ideias leva à construção de um conceito particular, o de patrimônio cultural, que reúne o conjunto de bens e valores representativos para um grupo social, inseridos em um contexto cultural comum. Sua construção se dá através da apropriação de elementos que integram o imaginário social e ganham sentido para certa comunidade.

¹ O pré-roteiro elaborado para o documentário está no Apêndice A desta Dissertação.

A expressão “patrimônio cultural” é usada para designar objetos no sentido mais geral deste termo – prédios, obras de arte, monumentos, lugares históricos, relíquias, documentos – e diferentes modalidades de práticas sociais objetificadas enquanto bens culturais – artesanato, rituais, festas populares, religiões populares, esportes, etc. (GONÇALVES, 2002, p. 79-80).

A Constituição Federal, em seu artigo 216, também conceitua patrimônio cultural, visto que define quais bens integram esta categoria. Para a Carta Magna (1988), constituem patrimônio brasileiro os bens materiais e imateriais, individualizados ou em conjuntos, que são referenciais para a identidade e memória da sociedade brasileira. Incluem-se nesta lista as seguintes formas de expressão, apresentadas nos incisos do artigo supracitado:

- I - as formas de expressão;
- II - os modos de criar, fazer e viver;
- III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Outro conceito relevante para o tema é apresentado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), que define o patrimônio cultural como “o legado que recebemos do passado, vivemos no presente e transmitimos às futuras gerações”. Esta transmissão de conhecimentos é, para a UNESCO, o ponto de referência e a identidade dos povos, fundamentais para a preservação da memória, o desenvolvimento da criatividade e a diversidade cultural.

Outros documentos discutem o patrimônio, no entanto, é necessário destacar a definição apresentada pela Carta de Veneza² (1964), cuja principal contribuição aponta para valorização conjunta da paisagem. Segundo o artigo 1º do documento supracitado, o conceito de monumento histórico inclui “a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico”. O monumento, elemento motriz para pensar o patrimônio cultural, também ganha definição de Le Goff (2003, p.526), que o apresenta como “tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação”.

² A Carta de Veneza (1964) foi elaborada em um contexto de profusão de entidades voltadas à promoção e à gestão da cultura, visando à universalização de discussões e a profusão de ações arbitrárias em relação ao patrimônio. Seu respaldo teórico suporta-se nas ideias do Restauro Crítico, representando uma referência para as práticas na área. Segundo Costa (2012, p.15), “A Carta de Veneza aparece como um divisor de águas entre a noção *monumentalista* e a de *gestão* do patrimônio, focando os territórios do patrimônio já em uma perspectiva de gestão [...] esse documento enfatiza a possibilidade do patrimônio adquirir função útil à sociedade”.

Rossi (2001, p.142) destaca os monumentos como “pontos de referência da dinâmica urbana”, aproximando-se da ideia de marco, teorizada como

Objeto físico definido de maneira muito simples: edifício, sinal, loja ou montanha [...] são geralmente usados como indicadores de identidade, ou até de estrutura, e parecem tornar-se mais confiáveis à medida que um trajeto vai ficando cada vez mais conhecido (LYNCH, 2011, p.53)

As duas conceituações, quando aproximadas do contexto do patrimônio cultural, ratificam a importância deste enquanto materialidade e imagens constituídas no grupo social, determinantes para a organização do espaço e construção de identidades³, coadunando com a abordagem do presente estudo.

Estes monumentos são marcas da memória coletiva, capazes de perpetuar fatos e elementos históricos. Estes objetos e/ou práticas que integram o patrimônio cultural são apropriados pelo grupo social e representam a trajetória e os feitos daqueles atores ao longo do tempo. Para Gonçalves (2002), este processo integra identificação, classificação e avaliação de determinado bem para que a ele possa ser atribuído o valor de patrimônio.

Para tanto, constroem-se alegorias e metáforas para transformar um elemento em “bem cultural” através de novas significações e atribuições de sentido. Desta forma, “objetos antigos, prédios ou espaços usados com propósitos práticos cotidianos são transformados em ‘reliquias’, ‘monumentos’ e ‘lugares históricos’” (Gonçalves, 2002, p.81). Estas definições corroboram com Souza Filho (2011) ao afirmar que o sentido do patrimônio não se constrói pela materialidade do bem, mas sim por sua função de representar e evocar memórias que lhe são atribuídas.

Há apropriações na construção da ideia e dos discursos do patrimônio cultural, e esta noção remete de imediato à própria etimologia da palavra “patrimônio”. Por mais que sua gênese traduza-se em propriedades herdadas, a ação de apropriação se mostra como um ato de poder. Para Gonçalves (2002, p.24), ao apropriarmos de algo, demonstramos “controle sobre aquilo que é objeto dessa apropriação, implicando também um processo de identificação por meio do qual um conjunto de diferenças é transformado em identidade”.

Esta apropriação é resposta ao caráter transitório dos objetos que, através da atribuição do sentido de patrimônio, ganham espaço como elementos de memória e guardiões da identidade cultural. Gonçalves (2002) corrobora afirmando que a apropriação é uma defesa do

³ A temática das identidades será pormenorizada no item 1.5 desta Dissertação.

“sentimento de ser” de determinado grupo social e, através desta prática, é possível construir o patrimônio.

1.2 Evolução e Construção da Ideia de Monumento Histórico

O nascimento da ideia de monumento histórico acontece em Roma, no século XV. Em 1420, já após o Papado de Avignon⁴ e do então recente Grande Cisma⁵, Roma é reocupada após ser devastada. Neste cenário de destruição, as ruínas antigas são as provas materiais de um passado glorioso e que, naquele momento, ainda não era reconhecido como tal. Contudo, a discussão sobre o tema e, especialmente, a valorização do elemento material como bem patrimonial já se apresenta desde a Antiguidade. A dinastia Atálida, por exemplo, buscava esculturas e objetos de arte da Grécia Clássica, inclusive empreendendo escavações. Segundo Choay (2006), nas primeiras iniciativas em prol dos vestígios da Antiguidade, estes objetos não foram organizados em coleções ou acervos nem acumulados, como nos túmulos egípcios. Eles foram utilizados como referência para a construção de monumentos em Pérgamo, a capital dos atálidas.

Os romanos também mostram interesse nos objetos gregos que, em um primeiro momento, ingressaram nas casas dos patrícios⁶ com caráter de *status* e, após a exposição pública, foram o mote para o desenvolvimento de uma cultura de reconhecimento. Destaca Choay (2006, p. 33) que “Roma conheceu colecionadores de arte [...] um mercado de arte, especialistas, falsários, corretores”. Contudo, os romanos também depreciaram o legado grego, especialmente ao retirar estátuas de santuários.

Tanto os atálidas como os romanos compartilhavam o interesse na cultura grega por considerá-la superior e, ao apropriarem-se destes elementos, ambos almejavam o requinte e o refinamento grego. Contudo, essa apropriação não acontece de forma reflexiva – para os atálidas, o objetivo era transformar Pérgamo em um espaço de cultura grega; já os romanos

⁴ Período compreendido entre os anos de 1305 e 1377, quando os papas católicos foram exilados de Roma e a residência papal foi transferida para a cidade francesa de Avignon.

⁵ O Grande Cisma do Ocidente (1378 – 1411) aconteceu logo após o exílio de Avignon, visto que a população romana desejava o retorno do Papa para a cidade. A eleição do Papa Urbano VI, em 1378, não foi aceita com unanimidade e, então, surge a figura do Antipapa, ainda na residência papal de Avignon. O Cisma ocorre pela disputa entre Papa e Antipapa pelo comando da Igreja Católica, e foi encerrado com o Concílio de Constança, quando o papado foi definitivamente transferido para Roma. FONTE: Site Operamundi.

⁶ “Os patrícios formavam a elite da sociedade romana e descendiam dos antigos clãs fundadores da cidade, daí deriva a expressão ‘patrício’, de *patres-familias*. A estrutura do governo romano foi durante a maior parte de sua existência ocupada inteiramente ou majoritariamente pelos patrícios. Nos cargos republicanos, sobretudo no Consulado e no Senado, encontravam-se os patrícios mais ilustres. Além disso, os patrícios eram grandes detentores de terras cultiváveis, de onde tiravam suas principais riquezas. FONTE: Portal História no Mundo.

agregavam elementos da arquitetura ou monumentos gregos em suas práticas cotidianas pelo caráter imagético arraigado a objetos.

Na Idade Média, a relação com os vestígios de culturas anteriores foi prejudicial para a permanência destes. Mesmo havendo a manutenção de muitos prédios tidos como “pagãos” pela cultura cristã, esta ação não foi motivada pelo desejo de preservação. O caráter utilitário foi determinante para a ocupação daquelas edificações, e uma “política de reutilização” (CHOAY, 2006, p. 36) surge para ocupar edifícios preexistentes com residências, depósitos, oficinas, templos e até mesmo pedreiras.

Choay (2006) também destaca que, além da motivação econômica, a manutenção das edificações é justificada por um reconhecimento, mesmo que velado ou como um simples “sopro”, do valor e importância dos registros de culturas pagãs. Também havia, conforme a autora, sensibilidade em relação às ruínas, visto que “as obras antigas fascinam por suas dimensões, por seu refinamento e a maestria de sua execução, pela riqueza e seus materiais” (2006, p. 37).

Há manuscritos datados da Idade Média que referenciam as ruínas da Antiguidade, descrevendo-as e valorizando-as como monumentos pagãos e obras de arte antigas. No entanto, a prática mais comum no período era, sem considerar os contextos, internalizar os elementos pagãos às práticas cristãs, não gerando um distanciamento mínimo para a valorização destes objetos como patrimônio. Não havia a consideração destes vestígios da Antiguidade como monumentos históricos e, deste modo, a preservação empreendida se deu a partir da reutilização.

Os monumentos antigos não são, contudo, apenas “reciclados”; eles também são, com a mesma simplicidade e desenvoltura, cortados em partes e pedaços, incorporados em seguida a construções novas, para embelezá-las e decorá-las (CHOAY, 2006, p. 40).

O discernimento em relação à possibilidade de valorização das ruínas romanas acontece motivado pela situação particular de Roma, que conta com particular acervo de vestígios. A cultura dos patrícios radicados na cidade e transmitida às próximas gerações, assim como a responsabilidade assumida pelos papas como guardiões desta memória, levou a elaboração de decretos para salvaguardar estas edificações e ruínas.

Para Choay (2006), não é fácil a determinação das intensões que motivaram estas ações de proteção aos monumentos, já que a cidade vê coexistir duas memórias diferenciadas, que remetem a diferentes tradições. A obrigação de deixar Roma, imposta aos papas com o

exílio de Avignon, foi responsável por um atraso na valorização das ruínas romanas. Para Choay (2006, p. 43), “pode-se imaginar que o monumento histórico teria nascido um século antes, se os papas não tivessem sido obrigados a deixar Roma, abandonando-a aos saqueadores e às ervas daninhas”. No retorno da cúpula católica à capital, as ruínas estavam abandonadas, contudo, a mentalidade local não era mais a mesma.

A Itália, à beira do *Quattrocento*, começa a ver os monumentos a partir de uma ótica histórica. Para além do olhar medieval, os homens daquele tempo observavam as ruínas de forma reflexiva e contemplativa. Francesco Petrarca, intelectual e poeta italiano, foi um dos pioneiros nesta nova concepção do patrimônio, que considerava os monumentos como testemunhas do passado e confirmações da memória literária. Mas as visitas a Roma relacionadas aos monumentos não se ligam diretamente a manutenção dos bens, e sim aos registros explicitados nas produções literárias (Choay, 2006).

Na passagem entre os séculos XIV e XV, esta abordagem deu espaço a uma visão mais sensível em relação ao patrimônio – surge a figura do artífice e, tão logo, a dos colecionadores. Neste contexto, o nome que deve ser destacado é, para Choay (2006), o de Niccolò Niccoli, figura central para a multiplicação de coleções na Itália durante o *Quattrocento*. A troca, neste período, entre artistas e humanistas é válida para ambos os grupos e fundamental para a atribuição do sentido histórico e artístico ao monumento. O pensamento da época ainda se mostrava influenciado pela divisão proposta por Petrarca: bela antiguidade, idade obscura e renascimento moderno.

Leon Alberti, arquiteto e expoente intelectual da época, acreditava que a Arquitetura, no *Quattrocento*, alcançaria a perfeição almejada desde a Ásia, passando pela Grécia e chegando a Roma. Contudo, a valorização do patrimônio se dá, neste momento, como fruição, não se materializando em ações efetivas pela salvaguarda dos bens. Muitas ruínas foram saqueadas, danificadas ou ainda transformadas em pó, subsidiando a construção de outras edificações.

Não havia ainda o afastamento necessário em relação a estas edificações no período, como acredita Choay (2006, p. 58) ao afirmar que “o distanciamento em relação aos edifícios requer uma longa aprendizagem, com uma duração que o saber não pode abreviar e que é necessária para que a familiaridade seja substituída pelo respeito”. O *Quattrocento* foi o período de preparação para uma nova perspectiva em relação ao patrimônio, enriquecida pela democratização do saber promovida pelos humanistas. Os antiquários, especialistas em obras de arte antigas, tinham mais confianças nas ruínas do que nos registros literários, postura determinante para a ampliação dos estudos e conhecimentos nesta área.

As antiguidades nacionais e a tentativa de recuperar monumentos produzidos nos próprios países fez com que o valor histórico ganhasse sentido em relação ao patrimônio. Neste sentido, destaca Gonçalves (2002, p.79) que “é a apropriação do patrimônio cultural que tem como efeito a representação da nação como uma entidade individualizada”. A iniciativa de caráter quase “egoísta” (Choay, 2006) foi motriz para novas reflexões e ações em relação ao patrimônio cultural que, neste momento, era visto sob um viés capaz de valorizar a identidade nacional.

Segundo Choay (2006), três situações problemáticas desafiam os humanistas da época: o peso da tradição das narrativas da Antiguidade, a carência de materiais arqueológicos e a incipiente observação científica. A história da arte ganha força, e os caracteres artísticos em si não foram valorizados da mesma forma; os registros dão destaque a um viés historiográfico dos monumentos, sendo exceção as leituras a partir de uma ótica artística.

Pode-se dizer aqui, com toda a razão, que uma verdadeira conservação dos monumentos em sentido moderno só começou no Renascimento italiano, com o aparecimento de uma valorização consciente dos monumentos antigos e a instituição de disposições legais para sua proteção (RIEGL, 2013, p. 20).

A valorização imagética do patrimônio dá espaço a uma postura nova, capaz de institucionalizar a conservação real dos monumentos. A partir deste momento, entram em cena estruturas e discussões acerca da preservação, potencializadas com a Revolução Francesa. A destruição resultante dos embates da Revolução levou ao desenvolvimento de instrumentos para proteger os monumentos, motivadas pela disponibilização dos bens do clero à população. Cria-se uma comissão destinada aos monumentos para estabelecer quais bens deveriam ser protegidos e inventariados. Esta iniciativa tiraria, segundo Choay (2006), estes objetos do cotidiano, destinando os bens móveis a museus ou depósitos, enquanto que os bens imóveis mostravam-se como problema a ser solucionado.

Destaca Choay (2006, p. 105) que “era-lhes necessário inventar novos usos para os edifícios que haviam perdido sua destinação original – reutilização cujos problemas podemos imaginar, comparando-se àqueles com os quais [...] hoje nos deparamos”. Ainda havia pilhagem e o aproveitamento de materiais em outras construções, contudo, paulatinamente, esta mesma sociedade começa a relacionar a construção de sua identidade nacional com a preservação da memória e do patrimônio. Mesmo em um contexto revolucionário, inicia-se uma nova consciência: romper com o passado monárquico não exigia a destruição do

patrimônio edificado até então. Neste período, os valores imbricados ao patrimônio são históricos, cognitivos/educativos, econômico e, em última instância, a valorização artística.

A consagração do valor dado ao patrimônio ganharia seu apogeu no século XIX, estimulado pelo desenvolvimento industrial e pela observação estética dos bens históricos. Esta discussão ganha força a partir do desenvolvimento de correntes de conservação e restauração, onde é possível destacar nomes como John Ruskin, Eugène Viollet-le-Duc e Camilo Boito⁷. Também o desenvolvimento da indústria cultural⁸ tem importância para ratificar o patrimônio como “presença” (Choay, 2006, p.206). A mundialização de valores ligados ao patrimônio, assim como a expansão das discussões e práticas acerca do patrimônio levam ao desenvolvimento de novas iniciativas em prol da preservação, com exemplos como a Carta de Atenas (1931), a Carta de Veneza (1964) e outras cartas internacionais.

1.3 Construção do Patrimônio Cultural – Consciência e Atribuição de Valores

Construir práticas de valorização e preservação do patrimônio pressupõe o conhecimento das formas de apropriação destes bens e, destacadamente, dos caracteres identificados através do patrimônio. Choay (2006, p. 168) colabora ao afirmar que “só a investigação do sentido ou dos sentidos atribuídos pela sociedade ao monumento histórico permite fundar uma prática”.

É possível destacar a contribuição de Alois Riegl, com sua obra “O Culto Moderno dos Monumentos”, como pioneiro na reflexão acerca deste tema. Sua abordagem marca a transformação da conservação dos monumentos em prática disciplinar, regida por conceitos e alicerçada em teorias e discussões próprias. Esta análise permitiu a compreensão tanto da atribuição como das exigências solicitadas aos monumentos, muitas vezes com diferentes valores acumulados ao longo do tempo.

⁷ Esta Dissertação não abordará as teorias da conservação do patrimônio, contudo, o registro histórico de tais discussões é pertinente e necessário ao trabalho.

⁸ Este conceito é central nas discussões da Escola de Frankfurt e tem em Theodor Adorno e Max Horkheimer seus principais teóricos. A Indústria Cultural é definida por Adorno (2006) como uma reprodução de padrões na busca da formação de uma estética voltada para o consumo. Sua existência é necessária para a formação de uma consciência coletiva nas massas, contudo, sua organização é baseada em lógicas mercadológicas. O consumo é o objetivo final, através da oferta de bens efêmeros que satisfazem as massas que, de forma acrítica, mantém o sistema em funcionamento. Há a transformação da arte tida como “erudita” em mercadoria, acessível a um grande público que o recebe de forma massificada. O patrimônio cultural, neste contexto, mostra-se como espaço de litígio, pautado pela lógica do consumo e de regras do mercado econômico.

A ideia de valorização pressupõe o conceito de monumento, determinado por Riegl (2013, p.9) como “uma obra da mão humana, construída com o fito determinado de conservar sempre presentes e vivos na consciência das gerações seguintes feitos ou destinos humanos particulares”. Estes monumentos, tidos como intencionais, já são gerados com o intuito de homenagear ou materializar feitos e vitórias humanas, tem em sua intencionalidade a garantia de maior atenção e manutenção. No entanto, a discussão necessária aponta para aqueles bens que não são edificados de forma a registrar ações do homem, sendo necessária a construção da ideia de monumento através da atribuição de determinados valores.

Na classe dos monumentos intencionais, só se integram aquelas obras que devem recordar, como propósito de seus autores, um momento determinado do passado (ou um conjunto de tais momentos); na classe dos monumentos históricos, o círculo alarga-se àqueles que se referem, sem dúvida, ainda a um momento determinado, mas cuja escolha está determinada pelas nossas preferências subjetivas (RIEGL, 2013, p. 17)

A atribuição de valores aos bens que são históricos é o que determina sua importância para o grupo social enquanto elemento de destaque daquela cultura. Diferentes motivações levam à construção deste conceito em relação aos monumentos que não são intencionais, visto que são distintas as variáveis envolvidas neste processo. Meira (2008, p. 18) destaca que “patrimônio, temporalidade e territorialidade são conceitos relacionados, pois, a cada tempo e a cada lugar, a sociedade e o Estado definem o que se tornará patrimônio ou o que vai perder-se no caminho”. A construção dos valores atribuídos ao patrimônio depende de situações espaciais e temporais, motivada por diferentes fatores – nem sempre há unanimidade com estas constituições.

Meira (2008, p. 21) destaca que “ao escolher o que deve ser preservado como patrimônio, está-se definindo, também, o que pode ser descartado”. Lidar com essa dicotomia é situação delicada, visto que se faz referência a representações de passado e futuro, necessárias à consciência da relação entre o homem e sua própria história. É possível justificar a atribuição destes valores, em um primeiro momento, a monumentos relacionados ao passado das nações. Ao acompanhar o amadurecimento deste conceito, o homem foi capaz de interessar-se pela história e memória da humanidade em geral, compreendendo-a como sua.

Choay (2006) destaca a contribuição de Riegl (2013) como referência primordial dos estudos relacionados ao processo de atribuição de valores ao patrimônio. Seu trabalho é pioneiro na análise do monumento histórico e nas significações atribuídas ao patrimônio. Ao seguir as transformações da sociedade, também os valores são alterados, diante de

temporalidades e territorialidades que os transformam – contudo, enquanto categoria geral, muitos deles permanecem. Para Meira (2008), o patrimônio e sua valorização como tal pressupõem a atribuição de valores e sentido, sendo que eles são alterados ao longo do tempo.

Os primeiros valores destacados por Riegl (2013) têm intimidade com o conceito de monumento, visto que discutem a atribuição de sentido histórico e artístico ao bem edificado. Para o autor, o valor histórico é o que possui mais relevância e abrangência, devendo ser o primeiro critério a ser avaliado em um bem. Define Riegl (2013, p. 10) que “designamos por histórico tudo o que existiu e já não existe no presente; segundo os conceitos mais modernos [...] é aquilo que existiu uma vez e que nunca mais pode existir”. Os monumentos são “elos indispensáveis” tanto para a história da arte, em relação ao bem enquanto produto artístico, tanto para a historiografia geral, como representação da história e cultura humana.

As particularidades do valor artístico são destacadas por Riegl (2013, p. 13) quando afirma que “o valor artístico de um monumento mede-se pelo grau em que vai ao encontro das exigências da vontade artística moderna”. Ou seja, a valorização artística do patrimônio difere da relação histórica pela seguinte questão: enquanto o valor histórico não se esgota, a observação artística está relacionada diretamente com o período vigente, sendo relativizada a cada novo momento. Estes monumentos, tidos como históricos e artísticos, fazem referência a determinados momentos da história humana, contudo, a escolha de quais devem ter atenção é determinada por preferências.

A arte contava com sentido diferenciado daquele que possui hoje, sendo conceituada nos primeiros tempos, segundo Riegl (2013), como a expressão do espírito de um povo. Assim, o valor histórico é o primeiro a ganhar destaque, visto que o caráter estético não é, até então, valorizado enquanto produto, e os objetos ganhavam forma por motivações utilitárias. Aqui, há diferenças entre história e memória, visto que a primeira ratifica e valoriza o processo de desenvolvimento, enquanto que a segunda se desdobra como registro sobre o próprio objeto. Para Riegl (2013, s/p), “a primazia do valor histórico impõe-se assim perante qualquer outro valor [...] porquanto a evolução histórico-artística depende dele num primeiro momento”.

Apesar de destacar o valor histórico como inato e primordial à construção da ideia de monumento, Riegl (2013) aponta dois grandes grupos de características que podem ser atribuídas a um bem. Sua análise relaciona os valores de memória e de atualidade no processo de valorização do patrimônio, ratificando a ideia de presença de um passado no presente, materializada através do bem em questão. Na Arquitetura, o patrimônio ratifica reminiscências de um passado de forma espacial e visualmente destacadas, integrando

diferentes contextos temporais, sociais, culturais e econômicos, justificando a lógica relacional entre bem arquitetônico e a passagem do tempo.

A valorização da memória, para Riegl (2013), pode ser dividida em três diferentes valores – valor de antiguidade, valor histórico e o valor de memória intencional. Para o autor, o valor de antiguidade cristaliza-se no monumento por contrariar o presente e este é o seu papel determinante.

A oposição ao presente, em que assenta o valor de antiguidade, trai-se antes numa imperfeição, numa falta de coesão, numa tendência para a dissolução de formas e cores, que se opõe diretamente às propriedades das criações modernas, quer dizer, das recentemente produzidas (RIEGL, 2013, p.28).

A dissonância com o presente marca a valorização através da antiguidade, visto que não há harmonia na visualização da passagem do tempo em objetos recentemente elaborados. A percepção destas marcas é o que define a antiguidade do bem e, por conseguinte, sua valorização enquanto patrimônio. Tão logo criado, o objeto torna-se vítima das forças da natureza e da cultura humana que, paulatinamente, levam a sua destruição. Para Riegl (2013, p.29), é através das marcas deixadas pelo tempo que se percebe que “um monumento não foi produzido no presente mais chegado [...] assentando o valor de antiguidade de um monumento, por conseguinte, na perceptibilidade destas marcas”.

Há um estranhamento mútuo na coexistência entre as marcas do tempo e qualquer elemento inédito, visto que a obra é vista como um objeto orgânico, também vulnerável a ação do tempo. Nesse sentido, Riegl (2013) destaca que a destruição dos monumentos por ação humana é condenável, assim como qualquer intervenção que contrarie a conservação do bem. Contudo, caso o bem deixe de materializar sua história e memória, passando a ser amontoados de pedras em ruínas, o valor de antiguidade está perdido.

Tem que existir para tal pelo menos um traço ainda perceptível da forma original da obra humana de outrora, tal como foi produzida em sua época, ao passo que um amontado de pedras não passa de um conjunto de fragmentos mortos, informes, do todo da natureza, sem traço de uma produção viva (RIEGL, 2013, p. 31).

Meira (2008) colabora ao afirmar que o valor de antiguidade é uma evolução da observação histórica do bem e que, neste patamar, a observação feita valoriza a decomposição imposta pela passagem do tempo. Para a autora, este é um valor mais facilmente identificado, visto que é acessível ao público leigo por estar afastado de análises e pressupostos científicos. Sua percepção é visual e dá, ao público, a compreensão da arquitetura como registro cultural e

patrimonial. O valor de antiguidade é o mais democrático dos caracteres percebidos em uma obra de arte, sendo identificado por qualquer transeunte.

Para Riegl (2013), este é o valor que fala diretamente ao coração, visto que é capturado pela mais superficial forma de percepção que, segundo ele, é a visão. Esta antiguidade atribuída a um bem ganha caráter universal pela simplicidade em sua visualização e compreensão e, ao longo do tempo, ganhou cada vez mais partidários. Assim, destaca Riegl (2013, p. 34) que se deve “examinar também os restantes valores de um monumento [...] na sua razão de ser, quando se tratar de ponderar o referido valor contra o valor de antiguidade e, quando este último foi tido como menor, acautelar o primeiro”.

O segundo caráter destacável em um monumento dentro dos valores de memória é o próprio valor histórico, conceituado por Meira (2008, p. 64) como algo que já aconteceu/existiu e não teve continuidade no presente. Ele materializa características e determinações que individualizam o bem dentro de um contexto onde ele representa a evolução de determinada arte ou feito humano. Ao contrário do valor de antiguidade, a observação pelo viés histórico não tem como bem-vindas as marcas do tempo, pois seu propósito é registrar ações humanas e, para tanto, o ideal é que ele esteja o mais coeso e original possível.

Já não se pode anular as dissoluções ocorridas até à data pelas forças da natureza e não devem, por isso, mesmo do ponto de vista histórico, ser novamente eliminadas, mas as dissoluções seguintes, de hoje em diante e para o futuro, tal como o valor de antiguidade por si só tolera, como até postula, não são inúteis do ponto de vista do valor histórico, mas são francamente de evitar, dado que toda a dissolução seguinte dificulta o apuramento científico da obra humana originária no estado nascente (RIEGL, 2013, p.35).

A manutenção do bem como prerrogativa a sua valorização pela questão histórica faz com que este valor seja contrário à ideia de antiguidade, onde as marcas do tempo são parte integrante do processo de permanência do monumento enquanto materialidade. Visto que possui maiores complexidades do que o valor de antiguidade, a valorização histórica está arraigada em um suporte científico que transcende a observação visual, ganhando bases na história da arte e na evolução humana. Para Riegl (2013), o valor histórico ainda se faz prescindível porque o valor de antiguidade não é pleno e maduro para ser unitário. O caráter científico do valor histórico, desta forma, vem ganhando espaço e naturalizando-se entre as massas, potencializando o interesse pela história e evolução da humanidade.

O valor histórico ratifica a compreensão do monumento como documento, o que pressupõe, inclusive, a valorização de cópias quando o original encontra-se indisponível ou já

tenha sido destruído. Tal situação pode ser observada, por exemplo, na reconstrução empreendida do Pavilhão Alemão de Barcelona, de Ludwig Mies van der Rohe, edificado em 1929 para a Exposição Internacional e refeito em 1986. No entanto, há a consciência da cópia enquanto suporte científico e apoio à pesquisa, sem a substituição definida do bem original pela cópia (neste caso, o conflito com o valor de antiguidade ganharia força). Para Riegl (2013), estas situações ratificam a imaturidade do conceito de antiguidade e a necessidade de reflexão e aplicabilidade do valor histórico.

O último valor elencado como elemento de memória é o valor de memória intencional, presente em monumentos que, desde o princípio, já foram edificados com propósitos específicos. Para Riegl (2013, p. 42), o objetivo é “fazer que, em certa medida, um monumento nunca se torne passado, tem de mantê-lo sempre presente e vivo na consciência dos vindouros”. Este valor ganha ares de permanência e perenidade diante do passar do tempo, sendo oposto da ótica de antiguidade, já que qualquer destruição ou descaracterização deve ser combatida, sob a lógica de permanência e continuidade do bem.

Mesmo sendo opostos, destaca Riegl (2013) que os conflitos entre os valores de antiguidade e de memória intencional são pequenos, visto que a grande maioria dos monumentos não foi edificada para ratificar memórias ou feitos. Este processo de valorização, através da memória intencional, responsável por trazer elementos do passado para o presente, marca a transição entre os valores de rememoração para os valores de atualidade.

A maioria dos monumentos possui igualmente a capacidade de satisfazer aquelas necessidades sensíveis ou intelectuais das pessoas para cuja *saciação* as novas formas modernas tão bem se prestam (quando não ainda melhor), e naquela capacidade, onde não está em causa, evidentemente, a *gênese* no passado e no valor de memória que nele se escora, assenta o valor de *actualidade* de um monumento (RIEGL, 2013, p.43)

Há a exigência, em relação ao monumento, de que certos elementos que são contemporâneos, se manifestem a partir de elementos “novos”. Para tanto, é possível desdobrar o valor de atualidade em outros que demonstram a relação entre o monumento antigo e o presente – há o valor de uso e o valor artístico, dividido em relativo e de novidade. O valor de uso está relacionado com a durabilidade do monumento enquanto edificação com potencial para ser (re)utilizada ou, como destaca Meira (2008), para ter habitabilidade e responder a demandas de segurança e conforto ambiental, por exemplo.

Visto que é possível a utilização do monumento, faz-se necessária sua manutenção e, por consequência, a intervenção no bem quando houver necessidade, visando a permanência

da edificação em condições mínimas de uso. Para Riegl (2013, p. 44), é possível afirmar que “ao valor de uso é decerto completamente indiferente, à partida, o tratamento a dar em um monumento, desde que não se toque na sua existência”. Assim, mantém-se a importância do valor de antiguidade e, quando ele sucumbir ao valor de novidade, é necessário definir limites entre estas aproximações. Há a perturbação do valor de antiguidade pelo uso, visto que seu processo de deterioração é acelerado.

Contudo, para o autor, mesmo havendo a possibilidade de novas edificações para os usos hoje desenvolvidos em monumentos, a atividade humana junto a estes bens dá força e ratifica seu valor enquanto patrimônio. Ao valor de antiguidade, neste contexto de potencial uso do monumento, cabe aproximação da ótica histórica, viabilizando interferências necessárias à plena utilização e sua permanência também enquanto registro da atividade humana. A harmonia entre estes valores se faz necessária para que seja possível, ao usuário, a fruição do bem e a sua manutenção.

O segundo ponto de vista apresentado por Riegl (2013) a partir da lógica dos valores de atualidade é a questão artística. Esta forma de valorização pode ser observada pelo contexto contemporâneo, através do valor de novidade, ou ainda pelo caráter artístico da obra em si, transcendendo a questão temporal, através do valor artístico relativo.

O valor de novidade é completamente antagônico em relação à ideia de antiguidade e, para um monumento já exposto a ação do tempo, quase inatingível. Para Riegl (2013), um monumento somente é valorizado a partir da novidade quando é possível desfazer as marcas da idade para torná-lo, através de intervenções, algo novo. Este valor é o mais próximo das pessoas em geral, assim como o de antiguidade, pelas mesmas razões – a percepção visual é a predominante e seu entendimento não pressupõe conhecimentos prévios.

Para o autor (2013, p. 49), “daí que o valor de novidade seja, desde sempre, o valor artístico das pessoas com pouco ou nenhum conhecimento, em contraposição ao qual o valor artístico relativo”. Esta ideia é ratificada por dicotomias que apontam o “novo” como algo belo e o “velho” como feio e sem utilidade, o que leva a um conflito entre a manutenção do antigo e a busca pela novidade. Uma alternativa viável para promover a permanência dos monumentos diante deste conflito é a consciência da importância de cada um em uma atuação combinada.

Deste modo, ao diferenciar os valores de antiguidade e novidade, alia-se a preservação do bem e a força estética existente no que é novo. Através de elementos novos, pode-se promover o uso em uma edificação patrimonial, por exemplo, trazendo a presença humana para o contexto do monumento. No entanto, é necessária atenção a esta aproximação,

especialmente quando, na defesa do valor histórico, são feitas intervenções que ignoram o valor de antiguidade, descaracterizando o bem.

Para finalizar a construção de Riegl (2013), a segunda categoria artística é o valor artístico relativo, que defende a apreciação de obras antigas não apenas através de seu caráter histórico ou de antiguidade, pelo valor de documento e registro, mas sim pela observação do artefato como expressão artística. Não há um valor artístico absoluto, visto que cada tempo e sociedade irão valorizar diferentes elementos de cor, forma e concepção artística. Defende Riegl (2013, p. 58) que “o normal parece ser que um monumento não possa ter qualquer valor artístico para o *actual* homem moderno”. No entanto, há situações onde quanto maior a distância temporal, mais elementos em comum são identificados.

Tal aproximação se dá pelo compartilhamento de elementos particulares entre a contemporaneidade e o passado artístico, contudo, não é possível acreditar que a existência de elementos em comum pressuponha continuidade. Para Riegl (2013), é impossível definir como idênticas às vontades artísticas atuais com as do passado, visto que a passagem do tempo ratifica evoluções em elementos da arte em si e na própria técnica a ser adotada. O valor artístico relativo é positivo, destaca Riegl (2013), visto que valoriza o monumento diante dos olhares da contemporaneidade, contudo, a tendência em interferir no bem para garantir sua existência pode levar a conflitos com o valor de antiguidade.

É possível destacar um último valor atribuído aos monumentos e referenciado pela Carta de Nara (1994), documento resultante da Conferência sobre Autenticidade em relação à Convenção do Patrimônio Material, realizada no Japão. O texto, elaborado sob as diretrizes da Carta de Veneza (1964), defende que o valor de autenticidade é a principal forma de atribuição de valores. Deste modo, a partir da leitura do espaço e respeitando a diversidade cultural, é possível auferir graus de autenticidade, ratificando Meira (2008, p.97) ao afirmar que “a matéria autêntica é um importante atributo dos bens culturais materiais, que atesta a sua singularidade e sua permanência no tempo”. No entanto, as discussões acerca do valor de autenticidade não serão debatidas na presente Dissertação.

1.4 Imagem, Imaginário, Narrativas e Representações

As imagens são, para Ferrara (1997), signos da cidade e mediadores do conhecimento, formados por elementos estáticos e que apresentam os elementos distintivos do espaço urbano. Assim, a imagem urbana é reconhecida de forma imediata, a partir da percepção de quem a visualiza. É possível qualificar a imagem a partir de certas características inatas a ela e

que a tornam cada vez mais complexa. Sua constituição estática e concreta a faz isolada de seu entorno, sem que haja diálogo entre ela e os elementos que a circundam – contudo, é este isolamento e autossuficiência que trazem o destaque e o potencial imagético do signo. Ela exhibe formas e materiais de forma escultórica, ganhando destaque no espaço onde está inserida e, já que é isolada de seu contexto, pode manter seu caráter icônico em diferentes entornos.

Também é possível destacar que a imagem faz reconstruções do espaço urbano, funcionando como um documento a registrar a passagem do tempo na cidade. Ela se renova através dos anos, trazendo o caráter de novidade ao contexto urbano, podendo ser modificada quando necessário. Contudo, a imagem também é norte e referência para o transeunte, marcando a cidade com elementos de referência. Neste sentido, coaduna Lynch (2011) ao afirmar que o cenário urbano e a imagem bem definida trazem referências sociais para o cidadão, fornecendo símbolos para a comunicação e localização do grupo.

Seu caráter estratégico para a localização faz da imagem um elemento seguro e sem dúvidas para quem a observa. Através das imagens comuns, ou “imagens públicas”, como determina Lynch (2011, p.8), são determinadas referências compartilhadas por todos os habitantes de determinado espaço. Estes elementos, que possuem caráter imagético e apelativo, também fazem da imagem urbana um “cartão-postal”, como define Ferrara (1997), além de permitir a circulação de valores, marcas e outros símbolos, tais como o Cristo Redentor ou a Estátua da Liberdade, por exemplo.

Neste contexto, também é relevante retomar o papel de Benjamin na historiografia das cidades a partir das imagens ofertadas por elas. Segundo Bolle (2000, p.42-43), “a ‘imagem’ é a categoria central benjaminiana de cultura [...] por meio de imagens – no limiar entre a consciência e o inconsciente – é possível ler a mentalidade de uma época”. Desta forma, constrói-se conhecimento e proporciona-se a circulação de sentidos. Na especificidade do patrimônio cultural, elaboram-se alegorias e referências que alimentarão o imaginário coletivo.

Para além da estanqueidade e sentido único da imagem urbana, o imaginário surge como multiplicidade e profusão de significados. Através do exercício da percepção e recepção, o imaginário transcende o registro visual da imagem e exige reflexão sobre as características urbanas detectadas. Para Ferrara (1997, p. 196), o imaginário “faz da experiência urbana uma revolução no repertório de informação de um indivíduo e amplia a percepção visual até a dimensão informacional”. O imaginário estimula a proposição e a

interação entre discursos através da conexão entre seus fragmentos, dialogando, como destaca Ferrara (1997), com a própria história urbana.

Pesavento (2008, p.43) conceitua o imaginário como “um sistema de ideias e imagens de representação coletiva que os homens, em todas as épocas, construíram para si, dando sentido ao mundo”. Esta organização, contudo, não é permanente, visto que é relacionada com a passagem do tempo e as mudanças culturais. O imaginário se articula através de representações coletivas construídas social e historicamente, expressas em “crenças, mitos, ideologias, conceitos, valores” (p.43) para organizar o mundo e a vida humana. Corroboram Teves (2002, p. 65) ao afirmar que “isso é vivido de tal forma pelos agentes sociais que passa a representar para o grupo o sentido daquilo que é verdadeiro”.

Meira (2008, p.106) destaca que “é por meio dos imaginários sociais que uma coletividade elabora uma representação de si, exprime e impõe crenças comuns, organiza a distribuição dos papéis e as posições sociais”. Estas ações têm como finalidade a própria designação de identidades e a relação entre sujeitos, assim como a elaboração de metáforas dos espaços urbanos, gerados e relacionados através do imaginário. A imagem se torna a referência chave da cidade, através de suas praças, edificações institucionais e monumentos históricos, por exemplo. Ela se torna o retrato do imaginário, através de códigos que permitem valorizações, avaliações e compreensões do espaço urbano. Enquanto símbolo, a cidade também se organiza através de narrativas – ela é espaço e instrumento para a circulação de um discurso da cidade, organizado por diferentes expressões, entre elas o próprio patrimônio.

A interface entre os conceitos de imagem, imaginário e patrimônio acontece porque este último também é representação. Assim, ambos se mostram como construções sociais acerca do que é passado, a partir da memória. Para Meira (2008, p. 41), “a memória se revela nos monumentos, nas comemorações e na construção de determinados imaginários sociais”. Estes, construídos de forma coletiva, são “ideias-imagens” sobre o social, realizadas a partir de representações do que é a sociedade. A partir da ação coletiva de construção de representações, o imaginário é o responsável pelo “domínio do tempo coletivo no plano simbólico” (2008, p.43).

A relação entre passado e história, pautada pela memória, também ganha sentido pela lógica da alegoria e sua significação como realidade, o que pode ser aproximado das discussões acerca do patrimônio cultural. Desta forma, a alegoria faz sentido quando é pensada como a própria realidade, representando-a e referenciando-a. Santos (2003, p.122) destaca que “o aspecto crucial da definição de alegoria por Benjamin repousa, portanto, na ideia crucial de que a relação entre forma e conteúdo é aquela entre matéria e verdade”. O

patrimônio é alegoria, assim como aponta Choay (2006), e, por conseguinte, representa e desvela memórias e histórias de um grupo social.

O conceito de representação carrega distintos significados, destacados por Ricoeur (2007) como um risco à pertinência do termo. No entanto, duas das conceituações apresentadas pelo autor corroboram a discussão proposta – assim, concebendo as representações para além da ideia de “visões de mundo”.

É possível leva-la [*a representação*] a assumir ora uma função taxonômica: ela guardaria o inventário das práticas sociais que regem os laços de pertencimento a lugares, territórios, fragmentos do espaço social, comunidades de filiação; ora uma função reguladora: seria a medida de apreciação dos esquemas e valores socialmente compartilhados, ao mesmo tempo em que traçaria as linhas de fratura que consagram a fragilidade das múltiplas obrigações dos agentes sociais (RICOEUR, 2007, p. 240).

Ao integrar o espaço urbano, apontado por Orlandi (2004) como um ambiente simbólico, há uma multiplicidade de discursos, relacionados a partir de reproduções e rupturas de falas que são tidas como “desorganizadas”. Para a autora (2004, p. 63), estas falas “significam lugares onde sentidos faltam, incidência de novos processos de significação que perturbam, ao mesmo tempo, a ordem do discurso e a organização do social”. Argan (2005) corrobora nesse sentido ao destacar a representação como a principal característica da arquitetura, enquanto que a arte é, genuinamente, figurativa.

Dentro do sistema cultural urbano, a arquitetura tem uma figura disciplinar complexa e não muito diferente da língua: é uma disciplina autônoma, mas, ao mesmo tempo, constitutiva e representativa de todo o sistema (ARGAN, 2005, p. 243).

A imagem enquanto representação, característica inata à arquitetura e ao patrimônio, permite a atribuição de sentidos e a visualização de elementos do imaginário e do discurso social. Para Meira (2008, p. 35), a arquitetura “sendo representação, contém significados e possibilidades de leitura relacionadas a determinados tempos e lugares”. Conforme aponta Ricoeur (*apud* Meira, 2008), o espaço que é edificado é capaz de fixar o tempo e condensá-lo e, a cada novo elemento construído neste contexto, desenvolve uma reconstrução desta “memória petrificada”. O patrimônio ganha esta responsabilidade como elo entre o homem e seu passado, transmitindo também práticas sociais e indícios que corroboram com a construção da realidade.

Sendo representação, sua presença resulta, segundo Pesavento (2008), em reconhecimento e legitimidade dentro do grupo social. Ainda segundo a autora (2008, p.39)

“as representações construídas sobre o mundo não só se colocam no lugar deste mundo, como fazem com que os homens percebam a realidade e pautem a sua existência”. Nesta posição de representação, o patrimônio traz elementos do passado para o agora e corrobora na constituição do real e do presente.

Assim, o contexto do Patrimônio Cultural coaduna com estas discussões e mostra-se relevante enquanto imagem do passado que é transmitida a partir de materialidades que resistem e são presentes. Para o espaço urbano, a arquitetura é semelhante à narração e cristaliza-se em elemento de representação quando relacionada ao passar do tempo.

1.5 Atribuição de Sentidos e Construção de Identidades

O imaginário e as significações que são construídas a partir destas aproximações apontam para sensibilidades que, segundo Pesavento (2008, p. 58) são expressas em “atos, em ritos, em palavras e imagens, em objetos da vida material, em materialidades do espaço construído”. Estas também são referências para a organização de discursos e a percepção da alteridade – bases para a construção da identidade. Através de alteridades é que se produz identidades, estabelecidas em um processo relacional.

Segundo Pesavento (2008, p. 60), “há uma produção imaginária deste outro, que afirma a alteridade e a diferença, no tempo e no espaço”. Ela ainda destaca que esta construção se dá a partir da combinação das condições sociais, da percepção que se faz do outro e, por conseguinte, das relações discursivas estabelecidas. Hall (2009a, p.111-112) vê a identidade como um ponto capaz de relacionar “os discursos e as práticas que nos tentam ‘interpelar’ [...] para que assumamos nossos lugares como os sujeitos sociais de discursos particulares e, por outro lado, os processos que produzem subjetividades”.

A identidade é construção de sentido que organiza conceitos e permite a coesão social e, para Pesavento (2008), também relaciona o indivíduo com a coletividade. Ao estabelecer diferenças, ela ratifica sua formação através de processos relacionais marcados simbólica e socialmente. Deste modo, para Woodward (2009), a identidade somente pode ser vista como um ponto fixo dentro do discurso social quando se considera seu caráter relacional. Para a autora (2009, p.17), “a representação inclui as práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos, posicionando-nos como sujeito”.

Como integrantes do imaginário social, as representações identitárias são matrizes de práticas sociais, guiando as ações e pautando as apreciações de valor [...] elas se traduzem, pois, não apenas em performances de atores, mas em discursos e imagens, cumprindo a função de verdadeiros ícones de sentido, altamente mobilizadores (PESAVENTO, 2008, p.91)

Silva (2009, p. 82) destaca que “a identidade e a diferença se traduzem, assim, em declarações sobre quem pertence e sobre quem não pertence, sobre quem está incluído e quem está excluído”. Isto demonstra que a identidade é também um processo de demarcação, distinguindo o que fica “dentro” e o que fica “fora”, ratificando a ideia de que o preceito básico no qual a relação de identidade se sustenta é a ideia de diferenciação. Em relação ao patrimônio, enquanto elemento simbólico e representativo, ele integra os diferentes discursos que compõe e diferenciam as identidades.

O patrimônio cultural estabelece-se como ponto de referência para a construção identitária e, nesta aproximação, também ele é observado pela dicotomia entre identidade e diferença. Segundo Meira (2008, p.21), “ao escolher o que deve ser preservado como patrimônio, está-se definindo, também, o que pode ser descartado”. Neste conflito, entram em cena outras dicotomias, tais como “memória e esquecimento, modernidade e antiguidade [...] alienação e identidade, história e mito, autenticidade e simulacro, traição e invenção, verdade e representação, imagem e documento” (2008, p.21).

A pluralidade de contextos sociais oferta diferenciados significados à construção identitária, sendo capaz de alterar ou agregar novas características à identidade até então formada. O homem posiciona-se dentro das incontáveis possibilidades que lhe surgem – e a adoção de uma ou outra identidade é resultado das relações que ele assume. Para Woodward (2009, p.33), “as identidades são diversas e cambiantes, tanto nos contextos sociais nos quais elas são vividas quanto nos sistemas simbólicos por meio dos quais damos sentido a nossas próprias posições”.

O patrimônio cultural, neste sentido, pode ser tido como referência para a organização de caracteres comuns entre diferentes sujeitos, aproximando-os e gerando relações capazes de manter a aproximação entre eles. Neste sentido, Canclíni (1994, p.99) destaca que o patrimônio cultural é “o que um conjunto social considera como cultura própria, que sustenta sua identidade e o diferencia de outros grupos”. Assim, vê-se como a construção identitária é pautada pela diferença e, especificamente, como o patrimônio é elemento referencial para a organização e existência de um grupo.

O conjunto de bens que formam o patrimônio cultural é referencial para a geração e manutenção das identidades, trazendo para o presente alguns elementos do passado que são,

em qualquer forma, portadores de sentidos. Meira (2008) retoma, no caso das cidades, a contribuição de Rossi (2001) ao afirmar que este autor aponta tais elementos como permanências que, no contexto cultural, relacionam-se com questões ligadas à identidade. A própria ideia de *locus*, defendida pelo autor (2001, p.74) como “a relação singular, mas universal, que existe entre certa situação local e as construções que se encontram naquele lugar” coaduna com tal discussão, visto que ratifica o caráter referencial do bem edificado na elaboração e percepção das identidades.

A construção de uma identidade nacional foi motivação para o interesse, durante o Iluminismo, pelo patrimônio cultural. Os monumentos, enquanto elementos que ratificam a identidade de uma nação, também operam como marcos simbólicos de referência. A contemporaneidade, marcada pela oferta fragmentada de posições nas quais o sujeito pode localizar-se, faz com que existam diferentes possibilidades para a construção da identidade. Segundo Woodward (2009, p. 29), “as sociedades modernas [...] não têm qualquer núcleo ou centro determinado que produza identidades fixas, mas, em vez disto, uma pluralidade de centros”. No contexto do patrimônio cultural, destaca Meira (2008) que os monumentos ocupam um lugar de destaque para legitimar estas identidades, tanto individuais como coletivas, além de trazer verossimilhança para estas construções.

A leitura das fragmentações que formam a contemporaneidade se dá, sob uma lógica cultural, através de uma negociação de sentidos. Para Martín-Barbero (2001, p.304), as mediações que intermediam essas relações são “os lugares dos quais provêm as construções que delimitam e configuram a materialidade social e a expressividade cultural”. Já Polistchuck e Trinta (2003, p.148) definem que “*mediar* significa fixar entre duas partes um ponto de referência comum, mas equidistante, que a uma e a outra faculte o estabelecimento de alguma inter-relação”.

Em um contexto onde há sentidos e fatos culturais em circulação, cada sujeito envolvido pode fazer diferentes leituras sobre aquilo que recebe, construindo significações tanto individuais como coletivas. Para Jacks (1999, p. 48), estas leituras formatam “um conjunto de elementos que intervêm na estruturação, organização e reorganização da percepção da realidade em que está inserido o receptor, tendo poder também para valorizar implícita ou explicitamente esta realidade”. Através de mediações, acontece a produção e a reprodução dos sentidos construídos socialmente, sendo que ela é o “lugar” disponível para estas interações.

O palco onde se discute os processos de mediação é o cotidiano, necessário para a compreensão das interpretações feitas e, conforme Jacks (1999), também para salientar a

complexidade do real e os elementos simbólicos que aproximam sujeitos e campos sociais. Assim, busca-se valorizar elementos do modo de vida, dos contextos sociais e das experiências culturais do grupo social. O ambiente urbano e o patrimônio cultural inserem-se como referências para estes sujeitos, participando da construção de repertórios e das atribuições de sentidos.

Para Polistchuck e Trinta (2003), os efeitos destes sentidos são relacionados com trocas sociais, partilhas culturais e com o exercício contínuo de interação, resultando em construções que, além do sujeito, alcançam os grupos. Assim, é possível retomar a ideia do imaginário social e a construção de identidades, aproximando temas debatidos anteriormente e corroborando com Teves (2002, p.65), que aponta estas interações como um “processo de produção de sentidos que circulam em nossa sociedade que permitem a regulação de comportamentos, a identificação e a distribuição de papéis sociais”.

O produto dessa construção se realiza nos processos discursivos, a partir de significados que, sob a forma de signos-veículos, operam dentro de uma corrente comum. Segundo Hall (2009b, p.366), “uma vez concluído, o discurso deve então ser traduzido – transformado de novo – em práticas sociais, para que o circuito ao mesmo tempo se complete e produza efeitos”.

1.6 Roteiro Metodológico para o Desenvolvimento do Trabalho

O presente estudo contou com distintas etapas em sua elaboração, todas elas explicitadas neste tópico. No entanto, esse processo pode ser desmembrado em dois momentos diferentes e contínuos – o método aplicado à elaboração da Dissertação e a construção do produto. Tal qual o processo metodológico proposto, os passos seguidos em cada etapa serão detalhados de forma separada. Em um primeiro momento, apresentam-se as diretrizes metodológicas para a Dissertação, cujo alicerce é a pesquisa bibliográfica e documental, corroborada por investigações através de questionários. A seguir, elencam-se as etapas do desenvolvimento do documentário proposto como produto a esta Dissertação.

1.6.1 Pesquisa

Ao partir da pesquisa em referências da historiografia local⁹, foi possível delinear o *corpus* de análise deste estudo. A evolução metodológica para tal iniciativa inicia com a revisão na literatura acerca da história santa-mariense para que, em uma triagem pormenorizada, seja possível identificar lugares e edificações com importância na trajetória da cidade. Por fim, o levantamento quantitativo total de edificações, vias e lugares/espacos com citação única nessa bibliografia (considerando-se palavras-chave em situações de citações de um mesmo espaço/lugar feitas de formas distintas nas obras) é de 449 unidades. A partir desta primeira etapa, as edificações/lugares foram divididas em dois grupos – pertencentes e não pertencentes à atual Zona 2¹⁰. Nesta partilha, foram considerados para o estudo apenas aquelas edificações e espaços que não estão localizados no perímetro supracitado, o que corresponde a 96 exemplares.

Partiu-se para uma análise qualitativa das unidades selecionadas a partir dos conceitos de Riegl (2013) para o monumento histórico e sua atribuição de valores. No entanto, dado o recorte temporal das principais bibliografias locais (tanto Romeu Beltrão como João Belém escrevem suas principais obras nas primeiras décadas do século XX), o *corpus* foi acrescido de alguns exemplares mais contemporâneos. Além disso, outros são elencados para ilustrar referências com caráter mais abstrato, como a ferrovia¹¹ ou revisados para que a exemplificação seja mais clara, como a citação de vários chalés no Bairro Itararé, unificados em um tópico único, resgatando a arquitetura típica daquela região e a técnica construtiva. Ao final, são incluídos no questionário dez exemplares locais com interesse patrimonial e localizados fora do perímetro da Zona 2¹².

Novamente, a pesquisa bibliográfica foi adotada para a apresentação dos exemplares definidos pela etapa supracitada e, também, para justificar sua presença nesta listagem. Foi organizado um sucinto histórico de cada edificação, assim como a atribuição de valores proposta por Riegl (2013) aos monumentos não intencionais para cada bem. Junto aos

⁹ As referências utilizadas como base para a pesquisa bibliográfica foram as obras de Beltrão (1979, 2013), Belém (2000), Marchiori e Noal Filho (2008) e Foletto (2008).

¹⁰ Conforme explicitado neste capítulo, Zona 2 é um trecho da porção central da cidade de Santa Maria onde há salvaguarda legal para o patrimônio cultural edificado, com regime urbanístico diferenciado e proteção do Instituto de Planejamento de Santa Maria (IPLAN).

¹¹ As principais estruturas da malha ferroviária local estão inseridas na Zona 2, assim como conjuntos como a Vila Belga e as escolas Hugo Taylor (atual Supermercado Carrefour) e Santa Terezinha (atual Colégio Estadual Manoel Ribas). Desta forma, a referência à importância da ferrovia no contexto santa-mariense se dá através da Casa de Saúde e dos chalés localizados no Bairro Itararé.

¹² Estes exemplares serão debatidos no item 2.4 desta Dissertação.

resultados da pesquisa, propõe-se uma ficha-resumo, visando o acesso rápido de informações relevantes à análise. Tal elaboração tem a ficha de bens edificados do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Sul (IPHAE) como referência.

A ficha proposta pelo IPHAE¹³ traz dados necessários para a identificação de bens culturais e sua inventariação através de um documento simplificado, com os dados básicos do bem (localização, endereço, município, utilização, proprietário, proposta de proteção, entre outros), os valores atribuídos a ele (a partir de valores estabelecidos e explicitados pela própria instituição) e ilustrações/fotografias da edificação e de seu entorno. Ao final, a ficha conta com dados complementares que indicam a situação atual do bem e sua análise arquitetônica. Para a ficha-resumo proposta neste estudo, as informações mantidas da documentação referencial do IPHAE são: endereço/localização, uso original/atual, proteção existente, valores estabelecidos ao bem, análise arquitetônica, situação e data de preenchimento da ficha-resumo. Esta simplificação é justificada pelo interesse do levantamento proposto acerca de cada exemplar listado: como a pesquisa não se propõe a elaborar inventários dos bens, o resumo de informações é sucinto e apresenta, de forma resumida, informações-chave para retomar os dados já apontados no desenvolvimento do trabalho e que são importantes à compreensão da análise dos resultados.

Como instrumento necessário à problematização das construções teóricas já elaboradas, o presente estudo adota é o questionário¹⁴. Para Marconi e Lakatos (2010, p.86), “questionário é um instrumento de coleta de dados construído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador”. Gil (2008) coaduna a afirmar que, através do questionário, é possível detectar opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas e vivências de seus entrevistados. Sua estruturação é pautada em sua finalidade, levando a uma formatação composta tanto por questões abertas como de múltipla escolha. Marconi e Lakatos (2010) entendem as questões abertas como aquelas em que o entrevistado pode responder as perguntas de forma livre, com sua própria linguagem.

O questionário foi estruturado a partir de um levantamento anteriormente feito na historiografia local para, deste modo, identificar edificações referenciais (e com valor patrimonial latente) para ilustrá-lo. Esta pesquisa realizada previamente foi executada a partir das obras referenciais da história santa-mariense, conforme explanado anteriormente. Desta forma, o levantamento bibliográfico foi determinante como ponto inicial para a construção

¹³ Ver Anexo A da presente Dissertação.

¹⁴ Ver Apêndice B da presente Dissertação.

metodológica do presente estudo. Para Markoni e Lakatos (2009), esta iniciativa engloba a busca por diferentes fontes de informação, sejam elas diretas ou indiretas; dada a natureza do problema enfrentado neste estudo, a revisão de caráter indireta é predominante.

Nesta abordagem, é possível ganhar profundidade nas respostas e precisão nas definições, no entanto, o processo de tabulação e a interpretação destes resultados são mais complexos. Já as questões de múltipla escolha são conceituadas pelas mesmas autoras (2010, p.91) como “perguntas fechadas que apresentam uma série de possíveis respostas, abrangendo várias facetas do mesmo assunto”. Uma sugestão que é relevante para este tipo de questão é a combinação de múltipla escolha com respostas abertas em uma mesma questão – esta diretriz foi seguida em todas as perguntas onde havia opções de escolha.

O questionário contou com duas etapas, apresentadas separada e sequencialmente aos participantes. A primeira delas é formada por questões que tratam sobre o conceito de Patrimônio Cultural em geral e sua significação para o entrevistado. Além disso, há duas perguntas abertas que buscam identificar edificações que são consideradas como Patrimônio Cultural pelos entrevistados, tanto em Santa Maria como em seu bairro de origem. A segunda etapa é composta por questões de múltipla escolha que interrogam o entrevistado acerca da atribuição de valor de Patrimônio Cultural a dez edificações ou conjuntos arquitetônicos localizados na sede do Município de Santa Maria.

A opção por este instrumento se justifica especialmente pela acessibilidade mais ampla em relação aos diferentes públicos abordados pela pesquisa, assim como pela possibilidade de elaboração de um produto com caráter imagético (o vídeo-documentário a seguir problematizado) dada a complexidade do tema. Além disso, seguindo observações de Marconi e Lakatos (2010), o instrumento deve apresentar linguagem acessível e redação simplificada, objetivando o entendimento pleno por todos os entrevistados.

A aplicação do questionário alcançou diferentes públicos, com amostra propositalmente heterogênea, formada por quatro grupos principais – estudantes de ensino médio (30 questionários), estudantes de ensino superior (30 questionários), profissionais da área de arquitetura e urbanismo (30 questionários) e comunidade em geral (60 questionários). A diretriz para a aplicação dos questionários entre os estudantes era que eles fossem instituições de ensino público – participaram alunos da Escola Estadual de Ensino Médio Cilon Rosa e dos cursos de Arquitetura e Urbanismo e História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Já para a definição da amostra da comunidade santa-mariense, dividiu-se o mapa da sede do Município em quatro quadrantes, sendo que em cada um deles foram

aplicados 15 questionários nos bairros Urlândia (região Sul), Itararé (região Norte), Tancredo Neves (região Oeste) e Camobi (região Leste).

Depois de aplicados, os questionários passaram pela tabulação dos dados, definida por Markoni e Lakatos (2009) como a etapa de organização dos dados obtidos pelo instrumento em tabelas para, assim, permitir a verificação e o estabelecimento de relações entre os resultados. Após este processamento, os dados podem ser observados e submetidos à análise. A referência para a construção analítica do presente trabalho é a História Cultural, capaz de observar a cidade a partir de suas representações. Nesse espaço onde estamos, imersos em uma realidade muitas vezes mais “real” que a própria existência, a representação é referência para a organização social e a percepção do mundo. Voltada ao objeto “cidade”, é possível destacar a pluralidade falas e imagens que se cruzam nesse contexto.

A partir de uma construção conceitual que apresenta e relaciona os valores arquitetados por Riegl (2013) para os monumentos históricos, foi possível observar de forma qualitativa as edificações selecionadas a partir da triagem supracitada. O *corpus* que integra este estudo apresenta-se como uma amostra representativa da cultura e identidade local, formada por distintos discursos que se interpelam e coexistem no espaço urbano e que transcendem o centro da cidade. Nesse recorte, havia tanto edificações isoladas e de caráter residencial como conjuntos arquitetônicos e exemplares de importância urbanística. Todos compartilham entre si o interesse patrimonial e a localização periférica em relação ao espaço imaginado e institucionalizado como “centro histórico”. Cada exemplar foi analisado a partir das discussões propostas por Riegl (2013) e, enquanto conjunto que formam, proporcionam uma discussão ampla e que alcança todos os valores debatidos pelo autor.

Tanto pela lógica da memória como da atualidade, as edificações combinam valores atribuídos e ratificam sua importância – a discussão alcança desde a relevância das ruínas como registro histórico e patrimonial (como a Sotéia¹⁵, por exemplo), passando por técnicas construtivas que estão se extinguindo (os chalés do bairro Itararé¹⁶ são exemplo) até edificações com potencial de uso (a Cidade Universitária da Universidade Federal de Santa Maria¹⁷ como principal exemplar desta categoria). A partir da sequência metodológica proposta, o estudo buscou relacionar estes exemplares, que aqui funcionam como amostra mínima e simplificada do patrimônio santa-mariense, com a comunidade local.

¹⁵ A Sotéia será apresentada no item 2.3.4 desta Dissertação.

¹⁶ Os Chalés dos bairros Itararé e Nossa Senhora de Perpétuo Socorro serão debatidos no item 2.3.7 desta Dissertação.

¹⁷ A Cidade Universitária “Dr. José Mariano da Rocha Filho” é abordada no item 2.3.2 desta Dissertação.

Os exemplares selecionados¹⁸ para o presente estudo foram a Residência Dátero Maciel, a Cidade Universitária Dr. José Mariano da Rocha Filho, o quartel do 6º Batalhão de Infantaria Blindada (6º BIB), a Sotéia, a Basílica de Nossa Senhora Medianeira, o Museu Treze de Maio, os Chalés do Bairro Itararé, a Casa de Saúde, a Estação Férrea de Camobi e os Conjuntos Arquitetônicos da Rua Barão do Triunfo.

1.6.2 Produto da Dissertação

O documentário de curta duração que acompanha a presente dissertação pressupõe os resultados aqui encontrados e debatidos, visto que sua existência se define exatamente a partir das demandas identificadas no estudo. Deste modo, a opção por um produto audiovisual se justifica pela potencialidade que sua veiculação pode ter como elemento de fomento e valorização patrimonial. Sua essência aponta para as construções audiovisuais que alcançam os espectadores de forma mais sensível, com objetivo de ser instrumento de Educação Patrimonial. Para tanto, é importante conceituar esta prática, definida por Florêncio *et al* (2014, p.19) como iniciativa que reúne “todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o Patrimônio Cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações”.

Estas ações visam o reconhecimento, a valorização e a preservação do patrimônio, promovendo a construção coletiva de conhecimentos e, especialmente, a identificação e promoção de heranças culturais de um determinado grupo social. As decisões tomadas em relação ao produto audiovisual pressupõem seu caráter educativo e, desta forma, a articulação de um documentário de curta duração e com linguagem acessível para diferentes públicos.

Para Nichols (2005), qualquer filme pode ser definido como documentário – as diferenças existem, especialmente, nos conteúdos abordados pelos roteiros. Quando o filme aborda desejos e sonhos, materializando a imaginação humana, o produto é algo ficcional; já quando há representações sociais, chama-se popularmente este filme de documentário.

Um conceito nevrálgico para o presente estudo é a representação, já discutido anteriormente, visto que o produto da dissertação também se comporta como algo que representa, de forma metafórica, a transposição do real para a tela. Aponta Nichols (2010, p.27) que “o documentário acrescenta uma nova dimensão à memória popular e à história

¹⁸ Os exemplares são detalhados no tópico 2.3 desta Dissertação e, além disso, é possível observar a localização em mapa dos exemplares que integram o *corpus* deste estudo no Apêndice E.

social”, visto que sua relação com a história é íntima e profunda. Sua possibilidade é de que, como instrumento, o documentário seja capaz de ilustrar realidades e apontar direções.

Sua importância como representação é explicitada por Nichols (2010) de três maneiras – em primeiro lugar, os documentários apresentam retratos reconhecíveis do mundo e que permitem uma nova leitura da realidade, o que vem ao encontro dos conceitos sobre imagem e imaginários sociais já debatidos neste estudo. A capacidade de transformação que o documentário carrega em si justifica as duas outras formas de interpelação deste produto: a apresentação de interesses diferenciados e a postura ativa diante de determinadas pautas. Mesmo não-ficcionais, os documentários também mostram recortes da realidade, que significam pontos de vistas de diferentes instituições, sujeitos e grupos.

Dada a pluralidade de discursos que podem ser apresentados pelos documentários, fazendo jus à representação da realidade que expressam, sua conceituação não é simples. O delinear de alguns sentidos para o documentário é expresso a partir de suas práticas – para Nichols (2010, p.48), “os documentários não adotam um conjunto fixo de técnicas, não tratam de apenas um conjunto de questões, não apresentam apenas um conjunto de formas ou estilos”. O documentário e suas técnicas são construídos ao longo do caminho, expandindo ou reduzindo os limites deste gênero.

Mombelli (2012, p.54) corrobora ao afirmar que “é devido a sua forma de enunciação, de explicar o passado e trazer referentes diversos, que o documentário assume o papel de também ensinar a história, ao lado ou como contraponto da historiografia oficial”. Esta responsabilidade também pode ser atribuída ao que Nichols (2010) aponta como a “voz do documentário”, ou seja, a forma como o documentário “fala” com sua audiência. Através desta fala, materializada nas escolhas do documentarista, é possível produzir significados e apresentar pontos de vista.

Um documentário pode ser composto de várias vozes que se manifestam através das entrevistas, das fotografias e imagens de arquivo, das imagens contemporâneas, da *voz over*, no entanto, ele sempre irá constituir uma voz própria; a partir da conjunção dessas vozes que irão produzir um significado que traduz o ponto de vista, apresentando o argumento ou defendendo uma causa do cineasta (MOMBELLI, 2012, p.59).

O produto aqui apresentado segue, de forma geral, a lógica do modo expositivo, no entanto, esta preponderância não exclui outras expressões, com destaque para a ótica poética do tema. O caráter expositivo é definido por Nichols (2010, p.142) como a iniciativa de agrupar “fragmentos do mundo histórico numa estrutura mais retórica ou argumentativa [...]

propondo uma perspectiva, expondo um acontecimento ou recontando uma história”. Para o propósito no qual o documentário aqui discutido se propõe, é necessário o aporte histórico e informativo, objetivando a construção de conhecimentos e o estímulo a uma postura cidadã diante do patrimônio cultural material.

O modo expositivo tem como elemento marcante a adoção da “montagem de evidência”, opção que, ao substituir uma organização por continuidade, leva a sustentação do argumento¹⁹ do filme a partir de suas próprias imagens. Nichols (2010, p.58) afirma que “a montagem de evidência organiza-os [*os cortes*] dentro da cena de modo que se dê a impressão de um argumento único, convincente, sustentado por uma lógica”. Além disso, o documentário sustenta-se no discurso direto dos personagens da narrativa, sem a existência de narradores. Das “vozes” presentes, é possível destacar apenas a participação da entrevistadora e de uma fala introdutória, dado o caráter educativo do produto, contudo, todas elas são dos participantes.

A elaboração do roteiro do produto audiovisual aqui debatido vem ao encontro do que Puccini (2009) debate acerca das particularidades do documentário em sua pré-produção. O documentário, dada suas características, especialmente relacionadas com a abordagem dos temas apresentados, mostra desafios àqueles que desejam trabalhar com este tema. No entanto, é preciso transcender o lugar comum “câmera na mão e uma ideia na cabeça” – para Puccini (2009, p.176), “o estilo é facilmente associado à ampla difusão do mito de que o filme documentário exige apenas o gesto de ligar a câmera e alguma sensibilidade do cineasta para com aquilo que já existe [...] ao seu redor”.

Gerar um roteiro integra ações prévias à produção do documentário, e ele pode ser entendido, segundo Field (2001, p.2) como “uma história contada em imagens, diálogos e descrições, localizada no contexto da estrutura dramática”. Sua organização permite que uma pessoa viva alguma experiência, ou seja, há personagens que vivem ações previstas pelo roteiro. Sua estruturação se dá a partir de um paradigma dramático, apresentado como um esquema conceitual a ser seguido para a organização do roteiro. Field (2001) destaca que é possível definir três momentos representativos da narrativa construída pelo roteiro – Ato I (ou Apresentação), Ato II (ou Confrontação) e Ato III (ou Resolução).

¹⁹ Puccini (2009, p.184) aponta o argumento como “um resumo da história, com início, desenvolvimento e resolução [...] no argumento ficam estabelecidos personagens principais, ação dramática, tempo e lugar dessa ação e os eventos principais que irão compor esta história”. Para alguns autores, ele é simplesmente uma sinopse, enquanto que outros observam o argumento como algo mais elaborado, inclusive já trazendo alguns diálogos, por exemplo. Em documentários, mesmo que muito da ação dramática conte com situações imprevistas, grande parte do conteúdo pode ser previsto ainda em etapas de pré-produção, através do argumento. Fonte: PUCCINI, 2009.

O Ato I é o espaço previsto no roteiro para a apresentação da história, dos personagens, a premissa dramática e as relações entre os agentes envolvidos na trama a ser contada. Nesta fase, destaca Field (2001, p.4), há uma relação fundamental com o contexto, entendido aqui como o “espaço que segura o conteúdo da história em seu lugar”. A segunda etapa é o Ato II, onde há o desenrolar da trama e a busca, pelo personagem, de suas necessidades dramáticas, tidas para Field (2001) como aquilo que é o desejo do personagem, desde vitórias, posses e ganhos, e que são/podem ser alcançados na história. Aqui, o autor (2001, p.5) destaca que todo o drama será conflito e “sem conflito não há personagem; sem personagem, não há ação; sem ação, não há história; e sem história, não há roteiro”. Assim, após superar obstáculos determinados na história, o personagem chega a sua necessidade dramática e marca a passagem para a última parte do roteiro.

O Ato III traz as soluções para a história, resolvendo as situações apresentadas e enfrentadas pelo personagem. Este trecho traz a resolução da história, mas não coloca um “ponto final” na trama; o fim é somente o encerramento do roteiro, mas não necessariamente finaliza a história. Para conectar estes três trechos do roteiro, Field (2001) destaca a existência dos “pontos de virada” (ou *plot point*, em inglês), que são situações ou eventos que “engancham” na ação e a fazem trocar de rumo e alcançar o próximo ato. Como o roteiro de um documentário conta com diferentes variáveis, muitas vezes enfrentadas apenas no momento da gravação, sua elaboração é feita como diretriz ao trabalho, sem ser entanque ou limitador ao desenvolvimento do produto. Desta forma, as elaborações acerca do roteiro, assim como as diretrizes para sua montagem em atos e “pontos de virada”

Deste modo, diante de diferentes variáveis envolvidas na elaboração e qualificação de um produto audiovisual, é necessária a previsão e elaboração prévia de diretrizes para o roteiro de um documentário, mesmo que nem todas sejam seguidas de forma plena. Ao diretor, é preciso flexibilidade e sensibilidade tanto ao elaborar o texto como em momentos de gravação ou edição. Esta lógica coaduna com a ideia de representação que o próprio audiovisual pressupõe, fazendo um recorte da realidade e transpondo-o para o produto.

Documentário é também resultado de um processo criativo do cineasta, marcado por várias etapas de seleção, comandadas por escolhas subjetivas desse realizador [...] essas escolhas orientam uma série de recortes, entre concepção da ideia e a edição final do filme, que marcam a apropriação do real por um discurso (PUCCINI, 2009, p.177).

Para elaborar este documento, contar com uma pesquisa prévia é determinante à qualidade final do produto, tal qual corrobora Pucinni (2009, p.180) ao destacar que a

pesquisa é o “instrumento para organizar a produção de um documentário”. Deste modo, a presente Dissertação mostra-se como a base necessária para a construção do roteiro do documentário proposto. A partir das relações conceituais e pesquisas bibliográficas elaboradas, assim como pela análise dos resultados obtidos através dos questionários aplicados, é possível subsidiar um argumento coerente com a demanda que se destaca nos resultados.

2 LUGARES E SENTIDOS PARA O PATRIMÔNIO CULTURAL

Pensar e relacionar conceitos como memória, identidade e representação pode ser tarefa palpável quando se pensa em um espaço específico, capaz de materializar tais problematizações. O presente estudo concentra-se na cidade de Santa Maria, localizada no centro do Rio Grande do Sul. A cidade hoje ganha força como polo educacional no estado, sediando a primeira universidade pública do interior do país, a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), além de outras instituições privadas de Ensino Superior, cursos pré-vestibulares e escolas de Ensino Fundamental e Médio que atraem grande número de estudantes à cidade.

Além dessa relação importante, Santa Maria desponta como um dos maiores contingentes militares do país e é importante polo de prestação de serviços para as cidades vizinhas. No entanto, é fundamental destacar a influência da ferrovia no desenvolvimento da cidade e na construção das representações acima apontadas. Santa Maria localiza-se no centro geográfico do estado e, dada sua posição estratégica, foi ponto central e nevrálgico das linhas férreas no Rio Grande do Sul. Tal relevância a fez grande nesse contexto, refletindo em iniciativas também importantes, como o surgimento da Cooperativa de Consumo dos Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul (CCEVFRGS) e suas várias atividades em prol de seus associados, por exemplo.

As representações supracitadas (polo educacional, centralidade regional, prestadora de serviços, centro militar, entre outras) são importantes ao contexto de Santa Maria e, como acontece em outras cidades, as edificações que materializam memórias estão localizadas, em maioria, no centro urbano. Aliado a essa concentração de bens com interesse patrimonial no centro da cidade, está o lugar comum, já previsto por Riegl (2013), que preconiza o patrimônio cultural como algo necessariamente “velho” ou que traga marcas do tempo. Desta forma, o conceito geral de patrimônio cultural material pela comunidade santa-mariense tem como sinônimos principais essas edificações mais centrais.

A partir desta situação, o conceito delinea-se de forma excludente, partindo pela lógica da construção de identidades, pautada pelas diferenças. Para Silva (2009, p. 82), “a identidade e a diferença se traduzem, assim, em declarações sobre quem pertence e sobre quem não pertence, sobre quem está incluído e quem está excluído”. Há um processo de demarcação, distinguindo o que fica “dentro” e o que fica “fora”, classificando e

hierarquizando pessoas e valores. O preceito básico no qual esta identificação se sustenta, então, é a ideia de diferenciação.

A potencialidade do conceito perde força para construções delineadas sobre o que “é” e o que “não é” patrimônio cultural material, em um espaço onde o poder simbólico e as tradições têm peso para delinear situações e realidades. A representação que a edificação oferece, retomando memórias e identidades de um grupo social, não tem espaço diante de situações de desconhecimento ou indiferença.

O presente capítulo faz um breve resgate da história de Santa Maria, apresentando sua origem e evolução urbana, assim como os caracteres que a compõe. A localização importante no centro do estado a fez, desde o princípio, polo militar e, ao longo do tempo, destaque na prestação de serviços e produtos. A partir destas discussões, é possível problematizar acerca do Centro Histórico existente na cidade, delineado a partir das discussões propostas pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental do Município de Santa Maria (PDDUA) e da Lei de Uso e Ocupação do Solo do Município de Santa Maria (LUOS).

Estas legislações ratificam, através da determinação de um perímetro com índices urbanísticos diferenciados, uma área já legitimada pelo imaginário coletivo como espaço de memória e patrimônio. As discussões prévias a elas mostram os diferentes interesses envolvidos nestas negociações, chamando a atenção para os possíveis valores atribuídos a estas edificações e a este espaço também enquanto paisagem urbana. No entanto, a linha tênue entre o que “é” e o que “não é” Centro Histórico ratifica discussões propostas no trabalho acerca do poder simbólico discutido por Bordieu (2005) e a ideia de lugares de memória preconizada por Nora (1993).

Para a elaboração do questionário, foi necessária a construção de um *corpus* capaz de ilustrar diferentes exemplos de edificações com interesse patrimonial conforme os valores atribuídos por Riegl (2013) aos monumentos não intencionais e que estejam externas ao Centro Histórico local, o que é premissa básica à discussão aqui proposta. Desta forma, são apresentados os dez exemplares incluídos no questionário, justificando a inclusão dos mesmos na pesquisa, retomando brevemente seus históricos e analisando suas características e possíveis atribuições de valor.

2.1 Resgate Histórico e Contexto Cultural de Santa Maria/RS

Santa Maria é um município localizado no centro do estado do Rio Grande do Sul, distante cerca de 290km da capital, Porto Alegre (conforme Figura 1). Sua população soma 261.031 habitantes (Santa Maria em Dados, 2012), sendo 248.347 moradores da área urbana (95,1%) e 12.684 (4,9%) da zona rural. Sua economia é baseada, destacadamente, na prestação de serviços, que participa com 74, 91% do Produto Interno Bruto (PIB) do Município, seguido pela indústria (13, 45%) e pela agropecuária (2,24%). A cidade é polo regional, sendo referência para os 36 municípios que a circundam e, juntos, configuram a região central do estado do Rio Grande do Sul.



FIGURA 1 – Mapa do Rio Grande do Sul e, em destaque, a cidade de Santa Maria e a capital do estado, Porto Alegre. FONTE: Wikipédia, alterado por MARTINI, M (2015).

A historiografia local não traz um marco oficial da fundação da cidade de Santa Maria, no entanto, três antecedentes (Ruff, 2001) à ocupação local podem ser destacados. O primeiro deles é a presença de indígenas nas missões do Tape (anteriores aos Sete Povos das Missões), que incluía a região que hoje compreende a cidade de Santa Maria, seguida pelos indígenas já habitantes das Missões e, por fim, as caravanas para demarcação das fronteiras entre Portugal e Espanha. A formação da cidade de Santa Maria inicia no contexto do Tratado de Madri

(1750), quando as coroas de Portugal e Espanha acordaram os limites das suas colônias na América do Sul.

A partir da assinatura deste documento, os portugueses cedem a Colônia do Sacramento aos espanhóis que, em contrapartida, entregam o atual estado do Rio Grande do Sul e áreas em Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul e porções de terra ao norte do país. A ratificação do Tratado de Madri levou a revogação do Tratado de Tordesilhas (1494), a troca definitiva da Colônia do Sacramento pelos territórios dos Sete Povos das Missões e a definição do Rio Uruguai como limite natural entre Brasil e Argentina. O tratado definitivo para a determinação das fronteiras é o Tratado de Santo Idelfonso (1777), que revogou o de El Pardo (1761) e retomou do de Madri (1750).

Santa Maria surge a partir da necessidade de povoamento da região e de delimitação destas novas fronteiras. Ainda no início daquele século, as coroas de Portugal e Espanha assinam um convênio denominado “Tratado Preliminar de Restituições Recíprocas”, cujo objetivo era demarcar limites entre áreas de domínio espanhol e as terras brasileiras. Segundo Belém (2000, p. 21), o tratado visa restituir, de forma amigável, “tudo aquilo que por força de arma, indevidamente, houvesse sido arrebatado em guerras passadas”.

A demarcação dos limites foi iniciada em 1784 e, em 1787, a comissão mista (espanhola e portuguesa) chegou à região onde hoje é Santa Maria, visto que esta área encontrava-se exatamente na divisa entre os territórios portugueses e espanhóis. Uma segunda caravana acabou sendo enviada para executar a delimitação dos limites, já que havia uma série de discordâncias entre os membros portugueses e espanhóis do primeiro grupo.

Após anos de trabalho, a comissão é dissolvida e a parcela espanhola da equipe acaba por permanecer em seus territórios. Os portugueses, sob orientação do governador Sebastião Xavier da Câmara e do coronel Francisco João Roscio, retornam até o Arroio dos Ferreiros e, nestas proximidades, escolhem um local para acamparem e finalizarem os trabalhos de mapeamento da região. Conforme destaca Belém (2000, p. 31), “o local escolhido, então, foi a colina onde, hoje, assenta-se a cidade de Santa Maria”.

Neste lugar, os militares instalaram um quartel para a tropa, espaços para a equipe técnica, ranchos para os oficiais e uma capela. A caravana, que contava com cerca de 100 pessoas, estava instalada em terras pertencentes à sesmaria de Jerônimo de Almeida e cedidas ao padre Ambrósio José de Freitas. Esta ocupação se deu de forma organizada, na porção mais alta da região, onde foi demarcada uma “praça” (que daria origem à Praça Saldanha Marinho) e, a partir desta centralidade, os militares instalaram seus ranchos. Segundo Foletto

(2008, p. 28), “esse lugar deu origem a uma rua poeirenta, que passou a ser chamada Rua do Acampamento”.

O traçado urbano, a partir do acampamento militar, surge de forma espontânea e as primeiras edificações locais são instaladas ao longo da Rua do Acampamento e em frente à Praça da Igreja (atual Praça Saldanha Marinho). As primeiras vias de Santa Maria são poucas e simplificadas, surgindo no entorno do acampamento.

A Rua Pacífica, a que descia a colina em direção ao Passo da Areia, e que, é a Dr. Bozzano, tendo antes sido, por muitíssimos anos, do Comércio; e de Rua São Paulo, aquela em que estavam localizados o quartel, o escritório da comissão técnica e alguns ranchos confortáveis de moradia de famílias de oficiais. A essa, logo após a retirada da Partida da Demarcação, foi dado o nome de Rua do Acampamento para perpetuar-se a lembrança daqueles que, em última análise, foram os fundadores de Santa Maria (BELÉM, 2000, p. 41).

O povoamento de Santa Maria aconteceu a partir deste núcleo, nas proximidades do acampamento da Comissão Demarcadora, feito em um primeiro momento por estancieiros da região e, paulatinamente, por sujeitos vindos de diferentes partes do estado e do país (Ruff, 2001). No começo do século XIX, a cidade resume-se nas vias e praça já citadas e, então, na Rua da Conceição (atual Rua Venâncio Aires), conforme destaca Beltrão (2013).

O crescimento desta comunidade foi rápido, motivado pela popularidade da religião católica – estancieiros da região vinham para este novo núcleo que surgia, assim como familiares dos militares da caravana demarcadora, famílias paulistas e imigrantes, especialmente açorianos. A presença de um padre na comunidade era fator atrativo para novos moradores, visto que os sacramentos cristãos, como casamentos e batizados, tinham valor legal à época. Em pouco mais de dois meses de acampamento, a localidade já contava com 200 moradores.

A Comissão Demarcadora deixou a localidade em 1801, contudo, o crescimento populacional local continuou, com a chegada de novos habitantes originários de cidades como Cachoeira do Sul, Taquari, Viamão e, especialmente, de Rio Pardo.

A origem do desenho da cidade de Santa Maria, nas quais se tem a inter-relação de dois núcleos com características organizacionais e sociais diferenciadas com o espaço físico: a instalação do acampamento militar português – que deu origem a uma configuração urbana rígida segundo os padrões de um modelo de organização espacial pré-estabelecidos que vinham sendo implantados em todo o Brasil – em contraposição ao “aldeamento” do grupo indígena que, tendo que adaptar seu modelo de organização social e espacial da aldeia ao modelo português já implantado, resultando numa via mais “orgânica” e adaptada ao espaço físico acidentado (RUFF, 2001, p.21).

Quando da extinção da Capela do Acampamento, em 1801, foi criado na cidade o Oratório de Santa Maria, para que fossem efetuados batizados e outros sacramentos católicos. Dado o crescimento da localidade, o oratório foi substituído por uma Capela Curada, criada em 1812 e com atividades iniciadas em 21 de janeiro de 1814. À época, Santa Maria tinha ligações com Cachoeira do Sul e, em 1819, com a elevação da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Cachoeira à Vila Nova de São João da Cachoeira, Santa Maria passou a ser o 4º distrito daquela localidade. Em 1837, foi criada a Freguesia de Santa Maria da Boca do Monte e, em 1857, a localidade foi elevada à vila. No ano seguinte, em 17 de maio de 1858, é criado o novo Município, com a instalação da Câmara Municipal da Vila de Santa Maria da Boca do Monte. No ano de 1876, a vila foi elevada e então se tornou Cidade de Santa Maria.

As edificações dos primeiros tempos de localidade eram construídas com madeira e argila, ou seja, materiais disponíveis no local – além de ratificar a influência portuguesa na arquitetura local e a tradição das localidades. Foletto (2008, p. 29) aponta a arquitetura de taipa como técnica adotada à época em Santa Maria, onde estruturas de madeira ou taipas de taquaras eram entrelaçadas e posteriormente preenchidas com barro batido à mão. Nos registros de viagem de Auguste de Saint-Hilaire, Santa Maria possuía cerca de 30 casas nos primeiros anos de 1820 – o pesquisador francês esteve na cidade, à época um pequeno vilarejo de cerca de 2000 pessoas, conforme dados de Beltrão (2013).

Estas poucas casas estavam distribuídas em um “par de ruas” (SAINT-HILAIRE, 1997, p. 338), hoje correspondentes as atuais Rua do Acampamento e Rua Dr. Bozzano. Sobre estilos e sistemas construtivos da época, Foletto (2008, p. 31) afirma que “não foram encontradas referências que indiquem como eram as casas [...], porém, provavelmente, seguia a tendência da arquitetura de influência luso-brasileira do restante do estado”, conforme ilustra a Figura 2.



FIGURA 2 – Registro fotográfico mais antigo de Santa Maria, datado de 1890, mostrando a Rua do Acampamento a partir da atual esquina da Rua José Bonifácio (sentido sul-norte). FONTE: BELTRÃO, 2013.

Os registros de Belém (2000) mostram que, em 1810, Santa Maria contava com cerca de cem casas e, em 1835, com mais de 160 unidades de moradia. O aumento no total de edificações em Santa Maria é estimulado, também, com a instalação de famílias de imigrantes alemães, incorporados à localidade a partir dos anos 1830. No final do século XIX, a cidade contava com 33 ruas, sete praças e suas principais edificações ainda encontravam-se dentro do perímetro do atual Centro Histórico²⁰ local.

Para Coelho e Brinkmann (*apud* Marchiori e Noal Filho, 2008, p. 88), os edifícios de destaque em Santa Maria eram, em 1899, a “Estação da Estrada de Ferro, Theatro Treze de Maio [...], Templo Maçônico, Templo Gótico Evangélico [...], Clube Caixeiral e Intendência Municipal”. Fortes (*apud* Marchiori e Noal Filho, 2008) coaduna com os autores supracitados quanto às edificações de destaque da época, no entanto, em suas anotações de viagem, faz referência também aos bairros que circundam o centro da cidade: Itararé, Vila Rica (atual bairro Rosário), Aldeia (região da atual Praça Roque Gonzalez e Avenida Presidente Vargas), Alto da Eira (região que abriga o atual bairro Dores) e Passo da Areia.

Após ser elevada à categoria de vila, Santa Maria goza de rápido progresso, estimulado especialmente pelo comércio forte, dirigido pelos imigrantes alemães que aqui viviam. Destaca Ruff (2001) que as ruas previstas para a expansão da malha urbana à época

²⁰ O Centro Histórico local, denominado Zona 2 a partir da Lei de Uso e Ocupação do Solo do Município de Santa Maria (LUOS), será pormenorizado e problematizado no item 2.2 desta Dissertação.

foram todas executadas e entregues à comunidade, assim como outras que não haviam sido planejadas anteriormente, como a Rua Tuiuti. No final do século XIX, o assentamento dos trilhos até a Estação Férrea é terminado, sendo que a linha férrea entre a cidade e Porto Alegre foi oficialmente inaugurada em 1885.

Já na primeira década do século XX, os registros do viajante Hemetério Velloso da Silveira (*apud* Marchiori e Noal Filho, 2008) apontam para obras relevantes fora do centro da cidade e que ratificam o perfil militar de Santa Maria. Segundo ele, em 1910, havia a expectativa da construção de três quartéis para a cidade. Esta informação é parcialmente ratificada por Brenner (2013, s/p), ao informar que o mais antigo dos quartéis de Santa Maria foi inaugurado em 21 de abril de 1913, com obras iniciadas em 1910. O quartel, localizado no final da atual Rua Dr. Bozzano, foi construído para abrigar o 7º Regimento de Infantaria Blindada e, atualmente, a 6º Brigada de Infantaria Blindada “Brigada Niederauer” está aquartelada naquela edificação.

João Belém, em texto publicado na “Revista Comemorativa do Primeiro Centenário (1814–1914)”, destaca edificações de importância à época, já alcançando espaços além do núcleo urbano original. As edificações que dispunham de destaque arquitetônico no centro eram

O palacete do Banco da Província; o amplo e confortável quartel do 7º Regimento da Infantaria, considerado, por enquanto, o primeiro do Rio Grande do Sul; o palacete do Dr. Astrogildo de Azevedo; o do capitalista Sr. José Carlos Kruehl; o Colégio Sant’Anna; o dos Irmãos Maristas; a Igreja Católica; a Igreja Evangélica; a Intendência Municipal; o Quartel General da 3ª Brigada Estratégica; o Coliseu Santa-Mariense; o Theatro Treze de Maio; o palacete do Sr. Theodor Carstein; o sobrado onde funciona a União dos Caixeiros Viajantes; e muitas outras casas que, sem ser alterosas, são de arquitetura moderna, de gracioso estilo, impressionando bem ao forasteiro que visita a cidade” (BELÉM *apud* MARCHIORI E NOAL FILHO, 2008, p. 146).

Santa Maria alcança seu apogeu econômico no período de crescimento das instalações ferroviárias na cidade. Destaca Ruff (2001, p.41) que “Santa Maria passou efetivamente a se tornar o ponto focal das estradas de ferro no Rio Grande do Sul”, centralizando a diretoria da *Compagnie Auxiliaire de Chemins de Fer au Brésil*²¹ e ganhando força no contexto comercial e de serviços no estado. No cenário urbano desta época, a Avenida Rio Branco ganhou destaque – à época, ainda era denominada Avenida Progresso, marcando o principal acesso da Gare ao centro da cidade. Neste período, surgem novos núcleos urbanos mais afastados do centro, como o bairro Itararé e Rosário, ambos originados por iniciativa de ferroviários.

²¹ Empresa belga que arrendou a rede ferroviária no Rio Grande do Sul desde 1898 até 1920, quando foi criada a Viação Férrea do Rio Grande do Sul (VFRGS).

Também é importante destacar a construção de edificações que ainda contam com importância para a memória e identidade santa-mariense, conforme traz Belém (2000) ao apontar a edificação da União dos Caixeiros Viajantes, o Clube Caixeiral Santa-Mariense, o Banco Pelotense (existia no local onde hoje está instalada a agência central do Banrisul, junto à Praça Saldanha Marinho), o Banco Nacional do Comércio, o Hospital de Caridade, a Igreja Metodista, o Colégio Centenário, o Hospital Militar, os quartéis do 7º Regimento da Infantaria e o 5º de Artilharia Montada, o Farol Hotel e as edificações da Cooperativa da Viação Férrea (escolas de Artes e Ofícios e o Hospital) como bens culturais locais. O mesmo autor acrescenta, posteriormente, outra edificação de importância na cidade – o 1º Regimento de Cavalaria da Brigada Militar (2000, p. 185), localizado no atual Bairro Nossa Senhora das Dores.

Além do potencial diante da instalação da ferrovia na cidade, as atividades educacionais passaram a ganhar força na cidade. Destaca Ruff (2001, p.75) que, paralelamente ao desenvolvimento da ferrovia local, “instalavam-se diversas e boas escolas e, devido a sua boa reputação em todo estado que crescia a cada dia, efetivou-se como uma das cidades do estado que possuía a maior movimentação de estudantes”. Este novo público gera diferentes demandas, especialmente de equipamentos culturais – à época, surgem novos cinemas e teatros, assim como cafés e outros espaços de convivência. A vocação educacional de Santa Maria é ratificada com a fundação da Universidade Federal de Santa Maria²² (UFSM), no ano de 1960.

Destaca Ruff (2001, p.93) que as bases da formação da cidade – a ferrovia e as instâncias educacional e militar – passam por transformações importantes ao longo da história de Santa Maria, com destaque para as décadas de 1960-1990. A rede férrea foi privatizada na década de 1990 e, com isto, muitos ferroviários ficaram desempregados, assim como diferentes instalações foram deixadas à deriva (como as edificações da Cooperativa dos Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul e a própria Gare da Viação Férrea, por exemplo).

O resgate cronológico apresentado acerca das edificações identificadas como relevantes sob a ótica do Patrimônio Cultural ratifica a importância do centro da cidade como formador do repertório local. Tal situação é compartilhada com diferentes espaços urbanos, visto que os centros são, na grande parte das cidades, os epicentros da ocupação territorial e, por conseguinte, da formação de cidades. Esta pauta ganha força em estudos de requalificação

²² A fundação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e sua importância para Santa Maria serão abordadas no tópico 2.4.2 desta Dissertação.

urbana, patrimônio cultural, memória e imaginário urbano, contudo, transcender os limites do centro histórico pode ampliar o horizonte existente em relação à compreensão e à própria valorização das edificações como bens culturais.

Há grande coincidência entre o atual perímetro do Centro Histórico local com os pontos de maior concentração de edificações com interesse patrimonial. Tal relação ultrapassa a materialidade das edificações e é ratificada, em um processo contínuo, através da atuação do imaginário coletivo. Ele contribui como agente que legitima estes espaços também como o reduto do patrimônio cultural material santa-mariense, hipótese discutida no presente estudo.

2.2 Legitimação do Centro Histórico Local – Campo de Lutas Simbólicas

As áreas ocupadas pelo acampamento militar que originaram o atual Município de Santa Maria hoje correspondem à região central da cidade, com destaque para a Rua do Acampamento, cujo nome já homenageia o fato. A evolução da malha urbana santa-mariense ganhou força para as porções oeste, norte e sul, com o surgimento de vias como as atuais ruas Silva Jardim, Venâncio Aires e Dr. Bozzano, por exemplo. A hoje Avenida Presidente Vargas era denominada “Estrada da Aldeia”, como já registra Beltrão (2013) nos anos de 1819, 1848 e 1883.

Próxima à então a primeira Igreja Matriz e ao contíguo Cemitério Municipal, iniciava a Rua General Rafael Pinto (posteriormente denominada Rua Coronel Valença, Avenida Progresso e, atualmente, Avenida Rio Branco), seguindo para a região norte da cidade. Junto com a Rua do Acampamento, estas vias acabaram por articular um eixo importante para a malha urbana local e, especialmente, para a formatação do centro da cidade. A relação entre a Avenida Rio Branco e a Rua do Acampamento é mediada pela Praça Saldanha Marinho (já denominada Praça da Matriz), elemento central na história da ocupação e surgimento de Santa Maria. A evolução urbana do Município de Santa Maria é ilustrado pela Figura 3.

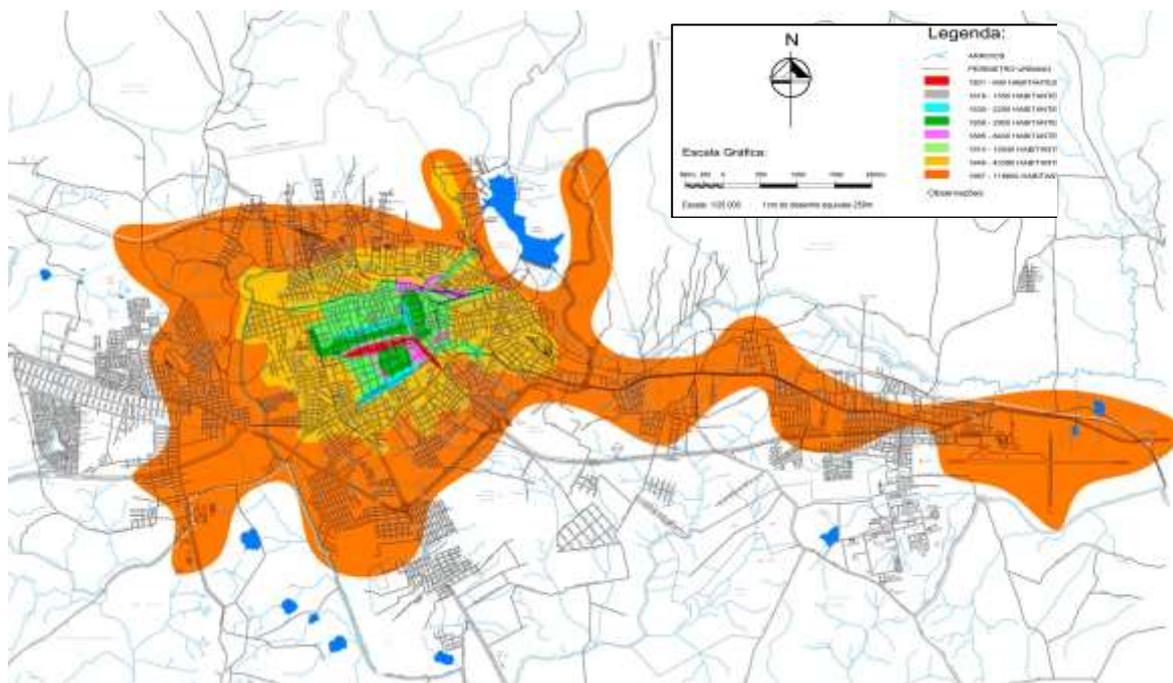


FIGURA 3 – Evolução urbana do Município de Santa Maria. Em vermelho, a primeira área de ocupação na cidade, junto ao antigo acampamento militar (hoje atual Rua do Acampamento). FONTE: Instituto de Planejamento de Santa Maria (2003).

O Município de Santa Maria conta, desde 2005, com um perímetro definido como espaço de salvaguarda do patrimônio histórico e cultural local. Inserido dentro da Macrozona Centro, a Zona 2 (ou Centro Histórico) é uma região com regimes urbanísticos particulares e procedimentos diferenciados para intervenções. Deste modo, o anexo 6.1 da Lei de Uso e Ocupação do Solo do Município de Santa Maria²³ (LUOS) determina as especificidades para imóveis inseridos na área delimitada pela Zona 2 (ver Figuras 4 e 5).

O perímetro em questão é definido pelo Anexo 5 da LUOS e tem início a partir da linha férrea Santa Maria – Uruguaiana, seguindo, em sentido horário, o Viaduto da Avenida Assis Brasil, Rua Ernesto Becker, Rua José do Patrocínio, Rua André Marques, Rua Ângelo Uglione, Rua Riachuelo, Rua General Neto, Avenida Nossa Senhora Medianeira, até chegar a Rua Floriano Peixoto, completando a região.

²³ Lei Complementar nº 072/09, de 04 de novembro de 2009.



FIGURA 4 – Mapa da sede do Município de Santa Maria e Centro Histórico local sinalizado. FONTE: Instituto de Planejamento de Santa Maria com edição da autora.

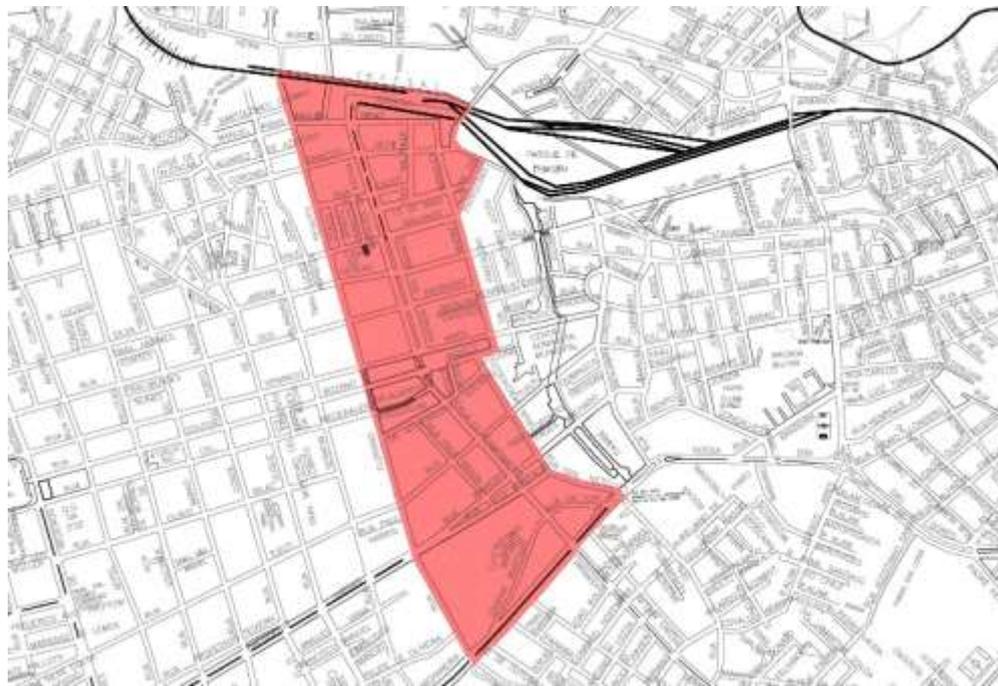


FIGURA 5 – Zona 2/Centro Histórico. FONTE: Instituto de Planejamento de Santa Maria com edição da autora.

Projetos de modificação, acréscimo, demolição ou de novas construções na Zona 2 devem ser analisados de forma individualizada pelo Instituto de Planejamento de Santa

Maria²⁴ (IPLAN), autarquia da Prefeitura Municipal de Santa Maria (PMSM) que responde pela gestão do planejamento urbano na cidade. Os índices de ocupação²⁵, aproveitamento²⁶ e verde²⁷ não são determinados pela LUOS, visto que resultam da combinação de diferentes fatores (alturas máximas, critérios de ventilação e iluminação, entre outros). Outras diretrizes, como afastamentos e recuos, são determinadas a partir da localização do lote dentro da Zona 2 (há diferenciações nos trechos da Avenida Rio Branco, por exemplo) ou ainda seguem o regime proposto para outras zonas da cidade.

A partir da observação destas determinações apontadas pelo regime urbanístico previsto para o Centro Histórico, é possível perceber que há a institucionalização de diretrizes que garantam a manutenção do patrimônio cultural santa-mariense, seja a edificação de forma isolada, seja o conjunto arquitetônico ou a paisagem urbana. Estas iniciativas coadunam com os apontamentos feitos pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Santa Maria²⁸ (PDDUA), visto que este documento pressupõe a preservação do patrimônio cultural local como premissa para suas atividades.

A LUOS considera que aqueles bens reconhecidos como patrimônio histórico e cultural devem ser considerados “potencialidades urbanas”, visto que possuem valor simbólico, além de significados à comunidade e à identidade cultural. Promove-se, desta forma, “um ponto de referência urbana da cidade” (LUOS, 2009, p. 33). Já o PDDUA ratifica a preocupação com a preservação do patrimônio cultural santa-mariense, incluindo esta demanda nas Diretrizes Gerais de Desenvolvimento Urbano Ambiental (artigo 2º, inciso X).

Contudo, o delinear desta área específica de preservação, salvaguardada legalmente e já ratificada pelo imaginário social, foi complexo e marcado por diferentes interesses. O Plano Diretor santa-mariense teve suas primeiras discussões iniciadas em 2001 e foi aprovado em 2005 – neste período, foram promovidas várias oficinas participativas, encontros com

²⁴ Inicialmente denominado “Escritório da Cidade”, o Instituto de Planejamento de Santa Maria (IPLAN) é uma autarquia ligada à Prefeitura Municipal de Santa Maria, criada em 2005 através da Lei Municipal nº4875/05. O principal objetivo do IPLAN é “assegurar a qualidade de vida, a justiça social e o desenvolvimento das atividades econômicas, sempre observando as exigências fundamentais de ordenação e sustentabilidade da cidade” (Art. 2º, Lei 4875/05). Sua denominação foi alterada com a Lei da Reforma Administrativa (Lei Municipal nº5769/13).

²⁵ Índice de Ocupação é “a relação entre a projeção no plano horizontal da área ocupada pela edificação e a área total do terreno”. Seu cálculo é $IO = \frac{\text{Área da Projeção Horizontal Máxima}}{\text{Área do Terreno}}$. FONTE: LUOS, 2005.

²⁶ Índice de Aproveitamento é “a relação entre a área total edificada computável e a área total do terreno”. Seu cálculo é $IA = \frac{\text{Área Total Edificada Computável}}{\text{Área do Terreno}}$. FONTE: LUOS, 2005.

²⁷ Índice Verde é “a relação entre a área permeável do terreno e sua área total”. FONTE: LUOS, 2005.

²⁸ Lei Complementar nº034/2005, de 29 de dezembro de 2005, alterada pela Lei Complementar nº 043/2006, de 29 de dezembro de 2006.

lideranças e audiências públicas²⁹ para delinear as diretrizes e os planos de ação do novo PDDUA. A Secretaria de Município de Planejamento (antigo Escritório da Cidade e atual Instituto de Planejamento de Santa Maria) foi a responsável pela elaboração do Plano Diretor e, por consequência, das proposições acerca do Patrimônio Cultural. Diferentes discursos se materializaram a partir destas discussões, com destaque para posições dicotômicas entre aqueles que eram favoráveis e os contrários à preservação através de um perímetro diferenciado (ver Figuras 6, 7 e 8). É importante destacar, na imagens abaixo, que o uso da palavra “tombado” retoma certos estigmas em relação ao termo, gerando uma imagem negativa para as ações de preservação do patrimônio cultural.



FIGURA 6 – Capa do jornal “Diário de Santa Maria”, de 29 de novembro de 2004, trazendo como manchete principal a elaboração do Plano Diretor do Município de Santa Maria e a discussão acerca da delimitação de um perímetro de salvaguarda do patrimônio cultural local. FONTE: Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria.

²⁹ Tais protocolos, assim como especificações e obrigatoriedades do Plano Diretor, estão previstos e regulamentados pelo Estatuto da Cidade (Lei 10.257/01).



FIGURA 7 – Reportagem do jornal “Diário de Santa Maria”, de 21 de fevereiro de 2005, mostrando a polêmica no debate das políticas de preservação do patrimônio cultural santa-mariense. FONTE: Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria.



FIGURA 8 – Reportagem do jornal “Diário de Santa Maria”, de 22 de fevereiro de 2005, destacando a apresentação da proposta de delimitação da Zona 2. FONTE: Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria.

A Secretaria elaborou uma lista com as edificações cujo interesse patrimonial era relevante à cidade e determinante para sua preservação. Os proprietários foram identificados e, através de reuniões promovidas pela equipe responsável pela elaboração do documento, foram apresentados os incentivos previstos como contrapartida à preservação dos bens. A

situação final, após uma sequência de debates, foi o delinear de um perímetro com regime urbanístico diferenciado – a supracitada Zona 2. Fruto da negociação de diferentes frentes, esta área materializa memórias e ratifica, através de reconhecimento legal, um espaço já imaginado enquanto lugar de patrimônio.

Esta zona engloba expressivo volume de edificações com interesse patrimonial, com destaque, por exemplo, para a Mancha Ferroviária, para a Catedral Metropolitana e para grande parte das edificações que compõem o acervo *Art Déco* santa-mariense. Dentro do conjunto das edificações ligadas à Ferrovia, é possível citar a Gare da Viação Férrea, a Escola Industrial Hugo Taylor, a Escola Santa Terezinha, o Conjunto Operário da Vila Belga, a sede da Cooperativa de Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, entre outros. Também estão localizados nesta zona o Theatro Treze de Maio, o antigo Palácio de Justiça, a Praça Saldanha Marinho, a Catedral do Mediador (Igreja Anglicana local), o antigo prédio da Reitoria da UFSM, entre outros (ver exemplos na Figura 9).

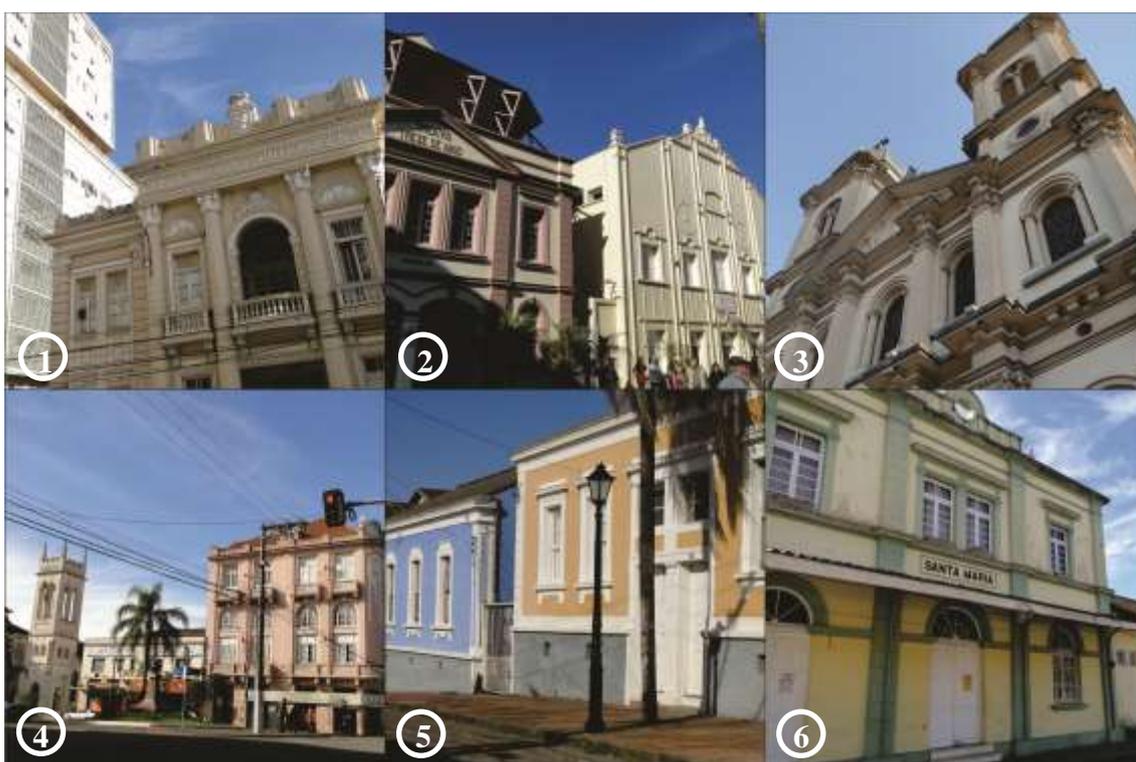


FIGURA 9 – Imagens do Centro Histórico de Santa Maria: (1) Clube Caixeral Santamariense; (2) Theatro Treze de Maio; (3) Catedral Metropolitana de Santa Maria; (4) respectivamente, a Catedral do Mediador e o edifício da Sociedade União dos Caixeiros Viajantes (SUCV); (5) Vila Belga e (6) Gare da Viação Férrea. FONTE: a autora.

Apesar da medida de salvaguarda garantir certo domínio diante do espaço englobado pelo perímetro da Zona 2, seja através da responsabilidade do Instituto de Planejamento de Santa Maria ou através do regime urbanístico diferenciado, as edificações localizadas em

outras zonas da cidade seguem sem proteção legal. O centro de Santa Maria e sua paisagem urbana já povoam o imaginário coletivo enquanto espaço de patrimônio, contudo, em outras regiões da cidade, tal situação é diferenciada. Outras edificações ficam submetidas ao regime das zonas onde estão inseridas, não havendo a necessidade expressa de avaliação do Instituto de Planejamento de Santa Maria para iniciativas como reformas ou demolições em edificações com potencial interesse patrimonial.

A situação local mostra que a discussão acerca do Patrimônio Cultural se dá em um espaço de conflitos e disputas simbólicas, especialmente na valorização e convivência com o que “é” patrimônio. As sociedades representam seu passado e constroem seu presente também a partir do patrimônio, fundamentando suas identidades e imaginários a partir das relações que dali surgem. Conforme Rodrigues (1994, p.105), o Patrimônio Cultural “é, por isso, um campo de disputas simbólicas no qual se refletem as possibilidades de cada segmento social apropriar-se do passado e manter ou conquistar o acesso pleno aos direitos sociais”.

O debate sobre o Patrimônio Cultural se estabelece em um campo social, conceituado por Bordieu (2005) como um espaço de disputas e conflituoso, palco das relações entre os diferentes campos que compõe a sociedade. Neste espaço, as representações estão em jogo e sob influência do poder simbólico, apontado pelo autor (2005, p.9) como “um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem *gnoseológica*: o sentido imediato de mundo [...] uma concepção homogênea do tempo, do espaço, do número, da causa, que torna possível a concordância entre as inteligências”.

Tal disputa se configura em microcosmos de lutas simbólicas entre classes – no campo do Patrimônio Cultural, distintos grupos entram em conflito para ratificar seus interesses.

O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for *reconhecido*, quer dizer, ignorado como arbitrário (BORDIEU, 2005, p.14).

Enquanto força que constrói a realidade, o poder simbólico ratifica tradições e imaginários, levando a elaboração de espaços já conceituados como lugares onde “existem” patrimônios. Nestes pontos, não há contrapostos em relação à ideia do que seja patrimônio cultural material, no entanto, é relevante ter consciência de que tal ideia é fruto de uma construção, de uma representação. Deste modo, outros espaços também podem retomar

memórias e serem agregados ao que hoje comumente se considera patrimônio cultural em Santa Maria.

Estes espaços em debate se configuram como “lugares de memória” (Nora, 1993), confirmando o potencial do patrimônio como elemento participante na formação das identidades. Assim, eles fomentam mudanças na relação entre comunidade e patrimônio, estando a chave desta situação na aproximação de temas como memória e identidade – o determinante é a relação entre passado e presente, ratificado a partir de ideias como pertencimento e valorização.

Os lugares, quando investidos de “vontade de memória”, transpõem a condição de espaços históricos para alcançar o patamar de lugares de memória. Estas posições são diferenciadas, como explicita Nora (1993, p.9), ao definir que “a memória é vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento”, enquanto que a história é “a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais”. A história representa o passado, enquanto que a memória é o elo do que já passou com o presente, relacionando grupos sociais e espaços.

Mesmo diferentes, memória e história aproximam-se e são necessárias uma a outra. A memória, como destaca Mombelli (2012, p.33), “é vivida, é afetiva, está viva nas pessoas, nos grupos, é dinâmica, mantém-se pelo culto, pelas tradições, é absoluta, pois há nela elementos que são inacessíveis”. Para mantê-la, então, é preciso fixá-la em discursos, falas e materializações; desta forma, temos histórias e representações do passado, não somente memórias. Uma característica relevante para Nora (1993, p.7) é que os “locais de memória *[existem]* porque não há mais meios de memória”.

O espaço identificado, no centro de Santa Maria, como lugar de memória, carrega consigo características que o fazem relevante na história local e capaz de materializar elementos da memória da urbe. A materialização dessas memórias, no centro local, se dá especialmente através das edificações cujo valor patrimonial é atribuído por sua comunidade. Desta forma, como elementos materiais, estas imagens subsidiam imaginários sociais acerca do patrimônio e das memórias ali cristalizadas.

Bazcko (*apud* Pesavento, 1994) acredita que as cidades e espaços como estes são resultado, também, das projeções dos imaginários sociais. Deste modo, a formação e configuração de determinado espaço urbano pressupõem uma existência imaginada – uma representação de que a cidade materializada é construída previamente pelos agentes sociais ali envolvidos. Estes espaços se transformam a partir dos habitantes do espaço, como destaca

Pesavento (1999, p.16) ao afirmar que “esse espaço sonhado, desejado, batalhado e/ou imposto é, por sua vez, também reformulado, vivido e descaracterizado pelos habitantes da urbe, que, a seu turno, o requalificam e lhe conferem novos sentidos”.

A cidade de Santa Maria deve sua existência, formatação, morfologia e rotinas ao que foi imaginado anteriormente que ela seria – acampamento militar, centro ferroviário, polo na prestação de serviços, cidade universitária e tantas outras atribuições possíveis. Seu centro materializa grande parte dessas memórias, no entanto, essa espacialização não é definitiva nem excludente. É indiscutível que a cidade abriga outras representações, assim como edificações com interesse patrimonial que transcendem esta linha imaginada e definida legalmente como espaço de proteção patrimonial.

2.3 Recorte Espacial e Apresentação das Edificações Referenciais

Para que as hipóteses deste estudo sejam confirmadas ou refutadas, é necessária a elaboração e adoção de instrumentos de pesquisa, já explicitados no tópico 1.6.1 desta Dissertação. O questionário organizado para tal apresenta exemplares com relevância para a cidade de Santa Maria e compartilham uma localização alheia ao Centro Histórico local. As motivações e construções metodológicas que norteiam a escolha destes exemplos são apontadas no tópico supracitado, no entanto, é necessário pormenorizar as razões do interesse patrimonial de cada um deles, assim como sua avaliação a partir dos valores atribuídos aos monumentos não intencionais, conforme Riegl (2013).

EXEMPLARES	VALORES DE MONUMENTO (Riegl, 2013)					
	Antiguidade	Histórico	Memória Intencional	Uso	Novidade	Artístico Relativo
Residência Dátero Maciel						
Cidade Universitária “Dr. José Mariano da Rocha Filho”						
6º Batalhão de Infantaria Blindada						
Sotéia						
Basílica de Nossa Senhora Medianeira						
Museu Treze de Maio						
Chalés do Bairro Itararé						
Casa de Saúde						
Estação Férrea de Camobi						
Conjuntos da Rua Barão do Triunfo						

TABELA 1 – Atribuição dos valores de Riegl (2013) ao *corpus* de análise do estudo. FONTE: a autora.

Através da Tabela 1, detecta-se a presença de todos os valores apresentados por Riegl (2013) no *corpus* proposto, o que proporciona uma discussão plena da atribuição de diferentes valores a esses monumentos. A partir desses exemplares, com o suporte do instrumento de pesquisa já apresentado, propõe-se a problematização da atribuição de valores ao patrimônio local. A seguir, apresentam-se pormenores de cada exemplar incluído no *corpus* deste trabalho.

2.3.1. Residência Dátero Maciel



FIGURA 10 – Residência Dátero Maciel. FONTE: a autora.

Localizada na Rua Venâncio Aires, quase na esquina com a Rua Marechal Floriano Peixoto, a Residência Dátero Maciel é reconhecida como uma das pioneiras da arquitetura santa-mariense na adoção de linhas modernistas³⁰ em seu projeto. Construída em 1936, a residência é projeto do engenheiro Luiz Bollick e sua planta baixa original contava com dez cômodos no térreo e outros seis no andar superior, além de terraço e hall de acesso. Há registros de uma ampliação no térreo da edificação, em 1957, quando cozinha e dispensa

³⁰ Movimento arquitetônico introduzido no início deste século por arquitetos europeus e americanos, como Walter Gropius (1883 – 1969) e Frank Lloyd Wright (1869 – 1959). Caracteriza-se pelo uso de formas geométricas, composição assimétrica, ausência de ornamentação e amplas aberturas nas fachadas, geralmente em faixas horizontais. No Brasil, é introduzido na década de 1930, sendo influenciado especialmente pelos princípios estabelecidos por Le Corbusier. A Arquitetura que segue os princípios do Modernismo ou que tem suas características é chamada de Arquitetura Moderna. É também chamado Estilo Internacional. Fonte: ALBERNAZ e LIMA, 2000.

foram modificadas. Destaca Foletto (2008, p.161) que o engenheiro foi cuidadoso na execução do projeto, visto que “especificou várias características da residência [...] e percebe-se, pela descrição do material a ser utilizado na obra, o cuidado com a qualidade do produto final”.

As linhas adotadas na volumetria da edificação combinam traços retilíneos e curvos, incluindo ambientes, como a sala de visitas e a escadaria, com trechos de sua fachada em semicircunferência. A Residência Dátero Maciel conta com sacadas com guarda-corpos em ferro e janelas basculantes. A harmonia na composição da fachada, ainda segundo a autora, aponta para características do *Art Déco*, escola arquitetônica anterior ao modernismo. A Residência Dátero Maciel está recuada em relação ao alinhamento e foi construída em cota superior ao nível da rua, o que gera espaço amplo para circulação no entorno da residência e garante imponência à edificação.

A partir da observação dos valores de monumento de Riegl (2013), é possível apontar à Residência Dátero Maciel os valores histórico, de uso e de novidade. Sua relevância no sentido histórico se deve, especialmente, a posição de vanguarda que esta edificação possui diante do panorama da arquitetura Moderna local. A partir de edificações como esta, a escola Modernista ganhou força e reconhecimento no contexto santa-mariense, o que viria a culminar com grandes obras, como o Edifício Taperinha e a Cidade Universitária Dr. José Mariano da Rocha Filho, edificadas nos anos 1950 e 1960, respectivamente.

O potencial dos valores de atualidade é latente, principalmente porque seu uso original ainda é mantido, ou seja, desde sua construção, ela sempre se prestou para ocupação residencial. No entanto, para além da utilização como moradia, seu uso para atividades comerciais ou de prestação de serviços, por exemplo, seria viável. A localização favorável desta edificação, por exemplo, a faz potencialmente factível para novas utilizações.

O caráter de novidade também se expressa nesta edificação, coadunando com Riegl (2013) em suas classificações. A valorização de um monumento a partir das aspirações artísticas atuais é o que o faz gozar deste valor. No caso da Residência Dátero Maciel, o traçado Moderno ainda se faz importante como referência para as arquiteturas contemporâneas em Santa Maria, mesmo já com um distanciamento de quase 80 anos.

2.3.2. Cidade Universitária “Dr. José Mariano da Rocha Filho”



FIGURA 11 – Cidade Universitária “Dr. José Mariano da Rocha Filho”. FONTE: a autora.

A Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) foi fundada em 14 de dezembro de 1960, a partir da assinatura da Lei 3834-C pelo então Presidente da República Juscelino Kubitschek. No entanto, as tratativas para a criação da UFSM foram iniciadas anos antes: a UFSM surgiu a partir da Escola Livre de Farmácia, criada em 1931. A partir de 1945, o Dr. José Mariano da Rocha Filho, médico egresso da Faculdade de Medicina da Universidade do Rio Grande do Sul (URGS, atualmente UFRGS), assume a direção da escola e a luta pela vinculação do curso santa-mariense àquela universidade para desafogar a instituição das dificuldades financeiras da época.

A instituição não era favorável à indexação das faculdades localizadas no interior do Rio Grande do Sul³¹ e, para cumprir o dispositivo constitucional que determinou à UFRGS a anexação das instituições, surge em Santa Maria a Associação Santa-mariense Pró-Ensino Superior (ASPES). Criada em 1948, sob a liderança de Mariano da Rocha Filho, a comunidade de Santa Maria passou a se articular também para consolidar a oferta de Ensino Superior na cidade.

A ASPES foi uma entidade determinante para a consolidação do desejo de expansão da oferta de cursos superiores tanto em Santa Maria como em outros municípios do país,

³¹ Além da Faculdade de Farmácia de Santa Maria, buscavam a indexação à URGS as Faculdades de Odontologia e de Direito de Pelotas. Fonte: BARICHELLO, 2001.

ampliando o potencial da interiorização da educação superior no Brasil. Segundo Barichello (2001, p.148), “a entidade gestionava junto aos políticos em nível local, estadual e nacional, elaborava o plano de funcionamento dos cursos e decidia a manutenção dos mesmos com a comunidade”. Através da ASPES, Santa Maria passou a contar com outros cursos além da já existente Faculdade de Farmácia: em 1954, foi criada a Faculdade de Medicina e, através das Faculdades Agregadas, a cidade podia contar com os cursos de Filosofia, Ciências Políticas e Econômicas, Direito e Enfermagem.

À época, também já havia a Faculdade Politécnica, sediada na Escola Industrial Hugo Taylor e, tão logo, a oferta dos cursos de Agronomia, Veterinária e Belas Artes. A criação da UFSM foi um marco na interiorização do Ensino Superior no Brasil e, segundo Barichello (2001), consagrou toda a dedicação de uma comunidade que, por cerca de 30 anos, atuou em prol da oferta de cursos superiores em Santa Maria. A concretização de um espaço físico para esta nova Universidade foi possível a partir da doação de terras realizada pelas famílias Tonetto e Behr, no bairro Camobi.

Segundo Pavezi (2010), assim que a USM foi criada, Mariano da Rocha Filho entrou em contato com Oscar Valdetaro e Roberto Nadalutti³², arquitetos responsáveis pelo projeto da Faculdade Politécnica, já em andamento na área recebida por doação. Assim, as primeiras discussões sobre o projeto da nova Universidade eram iniciadas, e as diretrizes já delineadas para este novo empreendimento eram alinhadas com o pensamento Modernista da época.

Pavezi (2011, p.17) destaca que as propostas idealizadas para Santa Maria tiveram inspiração “nas soluções desenvolvidas para a Cidade Universitária do Rio de Janeiro [...] e nos projetos de Le Corbusier e Lúcio Costa para a Cidade Universitária do Brasil”. Tanto no contexto urbano como nos projetos arquitetônicos, o Modernismo foi referência para diferentes cidades universitárias edificadas no Brasil durante o século XX – em Santa Maria, não seria diferente. A área doada à ASPES, de inicialmente 40 hectares, foi ampliada com a criação da UFSM, chegando a 578 hectares.

Neste espaço, a Cidade Universitária Dr. José Mariano da Rocha Filho foi edificada. Seu projeto tinha um determinante importante – a edificação correspondente à Faculdade Politécnica (atual Centro de Tecnologia) já estava em construção, assim como a via principal,

³² Oscar Valdetaro e Roberto Nadalutti foram os arquitetos responsáveis tanto pelo plano da Faculdade Politécnica como pelo Plano Piloto para o campus da UFSM. Ambos egressos da Escola Nacional de Belas Artes, os dois foram sócios por longa data e tiveram atuação destacada no ramo da Arquitetura Hospitalar. Alguns de seus projetos são o Hospital de Clínicas de Ribeirão Preto (Ribeirão Preto/SP, 1956), a Maternidade Escola Assis Chateaubriand da Universidade Federal do Ceará (Fortaleza/CE, 1956) e o Hospital Santa Mônica (Belo Horizonte/MG, 1962). No Rio Grande do Sul, além do campus da UFSM, Valdetaro e Nadalutti tiveram participação no projeto do Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Porto Alegre/RS, 1958). Fonte: ZAMPIERI, 2011.

que já havia sido delineada. Deste modo, após cinco propostas, o Plano Diretor para o campus da UFSM foi finalizado, dividido em setores para facilitar a organização de funções e públicos, assim como as etapas construtivas. A organização da Cidade Universitária Dr. José Mariano da Rocha Filho se dá a partir da seguinte configuração.

A Avenida Central, que configura o eixo estruturador norte-sul, permite a visualização das repetidas edificações de mesma tipologia onde se concentram os diferentes setores da UFSM. Após o arco, à direita, localiza-se (*sic*) o Colégio Industrial e Técnico e os edifícios do Centro Politécnico. Na sequência, ainda do lado direito, o conjunto de Institutos que se caracterizam por ter uma tipologia linear e geométrica constituindo-se por blocos de três pavimentos sobre pilotis interligados por anfiteatros e áreas livres de circulação. À esquerda da Avenida Central, está localizado o Centro Médico – onde se concentra o Hospital de Clínicas, o Hospital de Neurologia e Psiquiatria, e as faculdades de Medicina, Enfermagem, Odontologia e Farmácia. Após este conjunto, sucede-se a presença do lago artificial e posteriormente dois prédios idênticos, dando início as faculdades Isoladas e aos edifícios residenciais. A Avenida Central bifurca-se no sentido leste-oeste e delimita um grande parque retangular, onde se situa a Praça Cívica. No sentido leste encontra-se o Centro de Esportes e no oeste o Planetário. Ao sul uma sequência de edificações singulares em seu caráter formal: Casa das Nações, Imprensa Universitária, Teatro/Cinema, Reitoria, Prefeitura e Museu (PAVESI, 2011, p.18-19).

A construção do plano diretor proposto para o novo campus foi dividido em três etapas, cujo prazo total era de cinco anos. No entanto, Grigoletti (*apud* Pavezi, 2011) destaca que grande parte da paisagem hoje presente no campus da UFSM foi edificada entre os anos 1960 e 1970. Tal situação é explicada, destacadamente, por circunstâncias políticas, administrativas e financeiras. Isto também justifica o diferente tratamento estético dado a determinadas edificações da Cidade Universitária – aquelas que integraram a primeira fase das construções, tais como o Centro Politécnico (atual Centro de Tecnologia), Hospital de Clínicas (hoje Hospital Universitário de Santa Maria), Biblioteca Central e Reitoria, por exemplo, possuem acabamento mais rico que outros, como os prédios básicos ou os atuais Centro de Ciências Rurais e Centro de Artes e Letras.

A arquitetura do campus da UFSM materializa elementos da escola Modernista em diferentes edificações. Segundo Pavezi (2011), é possível identificar o uso de brises, cobogós, pilares, murais e coroamentos, assim como pavimentos térreos com pilotis e/ou transparências, saguões marcando os acessos, estruturas aparentes, janelas em fita e a opção pela planta livre. O conjunto destas compõe o plano piloto proposto para o campus, agregando diretrizes da Arquitetura Moderna nacional de forma destacada.

A organização espacial dos setores propostos para o campus universitário segue diretrizes identificadas originalmente na proposta de Le Corbusier e Lúcio Costa para a

Cidade Universitária do Brasil e para as cidades de Brasília (Brasil) e Chandigarh (Índia). A proposta adota uma linha axial e um traçado tipo “espinha de peixe”, com as edificações paralelas a esta centralidade. Segundo Zampieri (2011, p.130), “o trajeto pela via principal, atual Avenida Roraima, permite um passeio arquitetônico que tem início em um pórtico de acesso ao *campus* [...] e é finalizado pela praça cívica”.

A Cidade Universitária Dr. José Mariano da Rocha Filho tem importância para Santa Maria como referência de arquitetura e de composição urbana, trazendo ideias e representações já em circulação no país e que, até então, apareciam de forma pontual na cidade (a exemplo da Residência Dátero Maciel, dos anos 1930, e o Edifício Taperinha, da década de 1950).

Ao mesmo tempo em que o projeto para o *campus* de Santa Maria atua como difusor da arquitetura moderna no âmbito local, devido ao seu caráter institucional e de relevância para o município; ele coloca a cidade de Santa Maria em um panorama nacional da arquitetura, uma vez que adota como sistema projetual a linguagem universal da arquitetura moderna (ZAMPIERI, 2011, p.137).

Deste modo, é possível mensurar a importância deste conjunto para a arquitetura local e sua inclusão no presente estudo. A partir dos valores propostos por Riegl (2013) e já apresentados anteriormente, a Cidade Universitária da UFSM pode ser observada tanto a partir dos valores de rememoração como daqueles de atualidade. Assim como a Residência Dátero Maciel, a Cidade Universitária enquadra-se em três valores determinados por Riegl (2013) – histórico, de novidade e de uso.

O *campus* materializa um trecho importante da história santa-mariense – a batalha de uma comunidade pela oferta de Ensino Superior na cidade. Tal empreitada hoje garante a Santa Maria uma posição importante neste segmento, visto que conta com sete instituições de Ensino Superior (Santa Maria em Dados, 2012). A posição de pioneira no Ensino Superior fora do eixo das capitais estaduais também garante à UFSM um ponto importante na história das Universidades brasileiras. Além disto, a construção do *campus* da UFSM no bairro Camobi foi determinante para sua urbanização e ocupação, potencializada a partir da década de 1960.

Em relação aos valores de contemporaneidade, o *campus* da UFSM agrega os valores de novidade e de uso. Mesmo cinquentenário, o espaço ainda é destaque para o acervo arquitetônico santa-mariense, tanto em seu traçado urbano como em suas edificações. Sua utilização é cotidiana e, paulatinamente, é ampliada conforme o crescimento da instituição.

2.3.3. Quartel da 6ª Brigada de Infantaria Blindada



FIGURA 12 – Quartel da 6ª Brigada de Infantaria Blindada. FONTE: a autora.

A edificação que abriga a 6ª Brigada de Infantaria Blindada foi construída no início do século XX e, à época, abrigava outro batalhão do Exército Brasileiro, o 7º Regimento de Infantaria (7º RI, atual 7º Batalhão de Infantaria Blindado). Em dezembro de 1910, as obras foram iniciadas, em uma coxilha localizada em uma região onde já havia tradição militar. A área ocupada pela edificação é fruto da fusão de lotes, como destaca Foletto (2008), sendo um deles propriedade do Município e repassado ao Governo Federal, enquanto que o outro era propriedade de José Carlos Kruehl³³.

A construção do prédio foi gerenciada pelo Coronel Augusto Maria Sisson, com auxílio do major Oscar Barcellos e, à época de sua construção, o entorno da edificação era somente, como destaca Foletto (2008, p.109), de “algumas chácaras de imigrantes e descendentes de alemães”. A mão de obra utilizada para edificar o quartel era do próprio 7º RI e, para tal empreendimento, foi elaborado um ramal férreo até a área, facilitando o transporte de tijolos e de outros materiais que chegavam através da linha ferroviária.

³³ José Carlos Kruehl foi o fundador da antiga Praça de Comércio de Santa Maria, entidade que gerou a atual Câmara de Comércio e Indústria de Santa Maria (CACISM). FONTE: BELTRÃO, 2013 e BEBER, 1998.

A inauguração do prédio, que abrange um quarteirão com todas as dependências, deu-se em 21 de abril de 1913, com festividade que incluiu retreta de banda, almoço e doces servidos aos militares e seus familiares [...] o quartel ficou aberto durante todo o dia para visita da comunidade e, à noite, aconteceu ato solene com presença de militares e convidados (FOLETTTO, 2008, p.109)

O batalhão atualmente aquartelado no prédio, a 6ª Brigada de Infantaria Blindada (6ª Bda Inf Bld), foi criada em 1949 a partir da 6ª Divisão de Infantaria e sua sede era em Porto Alegre/RS. Em 1972, o batalhão foi transferido para Santa Maria/RS, quando passou a ocupar um espaço junto ao Regimento Mallet. Em 1988, houve a transferência para a atual edificação, antes ocupada pelo 7º RI. A 6ª Bda Inf Bld também é conhecida como “Brigada Niederauer”, como destaca Machado (2008, p.116), “em homenagem ao seu patrono, Coronel Niederauer, santa-mariense que combateu na Guerra do Paraguai liderando várias batalhas à frente de seu batalhão”. A 6ª Bda Inf Bld hoje tem área de abrangência que corresponde aos municípios de Santa Maria, Rosário do Sul e Cachoeira do Sul, com 14 unidades subordinadas.

Já o 7º Batalhão de Infantaria Blindado, que cedeu o espaço para a 6ª Bda Inf Bld no final da década de 1980, é um dos batalhões mais antigos do Brasil. Sua origem remonta a 1631, segundo Machado (2008, p.116) quando foi criado o “Terço (Novo) da Guarnição da Praça da Bahia, para defender a colônia de ameaças estrangeiras, em especial dos holandeses”. Outros batalhões foram reagrupados para formar o atual 7º Batalhão de Infantaria Blindado, reorganizado como 7º Regimento de Infantaria no ano de 1908. Em 1913, instala-se em Santa Maria, no quartel da Avenida Borges de Medeiros. Em 1988, assume áreas junto ao Campo de Instrução do Exército e, em 2005, tem sua sede transferida para a cidade de Santa Cruz do Sul/RS.

Os valores apontados por Riegl (2013) e aplicados à edificação apontam para a questão histórica e de utilização, visto que o prédio materializa diferentes pontos importantes da presença militar em Santa Maria. A edificação aquarteleou um dos batalhões mais antigos do Brasil, que é o 7º Batalhão de Infantaria Blindado e, hoje, tem posição de destaque no contexto da 3ª Divisão do Exército. Além disso, a utilização deste espaço o faz presente no imaginário coletivo, corroborado pela tradição de uso deste espaço.

2.3.4. Sotéia



FIGURA 13 – Sotéia. FONTE: a autora.

Localizada no Passo da Areia, a Sotéia é tida como a construção mais antiga de Santa Maria. A data de sua construção é aferida a partir de relatos orais dos descendentes dos Niederauer e de cartas trocadas entre Teodoro Poettche e o próprio Coronel Niederauer. Nestas cartas, Poettche envia desenhos da edificação ao Coronel para mostrar o resultado final da obra, já que este se encontrava na Guerra do Paraguai. Assim, a estimativa mais aceita é que a edificação tenha sido construída na década de 1860, mais precisamente entre 1864 e 1868.

A família Niederauer adquiriu o terreno onde hoje está localizada a Sotéia em 1844, iniciando sua ocupação apenas em 1847. Conforme Niederauer (1997, s/p), “sobre as versões da construção da casa, a maior possibilidade encontra-se naquela que coloca como responsáveis João Frederico³⁴ e seu sobrinho, o Coronel João³⁵”. À época, havia estímulo para que a população substituísse os ranchos, usualmente edificados em barro, por casas de

³⁴ Johannes Niederauer era o terceiro filho dos imigrantes Johannes Niederauer e Margaretha Elizabetha, e nasceu em Kettenhein, no ano de 1806. Ao chegar ao Brasil, adotou o nome de João Frederico. Mascate na época da Revolução Farroupilha, decidiu fixar residência em Santa Maria em 1835, após passar por São Leopoldo, Três Forquilhas (Torres) e Porto Alegre. Fonte: NIEDERAUER, 1997.

³⁵ João Niederauer Sobrinho, também conhecido como Coronel Niederauer, era filho dos imigrantes de Philipp Niederauer e Catharina Diehl Niederauer. Nasceu em Três Forquilhas/RS e, ainda na juventude, veio com a família para Santa Maria/RS. Militar do Exército Brasileiro, faleceu em batalha durante a Guerra do Paraguai, em 1868. Fonte: NIEDERAUER, 1997.

alvenaria, buscando urbanizar o centro de Santa Maria. Mesmo distante deste núcleo central, estima-se que a construção desta casa tenha acompanhado esta tendência local.

Destaca Foletto (2008, p.110) que “sotéia é uma variante de ‘açoteia’, do árabe *assuthaiha*, que significa cobertura ladrilhada sobre edificação, ou seja, o terraço que deu nome à casa”. Neste terraço havia um mirante, arquitetado por Niederauer Sobrinho com inspiração nas construções platinas. Explica Niederauer (1997) que o mirante era utilizado nos países platinos para o controle das atividades empreendidas nas fazendas, assim como para ratificar a posição superior que o proprietário gozava nas searas social, econômica e política diante de sua comunidade.

A edificação não foi construída em uma só etapa, sofrendo três intervenções importantes, com acréscimos ou descaracterizações relevantes. A primeira iniciativa foi a edificação da ala principal e, como destaca Schlee (*apud* Niederauer, 1997), “cobertura plana (açoteia); alpendre; e [...] portas de madeira relhadas e janelas de guilhotina com verga reta”. Já em outra etapa, esta ala principal recebeu cobertura em telhas de barro com duas águas, e, para finalizar, a edificação ganhou cômodos em suas extremidades, configurando um “U”.

Para a edificação dos 32 cômodos, destaca Foletto (2008, p.111), “foram utilizados tijolos, madeira e pedra [...] para o terraço, foram usados barrotes de madeira próximos uns aos outros e lajes de arenito e, para o chão, assoalho de madeira”. A fachada contava com oito colunas esculpidas em madeira – trabalhadas com sulcos horizontais nas bases e próximo ao alto de cada coluna, esta composição era a marca diferencial da Sotéia diante das demais edificações santa-marienses.

Destaca Foletto (2008, p. 111) que “a casa pertenceu aos Niederauer até 1946, provavelmente, quando com quase cem anos de existência, já apresentava sinais de deterioração”. O novo proprietário era Frederico Guilherme Schereschewky, que recuperou a edificação e transformou-a em moradia e espaço comercial. Hoje, a edificação pertence aos herdeiros de Schereschewky e encontra-se em ruínas.

A Sotéia é o único exemplar a integrar o *corpus* deste estudo que se enquadra no valor de antiguidade de forma plena, no entanto, as condições físicas desta edificação a colocam na iminência do desaparecimento. Neste sentido, Riegl (2013, p.31) destaca que “um mero amontoado informe de pedras já não é suficiente para oferecer ao espectador o valor de antiguidade”. Este valor, ao negar qualquer interferência e aceitar a passagem do tempo, quando observado de forma efetiva, leva a destruição do próprio bem.

A Sotéia, dessa forma, faz jus a essa atribuição de valores, visto que hoje se encontra em situação degradada. Sua problematização é rica para o presente trabalho especialmente

porque ela, apesar das atuais condições, ainda incita o valor que é mais facilmente identificável pelo *homo medius*: a antiguidade como sinônimo de avarias do tempo e das intempéries. A comunidade reconhece, no lugar comum, o conceito de patrimônio relacionado a bens cuja passagem do tempo é perceptível na própria materialidade.

Além da questão da antiguidade, o valor histórico é relevante para Sotéia – sua edificação tem origens não confirmadas, no entanto, a hipótese mais aceita aponta para os Niederauer como responsáveis pela construção. Esta família tem importância para a história santa-mariense pelo pioneirismo no comércio e, especialmente, pela relevância dentro da colônia alemã local. Também há histórias populares que afirmam que Dom Pedro II havia dormido uma noite na Sotéia, fato não comprovado, mas reconhecido pela comunidade.

Contudo, uma personagem da história nacional é ligada diretamente à Sotéia – o Coronel João Niederauer Sobrinho, que era um dos proprietários da casa. Segundo Beltrão (2013, p.319), “ao morrer, havia Niederauer participado de 14 combates e duas batalhas, sempre elogiado pela sua bravura, perícia e magnanimidade para com os vencidos”. Seu busto adorna o canteiro central da Avenida Rio Branco e é o monumento mais antigo de Santa Maria.

2.3.5. Santuário Basílica de Nossa Senhora Medianeira de Todas as Graças



FIGURA 14 – Santuário Basílica de Nossa Senhora Medianeira de Todas as Graças. FONTE: a autora.

A devoção por Nossa Senhora Medianeira de Todas as Graças teve início, em Santa Maria, através de iniciativa do Padre Ignácio Rafael Valle, em 1928. Valle era um jesuíta que atuou no Seminário São José e, a partir dali, disseminou a devoção à Medianeira (COELHO, 2011). Conforme traz o histórico da Basílica (s/d), em 1930, aconteceu a primeira festividade em âmbito diocesano em homenagem à Medianeira, assim como a primeira romaria em homenagem à santa, que reuniu cerca de mil pessoas. Neste ano, também foi apresentada à comunidade a imagem de Nossa Senhora Medianeira, pintada por Ida Stafani e hoje reverenciada pelos fiéis em altar destacado na Basílica da Medianeira.

O Santuário da Medianeira teve sua pedra fundamental lançada em 1935, pelo então Bispo de Santa Maria, Padre Dom Antônio Reis. A pedra foi colocada em terreno próximo ao Seminário São José, que existia naquele local desde 1926. Como destaca Coelho (2008, p.103), “pelo projeto do arquiteto João Lapitz, o Santuário seria uma obra de grandes proporções [...] cujos recursos seriam angariados na comunidade”. No entanto, desde o lançamento da pedra fundamental até a conclusão da obra, passaram cerca de 50 anos.

Apesar da devoção crescente, a construção do templo foi muito demorada, com muitas interrupções e mudanças [...] foram vários os projetos e as suspensões das obras em função de problemas de diversas naturezas, entre os quais falta de mão-de-obra especializada (FOLETTTO, 2008, p.187).

A obra da cripta, localizada no subsolo da Basílica, teve início em 1938, com o estaqueamento e a colocação de pedras basálticas, e foi empreendida por empresas de Santa Maria e Caxias do Sul, contando com o apoio dos seminaristas do Seminário São José. Esta cripta foi consagrada em 1942, no mesmo ano em que Nossa Senhora Medianeira passou a ser a padroeira do Rio Grande do Sul. A romaria, no ano seguinte, passou a ser estadual e, a cada ano, ganhou feições cada vez maiores.

Com a retomada das obras nos anos 1970, o projeto original teve que ser revisto, para que pudesse responder às demandas dos romeiros e da cidade, que à época já era destaque regional. Como destaca Coelho (2011, p.106), já “a partir da década de 1940, começou-se a pensar na modificação da planta original, para atender a vida moderna e, principalmente, aos novos materiais e métodos construtivos que a indústria oferecia”. Durante o bispado de Dom Ivo Lorscheiter, no ano de 1974, a obra foi reiniciada e, em 1985, houve sua conclusão.

Em 1987, por decisão da Congregação do Culto Divino, passou a ser denominada “Santuário Basílica de Nossa Senhora Medianeira de Todas as Graças”. Tal atribuição é justificada, segundo Coelho (2011, p.104), porque na Basílica “além de ocorrerem

peregrinações e romarias de nível estadual, com expressão nacional, realizam-se também Congressos Diocesanos e Marianos”. O título de Basílica Menor é compartilhado com poucas igrejas no Brasil, com destaque para a Basílica de Nossa Senhora Aparecida, em São Paulo, e a Basílica de Nossa Senhora do Círio de Nazaré, no Pará. No mundo, a Basílica santamariense é a única em honra de Nossa Senhora Medianeira de Todas as Graças.

A edificação possui 60 metros de frente e 20 metros de altura e foi construída sobre a cripta. Internamente, não possui colunas e sua iluminação é feita de forma indireta, filtrada pelos vitrais que compõem diferentes painéis na porção frontal da Basílica. Nestes espaços, conta-se a história de Santa Maria e da devoção à Medianeira, com destaque para a figura do Padre Valle, para a passagem relacionada à Revolução de 1930³⁶, para o lançamento da pedra fundamental da Basílica e demais etapas da edificação da Igreja. Acrescenta Foletto (2008, p.188) que “a fachada da Basílica da Medianeira parece rendilhada pela presença dos vitrais”. Sobre o acesso principal da edificação, encontra-se o *stema* pontifício, símbolo das igrejas que são tidas como Basílicas.

Ao ser Santuário e Basílica, a edificação se torna um espaço diferente de uma igreja comum – tanto o lugar onde esta está localizada como os objetos que a guarnecem a tornam um terreno especial. Destaca Coelho (2011, p.105) que “o Santuário Basílica Nossa Senhora Medianeira, para o Rio Grande do Sul, é um lugar sagrado, do qual se serve a Igreja para conseguir efeitos espirituais”. Tal importância se justifica pelas proporções que a romaria, iniciada em 1930, possui na atualidade. Com caráter estadual, o evento é o maior do Rio Grande do Sul desta natureza, reunindo cerca de 300 mil pessoas em sua última edição³⁷. No entanto, o capital simbólico imbricado nesta edificação também é ligado a sua posição no itinerário da caminhada: a Basílica é o destino da peregrinação e, em seu Altar Monumento³⁸, acontece a missa campal, ponto alto do evento.

³⁶ Em 1930, durante a Revolução, a comunidade santa-mariense pediu proteção à Medianeira de qualquer conflito armado, visto que a cidade era polo ferroviário à época, além de estrategicamente localizada, o que poderia torná-la um dos primeiros palcos de confrontos. Não houve nenhum conflito em Santa Maria, o que consolidou a fé na santa e fez com que, no mesmo ano, fosse iniciada a tradicional romaria. Hoje, com proporções infinitamente maiores do que a primeira, a Romaria Estadual de Nossa Senhora Medianeira de Todas as Graças é o maior evento religioso do Rio Grande do Sul. Fonte: Coelho (2011) e Foletto (2008).

³⁷ **Romaria da Medianeira reúne milhares de fiéis em Santa Maria, RS.** Disponível em <<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2014/11/romaria-da-medianeira-reune-milhares-de-fieis-em-santa-maria-rs.html>>. Acesso em 15/01/2015.

³⁸ Inaugurado em 1975, o Altar Monumento é projeto dos arquitetos José Reyes e Jayme Mazzuco, em parceria com os engenheiros Paulo Sarkis e Gilberto Moresco. Coelho (2011, p.110) destaca que “são 15 vigas de concreto que sustentam uma cobertura de 18 metros de diâmetro [...] as vigas, na posição em que se encontram, representariam dedos que formam mãos em direção a Deus e ao infinito”. A edificação, no térreo, abriga setores administrativos da igreja e, sob a cobertura, o vão abriga a missa campal da Romaria.

Sua relação com o território onde se insere a faz diferenciada – a igreja é fruto de uma devoção pioneira e que, em Santa Maria, prosperou e ganhou força. Além de tal questão, a construção do Santuário também cristaliza uma luta da comunidade para homenagear a santa na qual acredita. Desta forma, sua importância transcende seus usos religiosos, também tendo relevância para a comunidade como patrimônio cultural tanto material como imaterial. Sua materialidade é guardiã de memórias da comunidade, ligadas especialmente a vocação de Santa Maria como polo religioso.

A partir dos valores apresentados por Riegl (2013) para os monumentos, o Santuário pode ser observado tanto pelos valores de memória como pelos de atualidade. O valor histórico é latente na edificação, destacadamente pela trajetória de sua construção e pela importância no contexto da religião católica – a partir da proposta do Padre Valle, ainda nos anos 1920, de devoção à Medianeira, houve uma contribuição importante aos cultos Marianos. A cidade hoje tem na Romaria da Medianeira um dos seus principais eventos, reunindo milhares de romeiros e ratificando a posição da cidade como polo religioso.

Já a atribuição do valor de memória intencional se materializa na edificação por sua intenção, desde o princípio, em ter um fim específico capaz de transcender o passado para mantê-la sempre presente e no imaginário coletivo. Construído para celebrar a devoção em Nossa Senhora Medianeira, o Santuário enquanto materialidade guarda memórias de uma comunidade e sua existência pressupõe o desejo de homenagear a santa. Já em relação aos valores de atualidade, o Santuário pode ser observado a partir dos valores de uso e o artístico relativo.

O potencial de utilização da edificação em análise é indiscutível, dado seu estado de preservação e possibilidade plena de ocupação e desenvolvimento de atividades. O ponto a ser observado, neste caso, é a deterioração do Santuário diante de seu uso, especialmente intensificado durante as peregrinações. Por fim, o valor artístico de novidade, ligado, entre outros fatores, a valorização de técnicas artísticas relevantes para o tempo presente.

Na construção do Santuário, é possível destacar o trabalho detalhado de elaboração dos vitrais que adornam a fachada principal da edificação. Segundo Daronco (*apud* COELHO, 2011, p.107), “Zanon [o arquiteto italiano responsável pela elaboração dos vitrais] fundiu cada um dos vidros e fez os desenhos, que precisavam ser recortados em um molde de isopor, cimentados e depois coloridos”. A complexidade da execução dos painéis merece atenção e valorização por sua importância enquanto processo produtivo. A própria existência dos vitrais pressupõe uma técnica rica em detalhes e potencialmente capaz de trazer resultados diferenciados no manejo do vidro.

2.3.6. Museu Treze de Maio



FIGURA 15 – Museu Comunitário Treze de Maio. FONTE: a autora.

O espaço que hoje abriga o Museu Treze de Maio e a memória da comunidade negra santa-mariense era, em sua origem, um clube social. Homônima, a Sociedade Treze de Maio³⁹, ou simplesmente “Treze”, foi fundada em 1903, no bairro Rosário, por ferroviários negros. A proibição do acesso aos clubes dos brancos e as comemorações da abolição da escravatura foram determinantes para a fundação do clube, assim como coroou a articulação da comunidade negra local⁴⁰.

A direção da entidade recém criada aprovou, em 1906, a compra de um terreno na Rua 24 de Maio (atual Rua Silva Jardim) para a construção de uma sede para o “Treze”, o que viria a acontecer apenas em 1911. Esta edificação foi construída pelos ferroviários com tábuas e materiais de vagões de trens desmanchados nas oficinas localizadas na cidade, sendo a apenas a fachada em alvenaria. Já anos 1960, a partir do esforço de seus sócios, uma nova sede foi edificada em regime de mutirão e através de financiamento próprio. Sua inauguração foi em 1966, após várias iniciativas para arrecadar fundos para a obra. Além da dedicação dos

³⁹ O primeiro nome dado à entidade foi “Sociedade Treze de Maio”, alterado para “Sociedade Recreativa Treze de Maio” em 1946. Neste mesmo ano, o “Treze” ganhou nova denominação: “Sociedade Recreativa Ferroviária Treze de Maio”. FONTE: Escobar, 2010.

⁴⁰ Aqui, é importante destacar que o Clube Treze de Maio não era a única entidade negra em Santa Maria. Antes mesmo do “Treze”, foi criada a “Clube União Familiar”, em 1896. Este clube localizava-se na Rua Barão do Triunfo, próximo à “Vila Operária Brasil”. Escobar (2010) destaca que a comunidade que participava do clube eram os ferroviários negros de menor poder aquisitivo, sendo o “Treze” a entidade que congregava a “elite da sociedade afro-ferroviária santa-mariense” (p. 77).

sócios, houve auxílio de alguns políticos da época, da Viação Férrea e de comerciantes locais para a viabilização da nova sede.

Com origem ligada à comunidade negra, a ocupação do bairro Rosário foi iniciada a partir de famílias de escravos, que acabaram por definir um traçado para a Rua Guarapes (antiga Rua 24 de Maio e atual Silva Jardim). A partir da desativação do cemitério localizado no centro de Santa Maria (nas proximidades da atual Praça Saldanha Marinho), os sepultamentos passaram a ser realizados em um novo espaço, o Cemitério Santa Cruz, localizado neste bairro (BELTRÃO, 2013, p.233).

Sobre este antigo cemitério e utilizando os tijolos de seus muros já desfeitos, a comunidade negra local edificou uma pequena capela, em 1890, em homenagem a Nossa Senhora do Rosário e São Benedito. Neste mesmo local, em 1943, foi lançada a pedra angular para um novo tempo. Inaugurada em 1952, a Igreja Nossa Senhora do Rosário é referência para o bairro e ratifica a crença da comunidade original daquela região da cidade.

A localização do “Treze” não poderia ser diferente, pois a origem do bairro cristaliza a própria história da comunidade negra local. Os sócios usavam as instalações do clube para encontrar amigos, jogar, ler e, especialmente, participar dos bailes. Diferentes festividades aconteciam na entidade, tais como Bailes de Debutante, Carnaval Infantil e Adulto, Baile da Primavera e comemorações da Semana do 13 de Maio. O Clube entrou em decadência a partir dos anos 1980, fato compartilhado com outros clubes sociais negros do país.

Os principais motivos para a decaída do clube santa-mariense foram a abertura dos clubes brancos para os negros, o ingresso de brancos no quadro social do “Treze” e a crise financeira de muitos de seus associados⁴¹. A década de 1990 foi agonizante para o Clube, que passou a locar seus espaços físicos para eventos terceirizados, o que levou a descaracterização e depreciação rápida da edificação. A partir de 2001, uma iniciativa, liderada pelo movimento negro de Santa Maria, buscou o resgate histórico, cultural e simbólico daquele lugar.

O Museu Comunitário Treze de Maio surgiu como iniciativa de salvaguarda do patrimônio e da memória do Clube. Segundo Escobar (2010, p.129) aponta que “o processo de transformação, ‘reinvenção do patrimônio’ e ressignificação do antigo Clube Treze de Maio [...] em um Museu Comunitário não se deu de forma espontânea.” Houve a sensibilização de antigos sócios, do movimento negro e da sociedade santa-mariense, com um número cada vez maior de participantes. Entre algumas das vitórias, é possível destacar que o

⁴¹ Esta situação pode ser relacionada, em grande parte, com a crise da ferrovia no país e a posterior privatização da Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima (RFFSA), fato este que levou a um grande número de desempregados em Santa Maria. FONTE: Escobar, 2010.

Museu Treze de Maio é reconhecido, desde 2004, como patrimônio histórico e cultural de Santa Maria, sendo tombado em nível municipal⁴².

Neste sentido, Escobar (2010, p.100) destaca que a entidade “é um símbolo de resistência e poder da comunidade negra, materializado em um espaço privilegiado que demarca, na cidade, um espaço político, uma vontade, um lugar de memória e identidade negra”. Sua relevância é maior enquanto expressão de um grupo que, ao se organizar através de um clube social, ratifica sua expressão identitária. Ao observar o Museu através da avaliação dos valores propostos por Riegl (2013), há destaque para o valor histórico, destacadamente, assim como para a vocação desta edificação como elemento de memória que cristaliza a identidade de um grupo.

Os valores de atualidade também têm importância, visto que a edificação mostra ter grande potencial em relação ao valor de uso. Neste sentido, espaço já foi requalificado para ampliar e promover os atuais usos da edificação enquanto lugar comunitário, promovendo locais para a divulgação da história da entidade, da cultura negra e dos movimentos sociais santa-marienses, além de buscar assumir sua vocação como local de encontro e sociabilidade.

2.3.7. Chalés do Bairro Itararé/Nossa Senhora de Perpétuo Socorro



FIGURA 16 – Chalés do Bairro Itararé. FONTE: a autora.

⁴² Lei n°4809/04, de 28 de dezembro de 2004.

Com a instalação das linhas férreas em Santa Maria, no final do século XIX, diferentes bairros e vilas foram surgindo no entorno da estação férrea, ponto nevrálgico na porção norte da cidade. Já havia população residindo nestas porções, contudo, muitas delas eram ainda consideradas áreas rurais de Santa Maria. Segundo Flôres (2007, p. 185), “a cidade cresceu do ‘centro’ em direção à estação ferroviária e, deste ponto, se espalhou principalmente para os sentidos oeste e leste”. Já na década de 1920, com a sedimentação da Viação Férrea do Rio Grande do Sul (VFRGS), a chegada de diferentes empresas ao centro do estado também estimulou o surgimento de bairros e vilas ferroviárias.

O bairro Itararé é a principal referência para a moradia de operários da ferrovia – o bairro recebeu este nome em homenagem a cidade paulista que abrigava o ponto terminal da linha que liga o Rio Grande do Sul até o estado de São Paulo. Nesta região da cidade, assim como em outros bairros e vilas com origem ferroviária, a principal matéria-prima para construção das moradias era a madeira. Para Flôres (2008, p. 188), “em geral, a construção das casas habitadas por estes proletários eram feitas de madeira”. Havia disponibilidade em Santa Maria de madeira, contudo, o principal destino das extrações locais era a própria VFRGS, para a produção de dormentes e para o estoque de lenhas para os vagões. Desta forma, os ferroviários costumavam buscar um “corte” de casa no planalto gaúcho e, como relembra Flôres (2008), através de acordos com a direção da VFRGS, havia o abatimento de custos para o transporte desta matéria-prima até Santa Maria. As construções aconteciam sob regime de mutirão e o financiamento das edificações eram feitos através da Caixa Econômica Federal.

Também as sobras de materiais da própria ferrovia acabavam utilizadas nas moradias dos ferroviários, tornando-se cercas, latrinas, galinheiros e, para os operários mais pobres, moradias. Corroborando Flôres (2008, p. 189) ao destacar que “o mesmo se dava com os dormentes abandonados pelos trens de lastro, folhas de zinco, rolos de arame, moirões, telhas de cimento [...] as madeiras não utilizadas serviam para a queima, já que a maioria dos ferroviários somente possuía fogões à lenha”.

Desta forma, percebe-se a identificação destes chalés como representativos à história e cultura locais. A arquitetura santa-mariense tem importante momento na materialização dos chalés, em maioria localizados no Bairro Itararé. Além do acesso facilitado a matéria-prima, a opção pela edificação dos chalés também ganha justificativa pela influência dos imigrantes ali instalados: a origem desta tipologia se dá a partir da herança dos estrangeiros que lá viviam, com destaque para os italianos, alemães e russos.

Santa Maria, e a região do bairro Itararé como destaque, concentra um número relevante de edificações deste tipo. Foletto (2008, p.40) destaca que os chalés “possuem colorido vibrante, alicerces de madeira ou de alvenaria [...] as portas e as janelas são pintadas de cores diferentes da cor da casa, quase sempre contrastantes”. No levantamento feito por Foletto (2008), havia cerca de 80 edificações desta tipologia na cidade.

A tipologia do chalé de madeira ainda integra a paisagem arquitetônica de Santa Maria, no entanto, cada vez mais dá espaço para novas edificações. Segundo Foletto (2008), os chalés são mais usuais em regiões onde há abundância de madeira e sua extração é acessível. Tais determinantes fizeram com que esta tipologia fosse mais comum nos estados da região Sul e em São Paulo.

A residência Carlos Neujahr, chalé que ilustra o questionário do presente estudo, localiza-se na Rua Castro Alves. Hoje, a edificação encontra-se vazia e em avançado estado de degradação, no entanto, ela é um dos exemplares mais antigos ainda existentes no bairro. Sua construção data de 1926 e foi empreendida por Carlos Roberto Neujahr, filho do imigrante alemão Julius Neujahr, funcionário da Viação Férrea. A madeira tipo “pinho” utilizada na construção do chalé foi trazida pelo próprio proprietário, através da ferrovia, desde Passo Fundo até Santa Maria. Segundo Foletto (2008, p.126), “a cor original era cinza azulado e possuía quatro quartos”.

O chalé foi ampliado e novos cômodos foram construídos, já em alvenaria: uma cozinha, um banheiro e uma dispensa. Hoje, a edificação não conta mais com as tonalidades azuladas, tendo acabamento em cor verde, contudo, dadas as condições de preservação, há poucos vestígios da pintura externa. A cobertura da edificação é com telhas de barro e, dada sua configuração espacial, o chalé conta com uma varanda que circunda toda sua extensão.

A maioria dos chalés cuja arquitetura é destacada já não existe mais ou então está em avançado estado de degradação. Suas principais características construtivas eram a presença de lambrequins⁴³, telhados com água furtada⁴⁴, aberturas trabalhadas, sótãos⁴⁵, entre outros

⁴³ Ornato de madeira ou folha metálica recortada e vazada em forma de rendilhado, utilizado no arremate decorativo de elementos da construção. Comumente localiza-se a prumo, nas extremidades dos beirais do telhado. Pode também situar-se entre colunas de alpendres e nos vãos de janelas. Nestes casos, é também chamado sinhaninha. É característico dos chalés. Fonte: ALBERNAZ e LIMA, 2000.

⁴⁴ Espaço compreendido pela cobertura do telhado e pelo teto do último pavimento da edificação, provido de abertura para o exterior através da própria cobertura e geralmente aproveitável como um compartimento. A abertura da água-furtada é chamada trapeira. Nas construções do período colonial foi comum o seu uso, às vezes ampla, formando um cômodo, outras vezes minúscula, servindo apenas para arejar o desvão. É encontrada ainda em prédios de estilo Eclético com uma função essencialmente decorativa ou situada em prédios nas regiões de clima mais frio. Fonte: ALBERNAZ e LIMA, 2000.

⁴⁵ Espaço compreendido pelo último pavimento do edifício e pela cobertura do telhado usado como compartimento principalmente para depósito. Em geral, distingue-se da água furtada não só pelo seu uso, mas

elementos. A edificação de chalés ratifica a iniciativa da comunidade na elaboração de residências e espaços de moradia, mostrando a importância da autoconstrução no desenvolvimento e expansão das cidades. O processo de edificação de um chalé era, no contexto da expansão urbana à norte e da ocupação do bairro Itararé, relacionado diretamente com a ferrovia e seu suporte no transporte do material e na disponibilização de sobras para a construção de alguns elementos das moradias.

Rohde (1987, p.220) destaca que “a arquitetura espontânea urbana existe praticamente em todas as cidades, localizando-se, geralmente, em vilas e zonas periféricas”. O bairro Itararé faz jus a esta afirmação, cristalizando em suas edificações a essência de suas primeiras moradias, que surgiram como iniciativa da comunidade ferroviária local em busca de um espaço qualificado para residir. Esta importância ratifica o valor histórico teorizado por Riegl (2013), mostrando a relevância desta tipologia para a arquitetura local. A trajetória dos ferroviários e a construção dos chalés em um espaço ainda não ocupado, garantindo a expansão da cidade para áreas localizadas na região norte da cidade, vale como destaque histórico.

O potencial de uso, aproximando estas edificações dos valores de atualidade apresentados por Riegl (2013), existe parcialmente nos chalés, dada as condições precárias de muitos deles. No entanto, diante de qualificações e acréscimos feitos ao longo do tempo, especialmente para promover melhorias na qualidade de vida dos usuários, os chalés possuem grande potencial ainda como espaços de moradia. Outro ponto que merece atenção é a valorização pelo viés artístico relativo, visto que a técnica adotada mostra-se peculiar e cristaliza elementos locais em seu desenvolvimento.

também por possuir pé-direito reduzido e não ter aberturas para o exterior. Muitas vezes, é interligado aos demais compartimentos do prédio por um alçapão. Fonte: ALBERNAZ e LIMA, 2000.

2.3.8. Casa de Saúde



FIGURA 17 – Casa de Saúde. FONTE: a autora.

A Casa de Saúde de Santa Maria (antiga “Casa de Saúde da Cooperativa”) foi inaugurada em abril de 1932, sob iniciativa da Cooperativa de Consumo dos Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul (CCEVFRGS). Criada e administrada pelos próprios ferroviários, a Cooperativa ofertava diferentes produtos e serviços para seus sócios. Destaca Faccin (2012, s/p) que a CCEVFRGS contava com administração feita “pelos próprios ferroviários, os quais contribuía com uma pequena mensalidade, descontada da folha de pagamento, que lhes dava o direito de utilizar os serviços prestados pela instituição”.

Entre a oferta apresentada aos cooperados, estavam equipamentos como “farmácia, padaria, fábrica de sabão, torrefação e moagem de café, fábrica de bolachas, alfaiataria e açougues”, como destaca Faccin (2012, s/p). As principais contribuições dadas pela Cooperativa aos seus sócios e à comunidade de Santa Maria, de forma geral, foram a Escola Industrial Hugo Taylor, a Escola Santa Terezinha e a Casa de Saúde.

Destaca Corrêa (2012, p.4) que “a Cooperativa, além de preocupar-se com a rede de armazéns da Viação Férrea, esteve presente na área educacional e na área da saúde”. O primeiro bloco da Casa de Saúde foi inaugurado em 1931, enquanto que a Capela Mortuária foi aberta em 1965 e o segundo bloco hospitalar em 1966.

Foletto (2008, p.140) corrobora ao afirmar que a Casa de Saúde foi “destinada a servir como hospital para os empregados da Viação Férrea e cumpriu esta finalidade durante toda

sua existência”. A CCEVFRGS, na época da construção da Casa de Saúde e em anos subsequentes, figurava como a maior cooperativa da América Latina, como destaca Beber (1998, p.38). Com potencial para prestar diferentes serviços aos seus cooperados, a entidade contava com uma estrutura complexa e de múltiplas opções. Santa Maria não foi a única cidade a receber estruturas dedicadas à saúde, no entanto, sedia o hospital edificado pela CCEVFRGS.

Hospital, consultórios médicos e odontológicos e farmácias também foram construídos para atender as demandas por uma melhor qualidade de vida. Em Santa Maria, foi construído o hospital Casa de Saúde e também em outras cidades foram instalados gabinetes médicos e odontológicos, além de farmácias (MELLO, 2010, p.181).

A Casa de Saúde tem tanto sua origem como sua trajetória relacionada aos meandros tomados pela malha ferroviária e sua importância para o contexto santa-mariense. Assim como a linha férrea e os demais empreendimentos da Cooperativa, a Casa de Saúde entrou em declínio progressivamente. Corroborando Mello (2010, p.234) ao afirmar que o hospital Casa de Saúde “esteve desativado, tendo sido reativado com base em convênios com instâncias da administração estadual e municipal e, atualmente, é administrado por uma instituição de ordem religiosa [...]”.

A gestão da Casa de Saúde já foi atribuída às Irmãs do Imaculado Coração de Maria e, em 2010, o empreendimento é gerido através de uma parceria entre a Prefeitura Municipal de Santa Maria (PMSM) e a Associação Franciscana de Assistência à Saúde (SEFAS). O hospital vem sendo constantemente qualificado e, em seu entorno imediato, foi instalada uma Unidade de Pronto-Atendimento (UPA), potencializando aquela região para atendimentos de saúde. Além disso, a Casa de Saúde é um dos hospitais conveniados ao recente curso de Medicina do Centro Universitário Franciscano (Unifra), criado em 2014.

O potencial de uso, sob análise dos valores de atualidade de Riegl (2013), ganha força no passado recente da edificação. Mesmo com percalços em sua trajetória, a Casa de Saúde hoje ratifica o papel já construído no imaginário coletivo como referência em prestação de serviços de saúde. Além disso, a tradição ferroviária imbricada em sua existência, desenvolvimento e decadência são materializadas na Casa de Saúde, apresentando o potencial que a CCEVFRGS alcançou nos meados do século XX. O valor histórico de Riegl (2013) mostra-se indiscutível nesta edificação, dada sua importância tanto no contexto da expansão urbana santa-mariense como nas trajetórias da ferrovia na cidade.

2.3.9. Estação Férrea de Camobi



FIGURA 18 – Estação Férrea de Camobi. FONTE: a autora.

A Estação Ferroviária de Camobi foi edificada no final do século XIX, em 1885, quando ainda era denominada “Estação Colônia”⁴⁶. Sua existência é ligada diretamente com a expansão das linhas férreas na região central do estado – a construção de uma estação na *Colônia* foi motivada pela instalação da linha férrea Porto Alegre – Uruguaiana, responsável por ligar o litoral do estado com as porções localizadas à Oeste do Rio Grande do Sul. A construção desta estrada de ferro foi iniciada em 1877 e, aos poucos, os trechos que ligariam o Rio Grande do Sul de Leste à Oeste seriam inaugurados⁴⁷.

Com a malha ferroviária principal praticamente configurada no início do século XX, é possível observar que a cidade de Santa Maria, localizada no centro do estado gaúcho, já se encontrava em posição privilegiada dentro do sistema de ferrovias (FACCIN, 2012, s/p).

Neste contexto, seria coerente pensar em outra estação além daquela localizada no centro da cidade. A região Leste da cidade e, em especial, o bairro Camobi, tem sua existência

⁴⁶ A Estação Ferroviária Colônia passou a ser denominada Estação Ferroviária de Camobi em 1941. Fonte: Estações Ferroviárias do Brasil, 2012.

⁴⁷ Os trechos da estrada de ferro Porto Alegre-Uruguaiana foram inaugurados gradualmente – em 1883, foi lançado o trecho entre a Margem do Taquari (General Câmara) e Cachoeira do Sul; em 1884, foi inaugurado o trecho Cachoeira do Sul – Santa Maria e, em 1890, foi finalizado o trecho entre Santa Maria e Cacequi. A última porção da estrada de ferro foi concluída em 1907, ligando Cacequi ao destino final. Fonte: FACCIN, 2012.

e desenvolvimento relacionado com a estação ferroviária de forma simbiótica. A instalação desta estação naquela localidade se explica pela ocupação prévia, no entanto, houve expansão do bairro e da população local a partir da nova gare. O povoamento inicial do bairro foi motivado pela chegada de imigrantes poloneses, ali instalados a partir dos planos de imigração do Governo Federal. Os poloneses, no entanto, não se adaptaram e, então, foram substituídos por imigrantes italianos, anteriormente instalados em Silveira Martins e Arroio Grande.

Esta região foi denominada pelos novos imigrantes como Estação Colônia e passou a ser uma espécie de empório colonial, concentrando a produção agrícola daquela porção da cidade. Comin (2013, p.76) destaca que “no local deste povoamento foi instalada [...] a estação ferroviária, que passou a ser o local de atração para as pessoas e, principalmente, de concentração e distribuição de mercadorias”. O destino principal da produção agrícola da Estação Colônia era Porto Alegre, o que foi potencializado com a instalação da ferrovia.

A edificação foi empreendida pela Estrada de Ferro Porto Alegre – Uruguaiana, tendo sido gerida por esta entidade entre 1885 e 1898. Assim como outras estações nesta linha, a posse da Estação Colônia passou para a *Compagnie Auxiliaire des Chemins de Fer au Brésil* (1898 – 1920), Viação Férrea do Rio Grande do Sul (1920 – 1975) e, por fim, Rede Ferroviária Federal S/A (1975 – 1996). Hoje, o prédio encontra-se sob gestão da América Latina Logística (ALL) e em subutilização. Há grande descaracterização no prédio, visto que seu atual uso é para moradia. Por isso, há um acréscimo aos fundos da edificação, assim como um cercamento em madeira, gerando um pequeno pátio.

A Estação Ferroviária de Camobi carrega em si, assim como a Casa de Saúde, os caracteres da cultura ferroviária santa-mariense. Enquanto espaço de passagem e distribuição de mercadorias que eram produzidas na região leste da cidade, a Estação foi determinante para ampliar a ocupação no bairro Camobi antes da instalação de equipamentos importantes como a Universidade Federal de Santa Maria (1960) e a Base Aérea de Santa Maria (1970). Sua valorização pelo viés histórico apresentado por Riegl (2013) faz-se necessária diante da relevância da edificação no cenário ferroviário local. Além de resgatar tempos de prosperidade e pujança econômica da região, com destaque para a produção agrícola local, a antiga Estação Colônia materializa também elementos representativos da presença de imigrantes europeus na região.

O potencial de utilização do espaço existe, com possibilidade de usos comunitários e de valorização da memória do lugar. Ao resgatar sua vocação original de espaço de estar e de

passagem, assim como de articulação da comunidade, a Estação Ferroviária de Camobi poderia sediar espaços públicos e, através de ações culturais, promover sua própria história e trajetória.

2.3.10. Conjuntos Arquitetônicos na Rua Barão do Triunfo



FIGURA 19 – Conjunto Arquitetônico na Rua Barão do Triunfo (entre as ruas Silva Jardim e dos Andradas).
FONTE: a autora.



FIGURA 20 – Conjunto Arquitetônico na Rua Barão do Triunfo (entre as ruas dos Andradas e Venâncio Aires).
FONTE: a autora.

Os conjuntos arquitetônicos localizados na Rua Barão do Triunfo são exemplo de uma arquitetura popular na cidade de Santa Maria durante a primeira metade do século XX – a edificação de conjuntos arquitetônicos. Tal iniciativa remonta desde a primeira década daquele século, com a Vila Belga como exemplo principal de conjunto habitacional em Santa Maria. Com suas casas edificadas a partir de 1906, o conjunto abrigou diferentes funcionários da Viação Férrea e hoje integra a Mancha Ferroviária, com reconhecimento de seu interesse patrimonial⁴⁸ nas esferas Municipal, Estadual e Federal.

A existência destes conjuntos sinaliza uma tipologia popular na trajetória da arquitetura em Santa Maria, motivada pela edificação de várias casas em um mesmo lote. Estes empreendimentos foram importantes para fomentar a demanda por habitações na cidade, em um período histórico marcado por crescimento e aumento populacional motivados pela ferrovia e pela incipiente vocação universitária da cidade. Há conjuntos que foram determinantes, inclusive, para o traçado de algumas vias da cidade, como a Rua Dr. Astrogildo de Azevedo. Sua abertura foi determinada pela construção de 14 unidades habitacionais, hoje popularmente conhecidas como “14 Casas da Astrogildo”. Os conjuntos escolhidos para ilustrar o instrumento de pesquisa corroboraram com o desenvolvimento desta região da cidade, edificados em uma via com tradição na malha urbana.

Na década de 1940, sob iniciativa do então Intendente Municipal Dr. Antônio Xavier da Rocha, foi promulgada legislação que promovia descontos nos impostos urbanos de edificações que fossem feitas em conjunto e com “harmonia arquitetônica” (TOCHETTO, 2013, p.327). A cada duas casas edificadas em alvenaria e em grupo, haveria o desconto de um ano em impostos prediais urbanos. Deste modo, despontaram diferentes conjuntos de habitações, com elementos arquitetônicos, em maioria, que referenciam as linhas da escola *Art Déco*, popular em Santa Maria.

A opção por edificar conjuntos, então, tornava-se atrativa economicamente também ao empreendedor, visto que garantia descontos em tributos ao Município. Deste modo, esta tipologia ganhou destaque na cidade, especialmente entre os anos 1930 e 1950. Para o instrumento de pesquisa adotado no presente estudo, foram selecionadas dois conjuntos arquitetônicos edificados nas proximidades da Zona 2. Ambos localizam-se na Rua Barão do

⁴⁸ A Mancha Ferroviária de Santa Maria abrange uma área no centro da cidade que inclui diferentes edificações e estruturas relacionadas ao desenvolvimento da linha férrea na cidade. O tombamento municipal foi instituído com a Lei Municipal 4009/96, de 21 de outubro de 1996, enquanto que o reconhecimento em nível estadual se deu pelo Parecer 30/00, de 26 de outubro de 2010. Já em nível federal, alguns elementos da Mancha Ferroviária foram incluídos na lista do Patrimônio Cultural Ferroviário do Brasil em 2014. FONTES: Instituto de Planejamento de Santa Maria (IPLAN), Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Rio Grande do Sul (IPHAe) e Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Triunfo, uma via tradicional da cidade e com registros que remontam desde a planta do Município de 1861, elaborada pelo agrimensor Otto Brinckmann.

Os dois conjuntos somam juntos 23 casas – oito delas entre as ruas Silva Jardim e Andradas, enquanto que as outras 15 estão na quadra seguinte, entre a Andradas e a Venâncio Aires. Os conjuntos foram edificados, respectivamente, pelas famílias Schmidt e Furtado (DIÁRIO DE SANTA MARIA, 2003).

O primeiro conjunto a integrar o estudo está localizado entre a Rua Silva Jardim e a Rua dos Andradas e é formado por oito casas e foi edificado na década de 1930 – a data mais antiga relacionada a estas edificações é 1935, quando foi aprovado o Habite-se das moradias. A área total do terreno é de 1470,62m², com área total edificada de 620,93m², conforme dados do Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU). As casas possuem a mesma tipologia e são edificadas junto ao alinhamento da via. A planta padrão original conta área total de cada unidade de 58,6m².

A cobertura é em telha colonial, com acabamento em reboco texturizado. As casas contam com coloração semelhante, no entanto, é possível perceber tonalidades distintas devido a sujidades impregnadas nas fachadas, causadas por lavagens diferenciadas e, especialmente, pela falta de calhas. As aberturas são em madeira, com acabamento em tinta marrom. Há poucas descaracterizações neste conjunto, no entanto, já há novos usos nas unidades anteriormente apenas residenciais. Uma unidade abriga uma empresa de organizações de festas e em outra há um salão de beleza. Além disso, há pichações em algumas fachadas e elementos acrescentados que descaracterizam as unidades enquanto conjunto, tais como antenas de televisão à cabo e equipamentos de ar condicionado.

O segundo conjunto localiza-se na quadra seguinte, entre as ruas do Andradas e Venâncio Aires, sob a denominação de “Edifício Bom-Fim”. São seis casas geminadas outras três isoladas, com influência da arquitetura *Art Déco* em sua composição formal. Há grande descaracterização nestes conjuntos, inclusive com algumas unidades demolidas para permitir o acesso de veículos a um hospital localizado nas proximidades⁴⁹.

As casas foram edificadas no alinhamento da via e cada uma conta com área de terreno específica, que variam entre 150 e 160m², conforme dados do Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU). As áreas edificadas também variam entre cada unidade, com

⁴⁹ O Hospital Unimed, administrado pela Unimed Santa Maria, está localizado na mesma quadra do Edifício Bom-Fim e, em 2012, demoliu uma das edificações do conjunto (nº 862) para liberar o acesso de veículos à entidade. A casa demolida tinha localização central no conjunto, e sua demolição incorreu em grave descaracterização à totalidade das casas. A Unimed ainda é proprietária de outra edificação, de número 842, ao lado da já demolida. FONTE: Pesquisa no acervo do Arquivo da Prefeitura Municipal de Santa Maria, 2015.

acréscimos sinalizados na documentação fiscal das mesmas. Há casas com área total original média de 60m², no entanto, atualmente há unidades com até 183m² de área construída. A descaracterização é latente e chama atenção, e a mais perceptível característica é a não uniformização de acabamentos.

Cada unidade hoje conta com acabamento em cores diferentes, no entanto, há outras descaracterizações significativas no conjunto. Há diferenciações nos fechamentos e nas grades, por exemplo, assim como um expressivo número de pichações. Uma edificação alterou sua fachada ao construir uma garagem, fechando o vão de uma janela e aproveitando o desnível do porão para tanto. Além disso, algumas edificações optaram por acrescentar elementos cerâmicos pastilhados ou em pedra natural em trechos da fachada. Existem equipamentos de ar condicionado obstruindo as fachadas, assim como placas comerciais.

Os valores de uso e histórico foram atribuídos a estes conjuntos, a partir das observações de Riegl (2013) já debatidas anteriormente. O caráter de utilização das edificações é latente e mostra-se em pleno desenvolvimento. Além do uso residencial, mantido na maioria das edificações, atualmente coexistem usos voltados à prestação de serviços (salão de beleza, organização de festas, imobiliária, entre outros). A face negativa desta alteração de uso se exemplifica pela demolição de uma das edificações que compunham o edifício para uso pouco nobre – hoje, na área onde havia uma edificação, existe um portão de garagem, que permite o acesso ao hospital próximo.

3 ATRIBUIÇÕES DE SENTIDO E CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE PATRIMÔNIO CULTURAL

Pesavento (1999, p.9) aponta que “a cidade é objeto de múltiplos discursos e olhares, que não se hierarquizam, mas que se justapõem, compõem ou se contradizem, sem, por isso, serem uns mais verdadeiros ou importantes que os outros”. A cidade é observada a partir de diferentes pontos de vista e, sendo a morada humana por excelência, esta característica a faz potencialmente multidisciplinar. Para a autora (1999), as representações feitas a partir da cidade assumem formas metafóricas que podem atribuir novos sentidos ou significações diferenciadas. A representação é, neste caso, ligada intimamente ao lugar de onde o sujeito pratica a construção de suas significações. É este o ponto de partida para a análise aqui proposta – através do estudo, propõe-se a identificação dos valores envolvidos na construção e atribuição do sentido de patrimônio cultural.

O presente capítulo apresenta e problematiza os resultados da pesquisa promovida pelo presente estudo, e traz suas conclusões divididas em quatro grandes temas. O primeiro deles aborda a construção do conceito de patrimônio cultural, apresentando os resultados da primeira etapa do questionário, elencando as palavras identificadas como sinônimos desta expressão. Desta forma, buscaram-se identificar quais são os valores imbricados na elaboração deste conceito pela comunidade local, visando problematizar as temáticas ali encontradas e, então, pensar estratégias para ampliar/ratificar/promover o conceito.

A segunda problematização proposta localiza a conceituação do patrimônio cultural no cenário santa-mariense e resgata as respostas abertas apresentadas pelos pesquisados. Assim, é possível delinear as regiões onde a comunidade percebe mais a existência de edificações com interesse patrimonial e, destacadamente, se há a identificação destes elementos em seu bairro/vizinhança. Desta forma, estima-se confirmar a hipótese já construída para o trabalho acerca da valorização exacerbada do centro urbano em detrimento dos bairros da cidade.

Os dois pontos a seguir debatidos são complementares, no entanto, dada a expansão da problematização proposta para cada um deles, foi conveniente a separação em tópicos isolados. A terceira discussão deste capítulo aponta para os valores atribuídos pela comunidade local ao *corpus* do presente estudo, ou seja, aos monumentos não intencionais apresentados no questionário como referências. Dada a complexidade dos valores, a proposta é o resgate sucinto dos temas já explorados no Capítulo 1 para, então, delinear as preferências da comunidade local na atribuição do sentido de patrimônio cultural material para

determinadas edificações em detrimento de outras. Para fechar a apresentação dos resultados, há uma breve análise dos resultados específicos da atribuição de valores aos exemplares do *corpus* da pesquisa, relacionando tais informações com o resgate histórico da cidade e as problematizações apresentadas acerca da delimitação do Centro Histórico local.

Como fechamento ao capítulo, faz-se a explanação de algumas estratégias viáveis para a promoção dos espaços não centrais como lugares de memória (NORA, 1993) e de certas edificações como de interesse patrimonial. A partir das respostas encontradas, já é possível prever que práticas de Educação Patrimonial, por exemplo, são necessárias para aproximar a comunidade de seu patrimônio, de forma a reaver memórias e representações destes sujeitos enquanto grupo social que formam. Assim, no cotidiano, o morador sentir-se-á integrado e responsável pela manutenção e valorização destes espaços ou edificações. Para além de usuários, haverá cidadãos, responsáveis em suas práticas e promotores de novos relacionamentos entre comunidade e patrimônio cultural material.

Neste sentido, também é relevante pensar em estratégias de resultados mais próximos, em curto prazo, especialmente pautadas por estratégias capazes de promover novos espaços de memória para a cidade, além de valorizar os já existentes. O produto proposto para esta Dissertação, já explanado no Capítulo anterior, vem ao encontro desta demanda, abordando de forma lúdica e acessível o tema e promovendo a ampliação da ideia geral e comunitária acerca do patrimônio cultural.

3.1 Análise e Problematização dos Resultados da Pesquisa

O presente estudo contou com os resultados de 150 questionários, cuja elaboração e aplicação já foram previamente explanadas no Capítulo anterior. A amostra estabelecida para o trabalho seguiu a lógica da amostragem não probabilística, ou seja, delimitada pelos critérios estabelecidos pelo pesquisador (GIL, 2010). A determinação do total de questionários partiu do pressuposto da tipicidade ou amostragem intencional, definida por Gil (2010, p.94) como “um subgrupo da população que, com base nas informações disponíveis, possa ser considerado representativo de toda a população”.

A aplicação dos questionários foi realizada entre os meses de novembro e dezembro de 2014, na Escola Estadual de Ensino Médio Cilon Rosa, na Universidade Federal de Santa Maria, junto aos profissionais do Instituto de Planejamento de Santa Maria, docentes dos cursos de Arquitetura e Urbanismo de Santa Maria e profissionais da área, além das comunidades dos bairros Itararé, Urlândia, Tancredo Neves e Camobi. Nos bairros, a

aplicação dos questionários aconteceu junto a grupos comunitários e/ou ligados às igrejas (católica e evangélica) ou postos de saúde.

A amostra foi formada por participantes de diferentes pontos da cidade, explicitando em suas respostas a heterogeneidade da população local. Cada parcela da amostra trouxe sua importância na reflexão do tema. A participação dos estudantes se mostra importante para a percepção destas apropriações pelas próximas gerações, enquanto que os técnicos e suas colocações são relevantes enquanto agentes atualmente responsáveis, em suas práticas, pela gestão e preservação do patrimônio. Já a comunidade, de forma geral, desvela, através da pesquisa, sua relação com os bens culturais e seu entendimento acerca do tema.

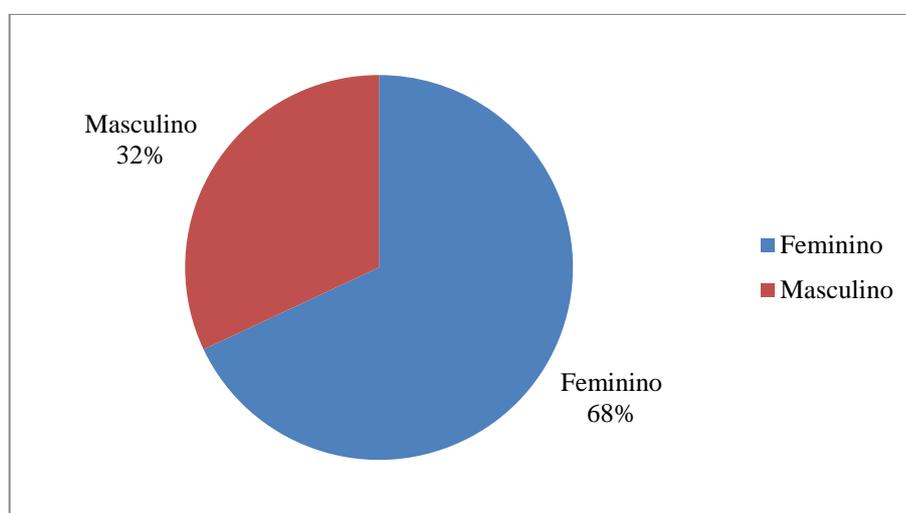


FIGURA 21 – Total de participantes dos sexos feminino e masculino. FONTE: a autora.

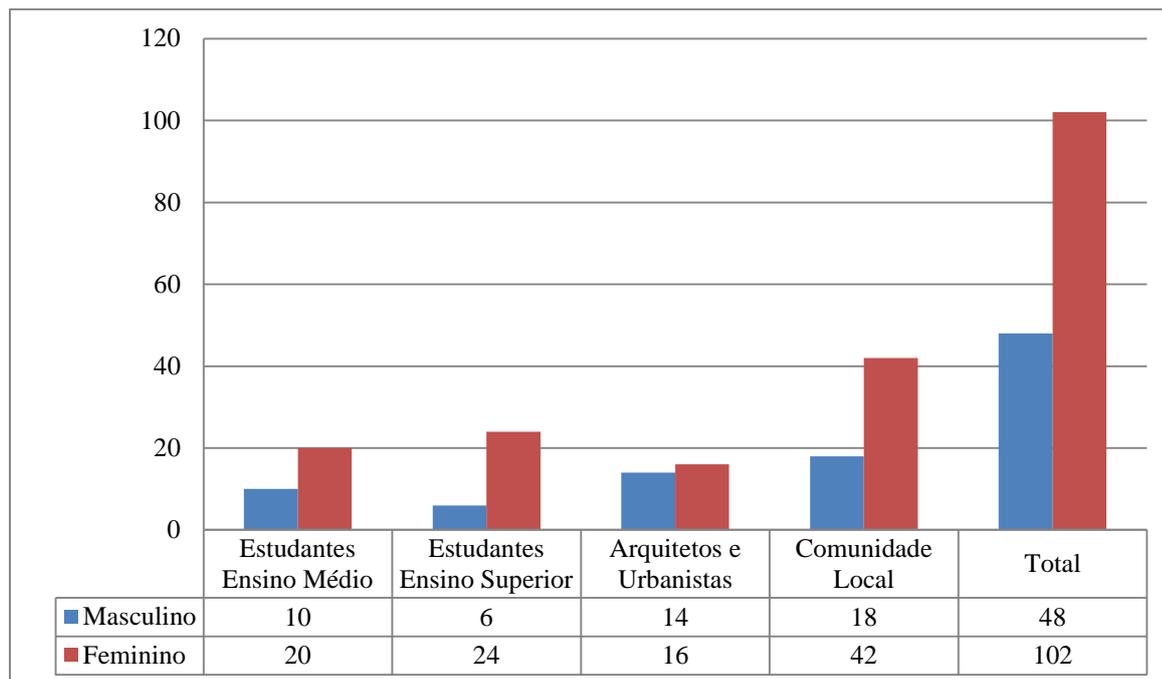


FIGURA 22 – Total de participantes do sexo feminino e masculino por grupo. FONTE: a autora.

Os gráficos acima detalham o total de participantes do sexo feminino e do sexo masculino, pormenorizado pelas diferentes grupos. Em percentuais, a amostra é formada por 64% de participantes do sexo feminino e 32% do sexo masculino. É possível perceber a predominância das mulheres em todas as amostras, com destaque proporcional entre os alunos do Ensino Superior. Entre os estudantes do Ensino Médio, são 20 mulheres e 10 homens, enquanto que no Ensino Superior a relação é de 24 mulheres e seis homens. A proporção entre os profissionais de Arquitetura e Urbanismo é a mais equilibrada da amostra, tendo 16 mulheres e 14 homens entre os participantes. Já entre os participantes da comunidade, a relação é de 42 mulheres e 18 homens.

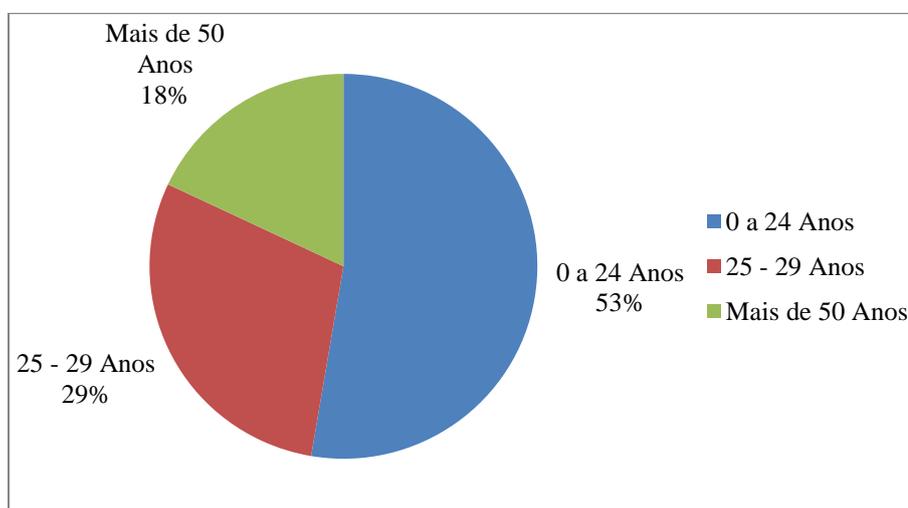


FIGURA 23 – Idade dos participantes. FONTE: a autora.

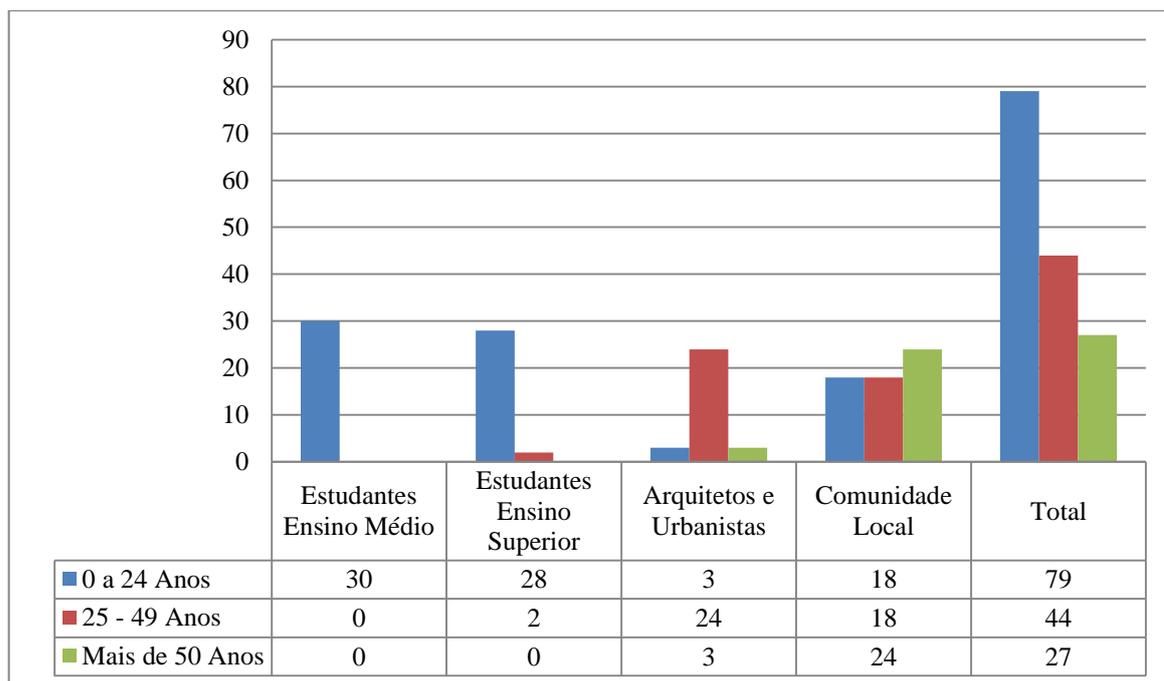


FIGURA 24 – Idade dos participantes por grupo. FONTE: a autora.

Nos dados percentuais, é possível perceber que mais da metade da amostra (53%) é formada por participantes com idade entre 0 e 24 anos, seguido por 29% entre 25 e 49 anos e 18% com mais de 50 anos. Por grupos, é possível observar que todos os estudantes do Ensino Médio possuem idade entre 0 e 24 anos. Já na parcela de estudantes do Ensino Superior, há 28 participantes com idades entre 0 e 24 anos e dois deles entre 25 e 49 anos. Entre os Arquitetos e Urbanistas, há três profissionais com idade entre 0 e 24 e outros três com mais de 50 anos, enquanto que 24 deles estão entre os 25 e 49 anos de idade. Já entre a comunidade local, há 18 pessoas com 0-24 anos, outras 18 com idades entre 25 e 29 anos e 24 com mais de 50 anos.

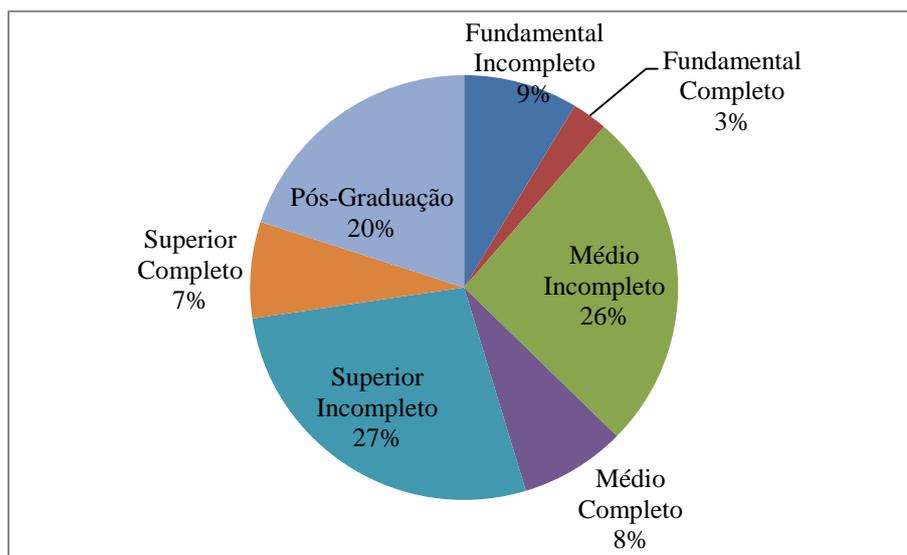


FIGURA 25 – Escolaridade dos participantes. FONTE: a autora.

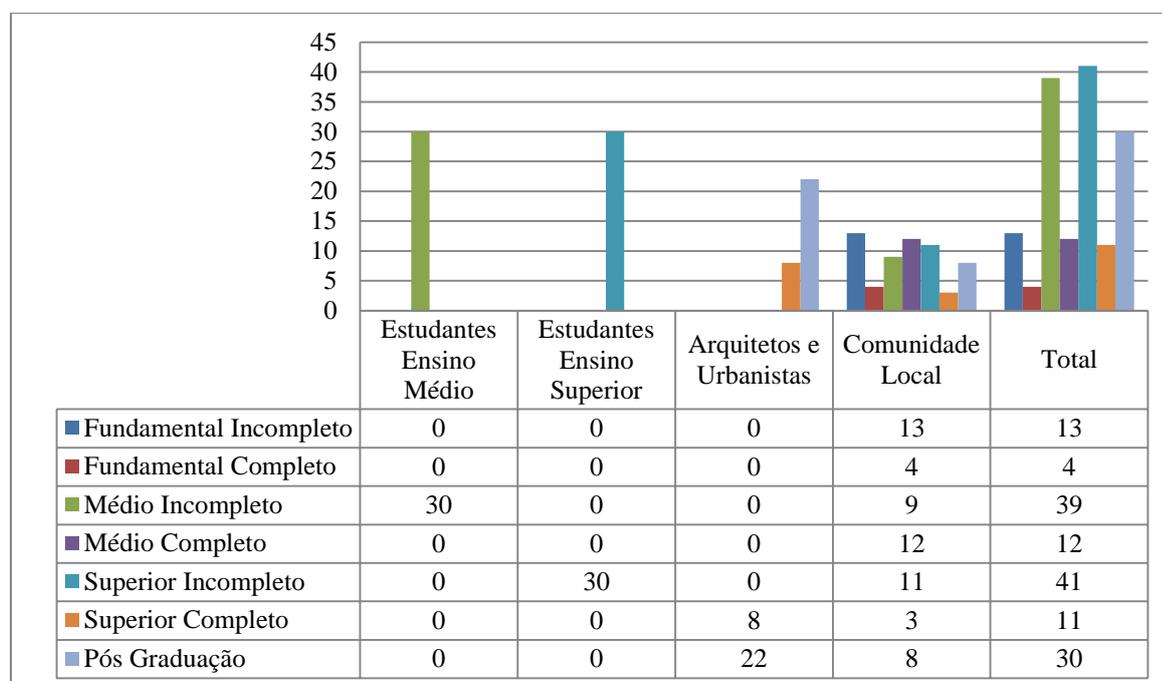


FIGURA 26 – Escolaridade dos participantes por grupo. FONTE: a autora.

Ao analisar o total da amostra, percebe-se que todas as faixas de escolaridade foram atingidas pela pesquisa. A maior parcela da amostra conta com Ensino Superior Incompleto, cujo grupo alcança 27% (41 participantes), logo seguida pelo Ensino Médio Incompleto, com 26% (39 participantes) e Pós-Graduação (30 participantes). Com valores menores, é possível encontrar 13 participantes com Ensino Fundamental Incompleto (9%), 12 deles com Ensino Médio Completo (8%), 11 com Ensino Superior Completo (7%) e, com menor representatividade, aqueles que possuem o Ensino Fundamental Completo, que são quatro pessoas (3%).

As faixas de escolaridade variam conforme o grupo em questão, sendo únicas entre os estudantes de Ensino Médio e de Ensino Superior sua escolaridade – Ensino Médio Incompleto e Ensino Superior Incompleto, respectivamente. Já entre os Arquitetos e Urbanistas participantes, oito deles possuem somente Ensino Superior Completo, enquanto que 22 já completaram ou estão completando a Pós-Graduação. No grupo formado pela comunidade local, há mais heterogeneidade nesta variável. É possível identificar 13 participantes com Ensino Fundamental Incompleto, quatro com Ensino Fundamental Completo, 9 com Ensino Médio Incompleto, 12 com Ensino Médio Completo, 11 com Ensino Superior Incompleto, três com Ensino Superior Completo e oito com Pós-Graduação.

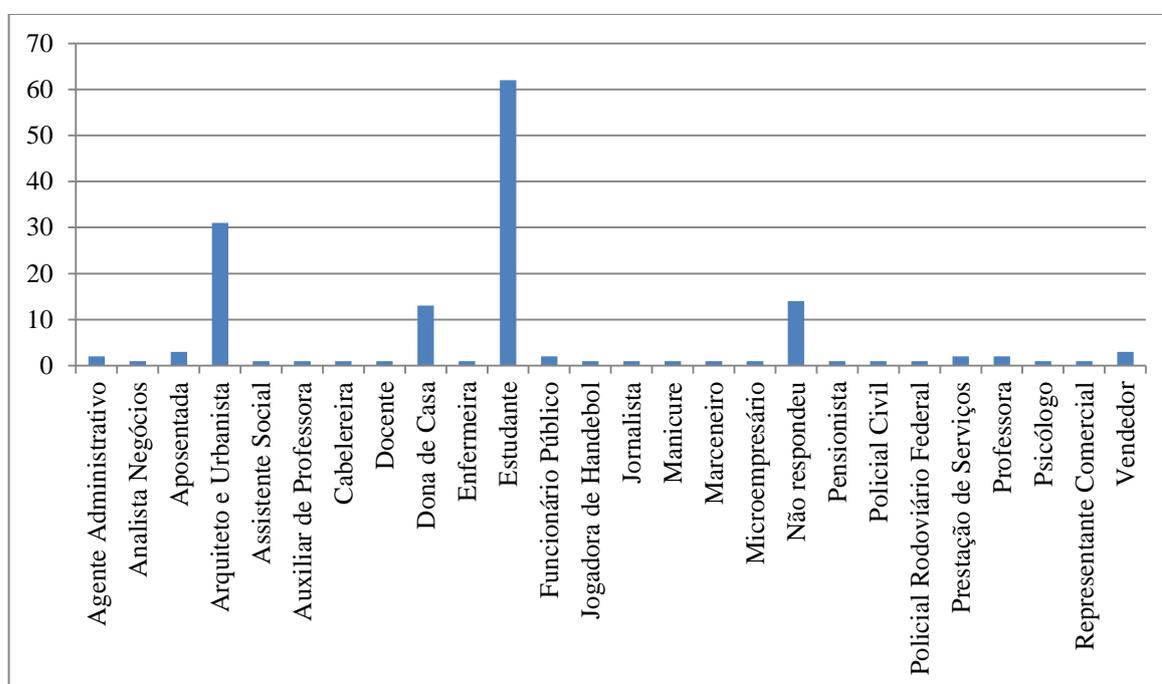


FIGURA 27 – Profissões dos participantes. FONTE: a autora.

Os participantes são de diferentes profissões, com destaque para os estudantes (62 participantes), maior grupo dentre os entrevistados, seguido pelos arquitetos e urbanistas (31 participantes). É possível citar outras profissões que aparecem entre os participantes, tais como agente administrativo (2), analista de negócios (1), aposentados (3), assistente social (1), auxiliar de professor (1), cabelereira (1) docente (1), dona de casa (13), enfermeira (1), funcionários públicos (2), jogador de handebol (1), jornalista (1), manicure (1), marceneiro (1), microempresário (1), pensionista (1), policial civil (1), policial rodoviário federal (1), prestadores de serviço (2), professores (2), psicólogo (1), representante comercial (1) e vendedores (3).

Vale salientar que as profissões designadas pelos participantes foram contabilizadas a partir de sua principal atividade, conforme solicitação do instrumento de pesquisa. No entanto, há nove casos de participantes com mais de uma atividade profissional. Seis destas duplicidades acontecem no grupo dos arquitetos e urbanistas, onde cinco deles também são docentes e um deles é coach. Entre os estudantes, três deles possuem outras atividades: assistente administrativo, recepcionista e crediária. Do total de participantes, 14 deles não responderam a esta questão (9,3% da amostra).

É interessante haver heterogeneidade de atividades para se refletir acerca de percepção de cada sujeito, também a partir de suas práticas profissionais, em relação ao patrimônio. De forma geral, os estudantes, especialmente aqueles de Ensino Superior, e os profissionais de Arquitetura e Urbanismo foram os mais sensíveis ao tema, quando são comparadas suas respostas com aquelas dos demais participantes.

3.1.1 Patrimônio Cultural – A Construção de um Conceito

Refletir e construir, de forma coletiva, um conceito de patrimônio cultural é uma significação elaborada por e na comunidade. Deste modo, este tópico problematiza as respostas relacionadas ao conceito de patrimônio cultural, expresso na questão “Quais destas palavras representam a ideia de Patrimônio Cultural para você?”, presente no instrumento de pesquisa. A oferta de sinônimos apresentada no questionário envolve as seguintes palavras: memória, história, progresso, velharia, cultura, comunitário, riqueza, herança, preservação, atraso, antigo, entrase, demolição, passado, beleza, feiura e ruína. Por fim, a questão ainda apresenta ao pesquisado a opção de preencher livremente uma alternativa com termos que lhe sejam representativos do conceito de patrimônio cultural.

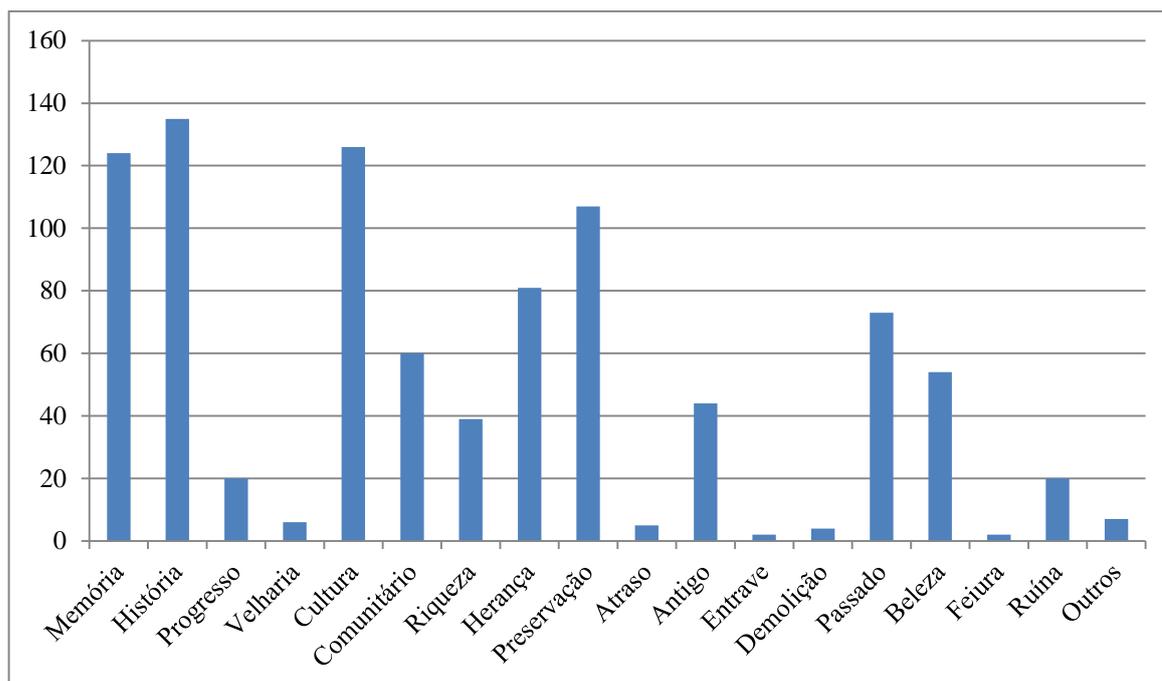


FIGURA 28 – Palavras-chave para a elaboração do conceito de Patrimônio Cultural. FONTE: a autora.

As conceituações feitas para o termo “patrimônio cultural” somaram 909 citações únicas, distribuídas através das categorias: memória (124), história (135), progresso (20), velharia (6), cultura (126), comunitário (60), riqueza (39), herança (81), preservação (107), atraso (5), antigo (44), entrave (2), demolição (4), passado (73), beleza (54), feiura (2), ruína (20) e outros (7). Estes outros conceitos relacionados com o tema foram apresentados pelos participantes e estão a seguir destacados. Deste modo, é possível perceber outros pontos de vista que são somados às propostas feitas acerca do patrimônio cultural enquanto conceito:

“Valor para a cidade” (P15, estudante Ensino Médio)

“Identidade” (P46, P67 e P81, estudante Ensino Médio, arquiteto e urbanista, arquiteto e urbanista)

“Imaterialidade simbólica” (P64, arquiteto e urbanista)

“Responsabilidade e preexistência” (P89, arquiteto e urbanista)

“Futuro” (P119, comunidade local)

A importância do patrimônio no contexto da cidade é valorizada pelo participante 15, enquanto que a relação destes bens culturais com a identidade é destacada por três participantes (46, 67 e 81). A questão de o conceito ser algo intangível é apontada pelo participante 64, ao destacar o simbolismo de sua significação. Já o participante 89 destaca, ao relacionar responsabilidade e preexistência, o papel do patrimônio cultural como elemento

capaz de transcender o tempo e permanecer, materializando memórias e identidades. Com expectativa, o participante 119 observa o patrimônio cultural como algo que também tem participação no futuro de sua comunidade/grupo social.

A ideia formada de patrimônio cultural pela comunidade santa-mariense, enquanto amostra total, encontra lugares comuns, como preconiza Riegl (2013) ao abordar o caráter de antiguidade dos monumentos não intencionais. Termos como “memória”, “história” e “cultura” ganham destaque para a elaboração coletiva deste conceito, ratificando a relação entre patrimônio, passado e identidade. A atribuição de outros valores além daqueles relacionados aos valores de antiguidade mostra-se tímida diante do peso que estes sentidos têm quando se discute em patrimônio cultural.

Tal situação cristaliza a expectativa que o estudo tinha acerca destas construções – a estimativa era, dada a diferença existente entre os públicos abordados pelo questionário, que a observação ao nível do *homo medius* fosse pautada pela relação entre patrimônio cultural e passado. Outro tema apropriado com significância pela amostra do presente estudo é a percepção do patrimônio cultural como uma “herança”. Este posicionamento resgata o conceito gerador de patrimônio⁵⁰, ligado a ideias paternalistas e de transmissão de pais para filhos, corroborando com a ideia de que quando algo atravessa gerações, pode ser identificado/denominado como patrimônio cultural. Além destes, há o destaque dado às ideias de “passado” e “antigo”.

Também é relatada com significativa recorrência a ideia de “preservação” como referencial ao patrimônio cultural. Em um sentido geral do tema, esta visão é positiva, visto que mostra preocupação da comunidade diante do que é reconhecido como patrimônio, no entanto, para que uma conclusão mais clara seja possível, é necessário aprofundar esta investigação. Tal resposta pode ser genuína e definitivamente mostrar uma cultura de preservação, no entanto, também pode ser reflexo de outros discursos, especialmente aqueles vindos da mídia e da escola⁵¹. Assim, pode apenas ecoar uma fala popularizada no grupo social, mas que, para o indivíduo, não traz significações profundas ou capazes de promover novas posturas ou ações cidadãs, por exemplo.

As repostas ao instrumento de pesquisa permitem identificar algumas direções adotadas pela comunidade local para a conceituação do patrimônio cultural. A observação do

⁵⁰ Este tema já foi debatido no item 1.1 desta Dissertação.

⁵¹ Com importante papel como elemento socializador, as mensagens midiáticas são, junto com a escola, elementos de unificação e dominação de identidades e diferenças. “A escola e a mídia desempenham o papel de guardiãs e difusoras de uma espécie de síntese de valores hegemônicos que formam o consenso indispensável à sociedade” (Belloni, 2009, p. 33).

leigo se reporta destacadamente às condições físicas de edificações e a identificação visual de determinados elementos materiais que possam alicerçar essa definição. Desta forma, decorativismos nas fachadas, adornos e outros elementos estilísticos, por exemplo, mostram possuir importância na definição de patrimônio cultural. Tal situação se corrobora quando são problematizadas as atribuições de valores dadas às edificações que ilustram o instrumento de pesquisa deste estudo, no item 3.1.4 desta Dissertação.

Neste sentido, a pesquisa mostra, com destaque, que o conceito de “belo” é um valor relevante para a caracterização do patrimônio cultural e que a comunidade o percebe quando associa-o a exemplares de escolas arquitetônicas decorativistas. Esta observação caracteriza de forma simples o caráter personalíssimo que a atribuição de valores e a construção de sentidos para esta discussão. No entanto, corroborando que a beleza atribuída ao patrimônio cultural edificado está relacionada especialmente aos elementos presentes em exemplares de escolas decorativistas, como o Ecletismo, esta pesquisa permite perceber a visão de um grupo social e, por isso, os conceitos ganham amplitude e mostram percepções coletivas.

Além dos sentidos relacionados à antiguidade, o fator histórico é relevante e ganha expressão nos resultados da pesquisa. A grande maioria dos participantes sinaliza a importância histórica das edificações elencadas no *corpus* proposto ao instrumento de pesquisa. Esta situação também se observa ao longo das demais respostas, visto que é perceptível que é este critério que baliza a identificação de possíveis edificações com interesse patrimonial alheios ao Centro Histórico, por exemplo.

No entanto, a excessiva valorização do viés histórico pode levar a uma conclusão que aponta certa banalização do termo. Desta forma, assim como a atribuição do valor de antiguidade mostra-se como a primeira ou a mais importante para os leigos, também a atribuição histórica segue esta lógica, em partes, no presente estudo. Há situações, por exemplo, onde o entrevistado sinaliza positivamente o valor histórico para a Sotéia e, no entanto, nas perguntas abertas acerca de seu bairro, ele silencia em relação a esta edificação, mesmo sendo morador do bairro Passo D’Areia⁵².

Há a atribuição deste valor sem a plena apropriação do sentido que ele possui – o instrumento não é capaz de precisar o entendimento desta ideia pelo participante, no entanto, sua percepção pode ir desde o conhecimento significativo da história da edificação, passando por um saber simplificado ou, ainda, ser uma afirmação empírica do entrevistado diante da pergunta feita. Ao considerar cada um dos valores atribuídos por Riegl (2013) aos

⁵² O mapa da divisão urbana da Sede do Município de Santa Maria está disponível no Anexo B desta Dissertação.

monumentos não intencionais, é possível perceber uma amplitude de possibilidade e significações ao patrimônio cultural. Além daqueles elementos que “saltam aos olhos” em um primeiro momento, há outras significações que podem expandir o conceito existente de patrimônio cultural.

É possível observar no gráfico anterior que a relação próxima entre “história” e “memória” é íntima e determinante para a valorização de um bem como patrimônio cultural, segundo os participantes do estudo. De um total de 150 questionários, 118 deles (79% do total) sinalizam a aproximação entre “história” e “memória”. Neste sentido, é importante pensar como acontece esta relação e, especialmente, qual a motivação para estas aproximações. Há uma reconstrução do passado, pautada em acontecimentos anteriores que, através da memória, tenta-se alcançar. No entanto, esta relação ganha mais sentido quando acontece de forma reflexiva e articulada, permeada pela cultura, ou, ainda, quando a memória é capaz de pautar a busca e defesa de identidades e cidadania (Santos, 2007).

Nesta aproximação, identificada pelo instrumento de pesquisa, é possível perceber diferentes motivações para o relacionamento entre sujeito e passado. Apontado com destaque como elemento que conceitua o patrimônio cultural, o passado vem à tona através das memórias e da forma que elas são observadas. Ricouer (1991) destaca o papel destas narrativas como ato capaz de fomentar nos sujeitos a elaboração de identidades de si mesmo. Assim, o passado é visitado quando há aberturas do presente e, por isso, são distintas as formas de apropriação do que já aconteceu, ratificando o caráter intencional da memória.

Santa Maria conta com particularidades em sua formação e estrutura social que acompanham a cidade desde sua formação. A localização estratégica da cidade a vocacionou para receber um espaço militar, assim como para ter uma posição de destaque no cenário ferroviário estadual e nacional. Estas memórias, por exemplo, são acionadas quando é proposto o debate, no entanto, outras memórias também se ativam nesta discussão. Mesmo que pontual, há citações de temas como “demolição” e “atraso”, o que demonstra uma visão diferenciada acerca do patrimônio cultural.

Sob esta lógica, o tema ganha um sentido novo, diferenciado daquele problematizado anteriormente. A percepção da ideia de “demolição” agrega em si possibilidades – a principal delas é o resgate da cotidiana situação do patrimônio cultural, exposto a diferentes situações de ameaça e extinção de sua existência material.

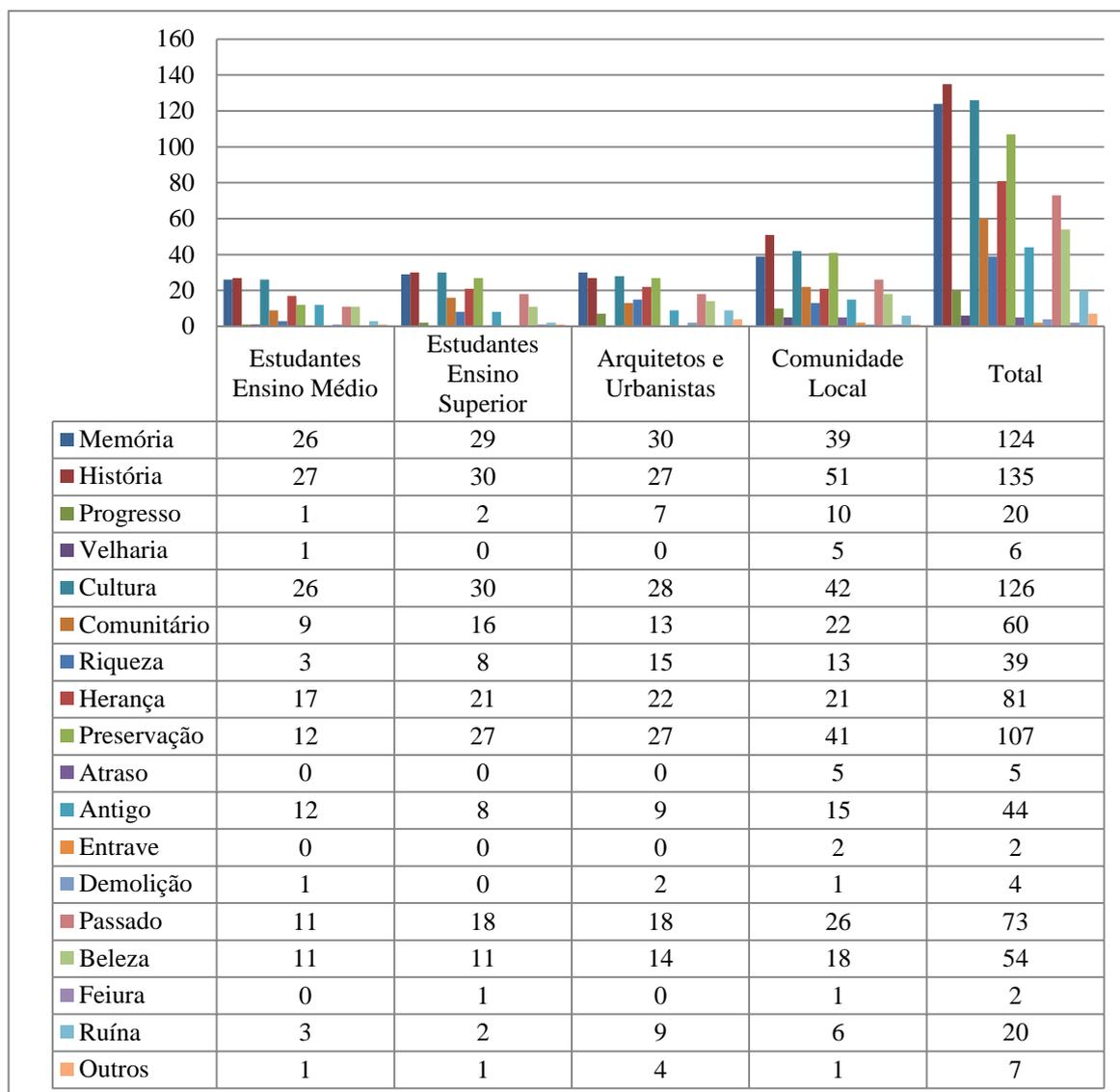


FIGURA 29 – Palavras-chave para a elaboração do conceito de Patrimônio Cultural nos grupos da amostra.
FONTE: a autora.

São negociações que acontecem no espaço social e envolvem diferentes atores, tais como empreendedores, sujeitos e grupos de fomento à preservação do patrimônio cultural edificado, Administração Pública e comunidade, por exemplo. As apropriações acontecem de forma diferenciada em cada grupo pesquisado, como é possível perceber a partir da tabela anteriormente apresentada. Cada um deles mostra apropriar-se do conceito de Patrimônio Cultural tomando diferentes referências neste processo.

Não há grandes disparidades nos resultados entre si, visto que há a predominância, em todos os grupos, de ideias como “memória”, “história” e “cultura”, como já foi problematizado ao longo deste estudo. No entanto, é relevante também debater acerca das particularidades de cada grupo, proporcionando localizações e referências para as construções de sentido elaboradas através da provocação feita pelo instrumento de pesquisa.

Entre os estudantes do Ensino Médio, existe a reflexão acerca da valorização histórica e da memória que é proporcionada a partir do patrimônio cultural, no entanto, é possível perceber que há relação direta do tema com o tempo passado. Tal afirmativa é viável pelas sinalizações dadas através das respostas dos questionários – a ênfase à ideia de “antigo” ratifica a proposição de Riegl (2013) sobre a valorização principal feita por leigos sobre os monumentos não intencionais. Tal situação também é perceptível entre os entrevistados oriundos dos bairros da cidade.

A percepção destes estudantes acerca do patrimônio cultural materializa-se na antiguidade do suporte – poucos sinalizaram a ideia de “riqueza”, por exemplo, não percebendo a potencialidade do patrimônio cultural para o futuro. Também não há a relação destes bens, pela visão deste grupo da amostra, com a comunidade onde estão inseridos. Esta situação, proporcionalmente ao total de participantes, também acontece nos bairros de Santa Maria. Isto pode proporcionar problematizações acerca da valorização do patrimônio cultural e, especialmente, para quem e por quem é feita tal prática.

Não há a percepção do patrimônio cultural como algo coletivo – o que pode explicar, em grande parte, a falta de pertencimento e de senso de responsabilidade da comunidade diante da manutenção do patrimônio, com destaque para o edificado. Os participantes oriundos da amostra que representa a comunidade em geral trazem semelhanças relevantes com os estudantes de Ensino Médio: ambos compartilham elementos que os apontam como leigos quando a discussão é sobre o patrimônio.

No grupo formado por técnicos, a percepção do patrimônio cultural é qualificada por um posicionamento particular, onde o valor de memória ganha mais importância do que o de história, mostrando a crença no papel do patrimônio como salvaguarda de elementos referenciais à comunidade. A ideia de ter papel comunitário também tem relevância, assim o entendimento da riqueza como representação do patrimônio cultural. Eles também são o principal grupo a perceber o patrimônio como parte integrante de ações futuras, corroborando a crença na possibilidade de integrar, no caso do patrimônio edificado, os bens culturais com a existência presente, seja através de novos usos ou significações.

Já os estudantes do Ensino Superior mostram-se em posições intermediárias entre os grupos já citados – as opiniões que colocam o patrimônio cultural como algo potencial são tímidas, no entanto, elas existem. Neste sentido, é possível exemplificar a citação discreta de valores como “progresso” e “riqueza”. Com destaque, é possível apontar a valorização quase unânime da ideia de “preservação”, em equivalência aos profissionais de Arquitetura e Urbanismo. Cada grupo carrega consigo suas trajetórias e, no caso dos estudantes do Ensino

Superior e dos profissionais de Arquitetura e Urbanismo, há mais esclarecimento e sensibilização sobre o tema e os possíveis desdobramentos.

Em suma, a proposição de uma construção coletiva do conceito de patrimônio cultural ganha pormenores quando observada a partir dos grupos participantes. É possível perceber nessa problematização distintas negociações envolvidas, em um processo que é simbólico. De forma geral, delinea-se sobre o patrimônio cultural uma percepção superficial e carente de sentidos. A percepção do patrimônio cultural relaciona-se diretamente com o passado, sem demonstrar a existência de perceptivas positivas ou valorização da história e memória locais. Há a consciência do papel de “guardião” que o patrimônio cultural tem em si, no entanto, não se reflete acerca de sua manutenção, preservação ou valorização.

3.1.2 Referenciais de Patrimônio Cultural Material em Santa Maria

Este tópico do estudo problematiza os resultados encontrados nas questões que visam à identificação da região da cidade onde há maior concentração de edificações com interesse patrimonial, assim como a percepção acerca do patrimônio cultural nos bairros de origem dos pesquisados. Estas perguntas podem ser classificadas, conforme Markoni e Lakatos (2010), como questões abertas, onde o participante é convidado a expressar sua opinião livremente. A partir das respostas encontradas, é possível confirmar a hipótese levantada pelo presente estudo: no imaginário coletivo, o centro urbano é, com destaque, o principal lugar de memória (NORA, 1993) da cidade.

Há pequenas exceções nesta quase unanimidade – dois participantes citaram o bairro Itararé como principal espaço de concentração do acervo material santa-mariense, enquanto que há referências aos bairros Nossa Senhora Medianeira, Camobi, Nossa Senhora do Rosário e às regiões Norte e Nordeste da cidade. Cinco participantes não responderam a esta questão e outros seis afirmaram não saber tal resposta. Desta forma, há 132 citações que apontam o centro como a região que concentra mais edificações com interesse patrimonial, seguido por oito outras citações pontuais: região Norte (1), região Nordeste (2), Itararé (1), Camobi (2), Nossa Senhora do Rosário (1), Nossa Senhora Medianeira (1). As poucas identificações alheias ao centro da cidade foram apontadas por moradores dos bairros Itararé e Urlândia e por um estudante de Ensino Superior. O centro da cidade foi unanimidade entre os participantes arquitetos e urbanistas, assim como entre os estudantes de Ensino Médio.

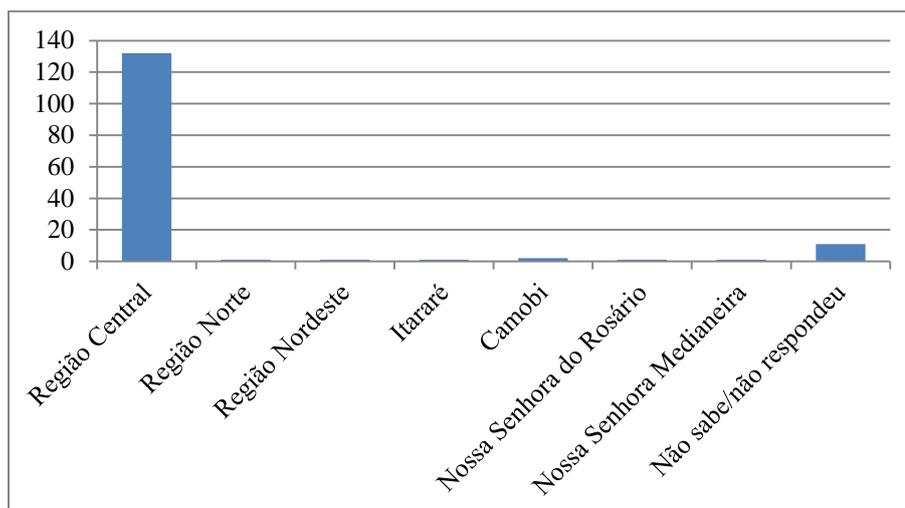


FIGURA 30 – Regiões da cidade que concentram edificações com interesse patrimonial. FONTE: a autora.

As expressões são diferenciadas, no entanto, mesmo quando há apontamentos específicos sobre lugares de memória em Santa Maria, como “Vila Belga”, “Ferrovia” ou “Calçadão”, por exemplo, todos eles pertencem ao Centro Histórico atual⁵³. A ocupação do território em Santa Maria, brevemente discutida no capítulo anterior, mostra que a região central foi o ponto nevrálgico para a existência da cidade e, naquela área, foi instalado o acampamento militar que deu origem à Santa Maria.

Algumas das formas adotadas para descrever o centro da cidade são “Região Central”, “Centro da Cidade”, “Calçadão e Praça Saldanha Marinho”, “Vila Belga”, “Vila Belga e Avenida Rio Branco”, “Centro de Santa Maria”, “Região da Avenida Rio Branco”, “Entorno da Avenida Rio Branco e proximidades da Mancha Ferroviária” e “Centro Urbano”, entre outros. Vale o destaque para o questionário 111, onde o participante destacou em sua resposta que a concentração principal do acervo santa-mariense se dá no espaço originário da cidade, e que é reproduzido a seguir.

4. Em qual região da cidade há mais prédios e monumentos que você considera PATRIMÔNIO CULTURAL? Na parte da cidade onde ela começou, onde se estabeleceram, que envolve, logo, o centro e suas adjacências

FIGURA 31 – Trecho do questionário do participante 111 (comunidade local). FONTE: a autora.

É justificável a percepção desta concentração de edificações nesta área da cidade, contudo, ela não pode ser vista como a única região com potencial patrimonial. Apesar disso, pela construção conceitual apresentada pelo estudo, esta relação é lógica, visto que é dentro

⁵³ Em situações onde não há a citação literal da expressão “centro” ou “centro da cidade”, o presente estudo contabiliza o dado a partir da localização geográfica da edificação ou espaço citado. Quando se cita a Vila Belga, por exemplo, ela é contabilizada como centro, visto que é lá onde se localiza.

do perímetro do Centro Histórico local que se concentram as principais edificações com interesse patrimonial de Santa Maria. O mapa temático acerca da expansão urbana, apresentado no Capítulo anterior, mostra a evolução no processo de ocupação do solo em Santa Maria, evoluindo da região do acampamento militar (próximo a atual Praça Saldanha Marinho) para as porções mais periféricas da cidade.

No entanto, este limite imaginado do centro como zona que abriga o patrimônio cultural local não pode ser excluyente, existindo ainda um número representativo de exemplares sem qualquer salvaguarda ou mesmo sem a identificação, pela comunidade, de seu valor como patrimônio cultural da cidade. Para estas, alheias aos espaços centrais, a chave da preservação passa por iniciativas como aquelas previstas pelas práticas da Educação Patrimonial, assim como pela ampliação do conceito de patrimônio cultural.

A amostra do presente estudo conta com moradores de 29 bairros de Santa Maria. Há duas exceções, assinaladas como “outros” – um dos participantes, oriundo da Escola Estadual de Ensino Médio Cilon Rosa, é morador do município vizinho de Silveira Martins. No entanto, dada a proximidade entre as cidades e o deslocamento diário para o estudo, optou-se por considerar suas respostas. Já outro participante apenas sinalizou que mora na “periferia”, sem precisar o bairro.

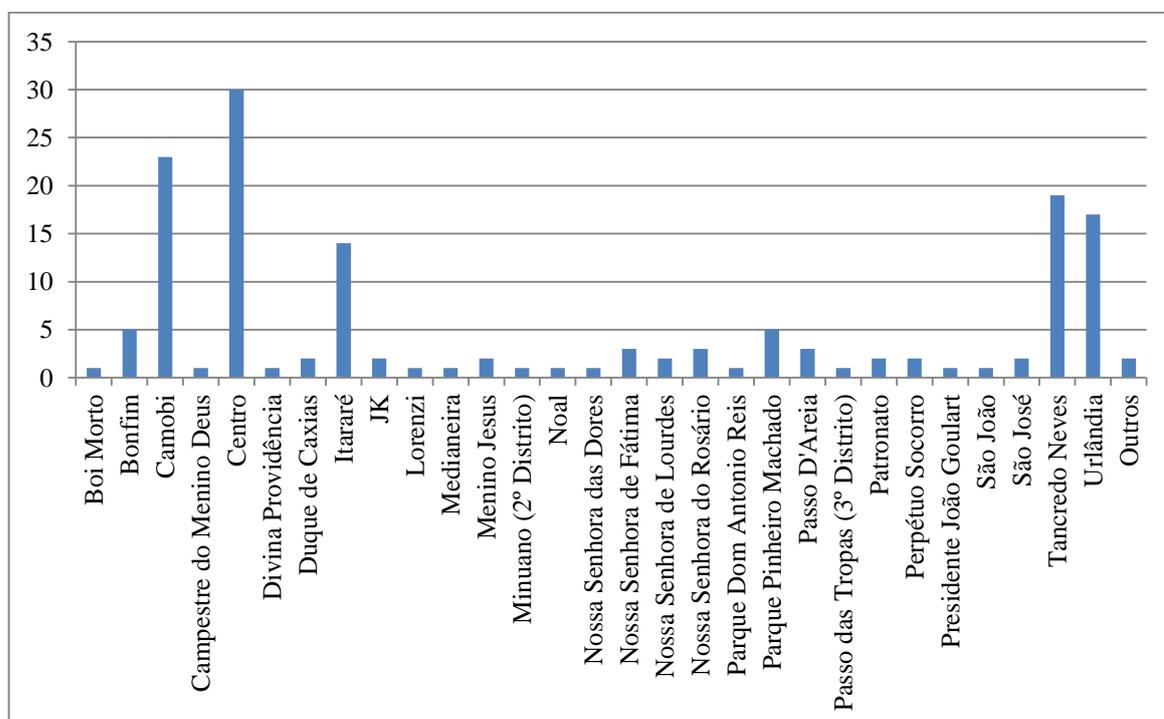


FIGURA 32 – Bairros de origem dos participantes. FONTE: a autora.

A pesquisa abrange expressiva parcela dos bairros da Sede do Município, com destaque para o centro da cidade, espaço de moradia mais citado pelos participantes. É relevante destacar que os bairros Camobi, Itararé, Tancredo Neves e Urlândia aparecem com maior representatividade porque eles integram a porção dos questionários voltados à comunidade, conforme já debatido no Capítulo anterior.

Vale observar que, mesmo com diferentes origens e experiências, todos os grupos apontam o centro da cidade como espaço de concentração de edificações com interesse patrimonial ou que já sejam constituídas como patrimônio cultural. Para esta variável, a caracterização relevante capaz de modificar essa apreensão de sentidos é o grupo de origem – os estudantes de Ensino Superior e os profissionais da área mostram maior sensibilidade acerca do tema, aprofundando suas colocações.

Há quase unanimidade no apontamento do centro como principal espaço do acervo patrimonial local, no entanto, esta percepção é dificultada quando a reflexão é acerca do próprio bairro. É possível encontrar até negativas em muitos dos questionários, onde os participantes afirmam não reconhecer nenhum espaço ou edificação com interesse patrimonial, inclusive em bairros com tradição, como o Itararé.

Mesmo com dúvidas, a maior parte dos participantes identificou alguma edificação ou espaço público de seu bairro como patrimônio cultural, especialmente aqueles residentes no centro. Para os demais, as respostas são variadas e, deste modo, reproduz-se algumas com relevância ao estudo:

“Os quarteis” (P6, estudante Ensino Médio, morador do bairro Boi Morto)

“Praça dos Bombeiros” (P9, estudante Ensino Médio, morador do bairro Rosário)

“A chaminé da olaria” (P13, estudante Ensino Médio, morador do bairro Passo D’Areia)

“Escola para surdos” (P26, estudante Ensino Médio, morador do bairro Lorenzi)

“*[Ginásio de Esportes] Oreco*⁵⁴” (P29, estudante Ensino Médio, morador do bairro Tancredo Neves)

“Praça da Nonoai” (P47, estudante Ensino Superior, morador do bairro Nossa Senhora de Lourdes)

⁵⁴ O nome dado ao Ginásio Poliesportivo da COHAB Tancredo homenageia o jogador de futebol santa-mariense Waldemar Rodrigues Martins, popularmente conhecido como “Oreco”. Nascido em 1932, ele foi descoberto pelo Inter de Santa Maria (1949), o jogador passou por times como Internacional (1950 – 1957), Corinthians (1957 – 1965), Millionarios/Colômbia (1965 – 1966), Desportivo Toluca/México (1967 – 1968) e Dallas Tornados/EUA (1969 – 1971). Oreco participou dos Jogos Pan-americanos de 1956 e da Copa do Mundo de 1958, quando foi reserva de Nilton Santos. O jogador faleceu em 1985, na cidade de Ituverava/SP. FONTE: UOL.

“Estádio Presidente Vargas” (P49, estudante Ensino Superior, morador do bairro Noal)

“MASM” (P50, estudante Ensino Superior, morador do bairro Nossa Senhora de Fátima)

“Jardim Botânico [da UFSM]” (P51, estudante Ensino Superior, morador do bairro Camobi)

“A escola” (P52, estudante Ensino Superior, morador do bairro Passo das Tropas)

“Centro Comercial” (P58, P129 e P131, estudante Ensino Médio, comunidade local, comunidade local, moradores do bairro Tancredo Neves)

“Reservatório da Praça Saturnino de Brito” (P61, arquiteto e urbanista, morador do bairro Centro)

“Paisagem natural” (P62, arquiteto e urbanista, morador do bairro Campestre do Menino Deus)

“Escola Pão dos Pobres, escola Divina Providência” (P75, arquiteto e urbanista, morador do bairro Divina Providência)

“Monumento dos Ferroviários, Clube 21 de Abril, ferrovias (estradas de ferro), antiga fábrica Cyrilla” (P95, comunidade local, morador do bairro Itararé)

“21 de Abril” (P98, comunidade local, morador do bairro Itararé)

“Antigas estações de trem” (P106, comunidade local, morador do bairro Camobi)

“Planetário da UFSM e Centro Comercial de Camobi” (P108, comunidade local, morador do bairro Camobi)

“Estação Férrea de Camobi e UFSM” (P112, comunidade local, morador do bairro Camobi)

“Cerâmica Kiper (P117, comunidade local, morador do bairro Camobi)

“Ginásio do Oreco, só esse que eu sei” (P123, comunidade local, morador do bairro Tancredo Neves)

“Os blocos” (P132, comunidade local, morador do bairro Tancredo Neves)

“O campo de futebol, as igrejas evangélicas” (P136, comunidade local, morador do bairro Urlândia)

“Ginásio Peripoli” (P145, P147, P148, P149 e P150, comunidade local, moradores do bairro Urlândia)

As respostas mostram diferentes formas de apropriação do conceito de patrimônio cultural e das formas de atribuição de sentidos. A maior parte das edificações e/ou espaços citados são as principais referências em seus bairros em termos de espaços públicos ou de usos relevantes, por exemplo. Para o morador do bairro Boi Morto, por exemplo, os quarteis têm importância enquanto patrimônio cultural; tal fato é corroborado pela grande

concentração de estruturas militares nesta região da cidade. Já a Praça dos Bombeiros, nas proximidades da Igreja Evangélica de Confissão Luterana, na rua Barão do Triunfo, é espaço tradicional no bairro Bonfim, assim como é a praça Oswino Ferreiro Alves, no bairro Nonoai, citadas pelos participantes P9 e P47, respectivamente.

Outras respostas, como aquelas encontradas nos questionários 26, 29 e 52, por exemplo, dão subsídio para, dada a edificação citada, concluirmos que a motivação para atribuir valores de patrimônio cultural está ligada com questões íntimas ou da história de vida dos participantes. Aqui, a memória de cada sujeito ganha força, alicerçada por suas lembranças e por acontecimentos relevantes de suas trajetórias.

Os participantes identificados como 26, 52 e 75 classificam a escola de seus bairros como patrimônio, fato que corrobora com a hipótese aqui proposta – um ponto importante, na resposta do participante 26, é a valorização da Escola Estadual de Educação Especial Dr. Reinaldo Fernando Cóser, voltada para a educação de surdos. Já o participante identificado pelo número 52, assim como outros do mesmo bairro, destacou o Complexo Poliesportivo Oreco, popularmente chamado apenas como “Oreco”, enquanto que o participante 49, morador do bairro Noal, apontou o Estádio Presidente Vargas. Ambas as situações denunciam a preponderância de motivações individuais para a determinação do patrimônio cultural do bairro.

As respostas do participante 50, morador do bairro Nossa Senhora de Fátima, mostram que os critérios de valoração do patrimônio cultural encontram-se relacionadas com o discurso e a existência do patrimônio oficial e, destacadamente, do peso das instituições no processo de percepção do interesse patrimonial das edificações e monumentos. Em suas respostas, o participante sinalizou o Museu de Arte de Santa Maria (MASM) como patrimônio cultural de seu bairro. O museu, enquanto entidade, usualmente figura o imaginário como lugar de cultura e, por tal atribuição, torna-se um dos “sinônimos” para patrimônio cultural – em geral, representa discursos e patrimônios tidos como “oficiais”.

Já o participante 51 apontou o Jardim Botânico como patrimônio cultural e, através das demais respostas dadas ao questionário, ele afirma ser morador do campus da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). A proximidade espacial do participante com o espaço citado corrobora com esta escolha, visto que se pode concluir que a relação do sujeito com este lugar é próxima e sua apropriação é quase como uma extensão de sua casa.

O participante 106 registrou resposta que coaduna com seu local de moradia, no bairro Camobi – ao ser questionado sobre exemplares que sejam tidos como patrimônio cultural em seu bairro, ele afirmou que as “antigas estações de trem” o são. Contudo, pela pouca precisão

na informação dada, é possível intuir que ela não possui identificação com o espaço que ele habita. Na questão seguinte, onde se pergunta acerca do patrimônio cultural de Santa Maria em sua totalidade, a afirmação que o Planetário da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) é um deles mostra que a resposta anterior é ampla e aplicável a diferentes situações e, até mesmo, a diferentes bairros e cidades.

Respostas como aquelas dadas pelos participantes 58, 61 e 62 mostram percepções bem particulares acerca do patrimônio cultural. Ao tempo que 58, 129 e 131 apontam o Centro Comercial da COHAB Tancredo Neves como patrimônio cultural, é possível perceber as relações de consumo como referência e pauta para tal atribuição. Suas observações em relação ao bairro, quando questionados acerca do patrimônio local, mostram-se superficiais e pouco críticas. Tal situação também se repete nas respostas do participante 108, contudo, em relação ao bairro Camobi. Outro espaço comercial referenciado pelo participante 117, contudo, com tradição no bairro Camobi, é a Cerâmica Kipper.

Por outro lado, as respostas 61 e 62, ambas elaboradas por profissionais de Arquitetura e Urbanismo, mostram sensibilidade ao encarar o patrimônio cultural. A identificação dos reservatórios localizados na Praça Saturnino de Brito mostram conhecimento acerca de pontos específicos da história de Santa Maria – nos primeiros anos do século XX, em 1918, o engenheiro Saturnino de Brito elaborou um projeto de saneamento para a cidade⁵⁵. O plano não foi aplicado em totalidade, no entanto, algumas medidas referidas por Saturnino foram efetivadas, entre elas o reservatório central, edificado onde hoje se localiza a praça que homenageia o engenheiro sanitarista. Tal fato não é popular entre o imaginário local, especialmente porque o reservatório é formalmente um retângulo que “pousa” sobre a praça, sem a tipologia comumente vista em outras cidades e mesmo em Santa Maria, em outros bairros, onde a “caixa d’água” é referência e marco (LYNCH, 2012) no espaço urbano.

Desta forma, tem-se aqui o exemplo de atribuição efetiva do valor histórico, com conhecimento e apropriação de um episódio da história local e, a partir deste viés, a valorização, como patrimônio cultural, de um bem que não ilustra o imaginário coletivo como tal. No mesmo sentido, é possível referenciar a opinião do participante 62, quando este destaca as paisagens naturais de seu bairro como patrimônio cultural. Ao fazer esta referência, vê-se que a apropriação acerca do potencial do patrimônio cultural se dá de forma crítica e

⁵⁵ Para saber mais acerca do plano de saneamento de Saturnino de Brito, sugere-se a leitura de TOCHETTO, Daniel. **A Cidade de Santa Maria e o Saneamento de Saturnino de Brito**. 2013. 365p. Dissertação, (Mestrado em Planejamento Urbano e Ambiental), Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Ambiental, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

ampla, quando comparada com outras respostas dadas à pesquisa. Há a consciência do papel da paisagem também como patrimônio, o que demonstra maior domínio e criticidade acerca do tema pelo participante. Nas falas dos participantes que formam a parcela da amostra eleita como representativa da comunidade em geral, há particularidades que merecem a atenção.

No bairro Itararé, as respostas aqui destacadas mostram a essência das falas lá encontradas – o imaginário construído ao redor da ferrovia e do passado próspero do bairro ainda ecoa nas colocações presentes. Os participantes P95 e P98 destacam a Sociedade Recreativa Ferroviária 21 de Abril, importante entidade relacionada com a comunidade ferroviária do bairro. Em 2014, esta edificação foi recuperada pela Prefeitura Municipal de Santa Maria e a proposta feita à comunidade para utilização do prédio do antigo clube é a organização do centro comunitário⁵⁶. Outro espaço destacado pela comunidade do Itararé é o Monumento ao Ferroviário, apontado pela maioria dos participantes como referência do bairro. As referências do patrimônio cultural no bairro alinham-se com os tempos mais prósperos da região, como exemplifica o participante 95, ao citar a antiga fábrica de refrigerantes Cyrilla. Também há registros de referências à Igreja Santa Catarina e escola homônima.

A ferrovia também ganha destaque para os moradores do bairro Camobi, no entanto, a Universidade Federal de Santa Maria (seja na totalidade, seja em relação a certas edificações, como o Planetário, por exemplo) é o elemento destaque na percepção do patrimônio cultural. Não houve citações, por exemplo, relacionadas ao antigo núcleo do bairro, localizado nas proximidades da Estação Férrea, e que conta com edificações anteriores à própria UFSM, como a Igreja de Nossa Senhora da Glória. A referência principal ao debate sobre patrimônio cultural edificado no bairro aponta para a valorização da Estação Férrea local como bem localizado em outro “tempo”, enquanto que a Universidade desponta como principal exemplo, motivada especialmente pelo caráter utilitário desta atribuição.

Nos bairros Tancredo Neves e Urlândia, o questionamento acerca do patrimônio cultural levou a percepção, destacadamente, de espaços de lazer e equipamentos públicos como referências daquelas comunidades. Para os participantes do bairro Tancredo Neves, o Ginásio Oreco ocupa posição de destaque no imaginário coletivo – e também no cotidiano dos moradores do bairro. Ele é o espaço de socialização daquela comunidade, além de se

⁵⁶ Sob iniciativa da Prefeitura Municipal de Santa Maria, a edificação foi reformada e teve seus espaços de lazer retomados. O prédio foi entregue pela Administração Municipal à comunidade em maio de 2014. FONTE: **Clube 21 de Abril ressurge para os santa-marienses. Prefeito discutiu a utilização do espaço com os moradores.** Disponível em < <http://www.santamaria.rs.gov.br/gabinete/noticias/8332-clube-21-de-abril-ressurge-para-os-santamarienses-prefeito-discutiu-a-utilizacao-do-espaco-com-os-moradores>>. Acesso em 06/01/2015.

comportar como referência importante, tal qual preconiza Lynch (2012) ao abordar os pontos nodais.

Também as próprias moradias são apontadas como patrimônio cultural, conforme aponta o participante 132, quando referencia os blocos residenciais edificados na COHAB. Tal situação pode ser pensada por dois aspectos – se realmente houve o entendimento do termo “patrimônio cultural”, a referência estabelecida pelo participante é simbólica e remete às memórias próprias daquele sujeito. No entanto, a situação que se delineia permite compreender que houve certa confusão na terminologia e, por consequência, houve o entendimento do patrimônio em seu sentido mais corriqueiro, apontando para a questão da propriedade.

No bairro Urlândia, a situação é semelhante – os participantes apontam lugares como mercados, igrejas (católica e evangélicas), posto de saúde, campos de futebol dos times locais e, com destaque, o Ginásio Piripoli. Neste espaço, a comunidade se reúne, pratica atividades físicas e promove festividades e outros encontros. Desta forma, o lugar ganha importância no contexto deste grupo e se referencia como “patrimônio” da comunidade em questão, destacando exemplares não consagrados ao imaginário da comunidade.

É possível refletir acerca deste processo construtivo e da identificação dos valores atribuídos ao patrimônio cultural nestes casos – há destacadamente a percepção de certas edificações por motivações que se justificam pelas trajetórias de vida, identidades e interesses de cada sujeito. Neste sentido, é relevante pensar nos processos de apropriação e pertencimento que são construídos na relação entre sujeito e bem cultural. Tal conceito, associado com as ideias de identidade e comunidade, comporta-se como alicerce para tais identificações.

Palácios (*apud* PERUZZO, 2009) destaca que a organização social contemporânea têm elementos determinantes para fundamentá-la, sendo que o primeiro deles é o pertencimento, seguido por ideias como comunidade, permanência, territorialidade e comunicação. Desta forma, pertencer transcende distâncias físicas e alcança um patamar superior, que é a construção das identidades culturais. As comunidades, quando organizadas, são uma fonte de identidades e, para Peruzzo (2009, p.144), em todas elas, “existem processo de identidade, objetivos e interesses em comum, bem como a participação [...] e o sentimento de pertença, oriundo da identidade em questão”.

Esta relação existe e, pela construção identitária previamente constituída, é possível concluir que a atribuição de valores nestas situações se dá motivada por memórias individuais. No entanto, é possível intuir que, na comunidade onde estes sujeitos estão

inseridos, esta opinião é compartilhada com seus pares ou, ao menos, com os mais próximos de seu círculo social. A memória individual reflete e interage de forma íntima com a memória coletiva. Soares *et al* (2011, 131) destacam que, nesta relação, o resgate da memória “é fundamental para a construção social dos indivíduos na coletividade, ou seja, a história local e a memória dentro deste quadro são elementos de identificação entre esses grupos”.

As identificações propostas mostram certa transcendência da percepção do patrimônio oficial para proporcionar valorização de elementos que têm importância para um grupo específico que, neste caso, são comunidades periféricas ao centro da cidade. Esta identificação estimula o resgate de memórias e histórias locais e, como aponta Soares *et al* (2011), revela elementos familiares, dos grupos onde o sujeito frequenta, das instituições e outros que compõem a história de determinado local. Desta forma são construídos os laços comunitários e há a interação dos sujeitos com a coletividade.

Outras respostas também possuem importância, no entanto, pelo sentido oposto ao da valorização já debatida. Muitos participantes, inclusive, deixaram a questão em branco (13 questionários). A lógica motivada pelo imaginário coletivo que ilustra o centro da cidade como lugar praticamente exclusivo de memória em Santa Maria leva a uma observação superficial e pouco sensível para a questão do patrimônio cultural. No entanto, é importante debater no presente estudo a percepção de muitos em relação aos seus bairros a partir deste posicionamento. Tal situação foi encontrada em todos os públicos abordados, inclusive entre os profissionais da área e nos grupos de estudantes do Ensino Superior:

“Nenhum” (P1, estudante Ensino Médio, morador do bairro Parque Pinheiro Machado)

“Não tem” (P2, estudante Ensino Médio, morador do bairro Tancredo Neves)

“Não conheço muito bem o meu bairro” (P5, estudante Ensino Médio, morador do bairro Passo D’Areia)

“Nenhum, pois é um bairro relativamente novo” (P37, estudante Ensino Superior, morador do bairro Menino Jesus)

“Acho que nenhum” (P38, estudante Ensino Superior, morador do bairro Cerrito)

“No meu bairro, eu, inicialmente, não acho que exista nenhum que considero” (P56, estudante Ensino Superior, morador do bairro São José)

“Nenhum” (P74, arquiteto e urbanista, morador do bairro São João)

A negativa para a identificação de edificações ou espaços com interesse patrimonial é repetida por participantes moradores de outros bairros da cidade, como Duque de Caxias e Nossa Senhora de Fátima, por exemplo. Há situações onde o desconhecimento acerca do

bairro determina a não valoração de algum bem ou edificação, no entanto, as negativas apontam, em maioria, para uma não identificação mesmo após um processo reflexivo acerca do tema.

O QUE É PATRIMÔNIO CULTURAL PARA VOCÊ?	
1. Você mora em qual bairro da cidade?	<u>JK</u>
2. Quais prédios ou espaços você considera PATRIMÔNIO CULTURAL em seu bairro?	<u>Só de como me lembram, não há prédios, estátuas ou algo diferente.</u>

FIGURA 33 – Trecho do questionário do participante 12 (estudante Ensino Médio). FONTE: a autora.

A fala de P12 aponta para a repetição de discursos oficializados ou, ainda, a percepção do patrimônio cultural pela ótica construída a partir da diferença. Ao considerar apenas “prédios, estátuas ou algo assim” como patrimônio cultural, o participante observa seu espaço e, então, conclui que não há o que ser valorizado neste sentido porque não há exemplares semelhantes àqueles comumente (ou oficialmente) apontados como patrimônio cultural.

O participante P37 alega que seu bairro é novo e, por isso, não contaria com edificações de interesse patrimonial. Neste sentido, duas observações podem ser feitas: a primeira delas aponta para a evolução urbana de Santa Maria e a ocupação desta porção do território do Município. Localizado na região nordeste da cidade e nas proximidades da linha férrea, o bairro foi criado em 1968⁵⁷, com esta mesma nomenclatura. Mesmo após ter sido lembrado ao bairro Nossa Senhora das Dores, em 2006 passou a ser novamente área autônoma e hoje abriga as unidades residenciais Vila Leste, Vila Major Duarte e Vila Ponte Seca, além da unidade Menino Jesus. Ele está localizado em porção próxima ao bairro Itararé e a espaços com ocupação original estimulada pela comunidade ferroviária santa-mariense, com destaque para bairros na região norte da cidade e nas proximidades da linha férrea. Desta forma, há certo repertório viável para valorização como patrimônio cultural da comunidade, retomando, inclusive, a referência da cultura ferroviária na cidade.

O segundo ponto a ser observado nesta fala é a dissociação entre sujeito e contexto social, o que pode ser revisado a partir de ações que trabalhem com a memória. Isto se justifica pelo papel relevante que ela assume, segundo Soares *et al* (2011), como processo de “formação da identidade de um grupo, como para a integração social do indivíduo na coletividade, uma vez que este busca em grupo sentimentos de continuidade e coesão de acordo com a sua cultura e suas tradições”.

⁵⁷Lei Municipal n° 1336/68, de 26 de setembro de 1968.

Há um processo de negociação nestas relações que são individuais, mas que, ao mesmo tempo, integram a memória coletiva construída neste grupo social. Destaca Halbwachs (2006, p. 69) que a “memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda segundo o lugar que ali ocupo e que esse mesmo lugar muda segundo as relações que mantenho com outros ambientes”. Os posicionamentos apresentados através do instrumento de pesquisa dão margem à interpretação de que há fragmentações nestas construções coletivas, o que se reflete na apropriação de cada sujeito.

Desta mesma forma, é possível destacar as colocações feitas pelos participantes acerca do patrimônio em Santa Maria, de forma geral. Novamente é possível confirmar a ideia inicialmente construída acerca da valorização das edificações centrais, com destaque para aquelas localizadas no perímetro do centro histórico local. Também há edificações e espaços que transcendem a Zona 2, no entanto, elas aparecem de forma pontual nos apontamentos feitos e, especialmente, nas colocações dos profissionais de Arquitetura e Urbanismo:

“Colégio Manoel Ribas, Praça Saldanha Marinho, Biblioteca, Prédio Rosa (esquina Venâncio com Rio Branco), Theatro 13 de maio” (P5, estudante Ensino Médio, morador do bairro Passo D’Areia)

“Praça Saldanha Marinho, Vila Belga” (P11, estudante Ensino Médio, morador do bairro Centro)

“Biblioteca Pública, Locomotiva, Vila Belga” (P19, estudante Ensino Médio, morador do bairro Parque Pinheiro Machado)

“Praças, prédios e edificações em geral de 75, 80 anos, vide estação férrea, caixa econômica, Edifício da Igreja Anglicana e da Catedral, etc.” (P57, estudante Ensino Superior, morador do bairro Nossa Senhora das Dores)

“Grande parte dos prédios da zona 2 do PDDUA e entorno, embora muitos do entorno já tenham se perdido pela falta de proteção, como o Círculo Operário e a antiga Fábrica de Sabão próxima ao Maneco” (P61, arquiteto e urbanista, morador do bairro Centro)

“Toda expressão da arquitetura art deco, a paisagem da avenida rio branco incluindo as edificações, conjunto da antiga sulbra, colégio Metodista Centenário (conjunto), paisagem remanescente da Rua do Acampamento, Paisagem remanescente da 2ª quadra da Rua Dr. Bozzano, Catedral metropolitana, Igreja Metodista, Igreja Anglicana (todos os tombados e além destes: Igreja Luterana da Av. Borges de Medeiros, casa modernista da Rua Venancio Aires, casa dos Mariano da Rocha e edifício ao lado, prédio dos Correios, conjunto de casa em fita na Rua Tuiuti (entre serafim e duque), arquitetura em madeira remanescente no bairro Itararé, prédios do hospital Casa de Saúde, Paisagem do Morro Cechella, Paisagem da encosta norte do morros, entorno urbano da estação férrea de camobi (largo, praça igreja), Igreja dos Amaral em Camobi, Conjunto de edifícios mais antigos do Hospital de Caridade, Sobrados do entorno da Praça Roque Gonzalez” (P67, arquiteto e urbanista, morador do bairro Bonfim)

“SUCV, CEF, Clube Caixeiral, Taperinha, Jantzen, Casa Mariano Rocha, Casa Astrogildo Azevedo, SULBRA, GARE, MANECO, Vila Belga...” (P87, arquiteto e urbanista, morador do bairro Centro)

“Igrejas, Clubes (Comercial, Caixerai, 13 de Maio, etc), Theatro 13 de Maio, Monumentos e Escolas” (P92, comunidade local, morador do bairro Itararé)

“Catedral diocesana, Theatro Treze de Maio, Museu Gama D'Eça, Casa Mariano da Rocha, Edifício Taperinha, Edifício Mauá, Parque Itaimbé, Praça Saldanha Marinho, Ginásio do Coríntians, Vila Belga, Gare da Estação Férrea, Avenida Rio Branco, Clube Caixeiral, Hugo Taylor, SUCV, Caixa Econômica Federal, Banrisul, Sicredi, Catedral do Mediador” (P112, comunidade local, morador do bairro Camobi)

“Centro de SM” (P126, comunidade local, morador do bairro Tancredo Neves)

“Gari, Vila Belga, Maquinazinha” (P133 e P134, comunidade local, moradores do bairro Tancredo Neves)

“Museu Treze de Maio, residência família Isaia, Museu Eça, Teatro Treze de Maio” (P139, comunidade local, morador do bairro Urlândia)

“Biblioteca, museu e cinema” (P145, comunidade local, morador do bairro Urlândia)

Os participantes 5, 11 e 19 confirmam a hipótese de percepção mais acentuada de espaços centrais ao citar edificações como o Colégio Manoel Ribas (Maneco), Praça Saldanha Marinho, prédio da Sociedade União dos Caixeiros Viajantes (que é o “prédio rosa”) e a Vila Belga. No entanto, é importante destacar um ponto comum entre suas repostas e a de outros participantes desta parcela da amostra, correspondente aos alunos de Ensino Médio. Há a referência recorrente à Biblioteca Municipal e à locomotiva, ambas localizadas na Avenida Presidente Vargas, em área relativamente afastada do centro histórico.

A percepção destes bens é motivada, especialmente, pela proximidade desta região da cidade com a Escola Estadual de Ensino Médio Cilon Rosa, local onde foram aplicados os questionários. Há a apropriação, pelos estudantes, destes exemplares da arquitetura local, motivada pela proximidade geográfica entre sua escola e aqueles bens culturais. Tal percepção mostra o potencial do desenvolvimento de estratégias de valorização e preservação do patrimônio cultural edificado, que podem acontecer junto às comunidades, promovendo novos sentidos para seus espaços.

O participante 57 mostra, em sua fala, a preponderância da atribuição de sentidos de antiguidade como pressupostos à percepção de um bem cultural como patrimônio cultural. Ao afirmar que “praças, prédios e edificações em geral de 75, 80 anos” são patrimônio cultural, sua observação inclui muitos exemplares que não possuam interesse patrimonial em um mesmo patamar do que muitos que têm grande importância para a memória e história locais.

Além disso, sua fala mostra excluir exemplares mais recentes de arquitetura e que contém interesse patrimonial, como o próprio campus da UFSM, por exemplo. Tal percepção é compartilhada por muitos dos participantes, como já debatido anteriormente.

As falas dos participantes 61 e 67, ambas de arquitetos e urbanistas, mostram a complexidade da percepção destes profissionais. O participante 61 cita termos específicos, como “Zona 2” e “PDDUA⁵⁸”, qualificando sua fala também com exemplos citados unicamente por ele, como o Círculo Operário e a Fábrica de Sabão. Já o participante 67 demonstra profundo conhecimento sobre a cidade, citando também unicamente edificações, espaços e paisagens da cidade, tais como o acervo *Art Déco* local, as paisagens da Avenida Rio Branco, do Morro Cechella e da porção norte da cidade, assim como conjuntos arquitetônicos locais, arquitetura em madeira e diferentes igrejas locais.

É possível perceber, nestas falas, uma apropriação profunda e convicta acerca da relevância do patrimônio cultural para a vida em sociedade e para o desenvolvimento e crescimento da cidade. Através dos exemplos dados, é possível perceber diferentes fases da evolução urbana da cidade, passando desde expressões vernaculares, como os chalés remanescentes do bairro Itararé, por exemplares de diferentes escolas arquitetônicas (Colégio Metodista Centenário, residência Mariano da Rocha, edificações religiosas, entre outros) até chegar a exemplos modernistas, como a antiga Sulbra e a residência Dátero Maciel (“casa modernista da Rua Venâncio”).

No entanto, também há profissionais que se mostram pouco sensíveis ao tema, reproduzindo falas já em circulação, como se percebe nas colocações do participante 87. Mesmo contando com suporte dado pela formação em Arquitetura e Urbanismo, a fala exemplifica espaços já legitimados no imaginário coletivo, tais como Sociedade União dos Caixeiros Viajantes, prédio da Caixa Econômica Federal, Vila Belga, Gare e residência Mariano da Rocha, por exemplo. Todas as edificações citadas nesta fala localizam-se no centro histórico local.

Vale destacar que os profissionais de Arquitetura e Urbanismo são os principais sujeitos a destacar também a arquitetura residencial como relevante para o acervo patrimonial local. Mesmo que algumas colocações (como aquelas de P43, P45, P89, P112, P116 e P118, por exemplo) referenciem a residência Mariano da Rocha, é possível perceber que estas atribuições se constroem especialmente pelo caráter visual e pela antiguidade da edificação. Ao contrário, muitos arquitetos e urbanistas (a exemplo de P67, acima debatido) apontam

⁵⁸ A sigla “PDDUA” significa Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental.

edificações distintas, tais como os chalés do bairro Itararé e a residência Dátero Maciel, presentes no instrumento de pesquisa proposto neste estudo e já debatido anteriormente.

Diferentes edificações e espaços foram citados, inclusive alguns deles de forma exclusiva por estes profissionais. A valorização do acervo *Art Déco*, por exemplo, assim como a percepção da paisagem urbana, foram pontos apenas citados por arquitetos e urbanistas. Além disso, alguns participantes, nas respostas abertas, sinalizaram que seja vantajoso identificar tais edificações em um mapa, ratificando sua propriedade acerca da cidade e de sua conformação espacial.

Nas colocações dos moradores dos bairros, há situações diferenciadas e, para debater acerca delas, é relevante pensar de forma especializada. Cada um dos bairros incluídos na amostra se localiza em uma porção da cidade – a Norte, tem-se o bairro Itararé, a Sul, o bairro Urlândia, a Leste, está Camobi e, a Oeste, o bairro Tancredo Neves. Todos estes espaços circundam o centro da cidade e, através das falas, é possível perceber tal distanciamento.

As respostas mostram-se vagas, especialmente entre os participantes dos bairros Tancredo Neves e Urlândia. Para o morador do bairro Itararé, o patrimônio cultural de Santa Maria se expressa especialmente a partir de espaços institucionais e de acesso público, como igrejas, clubes, teatro e escolas, assim como em monumentos intencionais. Já para os moradores do bairro Tancredo Neves, há mais generalizações, como exemplifica o participante P126. Para ele, o patrimônio cultural da cidade é o centro da cidade de forma global, mostrando nenhuma pormenorização ou reflexão mais específica sobre o tema.

Já os participantes 133 e 134 apontam dois espaços já arraigados no imaginário coletivo – Vila Belga e Gare – além de uma expressão que mostra a pouca apropriação ou mesmo desconhecimento acerca do bem citado. Além de escrever Gare com “i” em seus questionários, ambos apontam a “maquinazinha” como patrimônio cultural, fazendo referência à locomotiva localizada na Avenida Presidente Vargas. Uma hipótese para esta atribuição, mesmo que construída a partir de referências muito superficiais, aponta para o itinerário do ônibus que liga o bairro Tancredo Neves ao centro da cidade, com passagem obrigatória pela Avenida Presidente Vargas e, por consequência, pelo bem cultural citado.

A principal exceção nestes posicionamentos mais distanciados vem dos moradores do bairro Camobi, a exemplo da fala do participante 112, que aponta diferentes exemplares com interesse patrimonial da cidade – Catedral Metropolitana, Theatro Treze de Maio, Museu Gama D’Eça, Edifício Taperinha, entre outros. Interessante, contudo, é observar que o participante não referencia nenhum bem cultural existente em Camobi, mesmo tendo

apontado a Estação Ferroviária e a UFSM como exemplares do patrimônio cultural de seu bairro.

Ratificam-se as lógicas já debatidas acerca da construção do conceito e, por conseguinte, da atribuição de valores a determinadas edificações e espaços livres que são, então, considerados como patrimônios culturais da cidade. Com presença expressiva, o centro novamente confirma a hipótese deste trabalho, legitimando a construção imaginária e legal acerca de um espaço com relevante (e quase único) acervo de edificações com interesse patrimonial. As colocações relacionadas ao centro da cidade são comuns entre os diferentes grupos pesquisados, no entanto, é possível perceber grandes afastamentos em colocações de certos participantes.

<p>4. Em qual região da cidade há mais prédios e monumentos que você considera PATRIMÔNIO CULTURAL? <u>NÃO SEI, ACHO EU QUE O 13 DE MAIO</u></p>
<p align="center">O QUE É PATRIMÔNIO CULTURAL PARA VOCÊ?</p> <p>1. Você mora em qual bairro da cidade? <u>TALCIBREDO NEVES (CARRIÃO DA ROCHA)</u></p> <p>2. Quais prédios ou espaços você considera PATRIMÔNIO CULTURAL em seu bairro? <u>GINÁSIO QUERO, SÓ ESSE QUE EU SEI.</u></p> <p>3. Quais prédios ou espaços você considera PATRIMÔNIO CULTURAL em Santa Maria? <u>SEI LÁ!</u></p>

FIGURA 34 – Trecho do questionário do participante 123 (comunidade local). FONTE: a autora.

O participante 123 demonstra indiferença em relação ao tema em várias questões propostas pelo instrumento de pesquisa. Ao ser questionado acerca da região da cidade com maior acervo de edificações com interesse patrimonial, a resposta dada não possui grande sentido se interpretada de forma literal, mesmo que se possa perceber a indicação do centro da cidade de forma implícita. No entanto, é importante destacar a resposta dada à questão de número três, onde o participante apenas exclamou “sei lá!” sobre as edificações com interesse patrimonial na cidade. A postura, tanto com o tema em si como com a simples pesquisa, mostra um posicionamento desinteressado do participante em relação ao patrimônio cultural. Esta postura é compartilhada por outros três participantes que deixaram suas respostas em branco, assim como pelo participante 148, que também afirma não saber tal resposta.

A apropriação, de forma geral, pela comunidade em relação ao tema, é delicada e frágil, sem suportes capazes de estimular posturas diferenciadas diante do patrimônio cultural.

Há potencial para iniciativas que contornem tal situação e que proporcionem novos significados, usos e representações ao patrimônio cultural, resgatando sua relevância como suporte de memórias e histórias da comunidade de Santa Maria e, nos espaços dos bairros, como pontos em comum capazes de relacionar e fomentar aproximações entre os sujeitos.

3.1.3 Atribuição de Valores e Percepção de Sentidos

De forma geral, os participantes demonstraram relativa apropriação das edificações apresentadas pelo instrumento de pesquisa. Os mais jovens, em especial, demonstraram não conhecer muitas das edificações em discussão. No entanto, a falta de identificação alcança diferentes parcelas dos participantes, transcendendo variáveis como idade ou escolaridade. O questionário 107, por exemplo, mostra que o participante, com Ensino Superior Completo, afirma desconhecer sete das dez edificações apresentadas pelo instrumento. Há a sinalização clara de desconhecimento de lugares como a Soteia e a Estação Férrea de Camobi, mesmo sendo neste último bairro a moradia da entrevistada.

Situações como esta foram vistas de forma reiterada na pesquisa empreendida, e ganham destaque quando a tipologia residencial foi debatida. Destacadamente, não há a percepção, pela comunidade, da arquitetura residencial como materialidade capaz de significar o patrimônio cultural – salvo, contudo, se ela contar com decorativismos ou adornos que atraiam visualmente os observadores, como é o caso da residência Mariano da Rocha, por exemplo. Neste sentido, é necessário refletir acerca da importância dada ao patrimônio cultural e, desta forma, a certos afastamentos que são estabelecidos pela falta de percepção do interesse patrimonial de um bem e consequente não atribuição de valores.

Não há sentido construído neste processo, nem mesmo a possibilidade de significações mais complexas que levem ao pertencimento do sujeito em relação ao espaço e a paisagem onde está inserido ou mesmo a valorização dos bens culturais edificados. A seguir, apresentam-se e problematizam-se os resultados encontrados para cada uma das edificações arroladas no instrumento de pesquisa. A explanação acerca dos resultados aponta os principais valores atribuídos às edificações e as possíveis colocações dos participantes.

3.1.3.1 Residência Dátero Maciel

RESIDÊNCIA DÁTERO MACIEL

CRÉDITOS: SILVA, Manuela Ilha (2014).
Endereço/Localização: Rua Venâncio Aires, 1663 – Bairro Centro.
Uso Original/Atual: Residencial/Residencial.
Proteção Existente: Não há nenhuma proteção ao bem.
Valores Estabelecidos ao Bem (RIEGL, 2013): Histórico, de Uso e de Novidade.
Apresentação do Bem: Projeto datado da década de 1930, a Residência Dátero Maciel tem importância na trajetória da arquitetura santa-mariense por ser pioneira na adoção das linhas Modernistas em edificações residenciais.
Situação: Edificação em condições satisfatórias, sem descaracterizações que comprometam suas características originais. Apenas é preciso observar a instalação, na fachada frontal, de um aparelho de ar condicionado, assim como pontos com manchas na pintura, especialmente nos beirais. Há a manutenção do uso original, com pequenas alterações no interior da residência, datadas de 1957. Edificado em concreto armado, o prédio conta com acabamento em reboco e tinta em tonalidade branca. Esquadrias metálicas com adornos de linhas geométricas e acabamento em tinta branca. Calçada e passeio em pedra basáltica e muro de pedra com gradil metálico recente.
Data de Preenchimento da Ficha-Resumo: Dezembro/2014.

TABELA 2 – Ficha-Resumo da Residência Dátero Maciel. FONTE: a autora.

A Residência Dátero Maciel, apesar de estar localizada no limite do centro histórico e nas proximidades do Calçadão da cidade, é desconhecida para muitos dos participantes. Ela foi considerada como patrimônio cultural por 73 participantes, enquanto 44 não a incluíram em seu repertório e outros 33 afirmaram desconhecer a edificação e/ou o seu histórico. Entre as observações acrescidas por aqueles que a valorizam como patrimônio cultural, o principal destaque foi em relação a sua importância arquitetônica (quatro colocações, todas elas por arquitetos e urbanistas).

Outros dois destaques foram feitos: um deles em relação a sua singularidade e outro acerca de sua localização no espaço urbano. Sua localização adjacente ao centro histórico e

em via paralela a rua Dr. Bozano, uma das principais vias comerciais da cidade, não a faz facilmente perceptível para muitos que afirmaram desconhecer a edificação. É possível observar que 49% dos participantes a consideram relevante para a história e memória locais, no entanto, 51% desconhecem ou não a valorizam desta maneira. Tal situação acontece com uma edificação localizada na borda do centro histórico – o desconhecimento ou não compreensão da importância de um prédio com posição central na cidade chama a atenção para estes desdobramentos em espaços mais distantes.

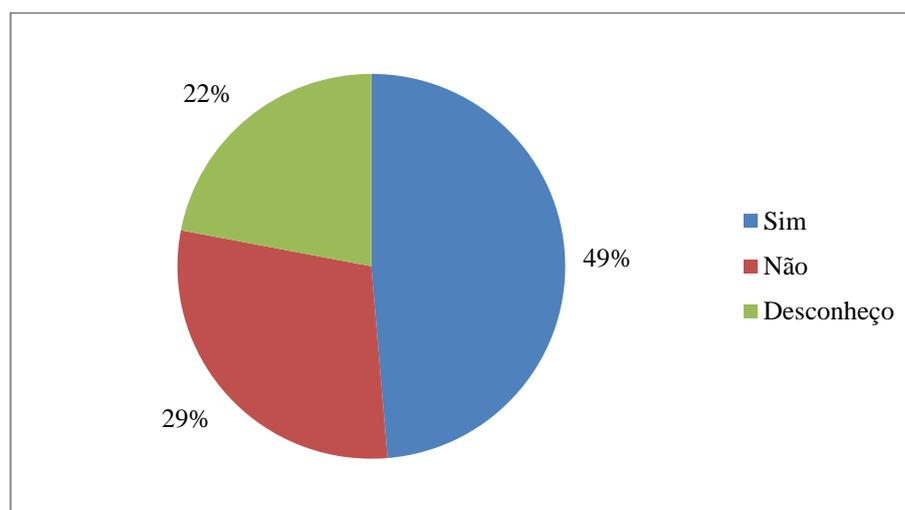


FIGURA 35 – Reconhecimento como Patrimônio Cultural – Residência Dátero Maciel. FONTE: a autora.

Para a Residência Dátero Maciel, os principais elementos atribuídos são os valores histórico (40) e estético (40), seguidos pela possibilidade de utilização (26), valor artístico (24), valor de antiguidade (12) e potencial como algo inédito (5). As citações são unitárias e apontam as atribuições feitas por aqueles que consideram a residência como patrimônio cultural. A partir destas considerações, é possível perceber que a relação entre a comunidade e esta edificação aponta para o mais abrangente dos valores, tido por Riegl (2013) como o primeiro a ser observado em um monumento não intencional.

A atribuição a partir de uma lógica história ratifica o caráter representativo da residência como objeto capaz de destacar sua importância para a sociedade e de sua existência como documento. Tal percepção acontece, destacadamente, entre os profissionais de Arquitetura e Urbanismo, visto que 26 das sinalizações positivas acerca do interesse patrimonial do bem vêm daquele grupo.

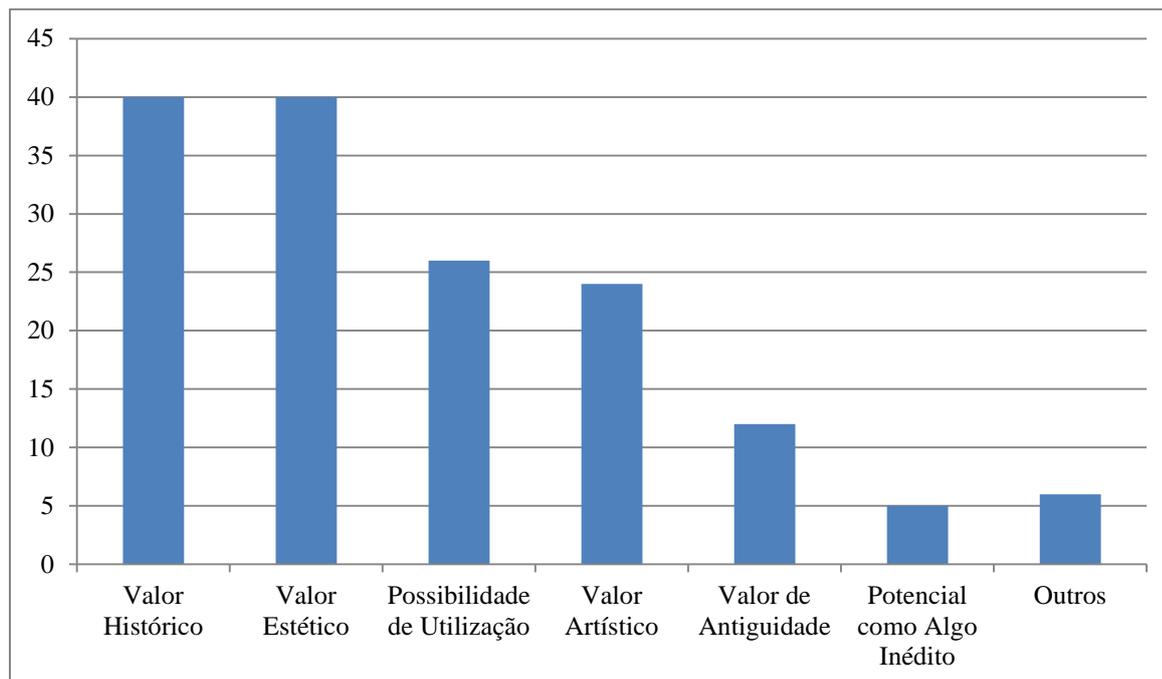


FIGURA 36 – Percepção dos valores atribuídos aos monumentos não intencionais – Residência Dátero Maciel. FONTE: a autora.

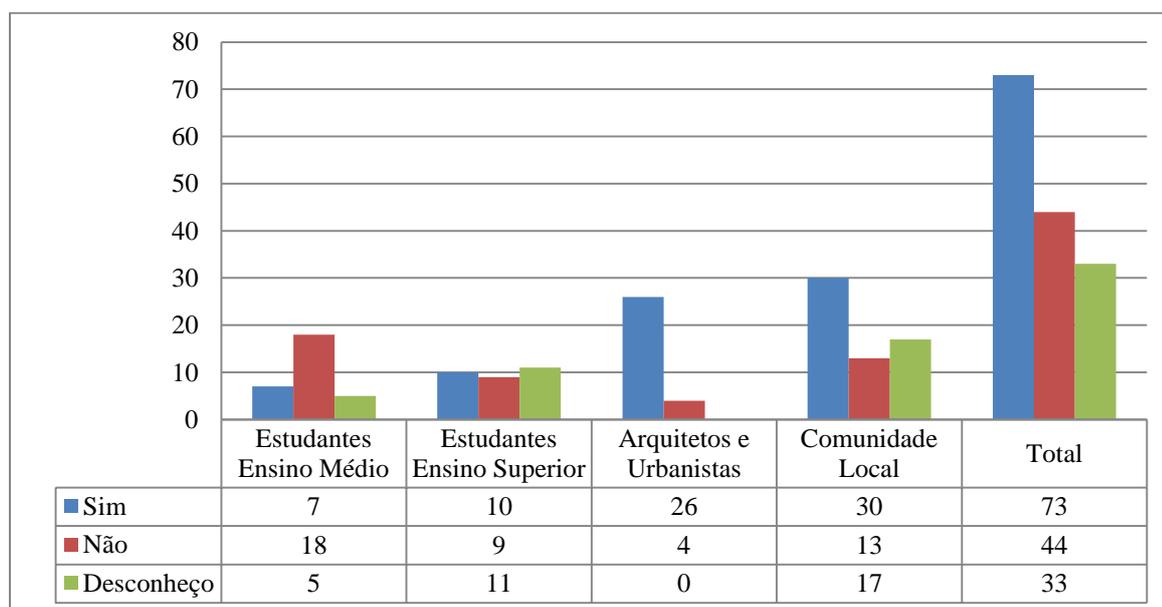


FIGURA 37 – Reconhecimento como Patrimônio Cultural por grupos – Residência Dátero Maciel. FONTE: a autora.

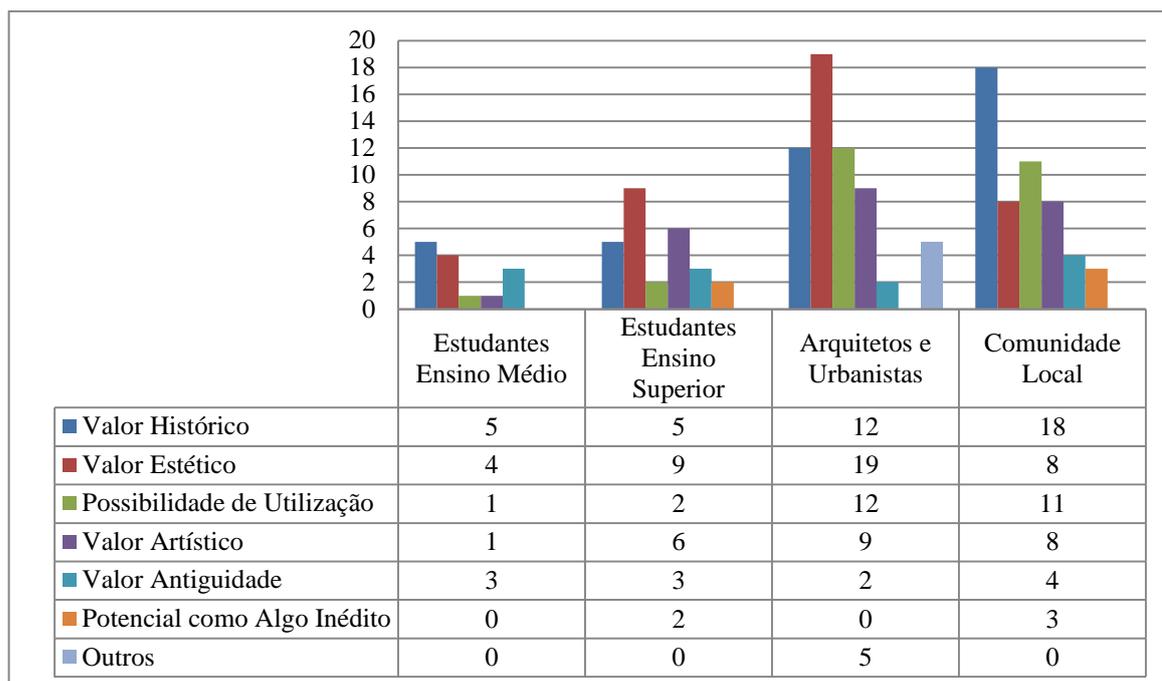


FIGURA 38 – Percepção dos valores atribuídos aos monumentos não intencionais por grupos – Residência Dátero Maciel. FONTE: a autora.

Os estudantes de Ensino Médio, por sua vez, são o grupo que menos percebe o interesse patrimonial da edificação, porém, mostra-se menos indiferente à existência da edificação. A parcela de estudantes do Ensino Superior, mesmo com certa sensibilização ao tema, mostra expressivo desconhecimento do bem, assim como a comunidade local. Por outro lado, os arquitetos e urbanistas participantes mostram que nenhum deles é indiferente à residência.

A percepção da amostra e os valores atribuídos permitem a compreensão de alguns pontos relevantes à discussão proposta pelo presente estudo – mesmo que haja um maior número de respostas positivas para o interesse patrimonial e importância do bem em questão, ela acontece destacadamente em um grupo específico, que é o dos arquitetos e urbanistas. Assim, percebe-se que não há, entre as pessoas que não atuam diretamente com o tema, como os profissionais de Arquitetura e Urbanismo, o entendimento acerca da relevância deste bem. Tal situação pode ser percebida, por exemplo, pela ênfase no valor estético por estes profissionais, diante de outras atribuições apontadas pelos outros grupos.

Dois fatores podem ser problematizados neste sentido – o primeiro deles é a construção conceitual que relaciona a ideia de patrimônio cultural com o valor de antiguidade. É possível observar na Figura 28 que este valor não ganha relevância e é apenas citado 12 vezes por aqueles que a consideram com importância à história e à memória da cidade, visto que dá a entender que, necessariamente, é preciso pressupor que o patrimônio cultural exige a

antiguidade de determinado bem para ser atribuído, o que não é verdadeiro. A segunda hipótese viável para esta situação é a utilização residencial do bem, o que também contrapõe a lógica comum de que o patrimônio cultural “contém” apenas edificações (e discursos, por consequência) oficiais.

3.1.3.2 Cidade Universitária “Dr. Mariano da Rocha Filho”

CIDADE UNIVERSITÁRIA “DR. JOSÉ MARIANO DA ROCHA FILHO”

CRÉDITOS: UFSM (2009).
Endereço/Localização: Avenida Roraima, 1000 – Bairro Camobi.
Uso Original/Atual: Institucional/Institucional.
Proteção Existente: Não há nenhuma proteção ao bem.
Valores Estabelecidos ao Bem (RIEGL, 2013): Histórico, de Uso e de Novidade.
Apresentação do Bem: O conjunto tem importância tanto pela referência à Cidade Universitária do Brasil (Lúcio Costa/Le Corbusier), com traçado em espinha de peixe, como em suas edificações, que materializam as principais características do Modernismo. Para a cidade, esta obra tem relevância indiscutível como exemplar de destaque do acervo arquitetônico local.
Situação: O conjunto arquitetônico e a proposta urbanística do campus da UFSM sofreram descaracterizações ao longo dos anos, especialmente motivadas pelo crescimento da instituição, a edificação de novos prédios e a abertura de novas vias. Com estas intervenções, o zoneamento proposto originalmente teve certas alterações, assim como as próprias edificações que, com o passar do tempo, deixaram de expressar em suas propostas arquitetônicas as linhas Modernistas dos primeiros edifícios do campus, trazendo novos materiais e linguagens para o conjunto edificado. Contudo, o eixo principal, composto pela Avenida Roraima, mantém suas expressões originais, ganhando destaque e ratificando a importância deste exemplar.
Data de Preenchimento da Ficha-Resumo: Dezembro/2014.

TABELA 3 – Ficha-Resumo da Cidade Universitária “Dr. José Mariano da Rocha Filho”. FONTE: a autora.

A Cidade Universitária Dr. José Mariano da Rocha Filho, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), foi identificada como patrimônio cultural santa-mariense por expressiva parcela da amostra. Dos 150 participantes, 143 deles confirmaram esta percepção, enquanto que apenas sete discordaram desta opinião; nenhum afirmou desconhece-la. Desta forma, é possível perceber a relevância deste equipamento no contexto da cidade – é espaço formativo, palco de debates, possibilidade de formação técnica e, para muitos, sonho a ser alcançado. Um participante, inclusive, criou uma nova categoria (“claro”) para classificar a Universidade em relação ao seu valor patrimonial, conforme Figura 31.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA



Você considera estes prédios importantes para a história e para a memória de Santa Maria? Sim Não CLARO

Caso tenha respondido "sim", assinale o que você identifica neste prédio:

<input type="checkbox"/> Valor Histórico	<input checked="" type="checkbox"/> Valor Artístico
<input type="checkbox"/> Valor Estético	<input type="checkbox"/> Valor de Antiguidade
<input checked="" type="checkbox"/> Possibilidade de Utilização	<input type="checkbox"/> Potencial como Algo Inédito
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

FIGURA 39 – Trecho do questionário do participante 123 (comunidade local). FONTE: a autora.

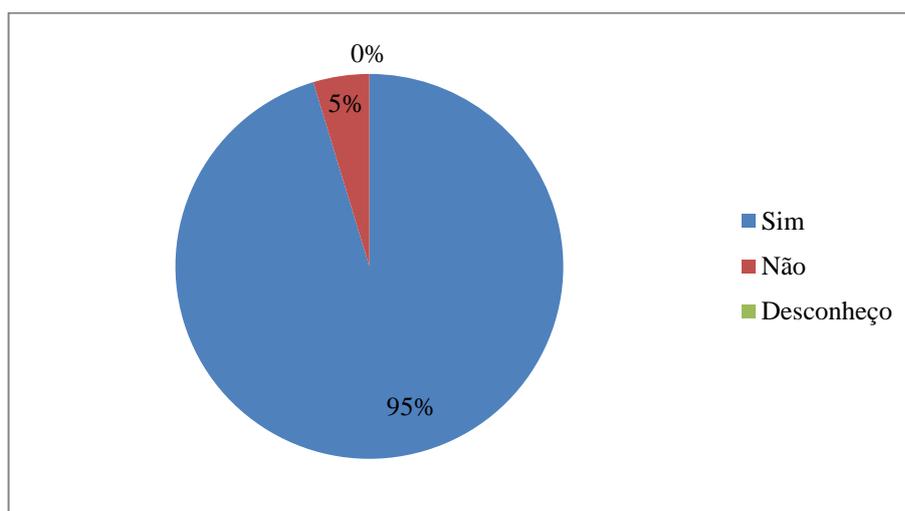


FIGURA 40 – Reconhecimento como Patrimônio Cultural – Universidade Federal de Santa Maria. FONTE: a autora.

Diferentes motivações levam a esta qualificação, mas coletivamente esta construção de sentidos mostra que a UFSM figura no imaginário coletivo de forma relevante. Sua existência e trajetória se confundem com o desenvolvimento da cidade como polo educacional na região e, desta forma, a Universidade corrobora como imagem ofertada e imaginário latente e arraigado na coletividade. É possível destacar o valor histórico como o mais atribuído pelos participantes (98), logo seguido pela possibilidade de utilização (88) e, com grande distância, sentidos como valor estético (37), potencial como algo inédito (35), valor artístico (29), valor de antiguidade (15) e outros (9).

Os valores atribuídos para a instituição são reforçados, em especial, por uma ótica estimulada pela possível utilização do bem. O destaque dado à utilização do espaço e, através das observações feitas pelos participantes, ao potencial destas práticas, confirma a importância da Universidade no contexto da cidade. Para além de instituição de ensino, ela se coloca como uma referência em diferentes situações – oferta de emprego, ensino médio/técnico/superior gratuito, serviços de saúde e promoção de espaços de lazer. Tal situação é ratificada pela valorização histórica também atribuída à UFSM e ao seu campus universitário. As demais atribuições são discretas, valendo o destaque para a percepção do potencial como algo inédito e a identificação da questão estética.

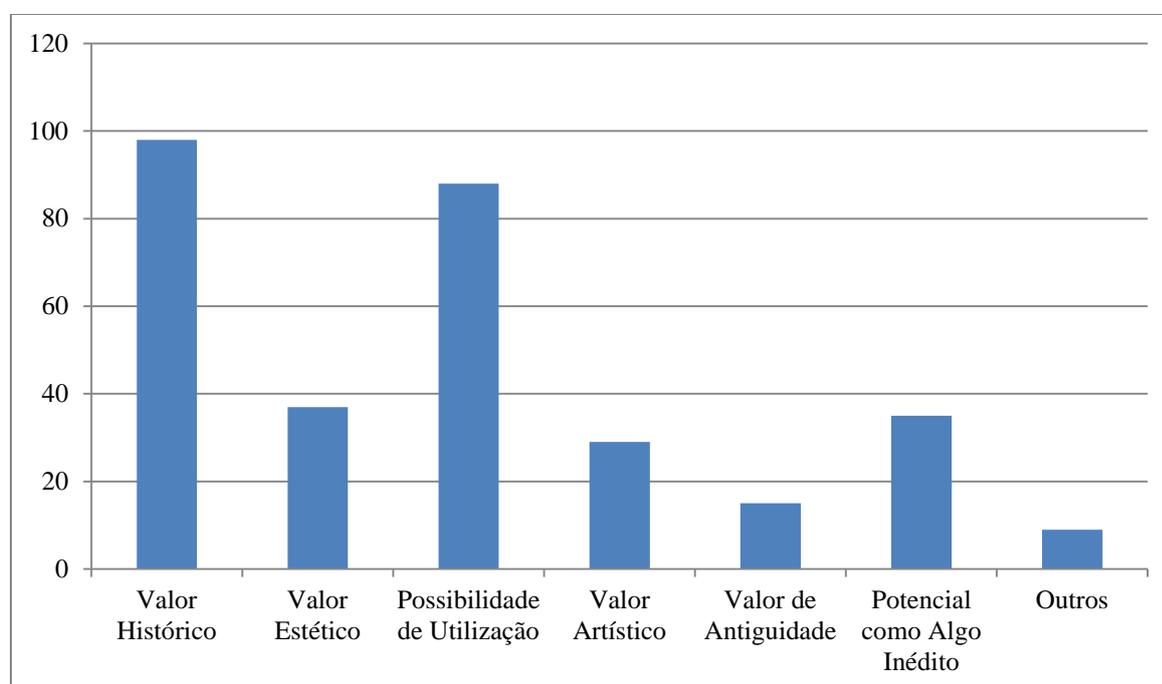


FIGURA 41 – Percepção dos valores atribuídos aos monumentos não intencionais – Universidade Federal de Santa Maria. FONTE: a autora.

Os apontamentos feitos pelos participantes sobre a Cidade Universitária também destacam os valores atribuídos – há o destaque para a questão histórica quando se reporta o pioneirismo da UFSM através de falas como “marco na constituição do Ensino Superior” e “1ª universidade do interior do país”. Também há destaques para seu valor arquitetônico e urbanístico, assim como para sua importância cultural para a cidade e para a educação e saúde locais.

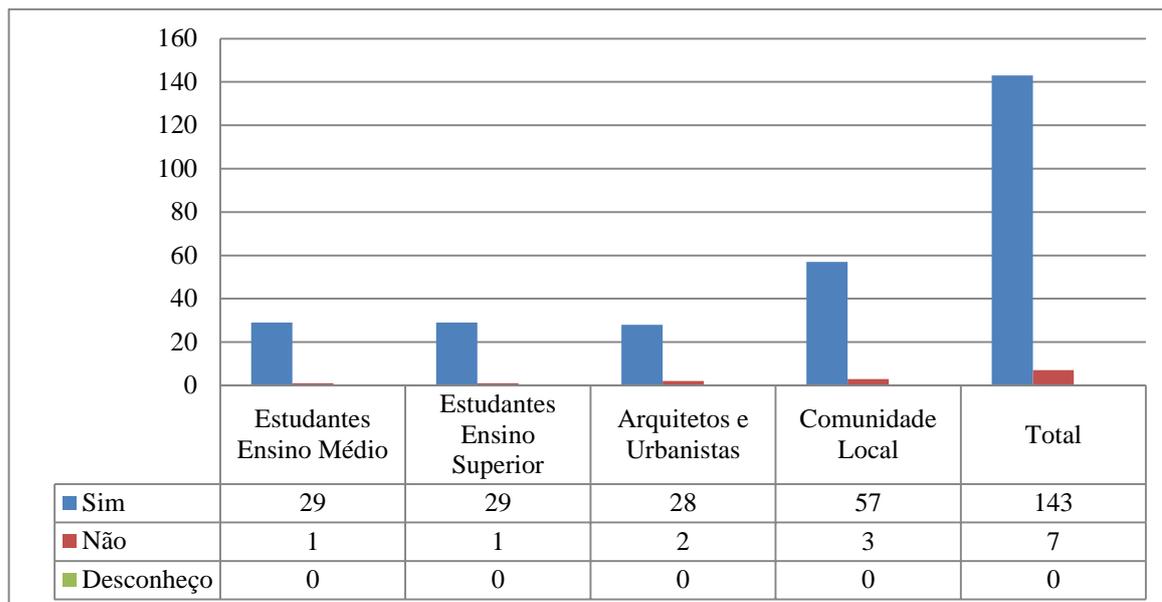


FIGURA 42 – Reconhecimento como Patrimônio Cultural por grupos – Universidade Federal de Santa Maria.
 FONTE: a autora.

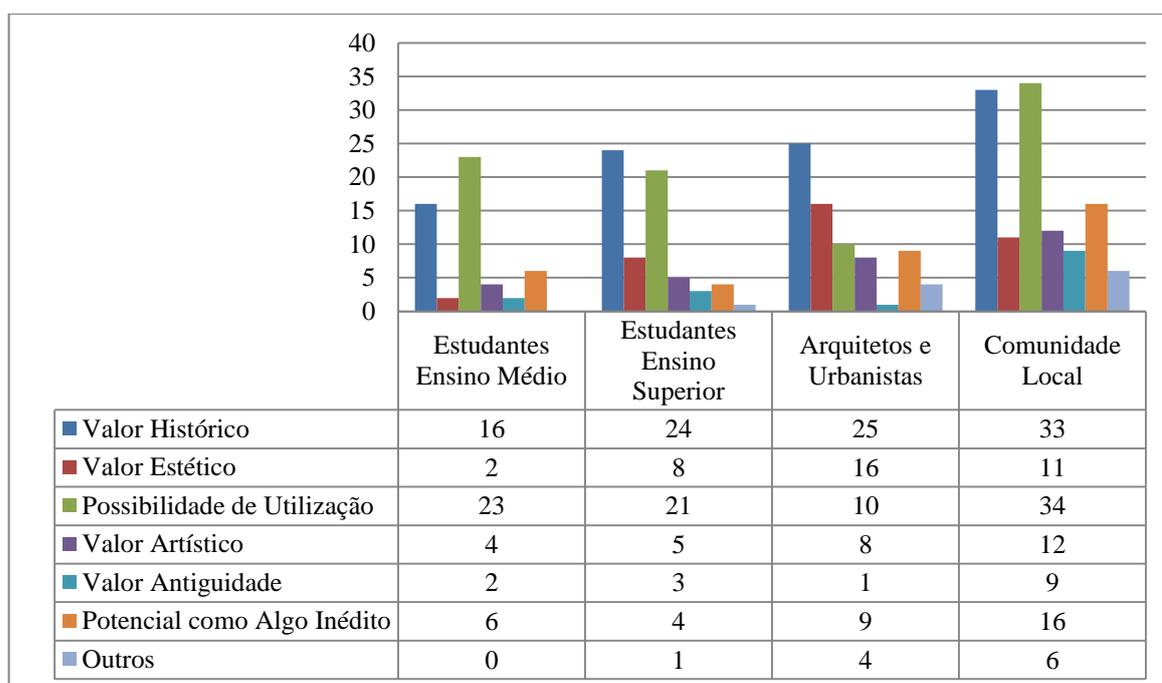


FIGURA 43 – Percepção dos valores atribuídos aos monumentos não intencionais por grupos – Universidade Federal de Santa Maria. FONTE: a autora.

A Universidade Federal de Santa Maria não é desconhecida por nenhum dos participantes da pesquisa, o que destacou sua presença e importância no imaginário e no cotidiano da cidade. Há harmonia entre os grupos participantes, visto que em todos eles há quase unanimidade em relação à importância deste bem cultural. Esta situação, além de confirmar a vocação educacional de Santa Maria em sua região, destaca a presença em diferentes parcelas da sociedade.

Em relação aos valores atribuídos, é possível perceber, nos grupos, a valorização da possibilidade de utilização do bem, enquanto que os arquitetos e urbanistas apontam valores como histórico e estético antes daquele. Aos membros da comunidade, a Universidade se faz referência para diferentes usos e serviços oferecidos à comunidade – o Hospital Universitário de Santa Maria, com destaque, além das diferentes ações de Extensão Universitária que ampliam a relação entre comunidade e academia.

Entre os estudantes de Ensino Médio, em finalização desta etapa em sua formação, a Universidade desponta como desejo e objetivo para alcançar formação profissional; já diante dos estudantes do Ensino Superior, ela é presente e elemento desafiador, cotidiano e presença diária. Entre muitos dos profissionais, representa a formação e/ou a possibilidade de continuidade na formação, além de instituição referência para a cidade e região em matérias de seu interesse.

3.1.3.3 Quartel da 6ª Brigada de Infantaria Blindada

QUARTEL DA 6ª BRIGADA DE INFANTARIA BLINDADA



CRÉDITOS: SILVA, Manuela Ilha (2014).

Endereço/Localização: Avenida Borges de Medeiros, 1515 – Bairro Noal.

Uso Original/Atual: Militar/Militar.

Proteção Existente: Não há nenhuma proteção ao bem.

Valores Estabelecidos ao Bem (RIEGL, 2013): Histórico e de Uso.

Apresentação do Bem: Uma das edificações mais antigas do Exército Brasileiro, o prédio foi construído em 1913, em região da cidade já com tradição militar. Hoje, a edificação é sede da 6ª Brigada de Infantaria Blindada (6ª Bda. Inf. Bld.), no entanto, em sua origem, o prédio foi sede do 7º Batalhão de Infantaria Blindado (7º BIB), um dos batalhões mais antigos do Exército brasileiro.

Situação: A edificação apresenta excelente estado de conservação, com destaque para a fachada principal, cujos adornos e elementos estéticos estão em perfeitas condições. A

manutenção do uso deste prédio é determinante para sua condição atual.
--

Data de Preenchimento da Ficha-Resumo: Dezembro/2014.
--

TABELA 4 – Ficha-Resumo do quartel da 6ª Brigada de Infantaria Blindada. FONTE: a autora.

Assim como a Cidade Universitária, a 6ª Brigada de Infantaria Blindada surge como edificação com relevância para a comunidade local como patrimônio cultural de Santa Maria. Sua identificação é feita por 144 pessoas, enquanto que três não a veem como bem possuidor de interesse patrimonial e outros três a desconhecem.

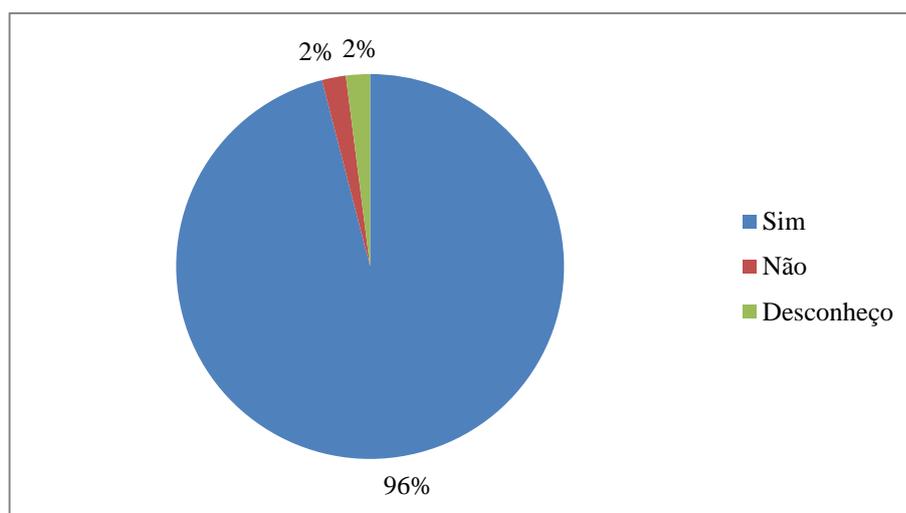


FIGURA 44 – Reconhecimento como Patrimônio Cultural – 6ª Brigada de Infantaria Blindada. FONTE: a autora.

De forma semelhante à vocação universitária, Santa Maria desponta também como centro militar relevante nacionalmente. Tal título se justifica pela importante localização geográfica da cidade, relevante para a atuação militar desde os primeiros tempos de articulação do Exército. Tanto é importante esta fala para a construção identitária e imaginada da cidade que hoje uma das principais vias do centro homenageia o local onde se estabeleceu o acampamento militar que deu origem ao Município.

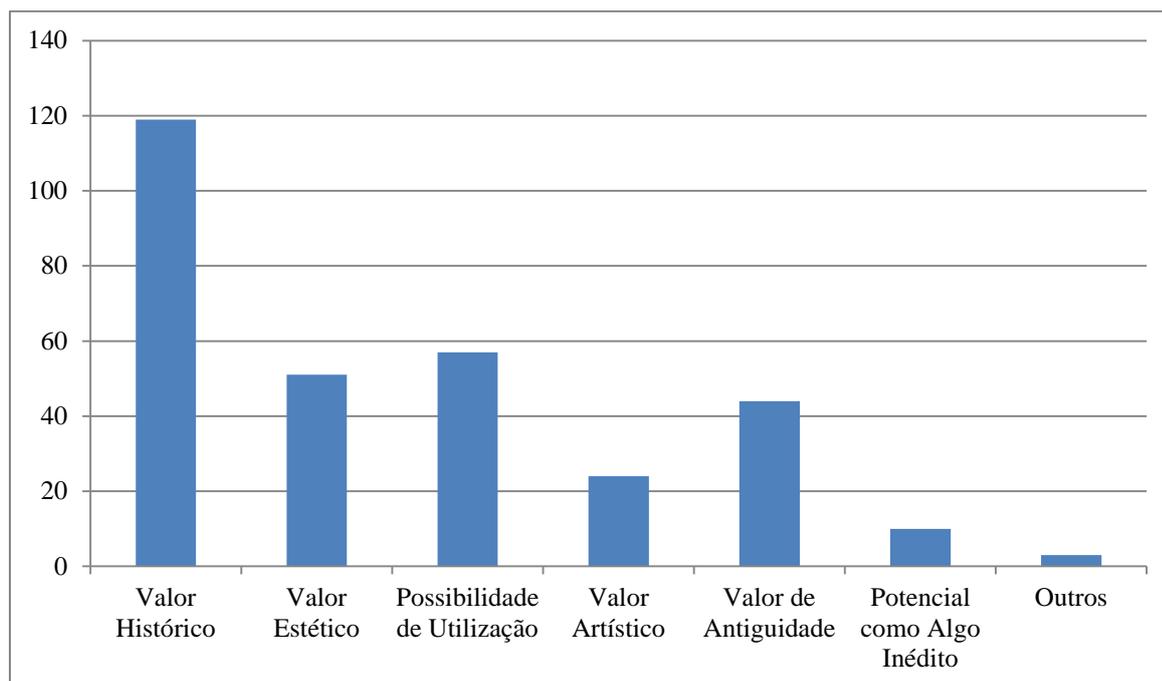


FIGURA 45 – Percepção dos valores atribuídos aos monumentos não intencionais – 6ª Brigada de Infantaria Blindada. FONTE: a autora.

O valor histórico (119) ganha destaque nas atribuições feitas pelos participantes, seguido pela possibilidade de utilização (57), o valor estético (51), o valor de antiguidade (44), o valor artístico (24) e, por fim, o potencial como algo inédito (10). Outras colocações (3) foram feitas pelos participantes, destacando o valor arquitetônico do bem, a conformação urbana que ele se integra e sua relevância cultural e econômica para a cidade. Assim como se percebe para a UFSM, também o quartel da 6ª Brigada de Infantaria Blindada demonstra seu caráter de espaço com potencialidade de uso.

A tradição das instalações militares na cidade, aliada à antiguidade e ainda utilização do bem podem traduzir a percepção da comunidade acerca da edificação e de sua importância para a história e memória da cidade. Também sua imponência, enquanto arquitetura, além de sua posição geográfica favorecida, corroboram com a percepção destacada pela comunidade.

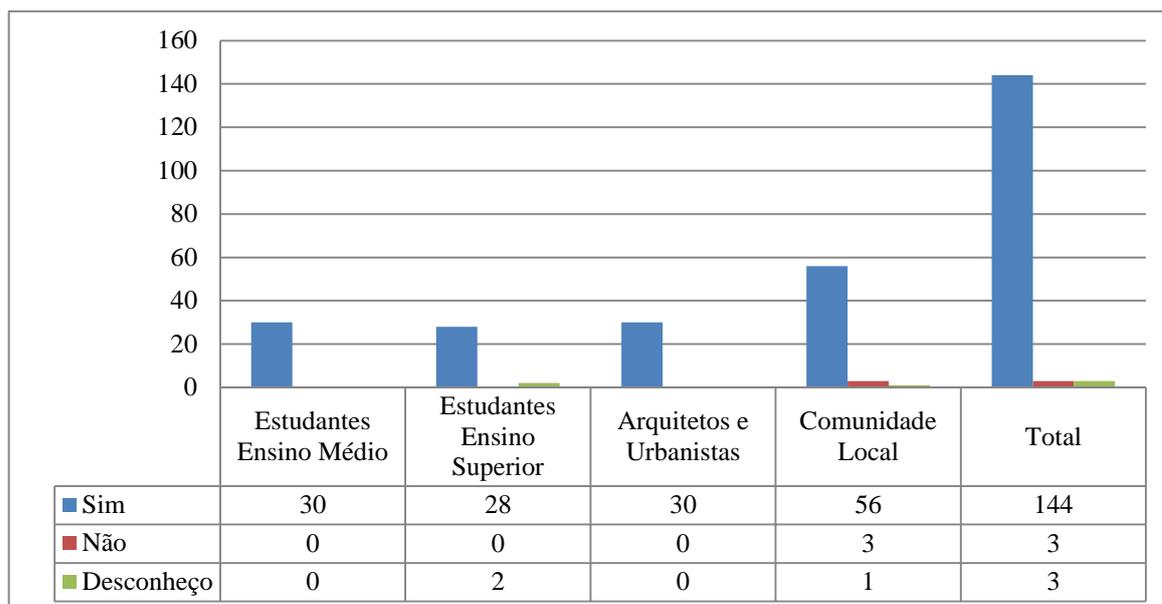


FIGURA 46 – Reconhecimento como Patrimônio Cultural por grupos – 6ª Brigada de Infantaria Blindada. FONTE: a autora.

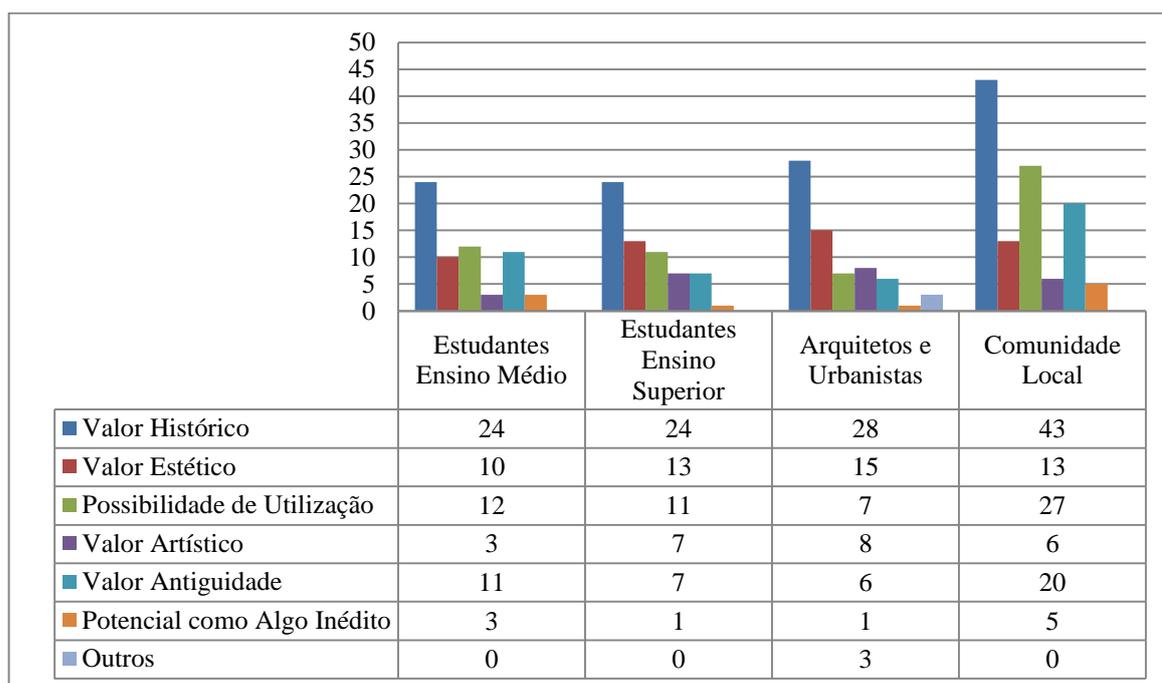


FIGURA 47 – Percepção dos valores atribuídos aos monumentos não intencionais por grupos – 6ª Brigada de Infantaria Blindada. FONTE: a autora.

O reconhecimento acerca da relevância para a história e memória de Santa Maria da edificação que abriga a 6ª Brigada de Infantaria Blindada é, assim como a Universidade Federal de Santa Maria, expressivo. Existem desconhecimentos acerca do bem que, no entanto, são pontuais – dois participantes do grupo de estudantes do Ensino Superior e um da comunidade em geral. Também vêm da comunidade as opiniões negativas acerca do bem, que

somam três citações. Há unanimidade na opinião positiva sobre a edificação entre os grupos e arquitetos e urbanistas e de estudantes do Ensino Médio.

A presença desta edificação no imaginário coletivo, alimentada e mantida especialmente pela posição estratégica no contexto militar e explorada desde o surgimento da cidade, é relevante para este resultado. A edificação aqui debatida já abrigou um dos batalhões mais antigos do Exército Brasileiro, assim como foi referência para combates e conflitos importantes da história do país. Sua manutenção constante, motivada pelo uso do bem, garante a preservação do prédio e, especialmente, da fachada, grande destaque do conjunto.

3.1.3.4 Sotéia

SOTÉIA

CRÉDITOS: SILVA, Manuela Ilha (2014).
Endereço/Localização: Rua Venâncio Aires, s/n – Bairro Passo da Areia.
Uso Original/Atual: Residencial/Ruínas.
Proteção Existente: Não há nenhuma proteção ao bem.
Valores Estabelecidos ao Bem (RIEGL, 2013): Antiguidade e Histórico.
Apresentação do Bem: A Sotéia garante sua importância na história local por ser a construção mais antiga de Santa Maria, além de materializar particularidades em sua arquitetura. Sua planta e a existência de um terraço sobre o térreo resgatam elementos da arquitetura platina, o que há faz única e relevante para o contexto local. No entanto, sua existência se sustenta hoje somente através de registros históricos e no imaginário coletivo, visto que sua materialidade encontra-se em ruínas.
Situação: Atualmente existem apenas alguns trechos do fechamento original, intercalados com materiais acrescentados em diferentes momentos. Na porção direita da casa, há fechamentos em madeira que conformam uma cerca, enquanto que as antigas aberturas de portas e janelas encontram-se fechadas com tijolos, tábuas e telhas de zinco. As descaracterizações, motivadas especialmente pelas mudanças de uso, levaram

a edificação à ruína. As colunas frontais, que sustentavam o terraço e conformavam a varanda frontal, já não existem mais, assim como a maior parte dos elementos originais da edificação. A vegetação toma conta de grande parte do prédio.

Data de Preenchimento da Ficha-Resumo: Dezembro/2014.

TABELA 5 – Ficha-Resumo da Sotéia. FONTE: a autora.

A Sotéia representa relevantes pontos da história de Santa Maria – pode-se destacar, por exemplo, sua construção empreendida por tradicional família santa-mariense e que, à época, tinha expressão no comércio local, seu projeto e conformação em planta, referenciando a arquitetura platina, o que a faz única na região. Por fim, ainda é possível resgatar a lenda existente sobre uma passagem de Dom Pedro II pela casa, nunca confirmada pela historiografia local.

A falta de manutenção e as diferentes descaracterizações já debatidas no Capítulo anterior levaram a edificação a uma situação delicada, o que é demonstrado pela falta de identificação da comunidade de sua importância ou, ainda, o desconhecimento do bem. Por isso, 82 participantes afirmaram que consideram a Sotéia um exemplar do patrimônio cultural local, enquanto que 36 acreditam no contrário. Já 22 apontam desconhecer a edificação.

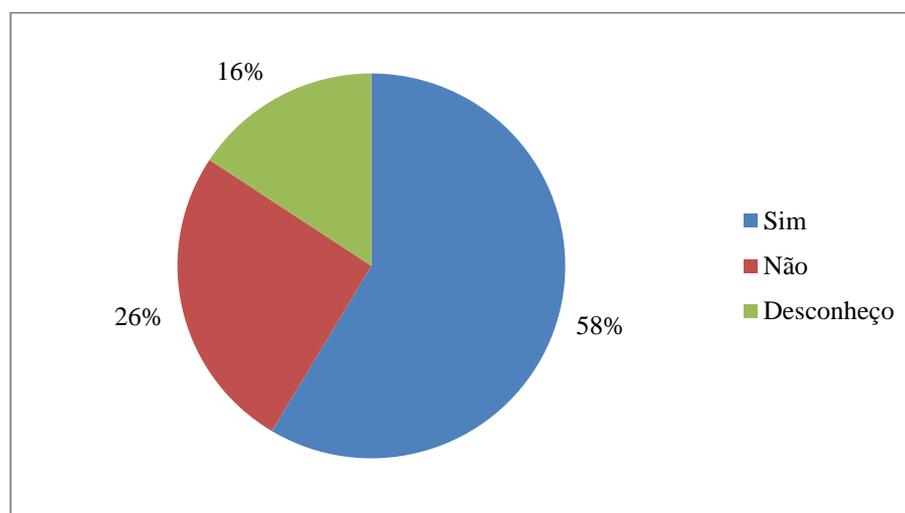


FIGURA 48 – Reconhecimento como Patrimônio Cultural – Sotéia. FONTE: a autora.

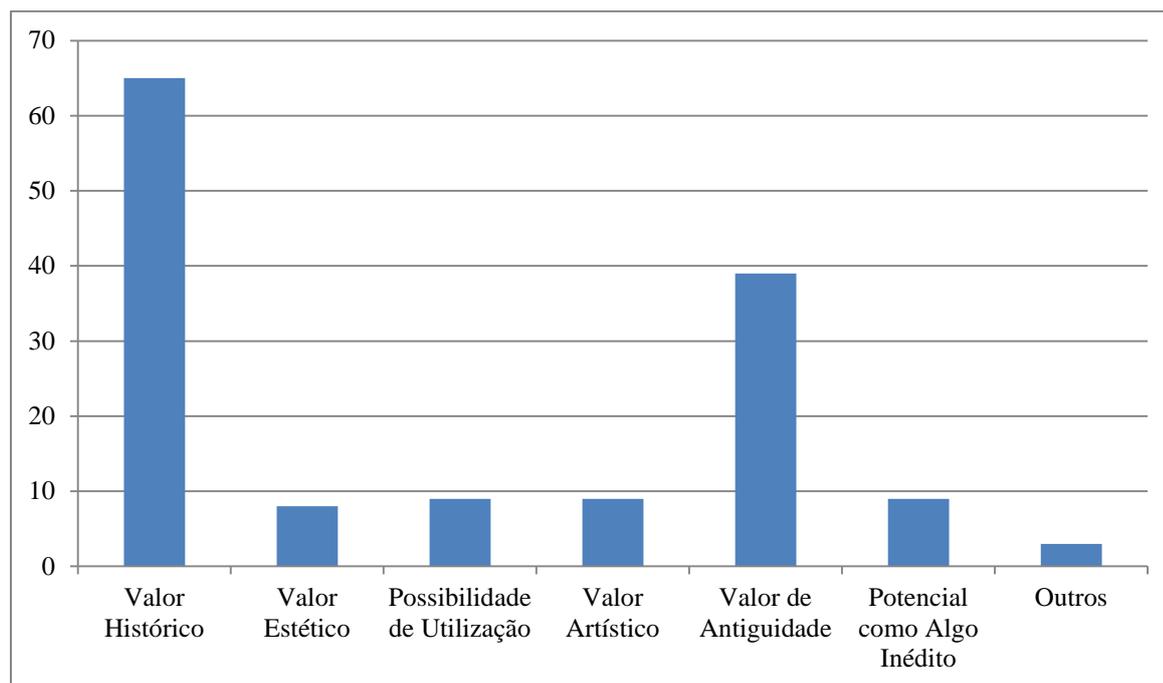


FIGURA 49 – Percepção dos valores atribuídos aos monumentos não intencionais – Sotéia. FONTE: a autora.

A atribuição de valores feita pelos participantes destaca a importância histórica do bem (65), seguida pelo valor de antiguidade (39) e, pouco representativos, os valores artístico (9), possibilidade de utilização (9), potencial como algo inédito (9) e valor estético (8). Outras três colocações foram feitas acerca da edificação, destacando sua importância arqueológica e a de sua técnica construtiva.

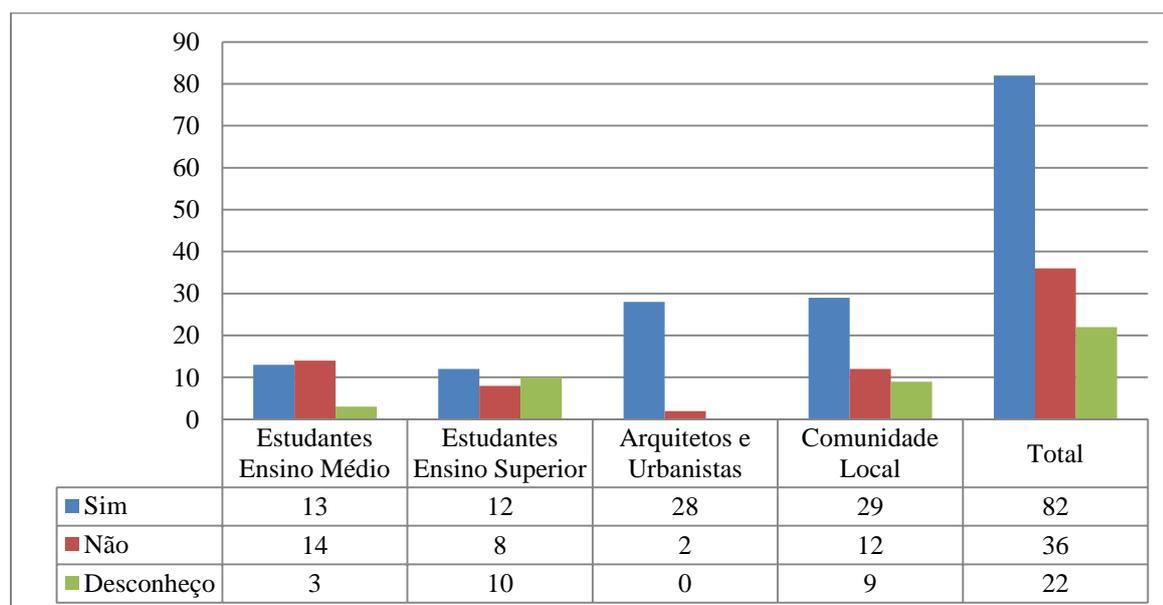


FIGURA 50 – Reconhecimento como Patrimônio Cultural por grupos – Sotéia. FONTE: a autora.

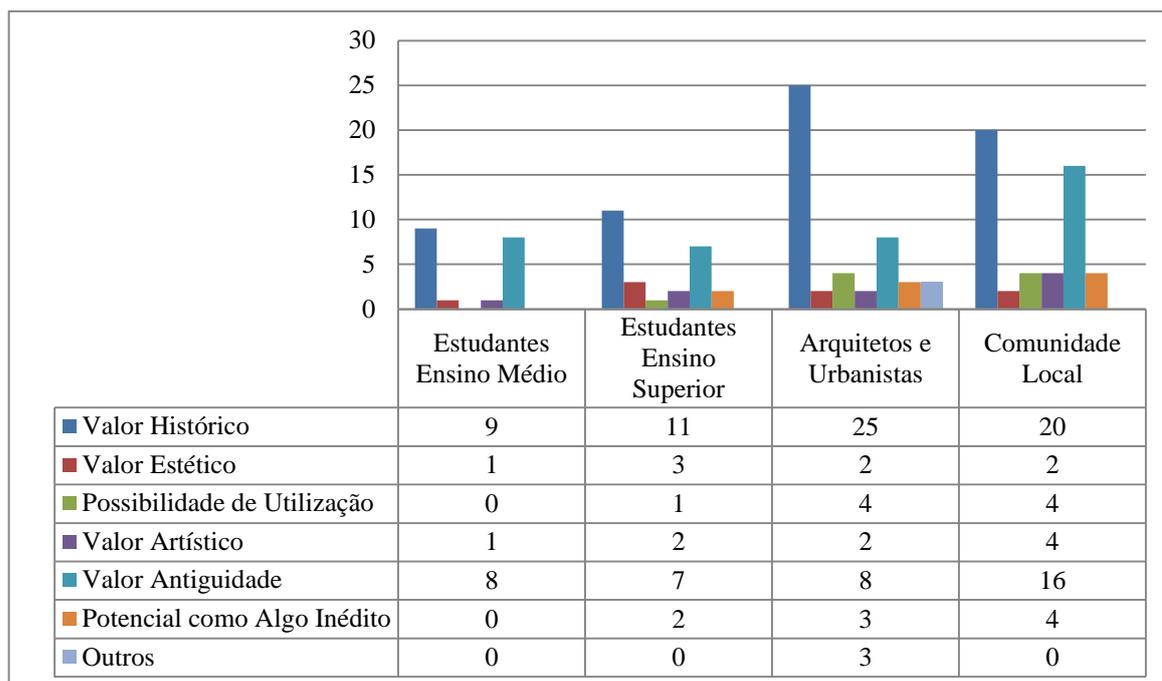


FIGURA 51 – Percepção dos valores atribuídos aos monumentos não intencionais por grupos – Sotéia. FONTE: a autora.

Desta forma, percebe-se que a Sotéia está em posição particular nesta atribuição de valores – ela transita entre opiniões que ainda acreditam em potencial de utilização do prédio, por exemplo, enquanto outros apontam a relevância do bem pelo viés arqueológico. Mesmo com reconhecimento apontado por mais da metade da amostra, é necessário destacar que esta percepção se dá, destacadamente, pelo grupo formado por profissionais da área de Arquitetura e Urbanismo. Assim como acontece com a avaliação feita sobre a Residência Dátero Maciel, a atribuição positiva de relevância à história e memória locais vem de sujeitos com conhecimentos acerca do tema. Entre os estudantes e a comunidade, é possível perceber certa homogeneidade, mantendo as proporções entre as amostras.

Entre os alunos do Ensino Médio, inclusive, a negativa para a importância do bem à história e memória locais é superior que a positiva; já entre os estudantes do Ensino Superior, o destaque é dado ao grande número de participantes que afirmaram desconhecer o bem, com valores que chegam a 1/3 do total do grupo. O desconhecimento existe nestes três grupos, com destaque para os estudantes do Ensino Superior e para a comunidade local.

Esta situação, combinada com as condições atuais da edificação, apresentam-se intimamente relacionadas. O desconhecimento do bem e da importância que ele possui para a cidade, sendo apontado inclusive como uma das edificações mais antigas da cidade, culminam na situação presente de descaracterização expressiva e falta de manutenção que beira à extinção do prédio.

3.1.3.5 Santuário Basílica de Nossa Senhora Medianeira de Todas as Graças

SANTUÁRIO BASÍLICA DE NOSSA SENHORA MEDIANEIRA

CRÉDITOS: SILVA, Manuela Ilha (2014).
Endereço/Localização: Avenida Nossa Senhora Medianeira, 631 – Bairro Nossa Senhora Medianeira.
Uso Original/Atual: Religioso/Religioso.
Proteção Existente: Não há nenhuma proteção ao bem.
Valores Estabelecidos ao Bem (RIEGL, 2013): Histórico, Memória Intencional, de Uso e Artístico Relativo.
Apresentação do Bem: O Santuário Basílica de Nossa Senhora Medianeira apresenta uma arquitetura particular e coerente com o programa exigido – ser o espaço de devoção e peregrinação dos romeiros de Nossa Senhora Medianeira. Sua materialidade traz linhas simples, com requinte em seus pormenores, tais como nos vitrais elaborados manualmente, que recuperam a história da crença em Medianeira na cidade de Santa Maria e homenageiam o religioso responsável pela fé na santa, ou ainda em seu Altar Monumento.
Situação: A edificação apresenta excelente estado de conservação, sem descaracterizações ou patologias aparentes.
Data de Preenchimento da Ficha-Resumo: Dezembro/2014.

TABELA 6 – Ficha-Resumo do Santuário Basílica de Nossa Senhora Medianeira de Todas as Graças. FONTE: a autora.

O Santuário Basílica de Nossa Senhora Medianeira de Todas as Graças é um exemplar reconhecido pela comunidade como exemplo de bem que integra o acervo do patrimônio cultural edificado do Município. Para 133 participantes, ele tem relevância; para 17, não. Sua inserção no contexto estadual, dada a Romaria de Nossa Senhora Medianeira, realizada anualmente na cidade, corrobora com tal projeção e proporciona o conhecimento do bem por todos os participantes da pesquisa.

A utilização do bem é determinante para a sua valorização – participantes de diferentes grupos apontam a questão religiosa como relevante para sua atribuição de valor, além de observações acerca do simbolismo que o bem carrega em si e sua importância para a preservação das práticas da Romaria enquanto patrimônio cultural imaterial. A Basílica funcionaria, para este participante, como um abrigo e referência material para esta prática já tradicional na cidade. Desta forma, percebe-se a presença arraigada desta edificação no imaginário coletivo e na história da cidade, visto que é a partir dela que se atribui mais interesse patrimonial.

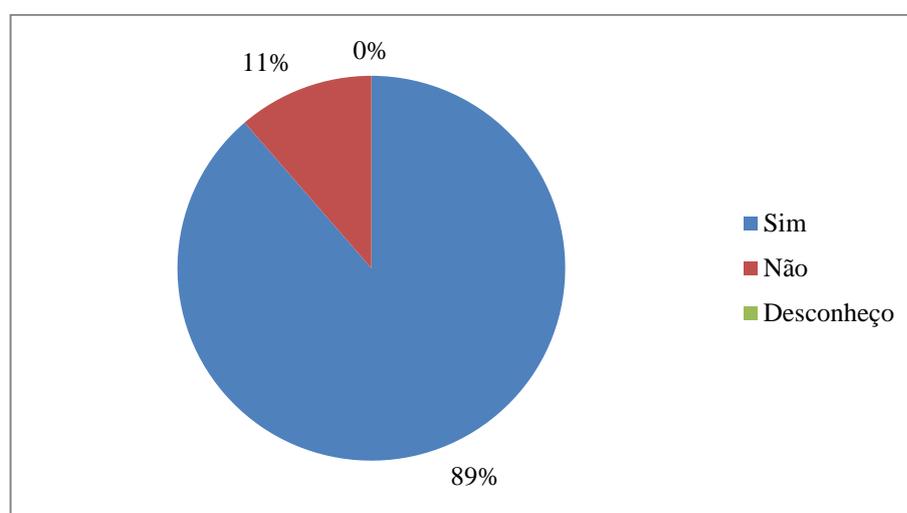


FIGURA 52 – Reconhecimento como Patrimônio Cultural – Santuário Basílica da Medianeira. FONTE: a autora.

A tradição religiosa de devoção à Nossa Senhora Medianeira, quase centenária em Santa Maria, além da própria romaria, fazem a edificação popular e relevante à comunidade. O Santuário Basílica tem destaque na atribuição de valores relacionados à questão histórica (91), seguida pela percepção de sua possibilidade de utilização (54) e valor estético (54), valor artístico (35), valor de antiguidade (24) e potencial como algo inédito (20), além de 14 citações acerca da relevância religiosa do bem.

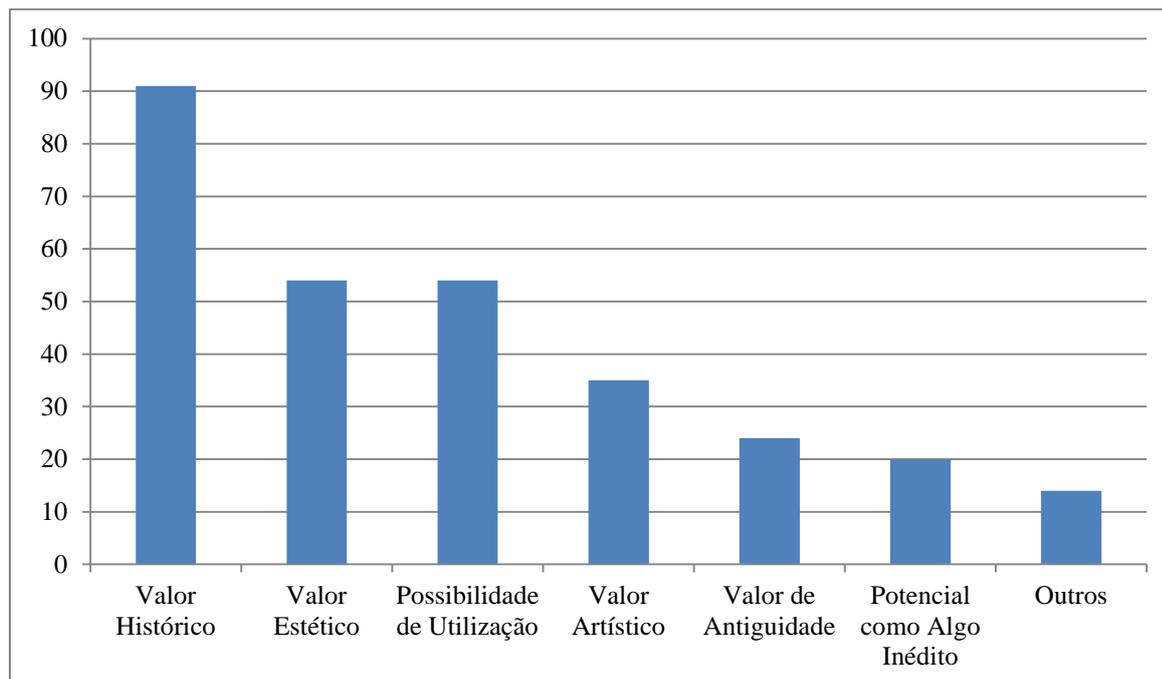


FIGURA 53 – Percepção dos valores atribuídos aos monumentos não intencionais – Santuário Basílica da Medianeira. FONTE: a autora.

Uma particularidade que pode ser observada na avaliação da Basílica é que, mesmo sendo uma edificação relativamente recente (sua pedra fundamental foi lançada em 1935 e as obras foram retomadas apenas nos anos 1970/1980), ela foi avaliada como antiga.

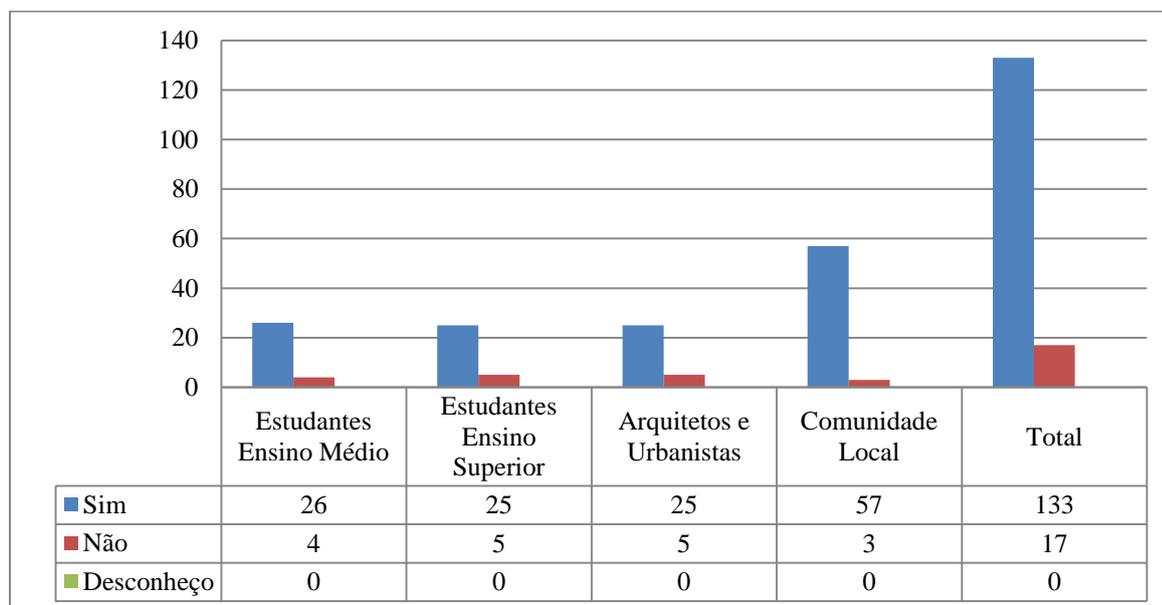


FIGURA 54 – Reconhecimento como Patrimônio Cultural por grupos – Santuário Basílica da Medianeira. FONTE: a autora.

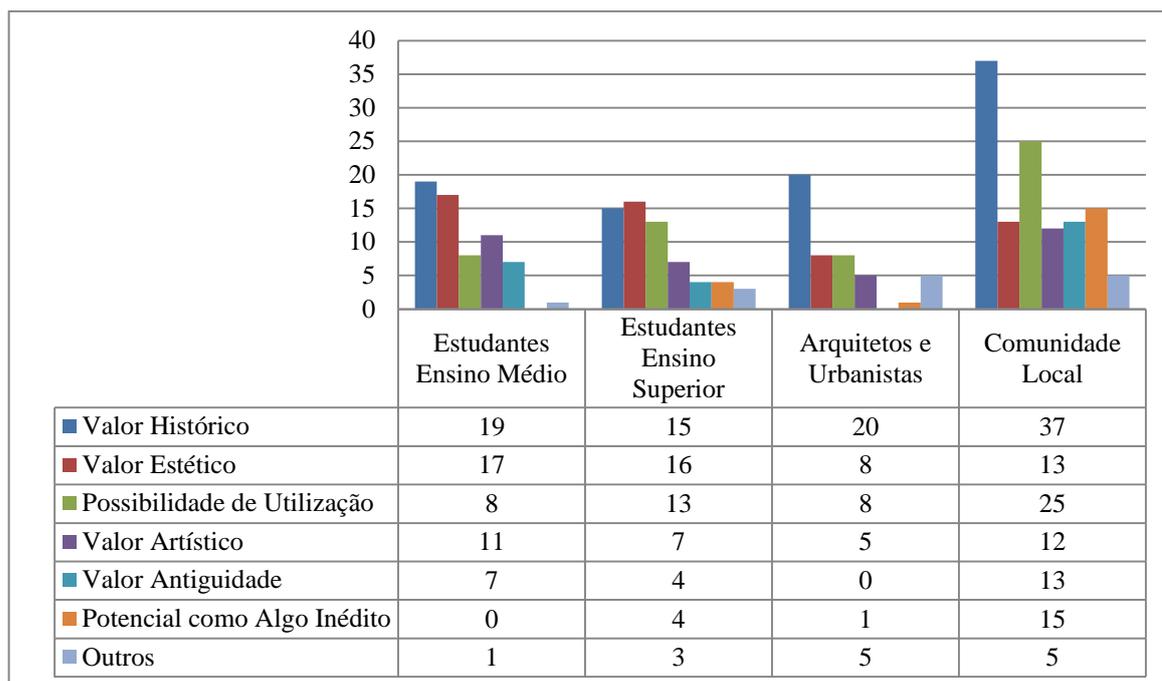


FIGURA 55 – Percepção dos valores atribuídos aos monumentos não intencionais por grupos – Santuário Basílica da Medianeira. FONTE: a autora.

Tal situação pode ser explicada pelo imaginário comum acerca das igrejas e que pressupõe certas características, como a antiguidade em si, além de tradição e preexistência. Não há desconhecimentos acerca da edificação e, corroborado pela opinião da comunidade em geral, o Santuário ganha expressão como relevante à história e memória locais. Há unidade nos resultados entre os grupos, inclusive havendo resultados semelhantes entre arquitetos e urbanistas e os estudantes de Ensino Médio e Ensino Superior. No entanto, é entre a comunidade local que os resultados ganham expressão – 95% dos participantes creem na importância da história do Santuário, enquanto que entre os demais grupos, este valor alcança, no máximo, 80% dos participantes.

3.1.3.6 Museu Comunitário Treze de Maio

MUSEU COMUNITÁRIO TREZE DE MAIO	
	
CRÉDITOS: SILVA, Manuela Ilha (2014).	
Endereço/Localização: Rua Silva Jardim, 1407 – Bairro Nossa Senhora do Rosário.	
Uso Original/Atual: Social/Museológico.	
Proteção Existente: Tombamento Municipal pela Lei nº4809/2004 e reconhecimento como bem que integra o patrimônio cultural e histórico do Rio Grande do Sul (Lei Estadual nº12.183/2004).	
Valores Estabelecidos ao Bem (RIEGL, 2013): Histórico e de Uso.	
Apresentação do Bem: O Museu Comunitário Treze de Maio ganha destaque como clube social da comunidade ferroviária negra de Santa Maria, tendo sido edificado a partir do esforço de seus sócios. Sua fachada principal é reconhecida como patrimônio histórico e cultural de Santa Maria, havendo tombamento neste nível. A edificação atual substituiu o prédio original, em madeira, construído no mesmo terreno no começo do século XX. Com o declínio do clube, os antigos sócios e membros da comunidade negra santa-mariense se articularam para transformar o espaço em um museu comunitário, que hoje abriga diferentes atividades, como exposições, acervos museológicos e atividades culturais. Esta edificação ratifica a origem negra do bairro e a cultura ferroviária da região.	
Situação: A edificação sofreu depreciações ao longo do tempo especialmente porque abrigou diferentes usos que levaram a descaracterizações ou alterações mais significativas em sua fachada principal. Atualmente, o prédio encontra-se em condições precárias e, em outubro de 2014, foi interditado para evitar possíveis incidentes com a comunidade que frequenta o espaço.	
Data de Preenchimento da Ficha-Resumo: Dezembro/2014.	

TABELA 7 – Ficha-Resumo do Museu Comunitário Treze de Maio. FONTE: a autora.

Uma situação interessante acontece em relação ao Museu Comunitário Treze de Maio, identificado como patrimônio cultural local por 122 participantes (outros 24 pensam o contrário). Seu reconhecimento nas perguntas abertas acontece de forma diferenciada: ele é referenciado ainda como clube social, sua função original. No entanto, tal reconhecimento é discreto (o Museu Comunitário Treze de Maio é citado cinco vezes nas respostas abertas, e a

maior parte delas referencia o bem como clube social, inclusive denominando-o “clube dos negros”). Já nas questões de múltipla escolha, o reconhecimento vem pelo peso da palavra “museu”, em maioria. Alguns, inclusive, desconhecem a edificação (quatro participantes).

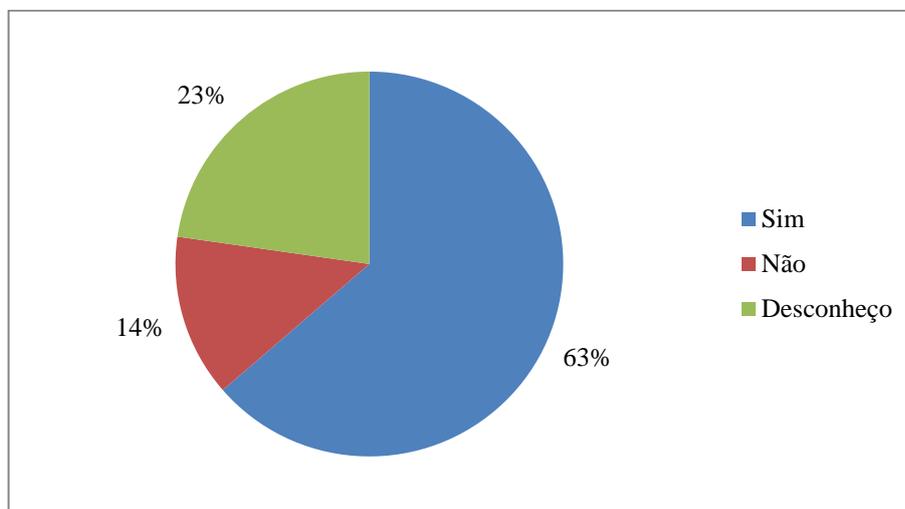


FIGURA 56 – Reconhecimento como Patrimônio Cultural – Museu Comunitário Treze de Maio. FONTE: a autora.

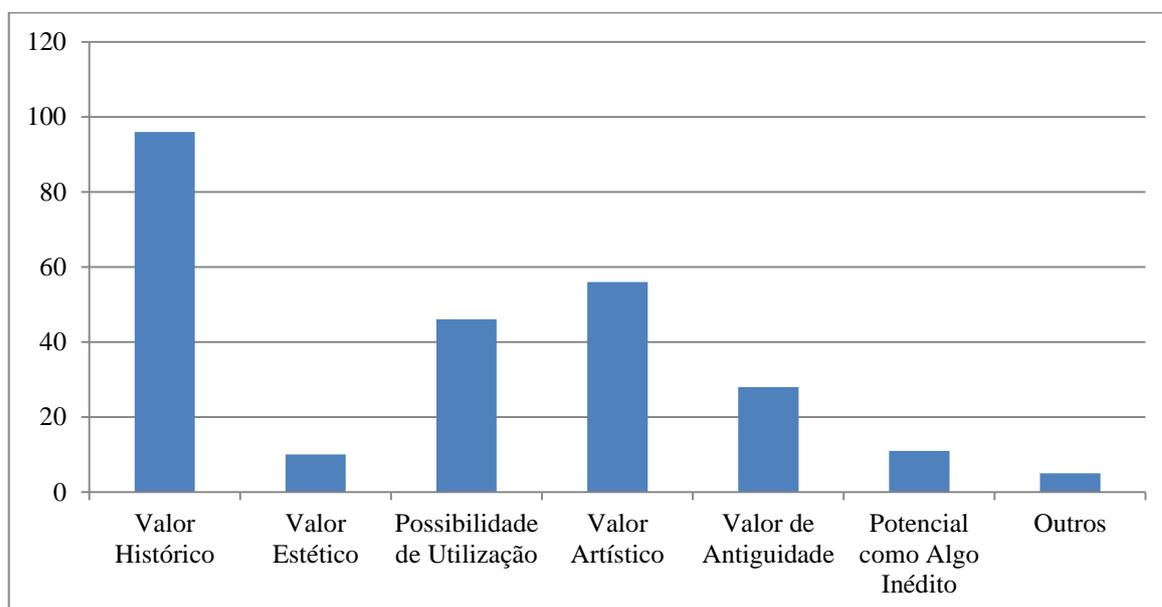


FIGURA 57 – Percepção dos valores atribuídos aos monumentos não intencionais – Museu Comunitário Treze de Maio. FONTE: a autora.

O reconhecimento do Museu Treze de Maio se dá por sua história relevante para a cidade e, em destaque, para a comunidade ferroviária e para o monumento negro. O valor histórico foi citado por 96 participantes, seguido pelo valor artístico do bem (56), possibilidade de utilização (46), valor de antiguidade (28), potencial como algo inédito (11) e

valor estético (10). Outras cinco opiniões foram apresentadas sobre o bem, destacando seu valor cultural, seu papel como guardião e promotor da identidade étnica e da cultura negra.

A ideia de que o espaço seja um patrimônio comunitário também foi apontada por um participante, estudante de Ensino Superior. O interessante desta fala é que este é o propósito do espaço, visando a reunião comunitária e a promoção da cultura negra através de diferentes manifestações.

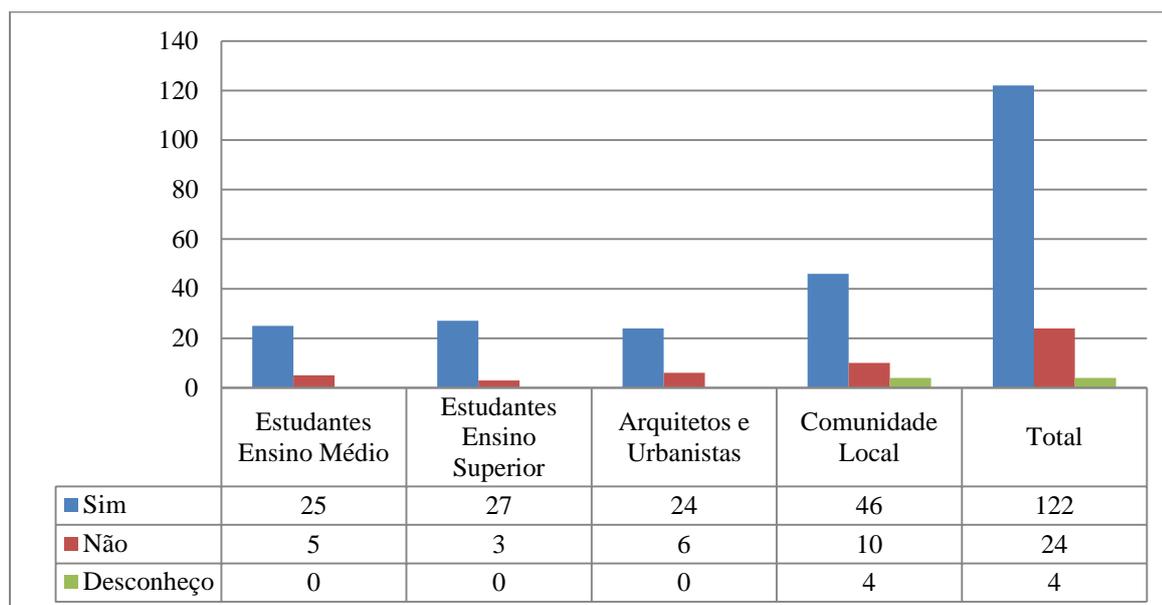


FIGURA 58 – Reconhecimento como Patrimônio Cultural por grupos – Museu Comunitário Treze de Maio. FONTE: a autora.

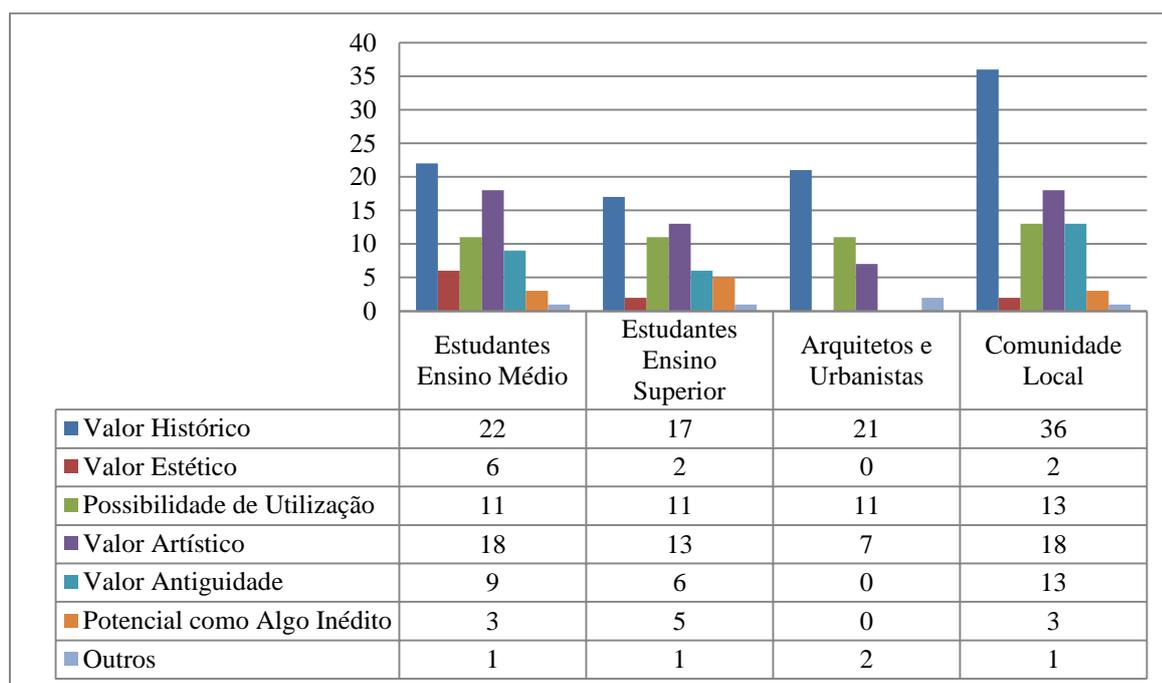


FIGURA 59 – Percepção dos valores atribuídos aos monumentos não intencionais por grupos – Museu Comunitário Treze de Maio. FONTE: a autora.

Como um espaço comunitário que o antigo clube se organiza hoje, estima-se promover expressões artísticas e culturais negras, além do resgate da história e trajetória tanto do movimento negro na cidade como da entidade, relevante na trajetória dos negros em Santa Maria e na história da ferrovia local. Mesmo compartilhando com a Residência Dátero Maciel a localização próxima ao centro da cidade, o “Treze” se mostra mais reconhecido que a residência. Duas possibilidades podem ser debatidas a partir deste resultado – a atribuição de “museu” ativa construções coletivas onde há o pressuposto da importância histórica e para a preservação da memória, visto que este é o espaço de salvaguarda de diferentes bens e artefatos culturais, explanando sucintamente.

O Museu Treze de Maio também é relevante, por sua história e trajetória. Há equilíbrio na percepção do bem a partir de diferentes grupos, com destaque para a valorização da relevância histórica e de memória, no entanto, é importante também pensar que há desconhecimentos, todos oriundos da comunidade. Outra percepção relevante identificada pelo estudo é a partir de um viés artístico – tal atribuição, no entanto, merece mais atenção, visto que sua motivação pode existir desde a partir das atividades lá empreendidas ou mesmo por uma observação estética do bem arquitetônico.

Vale também destacar o reconhecimento Municipal e Estadual que o bem possui, contudo, é possível perceber que esta valorização se reduz a parcelas interessadas, em especial o Movimento Negro santa-mariense. Sua importância, tanto no contexto ferroviário como, inclusive, em seu papel na consolidação do bairro Nossa Senhora do Rosário, carece de maior destaque e reconhecimento. Há a consciência do potencial comunitário do bem, contudo, é possível ampliar esta lógica para que, efetivamente, haja apropriação do Museu como um espaço coletivo e de memória.

3.1.3.7 Chalés do Bairro Itararé/Nossa Senhora de Perpétuo Socorro

CHALÉS BAIRROS ITARARÉ/NOSSA SENHORA DE PERPÉTUO SOCORRO

CRÉDITOS: SILVA, Manuela Ilha (2014).
Endereço/Localização: atuais bairros Itararé e Nossa Senhora do Perpétuo Socorro (a edificação que ilustra o estudo localiza-se na Rua Castro Alves, 1407).
Uso Original/Atual: Residencial/Residencial.
Proteção Existente: Não há nenhuma proteção ao bem.
Valores Estabelecidos ao Bem (RIEGL, 2013): Histórico, de Uso e Artístico Relativo.
Apresentação do Bem: Os chalés do bairro Itararé são registros materiais da vivência dos ferroviários em Santa Maria, que ocuparam esta região, na porção norte da cidade, e fundaram um bairro cujo nome homenageia a cidade de Itararé/SP, passagem da estrada de ferro que passa pela região central do estado. Naquela região de Santa Maria, os chalés foram edificados especialmente para uso residencial, contando com a facilidade de transporte, através da linha férrea, dos materiais, assim como com a tradição dos imigrantes ali instalados. A peculiaridade da técnica e a concentração destas edificações naquela região ratificam a importância dos chalés nas tradições e trajetórias da arquitetura local.
Situação: A origem do bairro Itararé, hoje com sua área original já desmembrada em novos bairros, como o Nossa Senhora de Perpétuo Socorro, é marcada pela presença maciça de chalés. Atualmente, no entanto, a maioria deles conta com descaracterizações que levaram a perda das características originais e a alteração no uso destas edificações. Alguns exemplares originais permanecem, contudo, já contam com depreciações graves ou até mesmo estão abandonados. Todos foram edificados em madeira, originária especialmente da porção noroeste do Rio Grande do Sul, com acabamento em tinta. As aberturas também são em madeira, assim como adornos presentes em alguns deles, tais como lambrequins ou cachorros. No exemplar que ilustra o estudo, há graves patologias na estrutura e nos fechamentos do chalé, com destaque para a presença de volumosa vegetação sobre a edificação.
Data de Preenchimento da Ficha-Resumo: Dezembro/2014.

TABELA 8 – Ficha-Resumo dos Chalés do Bairro Itararé/Perpétuo Socorro. FONTE: a autora.

Assim como já debatido acerca da Residência Dátero Maciel, há pouca identificação na possibilidade de interesse patrimonial em edificações residenciais, o que também pode ser

percebido em relação aos Chalés do Bairro Itararé/Perpétuo Socorro. A valorização destas edificações é realizada por 78 participantes, enquanto 50 não creem na importância destes bens para o patrimônio cultural local – também 22 participantes afirmaram desconhecer tais bens. Como é possível perceber, a importância destes chalés está tanto em sua existência, ratificando a ocupação do Bairro Itararé, intimamente ligada com a memória ferroviária, assim como com seu processo produtivo. A arquitetura em madeira merece atenção pela técnica em si, hoje pouco praticada, além do contexto construtivo da época, onde a linha férrea teve importância crucial.

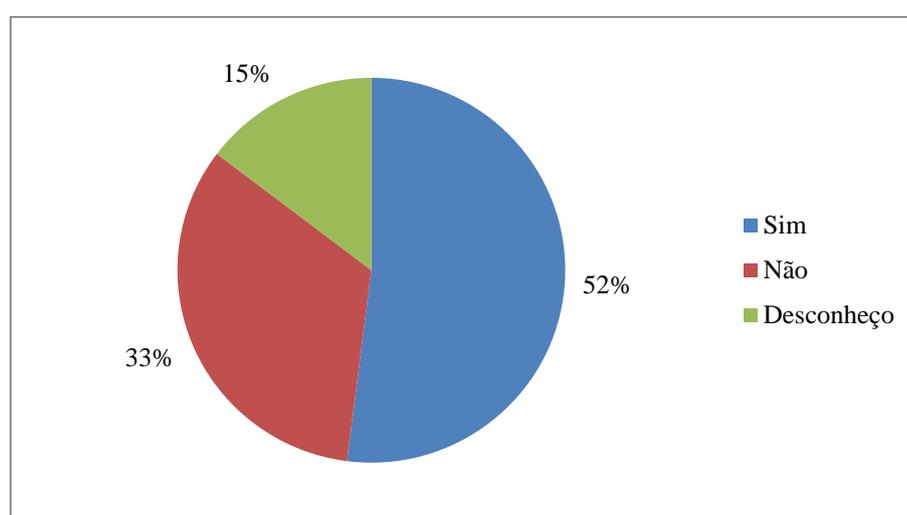


FIGURA 60 – Reconhecimento como Patrimônio Cultural – Chalés do Bairro Itararé/Perpétuo Socorro. FONTE: a autora.

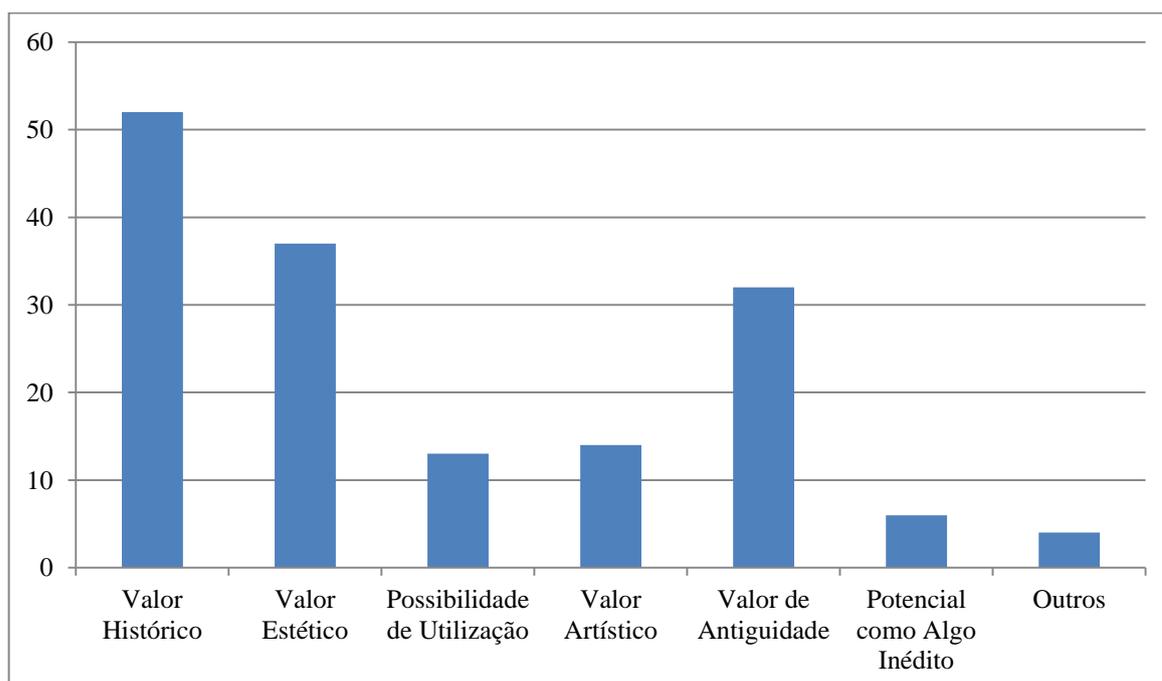


FIGURA 61 – Percepção dos valores atribuídos aos monumentos não intencionais – Chalés do Bairro Itararé/Perpétuo Socorro. FONTE: a autora.

Os valores que ganham mais destaque são o histórico (52), estético (37), antiguidade (32), artístico (14), possibilidade de utilização (13) e potencial como algo inédito (6). Há quatro outras atribuições feitas pelos participantes e que destacam a importância arquitetônica dos chalés, sua técnica construtiva e a identidade étnica expressa (de imigrantes alemães, com destaque).

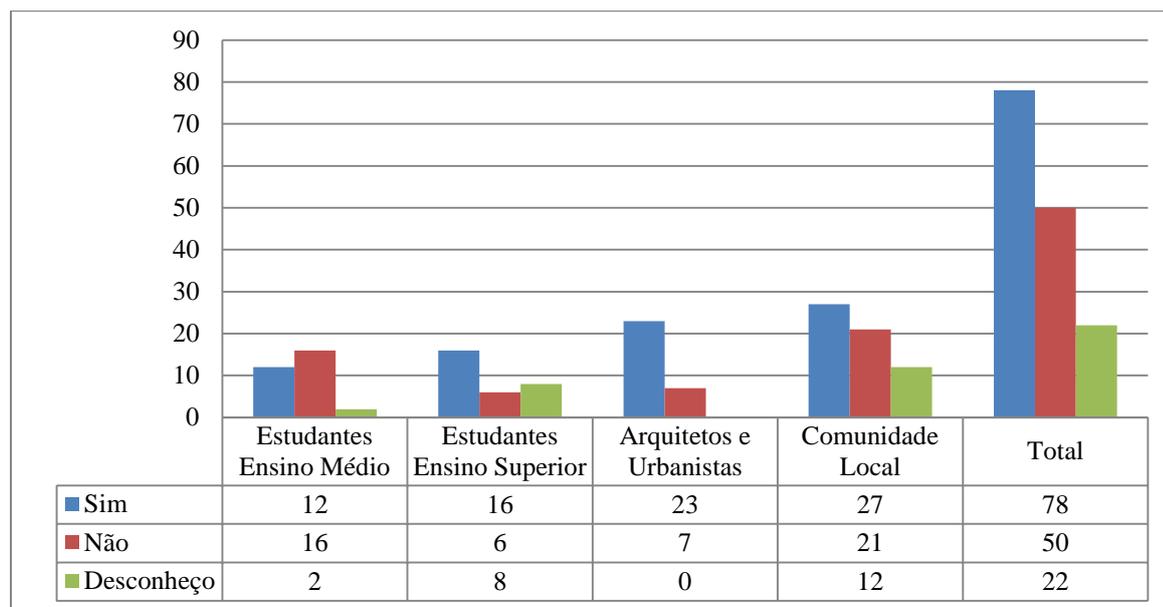


FIGURA 62 – Reconhecimento como Patrimônio Cultural por grupos – Chalés do Bairro Itararé/Perpétuo Socorro. FONTE: a autora.

É fundamental debater acerca do expressivo desconhecimento dos chalés localizados na porção norte da cidade. Tal situação acontece especialmente no grupo formado pela comunidade, no entanto, também se mostra relevante entre os estudantes do Ensino Superior. Já entre os estudantes de Ensino Médio, a percepção acerca das casas pressupõe o conhecimento delas, contudo, não há o entendimento acerca de sua importância na seara patrimonial.

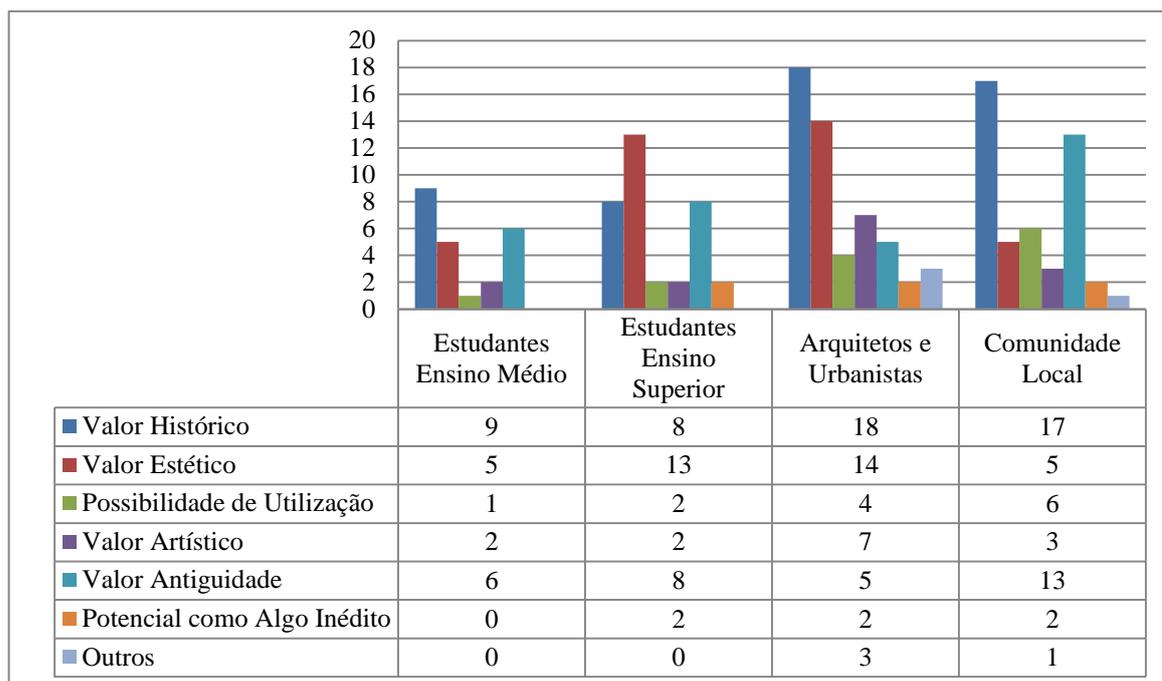


FIGURA 63 – Percepção dos valores atribuídos aos monumentos não intencionais por grupos – Chalés do Bairro Itararé/Perpétuo Socorro. FONTE: a autora.

A situação que se delinea é que, como já debatido, a expressão arquitetônica residencial não é considerada sob uma ótica semelhante a edificações de grande porte, institucionais ou monumentos intencionais. O olhar não se dá a partir de um lugar de percepção e construção de sentidos acerca de uma edificação que possui potencial patrimonial, mas sim para uma tipologia cotidiana e próxima. Este comportamento pode explicar o rápido desaparecimento de chalés nos bairros Itararé e Perpétuo Socorro, assim como outras residências com interesse patrimonial na cidade, tal qual se percebe nas descaracterizações das 14 Casas da rua Dr. Astrogildo de Azevedo, por exemplo.

3.1.3.8 Casa de Saúde

CASA DE SAÚDE

CRÉDITOS: SILVA, Manuela Ilha (2014).
Endereço/Localização: Rua Ary Lagranha Domingues, 188 – Bairro Nossa Senhora do Perpétuo Socorro.
Uso Original/Atual: Hospital/Hospital
Proteção Existente: Não há nenhuma proteção ao bem.
Valores Estabelecidos ao Bem (RIEGL, 2013): Histórico e de Uso.
Apresentação do Bem: A Casa de Saúde de Santa Maria materializa a iniciativa da Cooperativa de Consumo dos Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul (CCEVFRGS) na prestação de serviços em saúde aos seus associados. Construída a partir dos anos 1930, a edificação foi e ainda é destaque na paisagem da região, sendo um marco para a comunidade do bairro Itararé e na ocupação desta porção da cidade. Hoje, a Casa de Saúde é administrada pela Associação Franciscana de Assistência à Saúde (SEFAS), contudo, a entidade enfrentou, em sua trajetória, os reflexos da decadência da estrutura ferroviária e o desmantelamento da CCEVFRGS. Edificação com elementos <i>Art Déco</i> , marcado pela simetria em suas linhas e em seus adornos.
Situação: A origem do bairro Itararé, hoje com sua área original já desmembrada em novos bairros, como o Nossa Senhora de Perpétuo Socorro, tem na Casa de Saúde um elemento nevrálgico. Sua presença é relevante para o contexto daquela região e, dada a atual administração das irmãs franciscanas, em parceria com a Prefeitura Municipal de Santa Maria (PMSM), o hospital encontra-se em condições que permitem sua utilização. Externamente, há a permanência de elementos originais, especialmente no primeiro pavilhão, edificado em 1931. No entanto, a partir do desenvolvimento tecnológico na área da Medicina, muitos espaços foram adaptados ou descaracterizados, visando a instalação de novos equipamentos ou mesmo a adequação do espaço para as legislações e normas vigentes.
Data de Preenchimento da Ficha-Resumo: Dezembro/2014.

TABELA 9 – Ficha-Resumo da Casa de Saúde. FONTE: a autora.

A Casa de Saúde é outra edificação ligada intimamente com a cultura ferroviária e, até hoje, integra com destaque a paisagem da porção norte da cidade. Tal importância é refletida

na pesquisa empreendida, onde 130 pessoas reconhecem seu papel como exemplar do patrimônio cultural material de Santa Maria. Já 18 não a valorizam desta forma e duas desconhecem a edificação. A expressão arquitetônica da edificação sensibiliza para o tema, mesmo que não haja compreensão acerca de sua história e importância no contexto do bairro e da cidade.

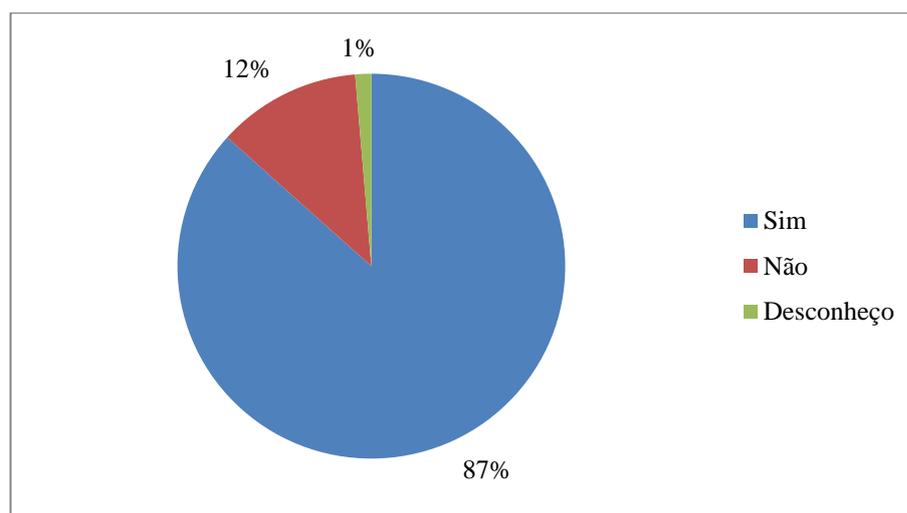


FIGURA 64 – Reconhecimento como Patrimônio Cultural – Casa de Saúde. FONTE: a autora.

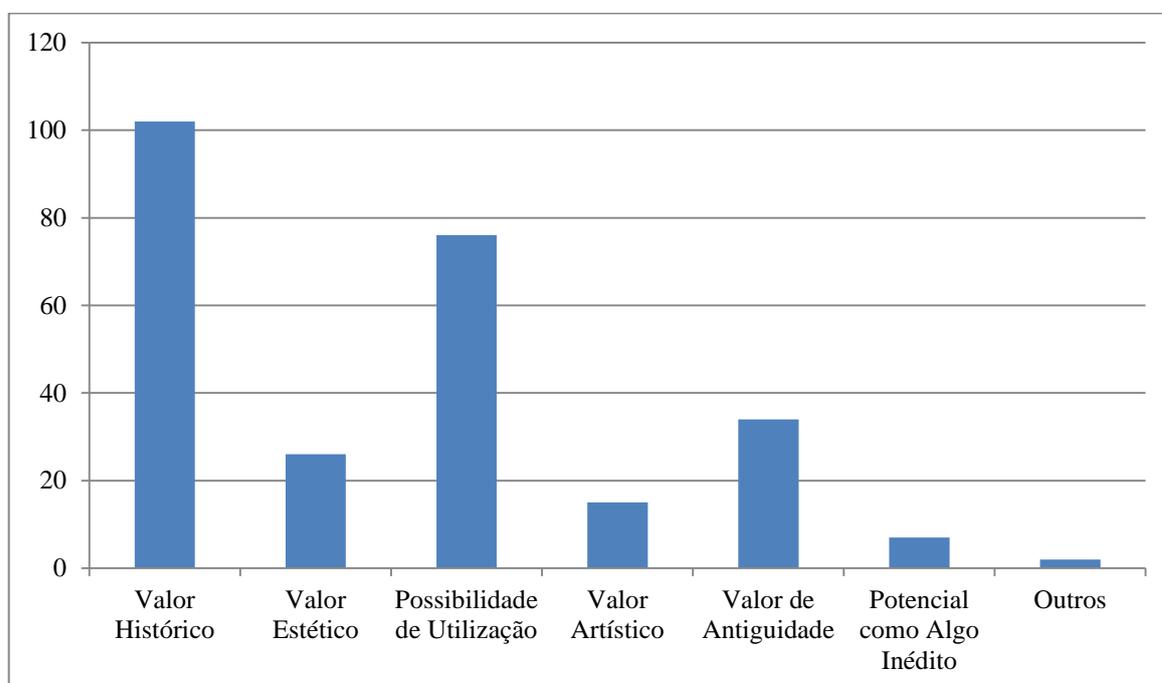


FIGURA 65 – Percepção dos valores atribuídos aos monumentos não intencionais – Casa de Saúde. FONTE: a autora.

O valor histórico, assim com em outros exemplares, prepondera diante das demais atribuições, com 102 citações únicas. A seguir, tem-se a possibilidade de utilização (76), valor de antiguidade (34), valor estético (26), valor artístico (15) e potencial como algo inédito (7). Dois participantes acrescentaram informações sobre a Casa de Saúde, destacando sua relevância para a identidade ferroviária local.

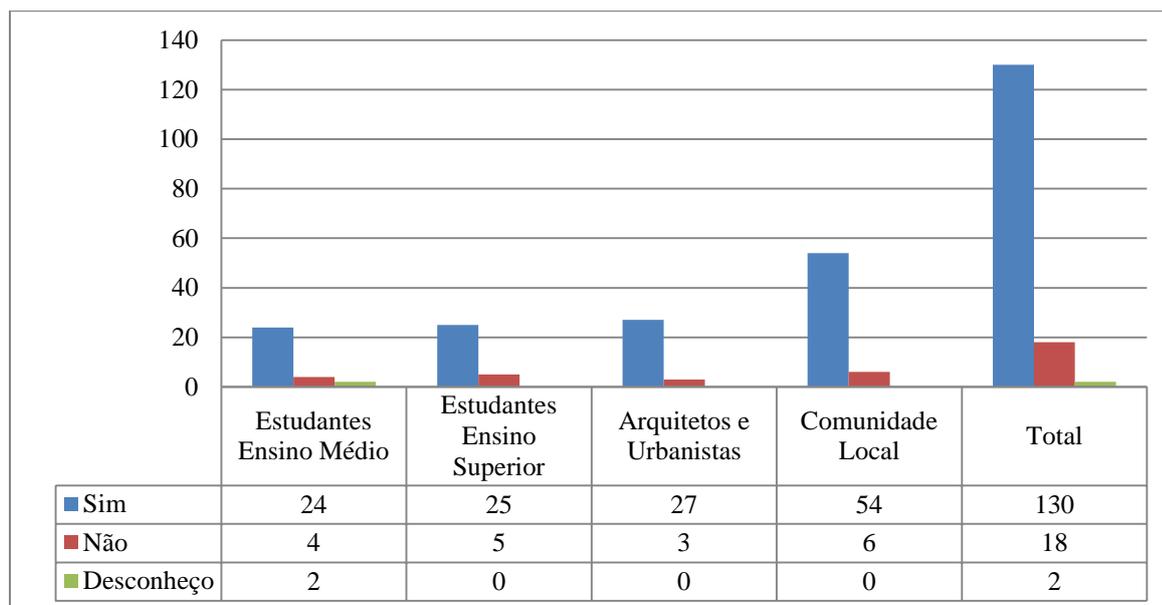


FIGURA 66 – Reconhecimento como Patrimônio Cultural por grupos – Casa de Saúde. FONTE: a autora.

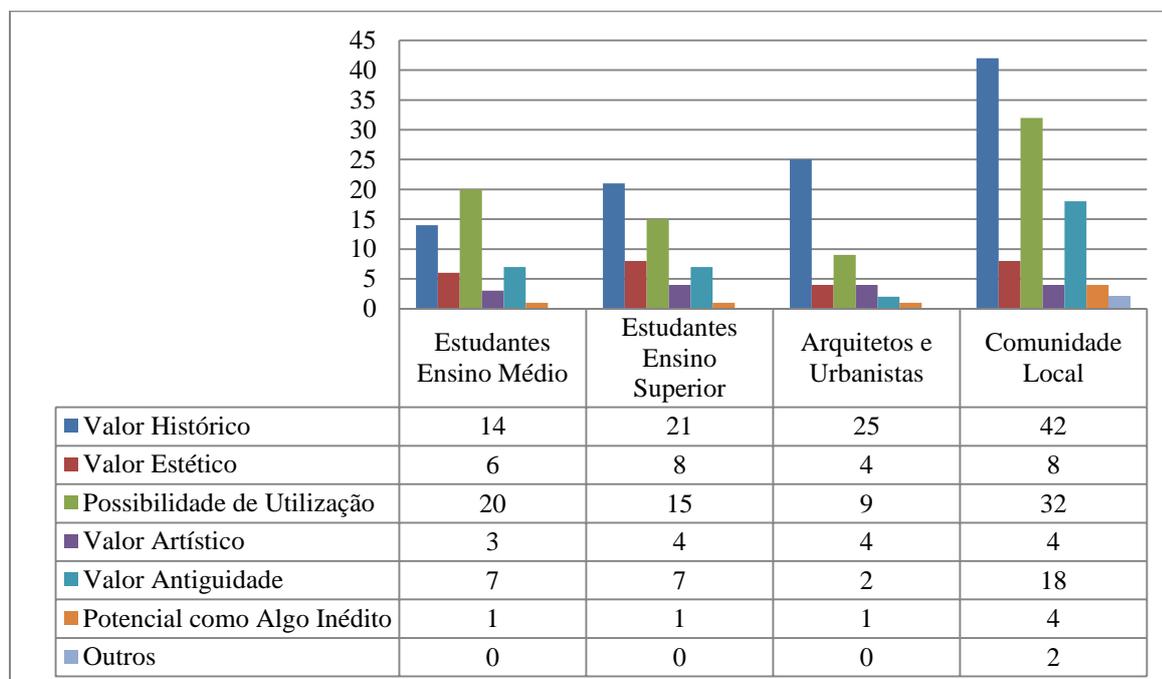


FIGURA 67 – Percepção dos valores atribuídos aos monumentos não intencionais por grupos – Casa de Saúde. FONTE: a autora.

Assim como se percebe no exemplo da Universidade Federal de Santa Maria, a Casa de Saúde também é observada a partir de uma ótica que considera sua utilização como elemento determinante a sua valorização enquanto patrimônio cultural local. Esta possibilidade a faz relevante para a comunidade, segundo a observação dos participantes do trabalho. Tal situação é interessante para potencializar novas significações e apropriações a estes bens, pensando novos usos e/ou ampliando os já existentes, por exemplo.

3.1.3.9 Estação Férrea de Camobi

ESTAÇÃO FÉRREA DE CAMOBI

CRÉDITOS: SILVA, Manuela Ilha (2014).
Endereço/Localização: Bairro Camobi.
Uso Original/Atual: Serviços/Moradia.
Proteção Existente: Tombamento Municipal pela Lei nº4427/2001.
Valores Estabelecidos ao Bem (RIEGL, 2013): Histórico e de Uso.
Apresentação do Bem: A edificação materializa diferentes aspectos relevantes à memória ferroviária e simboliza, para o bairro Camobi, um marco relevante em sua origem e desenvolvimento. Sua volumetria segue elementos de outras estações férreas da mesma linha, com simplicidade em sua composição e organização dos ambientes. Sua plataforma é pequena, assim como é a edificação, quando comparada a outra Gare santa-mariense, localizada no centro da cidade.
Situação: O prédio conta com descaraterizações relevantes, no entanto, cabíveis de recuperação. As aberturas hoje estão fechadas em alvenaria (que, por sinal, não observa o traço original do acabamento da edificação), com alguns vãos ainda com esquadrias de madeira, em péssimo estado. Ao fundo, a edificação teve alguns acréscimos em sua porção central, onde atualmente há uma moradia.
Data de Preenchimento da Ficha-Resumo: Dezembro/2014.

TABELA 10 – Ficha-Resumo da Estação Ferroviária de Camobi. FONTE: a autora.

A relação com a Estação Férrea de Camobi é motivada, em certa parte, pelo imaginário preexistente acerca da Gare central. Deste modo, apesar de 40 pessoas afirmarem desconhecer e 24 não valorizarem a edificação, sua identificação foi realizada por 111 participantes. Um ponto a observar nesta apropriação é que ela não acontece, em uma análise geral, nos participantes das regiões Oeste e Sul. Tal fato pode ser explicado pela distância destes bairros com a zona Leste da cidade, onde está localizada a edificação, contudo, também pela não apropriação simbólica deste elemento. O bairro Itararé, na zona Norte, se apropria mais deste bem por sua tradição no contexto ferroviário local.

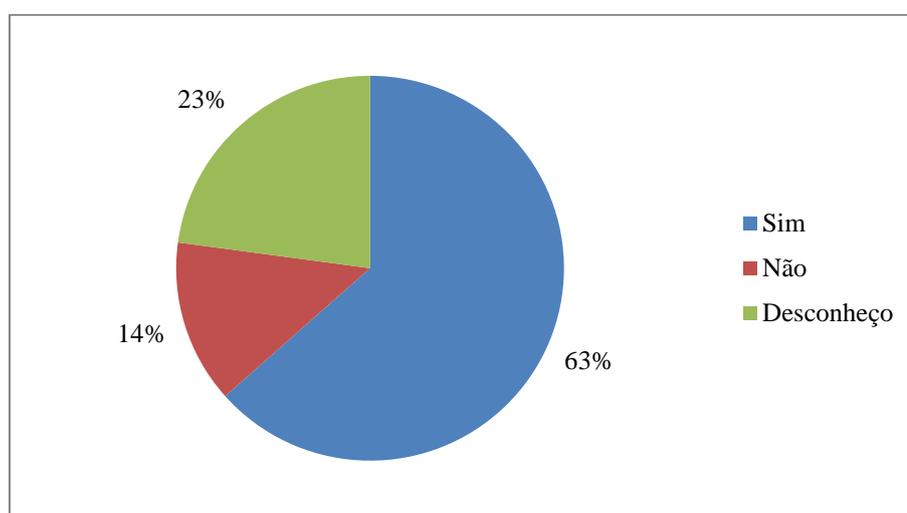


FIGURA 68 – Reconhecimento como Patrimônio Cultural – Estação Férrea de Camobi. FONTE: a autora.

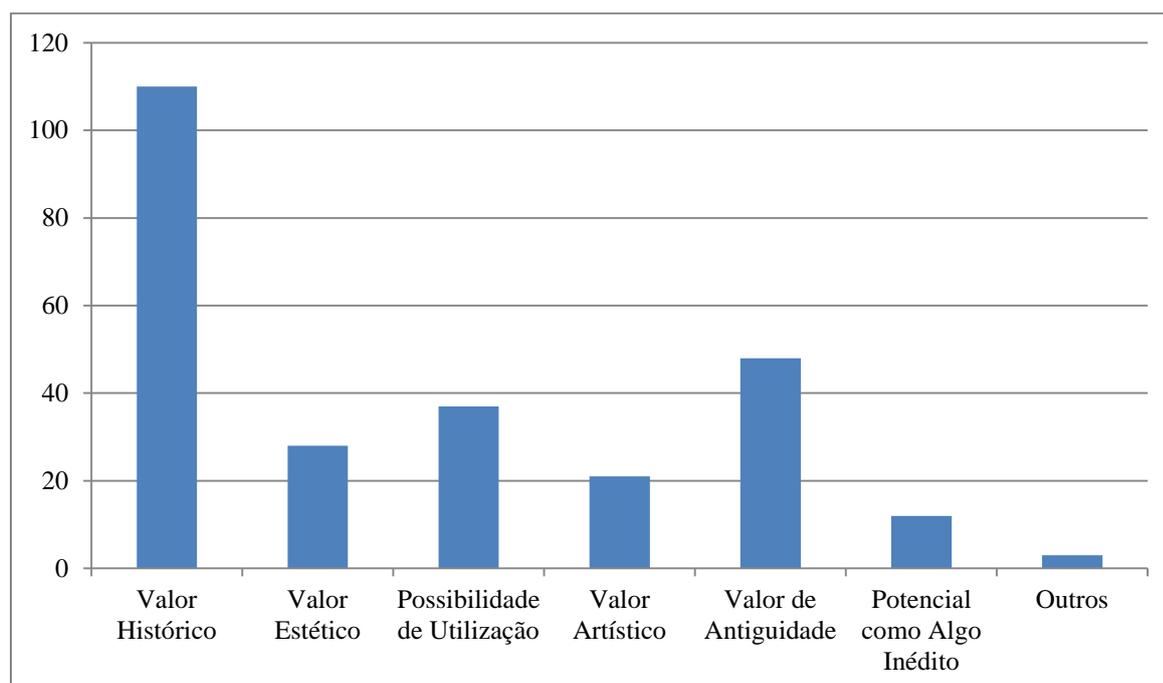


FIGURA 69 – Percepção dos valores atribuídos aos monumentos não intencionais – Estação Férrea de Camobi. FONTE: a autora.

O valor histórico prepondera na avaliação dos participantes, com 110 citações, seguido pelo valor de antiguidade (48), possibilidade de utilização (37), valor estético (28), valor artístico (21) e potencial como algo inédito (12). Outras três falas corroboram com este resultado, destacando a posição estratégica de Santa Maria na linha férrea, assim como a relevância da edificação para a cultura e identidade ferroviárias. Neste sentido, é possível perceber que a comunidade atribui importância a esta edificação, além de acreditar na potencialidade de seu uso – o que pode, por exemplo, destacar elementos de antiguidade e da estética do bem, ambos atribuídos à Estação Férrea.

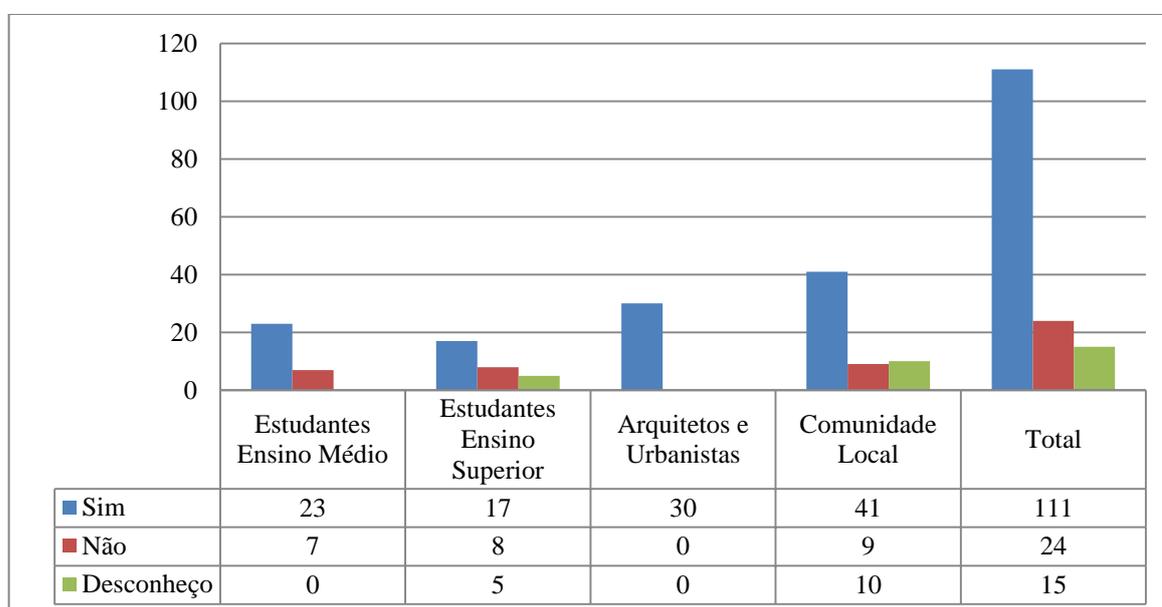


FIGURA 70 – Reconhecimento como Patrimônio Cultural por grupos – Estação Férrea de Camobi. FONTE: a autora.

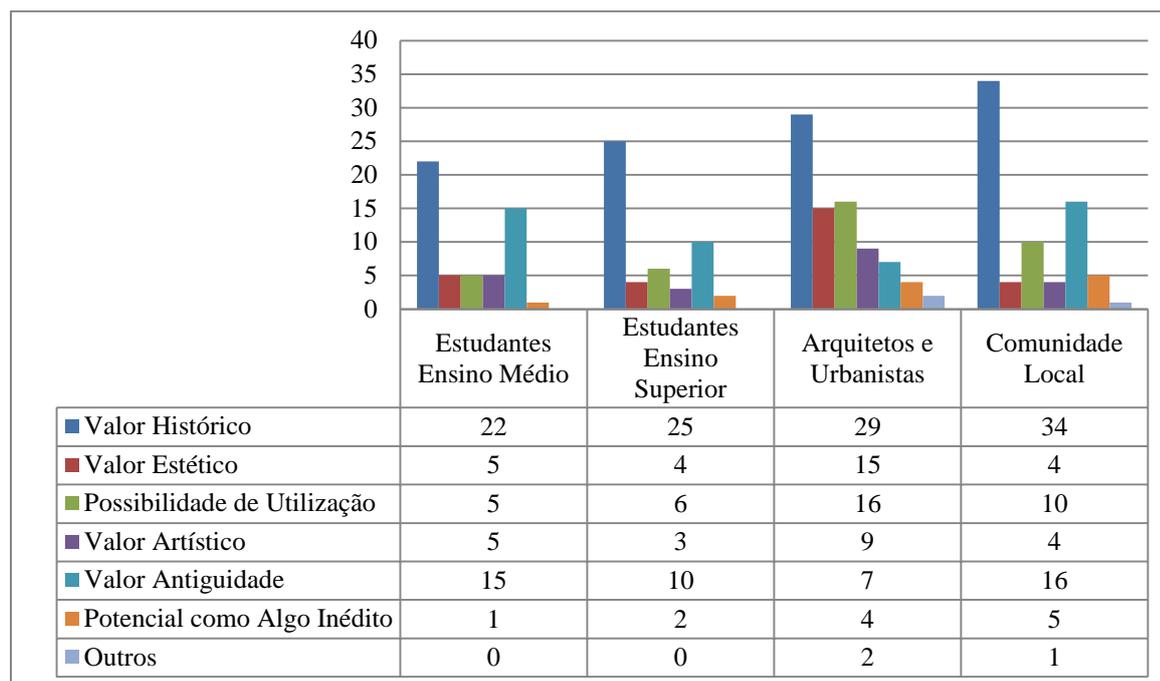


FIGURA 71 – Percepção dos valores atribuídos aos monumentos não intencionais por grupos – Estação Férrea de Camobi. FONTE: a autora.

Outro ponto que se destaca é a cultura ferroviária imbricada neste bem e em outros como o Museu Comunitário Treze de Maio e aos chalés supracitados. Mesmo povoando o imaginário coletivo enquanto expressão identitária e formativa da cidade de Santa Maria, a percepção da comunidade acontece com mais expressão em bens ligados à questão ferroviária localizados no centro histórico ou na mancha ferroviária. Os chalés são contemporâneos ao desenvolvimento da ferrovia na cidade, assim como é o Museu Treze de Maio, ainda enquanto clube social. Nem tal relação faz com que eles tenham maior reconhecimento do que têm, por exemplo, a Gare da Viação Férrea, os colégios e outras edificações ligadas à CCEVFRGS.

A situação debatida acerca dos chalés dos bairros Itararé e Perpétuo Socorro também pode ser problematizada em relação à Estação Férrea de Camobi – apesar de ter resultado positivo para sua identificação como interessante ou não à história e memória locais, há um número representativo de desconhecimento do bem. Localizada em região próxima da UFSM, a Estação marca o espaço formativo do bairro Camobi, quando este ainda recebia o nome de Estação Colônia.

3.1.3.10 Conjuntos Arquitetônicos da Rua Barão do Triunfo

CONJUNTOS ARQUITETÔNICOS NA RUA BARÃO DO TRIUNFO



CRÉDITOS: SILVA, Manuela Ilha (2014).

Endereço/Localização: Rua Barão do Triunfo (entre as ruas Silva Jardim e Andradas e entre as ruas Andradas e Venâncio Aires).

Uso Original/Atual: Residencial/Residencial.

Proteção Existente: Não há nenhuma proteção ao bem.

Valores Estabelecidos ao Bem (RIEGL, 2013): Histórico e de Uso.

Apresentação do Bem: Cada conjunto arquitetônico carrega suas características: o primeiro deles traz linhas de uma arquitetura mais popular e vernacular, enquanto que o segundo expressa o *Art Déco* em sua composição. Ambos edificadas na Rua Barão do Triunfo, os conjuntos são exemplo de tipologia popular na Santa Maria da primeira metade do século XX, especialmente a partir de motivação legal para tanto (havia desconto em impostos para edificações em conjunto).

Situação: O primeiro conjunto expressa mais cuidados, apesar das fachadas apresentarem sujidades e marcas do tempo; no entanto, o segundo conjunto conta com descaracterizações graves, inclusive com a demolição de uma das edificações.

Data de Preenchimento da Ficha-Resumo: Dezembro/2014.

TABELA 11 – Ficha-Resumo dos Conjuntos Arquitetônicos da Rua Barão do Triunfo. FONTE: a autora.

A situação para os conjuntos arquitetônicos da Rua Barão do Triunfo é comum – ambos não são percebidos como potenciais edificações a integrar o acervo patrimonial local. Em relação ao primeiro conjunto, 86 o identificaram como patrimônio cultural edificado, enquanto que 51 negaram tal ideia. Já 13 afirmam não conhecer o conjunto, que está mais próximo da esquina com a Rua Silva Jardim. Já para o segundo conjunto, 98 o percebem como possível patrimônio cultural, mas 37 não compartilham da mesma opinião; 15 desconhecem as residências.

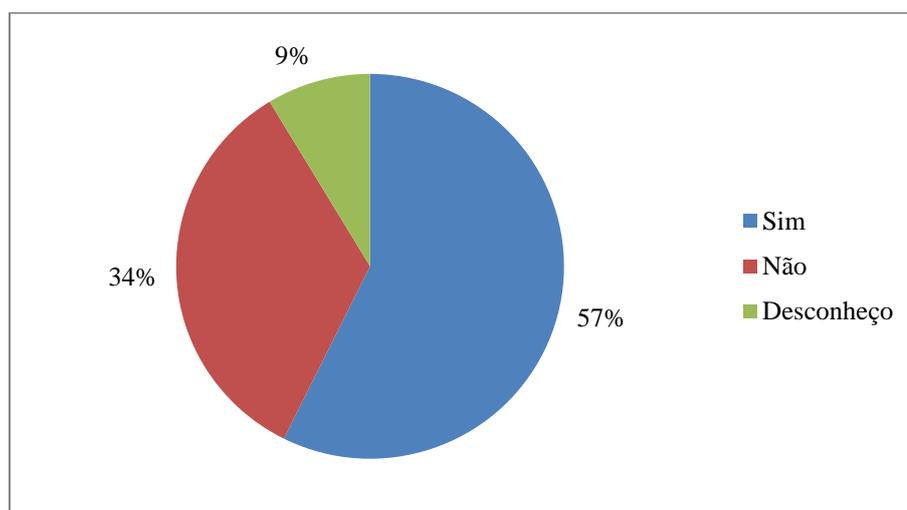


FIGURA 72 – Reconhecimento como Patrimônio Cultural – Conjunto Arquitetônico Rua Barão do Triunfo (1).
FONTE: a autora.

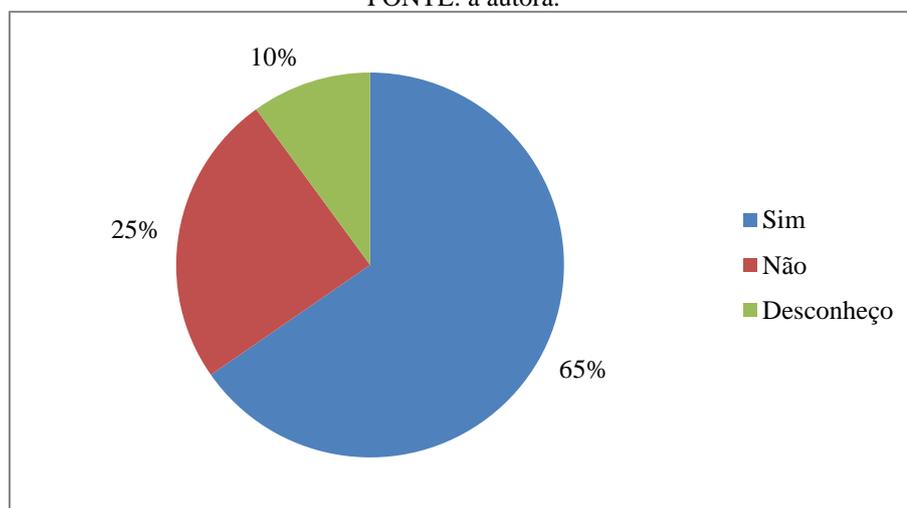


FIGURA 73 – Reconhecimento como Patrimônio Cultural – Conjunto Arquitetônico Rua Barão do Triunfo (2).
FONTE: a autora.

O segundo conjunto, localizado nas proximidades da rua Venâncio Aires, é mais conhecido pela comunidade do que o primeiro deles. A diferença, mesmo relativamente pequena, é de 65% contra 57% de respostas favoráveis ao interesse patrimonial dos bens. O grau de desconhecimento é semelhante, sendo respectivamente 9% e 10%. Contudo, é

importante salientar as respostas negativas e de desconhecimento dos bens, visto que ambos estão nas proximidades do centro histórico local.

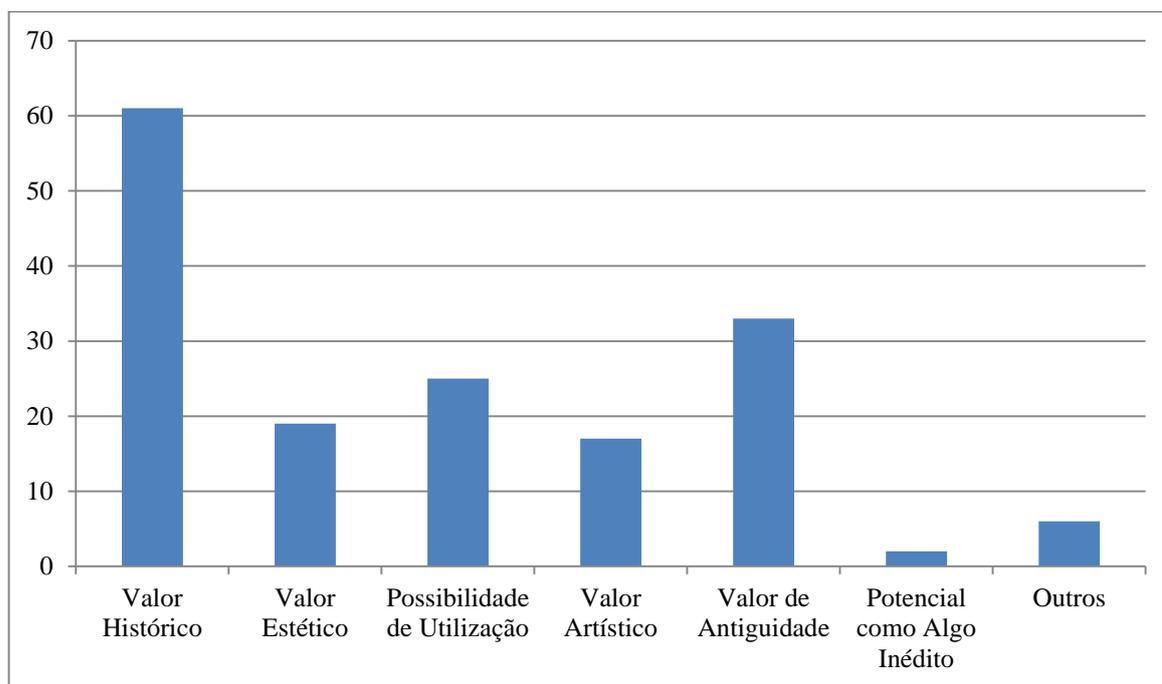


FIGURA 74 – Percepção dos valores atribuídos aos monumentos não intencionais – Conjunto Arquitetônico Rua Barão do Triunfo (1). FONTE: a autora.

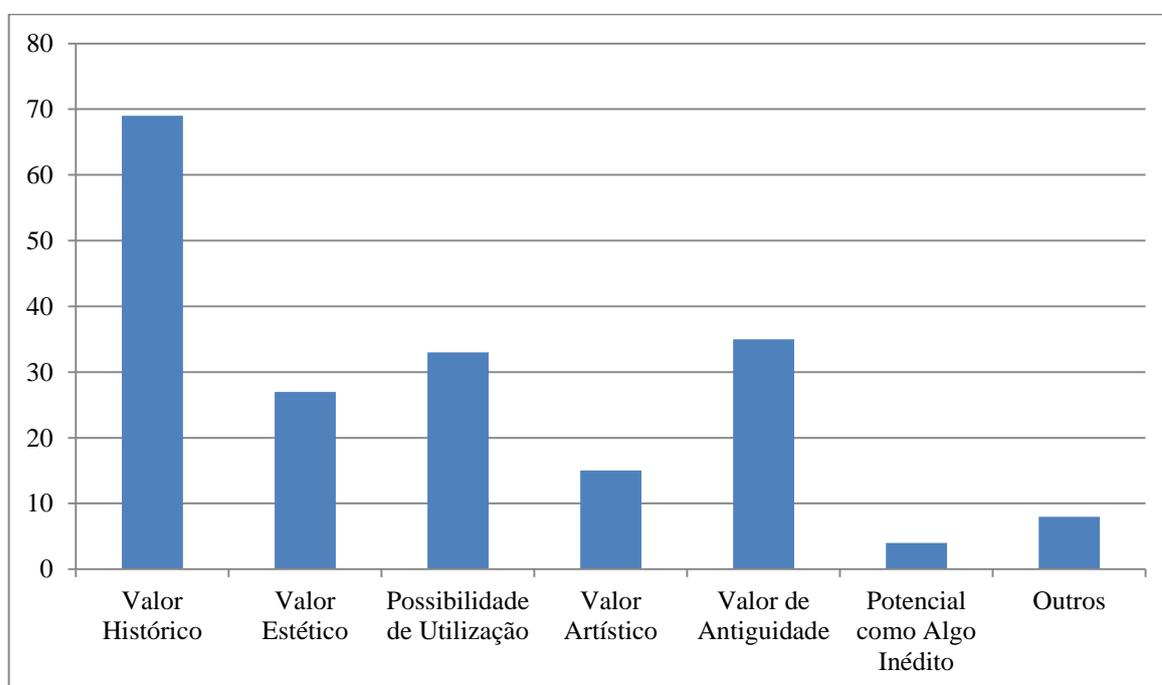


FIGURA 75 – Percepção dos valores atribuídos aos monumentos não intencionais – Conjunto Arquitetônico Rua Barão do Triunfo (2). FONTE: a autora.

Os valores atribuídos ao primeiro e ao segundo conjuntos são semelhantes, visto que em ambos há o predomínio do valor histórico e, em um segundo momento, do valor de

antiguidade. Ao primeiro conjunto arquitetônico é possível destacar 61 citações ao valor histórico, seguidas do valor de antiguidade (33), possibilidade de utilização (25), valor estético (19), valor artístico (17) e potencial como algo inédito (2), além de sete outras atribuições feitas pelos participantes. Já ao segundo conjunto é possível observar o destaque ao valor histórico (69), valor de antiguidade (35), possibilidade de utilização (33), valor estético (27), valor artístico (15) e potencial para algo inédito (4). Para tal conjunto, os participantes destacam oito colaborações.

As contribuições dadas pelos participantes apontam, nos dois exemplares, para a importância da valorização de sua identidade enquanto conjunto edificado. Para além do valor de uma só residência, a relevância dos dois exemplos se encontra na coletividade e representatividade de uma tipologia comum em Santa Maria nas décadas de 1930, 1940 e 1950. Ainda existentes em alguns pontos da cidade, os conjuntos aqui debatidos guardam diferenças que permitem problematizações que alcançam diferentes exemplos pela cidade. O conjunto *Art Déco*, quase na esquina da rua Venâncio Aires, por exemplo, sofre com descaracterizações que são comuns em outros exemplares, especialmente os mais centrais.

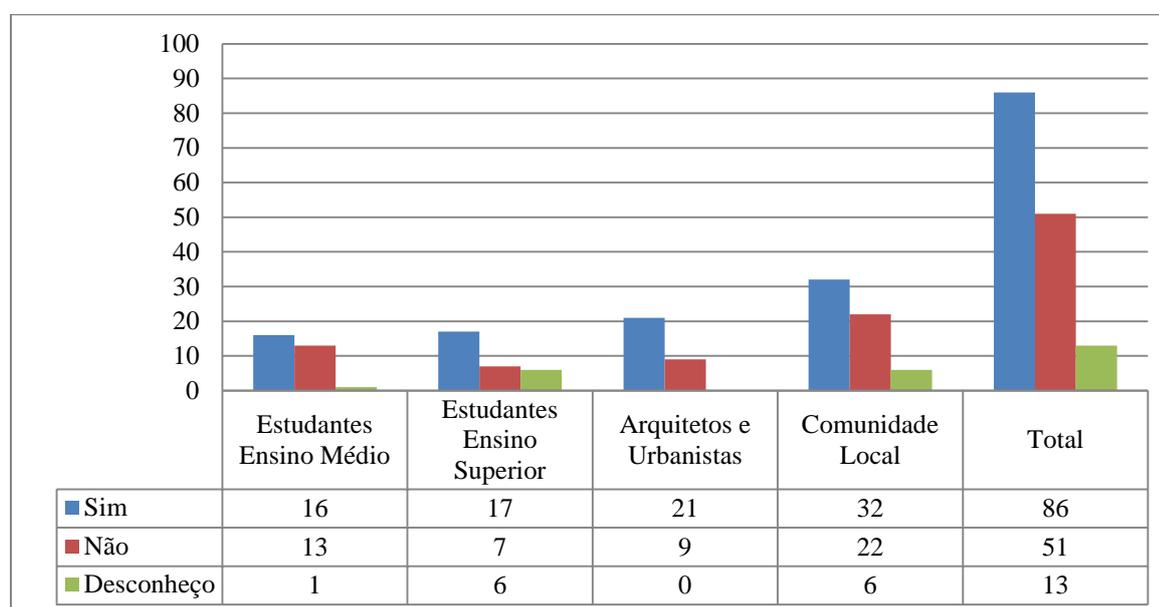


FIGURA 76 – Reconhecimento como Patrimônio Cultural por grupos – Conjunto Arquitetônico Rua Barão do Triunfo (1). FONTE: a autora.

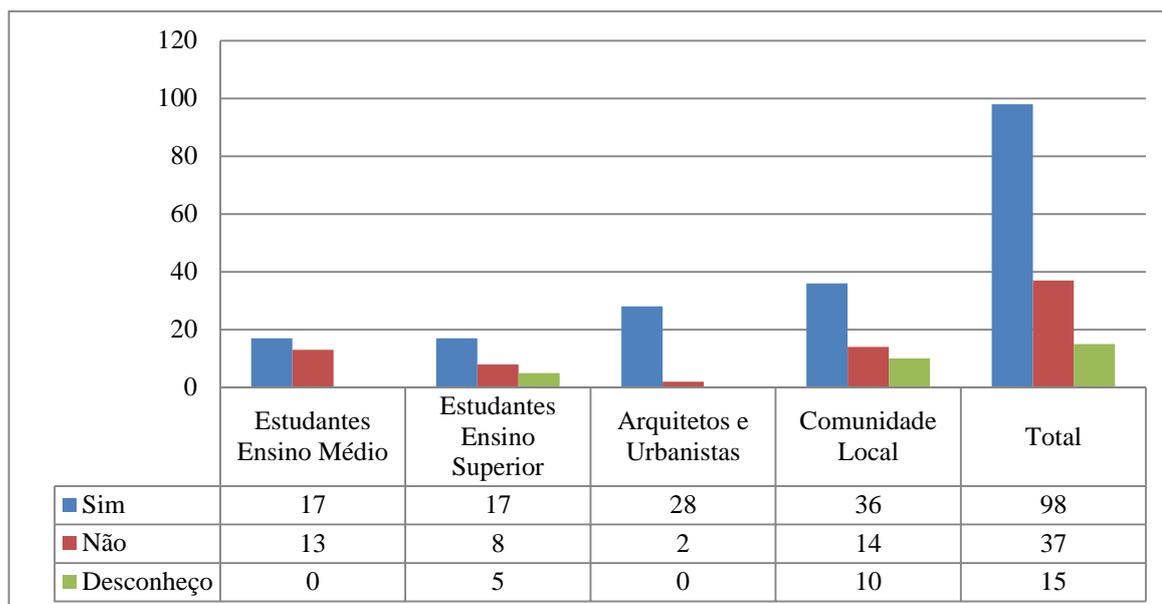


FIGURA 77 – Reconhecimento como Patrimônio Cultural por grupos – Conjunto Arquitetônico Rua Barão do Triunfo (2). FONTE: a autora.

Novamente, como em outros exemplares residenciais, é possível perceber que há discreta percepção da relevância destes ao acervo patrimonial local. Desta forma, é possível perceber que descaracterizações, alterações ou mesmo demolições são mais comuns nestes exemplares – perde-se o registro de elementos relevantes em diferentes aspectos, como histórico, estético, artístico ou arquitetônico, por exemplo.

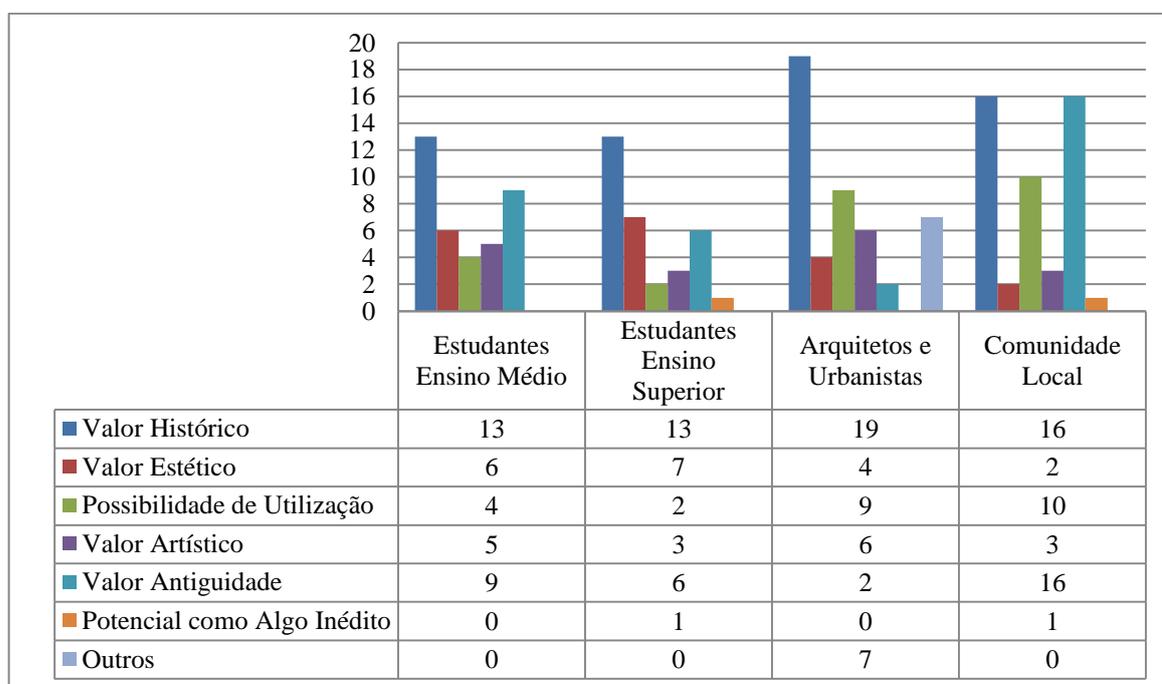


FIGURA 78 – Percepção dos valores atribuídos aos monumentos não intencionais por grupos – Conjunto Arquitetônico Rua Barão do Triunfo (1). FONTE: a autora.

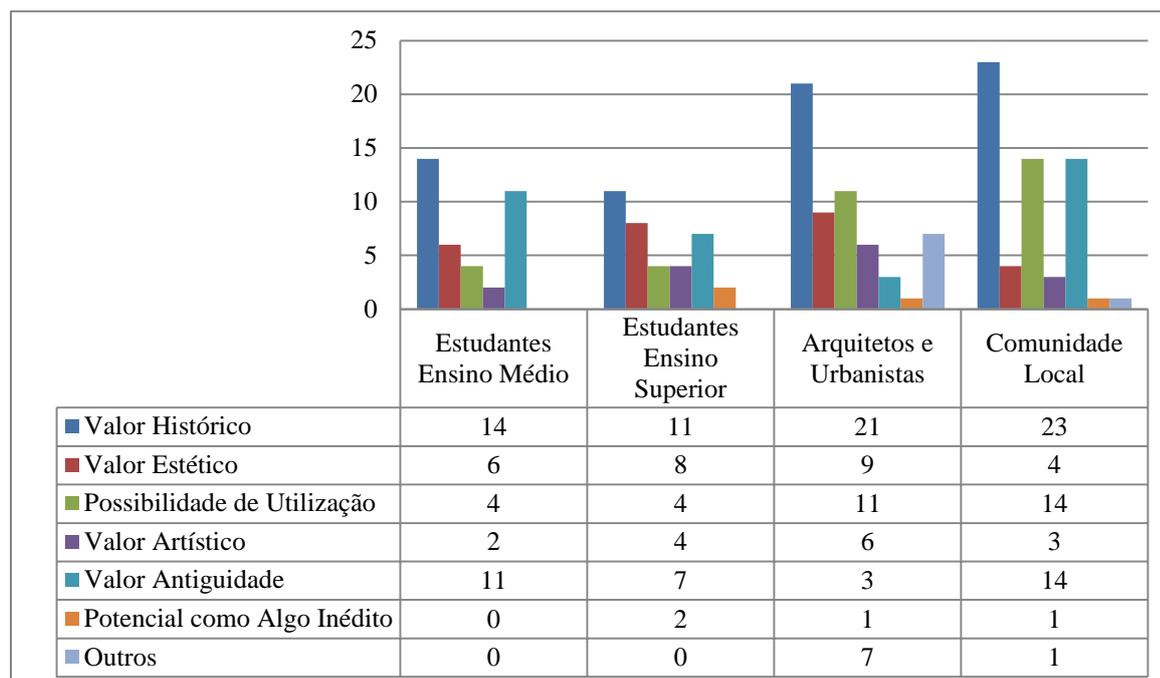


FIGURA 79 – Percepção dos valores atribuídos aos monumentos não intencionais por grupos – Conjunto Arquitetônico Rua Barão do Triunfo (2). FONTE: a autora.

As atribuições feitas pelos grupos mostram-se coerentes entre si, com destaque para o valor histórico, seguindo pela ideia de antiguidade e possibilidade de uso, especialmente pelos arquitetos e urbanistas. A comunidade e os estudantes, por sua vez, seguem a mesma lógica da valorização histórica, no entanto, eles dão mais destaque para a questão da antiguidade, o que se delineia motivado pela questão da paisagem urbana. Estas três atribuições são relevantes para novas práticas e significações aos bens, visto que podem dar esperança de salvaguarda destas edificações.

3.1.4 Identidades e Patrimônio Cultural Material de Santa Maria

A percepção que a comunidade tem acerca de seu patrimônio cultural mostra-se delicada e caracterizada por certa indiferença em relação ao bem material. As respostas apresentadas no tópico anterior, acerca de determinadas edificações apontadas no instrumento de pesquisa como referências para a problematização da atribuição de valores ao patrimônio cultural, combinadas com as observações feitas nos questionamentos abertos, levam a pontos que merecem discussão. A construção coletiva do conceito de patrimônio cultural, exercitada através deste estudo, surge como contribuição ao tema e, especialmente, às problematizações feitas em e sobre Santa Maria.

Como destaca Mello (2002, p.8), “tentar desvelar uma cidade é encontrar outra e, assim, sucessivamente, seja na dimensão física, seja na dimensão abstrata”. Ao propor a discussão acerca do patrimônio cultural, diferentes faces e identidades da cidade de Santa Maria ganham espaço. Com destaque, é possível perceber que diferentes expressões povoam o imaginário coletivo e ratificam sua presença no espaço e na memória social.

Os critérios que ganham força na reflexão proposta sobre o tema, apontados e debatidos anteriormente, são ratificados nesta etapa do instrumento de pesquisa. A partir da ideia construída sobre o que faria o participante considerar um prédio ou monumento como patrimônio cultural, os fatores “histórico” e de “antiguidade” preponderam. Conforme já problematizado, é possível perceber que a percepção visual é determinante à definição do que é ou não patrimônio cultural, partindo para a lógica comumente difundida de que há certa obrigatoriedade na relação entre o que é patrimônio cultural e sua antiguidade.

Desta forma, é possível perceber esta situação quando se observa as atribuições feitas a bens como a residência Dátero Maciel e ao campus da Universidade Federal de Santa Maria, por exemplo. Ambas possuem traços modernistas em suas fachadas e/ou traçado urbano, no entanto, são mais antigas que bens como o Santuário Basílica da Medianeira. A comunidade, por sua vez, aponta ser o Santuário mais representativo de elementos de antiguidade do que os dois exemplares citados, o que parece ser motivado pela ainda “atualidade” da Arquitetura Moderna em Santa Maria.

Há preponderância dos valores de memória em detrimento dos valores de atualidade atribuídos aos monumentos não intencionais, conforme as problematizações feitas por Riegl (2013). Desta forma, é a observação particular do bem, carregada por sua antiguidade, o que faz com que seja possível a percepção do que é/não é patrimônio cultural. Neste sentido, as respostas coadunam com comportamentos cotidianos de, por exemplo, consumir produtos e serviços ditos como “vintage” ou “retrô”. A circulação de sentidos traz novas significações a elementos que, outrora, foram tidos como novos ou inéditos e, na atualidade, seu valor de consumo se concentra nesta nova posição.

Também é preciso destacar a necessidade de relativizar certas problematizações a partir das limitações inerentes ao instrumento de pesquisa. As opções “valor artístico” e “valor estético”, teorizadas de forma diferenciada por Riegl (2013), parecem ter sido interpretadas da mesma forma por muitos participantes. Enquanto este aborda a questão material da edificação, aquele aponta para questões que envolvem desde o processo de elaboração até o resultado, no entanto, quando observado a partir de critérios da contemporaneidade.

Em relação ao valor de “utilização”, as respostas mostraram-se coerentes, especialmente combinadas com a valorização da edificação como patrimônio cultural. Há relação direta entre a potencialidade de uso com aquelas edificações que hoje se encontram em melhores condições, tais como a Estação Férrea de Camobi, a Basílica da Medianeira e a Casa de Saúde. Já a questão do ineditismo, apontada por Riegl (2013) como algo relacionado à potencialidade da expressão artística do bem como algo novo, sob a ótica da contemporaneidade, não foi compreendido com exatidão pelos participantes. Seja pela complexidade do tema, seja pelo instrumento de pesquisa pouco preciso, é possível afirmar que este valor não foi atribuído de forma plena pela comunidade.

A partir das reflexões feitas acerca das respostas propostas pelos participantes para seus bairros, é possível identificar diferentes motivações em relação ao patrimônio cultural. Em geral, quando observam seus espaços de forma ampla, sem qualquer estímulo, as reações mostram-se mais genuínas, e diferentes edificações ganham interesse patrimonial. Seguramente, muitas destas edificações possuem importância motivada por memórias particulares ou lembranças íntimas, no entanto, como tais memórias também são pautadas por construções coletivas, sua problematização se faz relevante.

A valorização de algo como patrimônio aponta para sua importância na trajetória de vida de cada sujeito – a apropriação do sentido de patrimônio se dá em seu significado mais puro, construindo referências simbólicas entre as trajetórias dos sujeitos e dos próprios bens culturais. Sob esta lógica, o patrimônio cultural cumpre seu papel enquanto guardião de memórias e imagem capaz de alimentar um imaginário construído coletivamente. No entanto, além de externar estas motivações, o patrimônio reproduz um discurso que, neste caso, ratifica as falas oficiais e das instituições – escolas, igrejas e equipamentos públicos despontam como principais exemplos de bens culturais nos bairros pesquisados.

O acervo patrimonial de Santa Maria alheio à Zona 2 é, para sua comunidade, identificado pelos discursos oficiais e pelas memórias com mais tradição na cidade. A partir dos exemplos dados na segunda etapa do questionário, tal posicionamento mostra-se de forma plena. É lugar comum resgatar tópicos como “cidade cultura” para se referir a Santa Maria, por exemplo, no entanto, a multiplicidade de sentidos acaba por não definir com precisão a apreensão dada pelo sujeito para o assunto. O conhecimento acerca do tema é pequeno e, em grande parte, pautado por falas que são reproduzidas sem criticidade ou reflexão.

A ferrovia é a principal delas, ainda que hoje apenas ativa para o transporte de cargas, a referência à linha ferroviária é latente entre diferentes grupos que compõem a amostra desta pesquisa. As motivações para a atribuição de valor a esta expressão da identidade santa-

mariense podem ser diferenciadas – revelam o saudosismo dos mais velhos, reproduzem memórias entre os mais jovens ou integram lembranças de quem viveu a Santa Maria que contava com a ferrovia em seu cotidiano. Apesar disso, a opinião acerca da importância das duas edificações que referenciam diretamente a linha férrea ganha força entre a comunidade.

A Estação Férrea de Camobi alcança posição relevante quando se questiona acerca de seu valor como edificação com interesse patrimonial. Já a Casa de Saúde, edificada pela CCEVFRGS nos anos 1930, mostra ilustrar de certa forma o imaginário coletivo acerca do patrimônio cultural, no entanto, sem figurar com o destaque da Estação Ferroviária. Tal situação pode ser observada por um critério de avaliação realizado pelos participantes – dada a semelhança em utilização e sendo integrante do mesmo contexto, a Gare de Camobi aproxima-se com a Estação Férrea do centro da cidade, o que pode ter contato positivamente em sua avaliação.

Outro exemplo ligado à tradição ferroviária são os chalés edificados, em maioria, pelos funcionários da linha férrea e presentes em diferentes pontos da cidade, com destaque para o bairro supracitado. Os chalés, assim como as edificações residenciais da Rua Barão do Triunfo e a residência Dátero Maciel, foram apontados como desconhecidas por um número representativo de participantes. Desta situação, é possível auferir que a arquitetura residencial carece de mais atenção em ações de valorização do patrimônio cultural – não há a sensibilidade, na grande maioria das respostas, para a percepção de espaços residenciais como de interesse patrimonial.

Edificações de porte mais expressivo, como o quartel da 6ª Brigada de Infantaria Blindada, a Basílica da Medianeira e as edificações que guarnecem o campus da UFSM, por exemplo, chamam mais a atenção da comunidade como possíveis bens tidos como patrimônio cultural. Já em situações como a da Sotéia, há diferentes negociações destes sentidos – enquanto alguns acreditam no potencial histórico da edificação, assim como em sua relevância para o acervo patrimonial da cidade, outros apenas a veem como um conjunto de pedras. Há o trânsito entre o sentido enquanto ruína de uma edificação com importância para Santa Maria ou como espaço completamente descaracterizado a ponto de não fazer mais sentido enquanto patrimônio cultural.

Identidades são construídas, revisadas e ressignificadas a partir do patrimônio cultural. Sua relevância se dá como elemento que desperta memórias e traz, consigo, elementos como coesão social e espírito de comunidade. A partir desta visão, ratifica-se o papel do patrimônio também como suporte das memórias capaz de proporcionar novas leituras. Tal situação leva à reflexão acerca da geração de tradições e sua possibilidade de, enquanto referência, crescer

novos sentidos. O patrimônio cultural pode, deste modo, estar no centro de novas práticas, que envolvam destacadamente sua valorização, preservação e inserção no contexto contemporâneo.

É relevante resgatar, sucinta e brevemente, a lógica da tradição enquanto algo que é inventado, fruto de iniciativas que envolvem, como destacam Hobsbawn e Ranger (1997, p. 12), ritualizações e formalização de práticas. A palavra-chave neste processo é a repetição, capaz de gerar novas significações e, como destaca o autor, especialmente para tradições nacionais. Contudo, aproximar tal lógica da apropriação do patrimônio cultural como acervo de memórias coletivas também é construir elementos que remontam a uma referência de unidade, tal qual é a nação, por exemplo, no entanto, em uma escala menor.

3.2 Estratégias para a Valorização do Patrimônio Edificado

As conceituações gerais para o patrimônio cultural, construídas coletivamente pela comunidade de Santa Maria/RS, através da amostra já destacada, apontam para uma identificação relacionada de forma próxima ao que é material em detrimento do imaterial em termos de patrimônio. Mesmo que o estudo tenha ênfase em discussões acerca dos bens materiais, há citações pontuais sobre o patrimônio imaterial, identificadas somente nas respostas dadas pelos profissionais da área de Arquitetura e Urbanismo. Eles também são os únicos a destacar questões como a relevância dos acervos arqueológicos ou da paisagem urbana como patrimônios culturais, por exemplo.

Além destas discussões, ideias como “passado” e “antigo” mostram que a percepção de determinado bem cultural sob a lógica do patrimônio cultural tem como pressuposto sua antiguidade ou a explícita passagem do tempo em sua materialidade. O apontamento de Riegl (2013) neste sentido se confirma, visto que, também através de suportes materiais, o sujeito é capaz de perceber o patrimônio. É a pátina que marca a passagem do tempo e a própria destruição do bem que o faz, em menor ou maior tom, para o leigo, patrimônio cultural.

Desta forma, o patrimônio cultural material é o lugar comum do conceito aqui em discussão. E, mesmo tendo mais significação para os sujeitos, a ideia de patrimônio cultural ainda se mostra limitada e com restrições que acabam por excluir muitas edificações, lugares, espaços e traçados urbanos com interesse patrimonial do acervo que alimenta o imaginário coletivo sobre o tema. Problematizar tais questões é a atitude chave para novas posturas,

ampliando saberes e promovendo coexistências em um contexto de diversidade cultural e campo de lutas que o patrimônio cultural pressupõe.

A Educação Patrimonial vem como uma estratégia capaz de promover novas experiências e, para as próximas gerações, busca permitir uma nova vivência entre os grupos sociais e suas memórias, histórias e expressões culturais. Além disso, pensar ações neste sentido empodera os sujeitos para que eles possam, através de suas práticas cotidianas, agir de forma cidadã e capaz de promover a preservação e valorização dos bens culturais da cidade. Este processo deve garantir a participação e o engajamento comunitários desde o princípio, visando o alcance pleno do grupo social.

As ações educativas devem contar com a participação da comunidade de forma plena, onde se promove novas experiências. Desta forma, é possível perceber a Educação Patrimonial como ação onde há práticas desenvolvidas de forma plural e alicerçada na cultura.

A construção coletiva do conhecimento, identificando a comunidade como produtora de saberes que reconhece suas referências culturais inseridas em contextos de significados associados à memória social do local (FLORÊNCIO *et al*, 2014, p.20).

A base desta relação é dialógica, promovendo espaços para que o sujeito também aprenda e construa conhecimento, em uma interação com o outro e também com o mundo (FREIRE, 2005). A consciência da relação deste grupo social com os bens culturais presentes no cotidiano de cada sujeito é o que determina novas posturas e significações. As iniciativas em Educação Patrimonial, neste sentido, devem assumir uma postura diferenciada, capaz de promover novas significações ou qualificar as já existentes.

Destaca Florêncio *et al* (2014, p.21) que ao invés de proporcionar a valorização de uma edificação ou objeto nele mesmo, as iniciativas devem “associar continuamente os bens culturais e a vida cotidiana”. Isto se dá, por exemplo, através da criação de símbolos e da circulação de significados com entendimento facilitado para diferentes sujeitos. A integração entre patrimônio cultural e comunidade é o caminho mais eficaz para que a prática de caráter educativo se desdobre em efeitos positivos para os novos sentidos dados ao patrimônio.

A promoção de novos sentidos ao patrimônio cultural, especificamente no caso do patrimônio edificado, ganha importância como iniciativa que visa ampliar o conceito e, por consequência, o imaginário acerca das edificações com interesse patrimonial na cidade. Pensar novos significados para as edificações cujo potencial patrimonial ainda não foi explorado permite que estes bens entrem no repertório da comunidade e, desta forma, tenham

mais chances de permanecer edificados mesmo diante de diferentes pressões. A promoção de iniciativas que divulguem novos sentidos e gerem relações próximas do cotidiano dos sujeitos é alternativa viável para novas práticas e comportamentos.

Uma observação a ser feita a partir dos resultados da pesquisa aponta para a não identificação, pela maioria da comunidade local, da arquitetura residencial como patrimônio cultural, com motivações relacionadas ao uso dado a estes bens culturais. O grupo representado pelo corpo técnico local percebe e se apropria desta arquitetura pelo viés do patrimônio cultural, no entanto, os demais participantes mostram, em sua maioria, a valorização através de uma lógica pragmática, refletindo acerca do uso prático do bem, sem a fruição necessária à percepção do patrimônio cultural.

O patrimônio cultural é tema transversal e deve considerar, em suas reflexões e práticas, a ideia da cidade e dos bens culturais também como espaços formativos. Tal posicionamento corrobora com a apropriação, pelos sujeitos, de sentidos ao patrimônio cultural que agreguem significações capazes de promover valorização e reconhecimento. Pensar o espaço local, como no âmbito da cidade, por exemplo, é de suma importância, no entanto, esta abordagem deve transcender especificidades.

As práticas devem partir das referências culturais locais dos sujeitos para, então, como destaca Florêncio *et al* (2014, p. 27), permitir o acesso a processos socioculturais que são “mais amplos e abrangentes, em um registro no qual cada sujeito, com base em seu repertório de referências, possa compreender e refletir tanto sobre contextos inclusivos quanto sobre a diversidade cultural”. Proporcionar novas significações é o mote da Educação Patrimonial e, para tanto, pensar estratégias capazes de fomentar um circuito de sentidos é relevante quando se almeja pertencer ou valorizar algo.

Para realizar estas práticas em Educação Patrimonial, o documentário é um instrumento capaz de proporcionar identificação do sujeito/comunidade com seu patrimônio cultural, além de ampliar possíveis discussões sobre o tema. O produto apresentado junto a este estudo visa proporcionar um reconhecimento entre a comunidade e o tema em questão, levando a apropriação tanto do suporte como dos conteúdos que ele carrega em si. A proposta é de gerar relações, especialmente através das falas da comunidade.

As personagens construídas a partir do grupo social, que participam do documentário com seus relatos, agregam realidade ao produto e, por isso, permitem o estabelecimento de processos relacionais entre espectador e vídeo. Isto se dá porque os sujeitos compartilham elementos que alicerçam sua cultura e patrimônio. A relação entre estas significações e as construções de uma comunidade aponta para a memória coletiva e valores que, embora

inacessíveis fisicamente, podem ser expressos de forma material. Para Donini (2006, p. 12), patrimônios, valores e significações “não podem expressar-se por si mesmos, mas podem ‘encarnar-se’ através de manifestações e signos tangíveis, como imagens, livros, pinturas, poemas [...]”. O material em questão reúne e representa a memória desta comunidade em discussão.

Desta forma, são construídas memórias – através da narrativa proposta pelo documentário. Elas são elaboradas representações do que já foi/já aconteceu para que, no presente, se possa gozar dos registros passados daqueles bens culturais. O documentário propicia, desta forma, o transcender do produto que é para se tornar também um processo, que coaduna sentidos e fomenta mudanças na atribuição de valores. Busca-se desencadear tais significações e, então, esclarecer e fomentar posturas diferenciadas.

O roteiro elaborado corrobora com tal propósito, visto que alia, de forma complementar, falas da comunidade e colocações de técnicos da área da Arquitetura e Urbanismo, já que a proposta é debater acerca do patrimônio edificado. Assim, o produto destaca a relação entre comunidade e bens culturais edificados, trabalhando estes dois planos como complementares e indissociáveis. As falas também são construídas neste sentido, mostrando as apropriações da comunidade e, de forma a corroborar com elas, há a participação de técnicos da área.

Como cenário, plano de fundo e tema principal, a arquitetura de Santa Maria ganha destaque. Pela compreensão explicitada nos depoimentos dos participantes, é possível perceber as diferentes formas de apropriação destes espaços. Alguns deles retomam a figura do *flâneur* em seus tempos áureos, teorizada por Baudelaire e Benjamin (BOLLE, 2000) como o sujeito que, apesar de gozar de seu ócio andando pela cidade, ele a conhece em detalhes e se apropria de seus espaços com propriedade. No entanto, Santa Maria desvela uma comunidade que apenas passa diante de edificações com interesse patrimonial, sem percebê-las nem reconhecê-las como guardiãs de sua memória e identidade enquanto comunidade e espaço urbano.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vivemos em sociedade e somos interligados por elementos que constroem (e reconstroem) nossa cultura. Alimentadas pelo imaginário que construímos e sentidos que atribuímos, as cidades materializam nossas representações e memórias em seus espaços, paisagens e edificações. O patrimônio cultural também se comporta como elemento referencial e desvela as construções sociais feitas a partir do que é passado – neste processo, a memória é o gatilho para que estas imagens povoem construções coletivas de sentido.

O que entendemos como patrimônio cultural? Conceituar esta ideia é complexo e vem como desafio para autores em diferentes áreas do conhecimento, dado seu caráter interdisciplinar e múltiplo. No entanto, o presente estudo atreveu-se a problematizar o tema, em suas generalidades, pormenorizando a discussão nas questões relacionadas ao patrimônio edificado. A partir de discussões acerca de imaginário, imagem e identidade, promoveram-se subsídios para construir diretrizes que, corroboradas pela pesquisa desenvolvida junto à comunidade de Santa Maria/RS, foram confirmados ou descartados.

Há lugares comuns em circulação quando debate-se sobre patrimônio cultural – ideias ligadas à passagem do tempo e as suas marcas nas edificações, por exemplo, que constroem uma visão romântica acerca do patrimônio. Outro ponto de destaque neste imaginário acerca do patrimônio é a imagem referência do mesmo, marcada pelos decorativismos e adornos de escolas estilísticas de séculos passados. No entanto, é importante destacar que, mesmo ainda alimentada por ideias gerais e geralmente pautada por discursos da mídia ou de instituições como escola e família, há uma reflexão acerca do tema.

Incipiente, sem dúvidas, no entanto, capaz de demonstrar toda sua potencialidade ao longo das gerações. Há campo para iniciativas que promovam a Educação Patrimonial e ações de valorização e ressignificação do acervo edificado do patrimônio cultural local. Santa Maria mostra-se como um espaço factível a tais problematizações, em iniciativas que favoreçam tanto a valorização do patrimônio cultural local, potencializando sua identificação pela comunidade e, especialmente, a lógica de pertencimento e atuação cidadã dos sujeitos. Além disso, a história local merece destaque para que seja possível desvelar as diferentes “cidades” (MELLO, 2002) que Santa Maria possui.

Tal sensibilização para o patrimônio cultural pode ter como ponto de partida as próprias experiências dos sujeitos envolvidos neste debate. Assim, juntos compreendem,

apreendem e instauram “a transformação da realidade que os mediatiza” (FREIRE, 2005, p. 207). A problematização de temas amplos para, em um segundo momento, promover discussões pormenorizadas, é alterativa. Para além da identidade e percepção do patrimônio cultural nacional ou regional, debate-se aqui também a apropriação local do patrimônio, especialmente nos espaços mais próximos dos sujeitos.

A representação é o suporte que abriga estas relações, assim como laços de pertencimento, como reporta Ricoeur (2007). Desta forma, sua aproximação com os bens edificados é íntima e capaz de agregar novos sentidos a eles. A noção de patrimônio cultural é uma dessas significações, construída a partir do repertório de cada sujeito e, especialmente, como resultado de uma ação coletiva calcada na memória de um grupo social. Por isso, a ideia de patrimônio cultural resulta de uma coletividade, visto que sua articulação é fruto da aproximação de diferentes discursos que coexistem e, também, entram em conflito em um espaço de lutas simbólicas.

Transcender o conceito simplificado de patrimônio cultural, especialmente dentro da comunidade leiga e que, em seu cotidiano, vive e interage com edificações e monumentos, é o mote do presente estudo. As relações pressupostas pela construção das identidades também corroboram com este processo de significação do patrimônio cultural, visto que elas dão subsídio para que haja a relação dos sujeitos em coletividade através de ícones e elementos que geram coesão social. Em uma contemporaneidade fragmentada, tal iniciativa elabora elementos comuns e capazes de estimular a aproximação entre sujeitos e a conformação de comunidades.

Neste sentido, a principal hipótese do presente estudo ganha espaço – o imaginário coletivo é povoado pela imagem do centro urbano como lugar de memória ou outros espaços da cidade também têm esta prerrogativa? Há um imaginário local que ratifica a concentração de grande parte do acervo do patrimônio cultural e histórico de Santa Maria no centro da cidade, no entanto, também os bairros abrigam espaços e edificações que merecem atenção quando observados a partir das diretrizes de Riegl (2013).

Desta forma, a representação é o conceito chave do presente estudo, materializada em edificações e espaços que resgatam a memória e a história da cidade de Santa Maria/RS. No entanto, é importante pensar em quais memórias e, especialmente, em quais histórias busca-se referência. Nas comunidades alheias ao centro da cidade, a valorização de determinadas edificações ou espaços urbanos é motivada por diferentes razões – muitas delas, contudo, não identificáveis através do instrumento de pesquisa. No entanto, ao pensar sob a lógica que

Halbwachs (2006) tece acerca da proximidade entre as memórias individual e coletiva, é possível perceber as relações entre a comunidade, seus espaços e suas edificações.

As memórias individuais ecoam outras falas, oriundas dos grupos de convivência e referência daquele sujeito em questão. Desta forma, este estudo revela-se como um recorte das situações cotidianas encontradas na relação entre sujeito e patrimônio ou, ainda, entre comunidade, história e memória. Também é possível refletir, a partir das discussões propostas, sobre a relação material entre estes entes e, então, os desdobramentos que tal situação gera. As condições atuais das edificações com interesse patrimonial, inclusive aquelas salvaguardadas pela Zona 2, apontam posturas de indiferença ou não percepção do potencial patrimonial do bem.

O instrumento construído para o presente estudo traz sinônimos diferenciados que poderiam ser aplicados ao patrimônio cultural, com múltiplas alternativas ao participante. As associações feitas entre a ideia de patrimônio cultural e os conceitos apresentados mostram que o elemento motriz nestas construções aponta para significações que, a depender do contexto onde estão inseridos, podem ser superficiais ou simples reproduções de discursos alheios. A afirmação de Riegl (2013) acerca dos valores de antiguidade, apontados por ele como os mais facilmente identificados pelos leigos, se confirma.

Ideias como “história”, “memória”, “cultura”, “passado” e “antigo” ganham preponderância na construção coletiva deste conceito. Esta percepção da comunidade em relação ao conceito de patrimônio cultural demonstra relativo desconhecimento do tema ou domínio superficial destas questões, alimentada por lugares comuns que não atribuem sentido ao conceito. Desta forma, a partir destes posicionamentos, é possível pressupor que a postura diante de bens culturais não é crítica ou cabível de reflexão, mas sim passiva e, muitas vezes, indiferente.

São várias as motivações para tal situação, no entanto, é importante destacar o principal resultado desta postura. Materialmente, esta situação desvela-se em uma posição pouco comprometida com a manutenção das edificações com interesse patrimonial e com espaços comunitários. Santa Maria, assim como tantas outras cidades, tem incontáveis exemplos negativos da relação da comunidade com seu patrimônio e, por conseguinte, com sua memória e história. São descaracterizações que levam o bem cultural a perder os elementos que o fazem importante cultural, social e historicamente.

Estas possibilidades se expressam a partir do instrumento de pesquisa quando há questionamentos acerca de certas edificações localizadas na sede do Município de Santa Maria. Edificações com interesse patrimonial já calcado em elementos relevantes da história santa-mariense, como a Cidade Universitária, a Estação Ferroviária de Camobi ou o Quartel da 6ª Brigada de Infantaria Blindada, tiveram maior valorização pela comunidade local. Tal situação se deve à profusão de um entendimento alicerçado em elementos da história oficial e, por consequência, da valorização destes bens culturais. A Casa de Saúde e o Santuário Basílica de Nossa Senhora Medianeira corroboram esta situação.

Por outro lado, outros bens, como o Museu Comunitário Treze de Maio, relacionado com a comunidade negra santa-mariense, demonstraram ter pouca identificação de seu potencial como bem de interesse patrimonial pela comunidade. Isto acontece, no caso do referido Museu, mesmo havendo reconhecimento legal na esfera Municipal e classificação de sua edificação, na seara estadual, como bem integrante do patrimônio cultural e histórico do Estado do Rio Grande do Sul.

No entanto, a expressão arquitetônica que se aproxima mais dos sujeitos, a arquitetura residencial, não foi encarada pela maioria como detentora de interesse patrimonial. As residências localizadas na Rua Barão do Triunfo, por exemplo, são desconhecidas de muitos dos participantes, assim como a Residência Dátero Maciel, apesar de sua localização central (na borda do perímetro da Zona 2). Os chalés da região Norte, como materialidade de uma tipologia tradicional na arquitetura residencial de Santa Maria, são ignorados por um expressivo número de participantes.

A percepção e posterior atribuição de sentidos a determinadas edificações como patrimônio cultural se dá, deste modo, a partir de motivações que seguem discursos e transpõem memórias oficiais, em atos de reprodução e não de construção de sentidos. As elaborações dos laços comunitários e, por conseguinte, de uma identidade de grupo, mostraram-se tênues e incapazes de garantir subsídios necessários à percepção dos valores atribuídos ao patrimônio cultural edificado. Quando convidados a refletirem acerca de seu próprio bairro – ou seja, em micro escala, no caráter comunitário do espaço onde habitam – é possível perceber a potencialidade da construção deste conceito de forma coletiva.

A partir da provocação feita, no sentido de promover reflexão do sujeito em relação ao seu bairro, diferentes motivações levaram à identificação de determinado espaço ou edificação como patrimônio cultural. Como já debatido, o instrumento adotado no estudo não foi capaz de captar pormenores, no entanto, o caráter simbólico arraigado em muitas respostas

sinaliza suas intenções. Para alguns, a escola é o patrimônio cultural de seu bairro, enquanto que os espaços públicos, como praças, são valorizados por outros participantes. Também espaços privados ganham destaque nesta valorização – em diferentes locais da cidade, os centros comerciais foram apontados como patrimônio cultural.

Bosi (1994, p.55) destaca que “lembrar não é reviver, mas reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado”. Desta forma, o resgate da memória ganha força quando acontece de modo crítico e capaz de estimular novas posturas. O sujeito, empoderado, é capaz de identificar os laços de pertencimento que o ligam àquele espaço e, então, percebê-lo também como algo de sua responsabilidade. Desta forma, uma nova relação entre sujeito e espaço se delinea – amplia-se a visão acerca da importância do patrimônio cultural como elo entre um grupo social e suas trajetórias e, desta forma, pressupõe-se sua preservação.

O passado retomado a partir das memórias traz novas significações também ao presente e, sob o prisma do patrimônio cultural, também a edificações e espaços aqui discutidos. Como referência à construção identitária e aos imaginários sociais, o patrimônio legitima-se como elemento relevante nas relações entre os sujeitos e no contexto social de forma ampla. Neste sentido, o presente estudo buscou corroborar com discussões já estabelecidas e resgatadas durante a pesquisa para, então, colaborar com o tema. Também o produto da dissertação foi pensado a partir desta lógica, para que sua reprodução transcenda o registro documental e alcance o papel de propulsor de discussões sobre o patrimônio cultural.

Os resultados podem apontar desânimo pela relação nada próxima entre comunidade e patrimônio cultural, no entanto, é possível ver a situação por dois pontos de vistas otimistas. O primeiro deles destaca a surpresa e o comprometimento de cada participante ao responder o instrumento proposto para a pesquisa. Houve envolvimento e participação daqueles que participaram e, não raro, o debate sobre o patrimônio cultural passava a ser a próxima pauta da roda de conversa, das discussões em sala de aula ou mesmo no debate entre amigos. Outro ponto a destacar é que, pela inquietude que o tema provocou, é possível imaginar sua ação como estímulo para novos aprendizados ou, ao menos, para que haja reflexão e não indiferença em relação ao assunto.

Proporcionar iniciativas que estimulem novas significações ao patrimônio cultural passa também por processos de constituição de novos sentidos. Para esta tarefa, encontram-se diferentes instituições aptas – escola, família e mídia, por exemplo. Elas são espaços onde é favorável a promoção do diálogo plural e crítico acerca do tema. Desta forma, é possível

promover leituras críticas acerca dos discursos e dos patrimônios que se destacam como “oficiais” para que, em um processo comunitário, seja possível construir novas valorizações ao espaço. Destes novos posicionamentos, estima-se uma relação capaz de reverter as expressões materiais da atual relação entre sujeito e patrimônio – destrutivas, desvalorizadas e indiferentes aos bens culturais aqui debatidos e a tantos outros que guarnecem Santa Maria.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor. **Indústria Cultural e Sociedade**. São Paulo/SP: Paz e Terra, 2006.

Agência de Desenvolvimento de Santa Maria (ADESM). **Santa Maria em Dados**. Disponível em < <http://santamariaemdados.com.br/>>. Acesso em 20/10/2014.

ALBERNAZ, Maria Paula; LIMA, Cecília Modesto. **Dicionário Ilustrado de Arquitetura**. São Paulo/SP: ProEditores, 2000.

ARGAN, Giulio Carlo. **História da Arte como História da Cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

BARICHELLO, Eugenia Maria Mariano da Rocha. **Comunicação e Comunidade do Saber**. Santa Maria/RS: Pallotti, 2001.

BEBER, Cirilo Costa. **Santa Maria 200 Anos**. Santa Maria/RS: Pallotti, 1998.

BELÉM, João. **História do Município de Santa Maria 1797 – 1933**. Santa Maria/RS: Editora da UFSM, 2000.

BELLONI, Maria Luiza. **Mídia Educação – 3ª edição**. Campinas/SP: Autores Associados, 2009.

BELTRÃO, Romeu. **Cronologia Histórica de Santa Maria e do Extinto Município de São Martinho 1787 – 1930**. Santa Maria/RS: Editora da UFSM, 2013.

BOLLE, Willi. **Fisiognomia da Metrópole Moderna**. São Paulo/SP: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

BORDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro/RJ: Bertrand Brasil, 2005.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembrança de Velhos**. São Paulo/SP: Companhia das Letras, 1994.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2007.

BRASIL. **Estatuto da Cidade (Lei nº 10257/2001)**. Brasília/DF: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2009.

CANCLINI, Nestor Garcia. O Patrimônio Cultural e a Construção Imaginária Nacional. *In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. N°23, 1994.

Carta de Atenas. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=232>>. Acesso em 23/07/2014.

Carta de Nara. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=264>>. Acesso 23/07/2014.

Carta de Veneza. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=236>>. Acesso 23/07/2014.

CHOAY, Françoise. A Alegoria do Patrimônio. São Paulo/SP: Unesp, 2006.

Clube 21 de Abril ressurge para os santa-marienses. Prefeito discutiu a utilização do espaço com os moradores. Disponível em <<http://www.santamaria.rs.gov.br/gabinete/noticias/8332-clube-21-de-abril-ressurge-para-os-santamarienses-prefeito-discutiu-a-utilizacao-do-espaco-com-os-moradores>>. Acesso em 06/01/2015.

COELHO, Eva Regina Barbosa. **Seguindo Maria: Turismo Cultural – Religioso para Santa Maria e Região/RS**. 2011. 184 p. Dissertação, (Mestrado Profissionalizante em Patrimônio Cultural), Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2011.

COMIN, Flaviene Valcorte. **Dinâmica espacial e segregação residencial no bairro Camobi, Santa Maria/RS**. 2013. 132p. Dissertação, (Mestrado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

CORRÊA, Roselaine Casanova. Casa de Saúde de Santa Maria/RS: Tratamento do Acervo e Inclusão Social. *In: Anais Eletrônicos do XI Encontro Estadual de História – História, Memória e Patrimônio*, 2012, Rio Grande/RS, p. 1-10.

COSTA, Everaldo Batista. Patrimônio e Território Urbano em Cartas Patrimoniais do Século XX. **Finisterra**, Portugal, v.XLVII, n.93, p. 5- 28, 2012.

DONINI, Antonio. Patrimonio, Identidad y Globalización. *In: La Dimensión Social del Patrimonio: Memoria/Identidad; Itinerarios/Rutas; Paisaje Cultural; Participación/Turismo; Educación*. Buenos Aires: Centro Internacional para la Conservación del Patrimonio, 2006.

ESCOBAR, Giane Vargas. **Clubes Sociais Negros: Lugares de Memória, Resistência Negra, Patrimônio e Potencial**. 2010. 207 p. Dissertação, (Mestrado Profissionalizante em Patrimônio Cultural), Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010.

Estação Ferroviária de Camobi. Disponível em <
http://www.estacoesferroviarias.com.br/rs_uruguaiana/camobi.htm>. Acesso em 16/12/2014.

FACCIN, Daniele. Seguindo os Trilhos do Trem: A influência da ferrovia na estruturação urbana de Santa Maria/RS. *In: Anais do VI Colóquio Latino Americano sobre Recuperação e Preservação do Patrimônio Industrial*. Disponível em <>. Acesso em 15/12/2014.

FERRARA, Lucrécia D'Alessio. Cidade: Imagem e Imaginário. *In: SOUZA, Célia Ferraz de; PESAVENTO, Sandra Jatthy. Imagens Urbanas: os Diversos Olhares na Formação do Imaginário Urbano*. Porto Alegre/RS: Editora da UFRGS, 1997.

FIELD, Syd. **Manual do Roteiro: os fundamentos do texto cinematográfico**. Rio de Janeiro/RJ: Objetiva, 2001.

FLORENCIO, Sônia Rampim; CLEROT, Pedro; BEZERRA, Juliana; RAMASSOTE, Rodrigo. **Educação Patrimonial: histórico, conceito e processos**. Brasília/DF: IPHAN/DAF/Cogedip/Ceduc, 2014.

FLÔRES, João Rodolpho Amaral. **Fragments da História Ferroviária Brasileira e Rio-Grandense: fontes documentais, principais ferrovias, Viação Férrea do Rio Grande do Sul (VFRGS), Santa Maria, a “cidade ferroviária”**. Santa Maria/RS: Pallotti, 2007.

_____, João Rodolpho Amaral. **Os trabalhadores da VFRGS: profissão mutualismo, cooperativismo**. Santa Maria/RS: Pallotti, 2008.

FOLETTTO, Vani (Org.); KESSLER, Janea; JACKS, Nilda Aparecida; BISOGNIN, Edir Lúcia. **Apontamentos sobre a História da Arquitetura de Santa Maria**. Santa Maria/RS: Pallotti, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido – 45ª Edição**. Rio de Janeiro/RJ: Terra e Paz, 2005.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo/SP: Atlas, 2010.

_____, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo/SP: Atlas, 2008.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A Retórica da Perda: os Discursos do Patrimônio Cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2002.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo/SP: Centauro, 2006.

HALL, Stuart. Quem Precisa da Identidade? *In*: SILVA, T. T. (Org.); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e Diferença – A Perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2009a.

_____, Stuart. **Da Diáspora – Identidades e Mediações Culturais**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2009b.

HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence. **A Invenção das Tradições**. Rio de Janeiro/RJ: Paz e Terra, 1997.

Hoje na História: 1378 – Crise na Igreja Católica dá início ao Grande Cisma do Ocidente. Disponível em

<<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/noticias/24420/hoje+na+historia+1378+%96+crise+na+igreja+catolica+da+inicio+ao+grande+cisma+do+ocidente.shtml>>. Acesso em 27/09/2014.

Igual à do Vizinho. **Diário de Santa Maria**, Santa Maria, 21 de fevereiro de 2013, contracapa.

JACKS, Nilda. **Querência: Cultura Regional como Mediação Simbólica – Um Estudo de Recepção**. Porto Alegre/RS: Editora da UFRGS, 1999.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura – Um Conceito Antropológico**. Rio de Janeiro/RJ: Jorge Zahar, 2009.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 2003.

Lista do Patrimônio Cultural Ferroviário. Disponível em <<http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=4899>>. Acesso em 16/12/2014.

LYNCH, Kevin. **A Imagem da Cidade.** São Paulo/SP: Martins Fontes, 2011.

MACHADO, Márcia Kaipers. **A Presença do Exército e da Aeronáutica na Organização Espacial de Santa Maria – RS.** 2008. 175p. Dissertação, (Mestrado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2008.

Mapa de Santa Maria. Disponível em <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Santa_Maria_\(Rio_Grande_do_Sul\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Santa_Maria_(Rio_Grande_do_Sul))>. Acesso em 07/01/2015.

MARCHIORI, José Newton Cardoso; NOAL FILHO, Valter Antonio. **Santa Maria: relatos e impressões de viagens.** Santa Maria/RS: Editora da UFSM, 2008.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa.** São Paulo/SP: Atlas, 2010.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos Meios às Mediações – Comunicação, Cultura e Hegemonia.** Rio de Janeiro/RJ: Editora UFRJ, 2001.

MEIRA, Ana Lúcia Goelzer. **O Patrimônio Histórico e Artístico do Rio Grande do Sul no Século XX: Atribuições de Valores e Critérios de Intervenção.** 2008. 483p. Tese, (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional), Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

MELLO, Luiz Fernando da Silva. **O Espaço do Imaginário e o Imaginário do Espaço: a Ferrovia em Santa Maria, RS.** 2002. 160p. Dissertação, (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional), Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

_____, Luiz Fernando da Silva. **O Pensamento Utópico e a Produção do Espaço Social – A Cooperativa de Consumo dos Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul.** 2010. 309p. Tese, (Doutorado em Planejamento Urbano e Ambiental), Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Ambiental, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

MOMBELLI, Neli Fabiane. **Santa Maria Projetada: Memória e Identidade nos Documentários da TV Ovo.** 2012. 128p. Dissertação, (Mestrado em Comunicação Social),

Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2012.

NICHOLS, Bill. **Introdução ao Documentário**. Campinas/SP: Papirus, 2005.

NIEDERAUER, Gilmar Kettes. **Sotéia: uma Vida de Muitas Vidas**. 1997. 99p. Monografia de Especialização, (Especialização em História do Brasil), Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 1997.

NORA, Pierre. **Entre Memória e História: a Problemática dos Lugares**. Revista Projeto História. PUC, São Paulo/SP, nº10, p. 7-28, 1993.

ORLANDI, Eni. **Cidade dos Sentidos**. Campinas/SP: Pontes, 2004.

Patrimônio Cultural no Brasil – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Disponível em < <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/cultural-heritage/>>. Acesso em 23/07/2014.

PAVEZI, Neiva. **Acervo Fotográfico: uma Faceta do Patrimônio Cultural da UFSM**. 2010. 228 p. Dissertação, (Mestrado Profissionalizante em Patrimônio Cultural), Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling; VOLPATO, Marcelo de Oliveira. Conceitos de comunidade, local e região: inter-relações e diferença. *In: Líbero*, São Paulo, v.12, n.24, p.139-152, dezembro de 2009.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

_____, Sandra Jatahy. **O Imaginário da Cidade: Visões Literárias do Urbano – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre**. Porto Alegre/RS: Editora da UFRGS, 1999.

_____, Sandra Jatahy. Um Novo Olhar sobre a Cidade: a Nova História Cultural e as Representações do Urbano. *In: Vargas, A. Porto Alegre na Virada do Século XIX*. Porto Alegre/RS: Editora da Universidade, 1994.

POLISTCHUCK, Ilana; TRINTA, Aluizio Ramos. **Teorias da Comunicação: o Pensamento e a Prática da Comunicação Social**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

PUCCINI, Sérgio. Introdução ao roteiro de documentário. *In: Doc On-line*, Portugal, s/v, n.06, p.173-190, agosto de 2009.

Quartel Centenário – Santa Maria. Disponível em <<http://brennerdesantamaria.blogspot.com.br/2013/04/quartel-centenario-santa-mariao.html>>. Acesso em 12/10/2013.

RAMPIM, Sônia; CLEROT, Pedro; BEZERRA, Juliana; RAMASSOTE, Rodrigo. **Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos.** Brasília/DF: Iphan/DAF/Cogedip/Ceduc, 2014.

RIBEIRO, Sandra Bernardes. **Brasília – Memória, Cidadania e Gestão do Patrimônio Cultural.** Annablume: São Paulo/SP, 2005.

RICOEUR, Paul. **O Si-mesmo como um Outro.** Campinas/SP: Papyrus, 1991.

_____, Paul. **A Memória, a História e o Esquecimento.** Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 2007.

RIEGL, Alois. **O Culto Moderno dos Monumentos e Outros Ensaios Estéticos.** Lisboa: Edições 70, 2013.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei Estadual nº 12.183/04.** Porto Alegre/RS: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 2004.

RODRIGUES, Marly. **Imagens do Passado: a Instituição do Patrimônio em São Paulo 1967 – 1987. 1994.** 135p. Tese, (Doutorado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Campinas/SP, 1994.

ROHDE, Geraldo. **Arquitetura Espontânea.** *In: WEIMER, Günter (org.). A Arquitetura no Rio Grande do Sul.* Porto Alegre/RS: Mercado Aberto, 1987.

Romaria da Medianeira reúne milhares de fiéis em Santa Maria, RS. Disponível em <<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2014/11/romaria-da-medianeira-reune-milhares-de-fieis-em-santa-maria-rs.html>>. Acesso em 15/01/2015.

ROSSI, Aldo. **A Arquitetura da Cidade.** São Paulo: Martins Fontes, 2001.

RUFF, Jonas. **Requalificação Urbana da Avenida Rio Branco: área de influência da ferrovia no centro de Santa Maria – Volume 2.** 2001. 256p. Monografia de Graduação, (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo), Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2001.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem ao Rio Grande do Sul.** Porto Alegre/RS: Martins Livreiro, 1997.

SANTA MARIA. **Lei de Uso e Ocupação do Solo do Município de Santa Maria.** Santa Maria/RS: Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria, 2009.

SANTA MARIA. **Lei Municipal nº 1336/68.** Santa Maria/RS: Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria, 1968.

SANTA MARIA. **Lei Municipal nº 4009/96.** Santa Maria/RS: Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria, 1996.

SANTA MARIA. **Lei Municipal nº 4427/01.** Santa Maria/RS: Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria, 2001.

SANTA MARIA. **Lei Municipal nº 4809/04.** Santa Maria/RS: Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria, 2004.

SANTA MARIA. **Lei Municipal nº 4875/05.** Santa Maria/RS: Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria, 2005.

SANTA MARIA. **Lei Municipal nº 5769/13.** Santa Maria/RS: Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria, 2013.

SANTA MARIA. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental do Município de Santa Maria.** Santa Maria/RS: Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria, 2005.

SANTOS, Márcia Pereira. História e Memória: Desafios de uma relação teórica. *In: OPSIS*, vol.7, nº9, jul-dez 2007.

SANTOS, Myrian Sepulveda. **Memória Coletiva e Teoria Social.** São Paulo/SP: Annablume, 2003.

SILVA, Sérgio Luiz Pereira da. **Sociedade da Diferença: Formações Identitárias, Esfera Pública e Democracia na Sociedade Global.** Rio de Janeiro/RJ: FAPERJ, 2009.

Sítio Ferroviário de Santa Maria. Disponível em <http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=4899>. Acesso em 16/12/2014.

SOARES, André Luís Ramos; MINUZZI, João Davi Oliveira; MACIEL, Renata Baldin. Memória e História Local como Patrimônio. **Mouseion**, n.10, v.1, jul-dez 2011.

Sociedade Romana. Disponível em <http://www.historiadomundo.com.br/romana/sociedade-romana.htm>. Acesso em 20/02/2015.

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Mares de. **Bens Culturais e sua Proteção Jurídica.** Curitiba/PR: Jurua, 2011.

SOUZA, Célia Ferraz de. **Contrastes Regionais e Formações Urbanas.** Porto Alegre/RS: Editora da Universidade UFRGS, 2000.

TEVES, Nilda. Imaginário Social, Identidade e Memória. *In:* FERREIRA, Lucia M. A; ORRICO, Evelyn G. D. **Linguagem, Identidade e Memória Social – Novas Fronteiras, Novas Articulações.** Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

TOCHETTO, Daniel. **A Cidade de Santa Maria e o Saneamento de Saturnino de Brito.** 2013. 365p. Dissertação, (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional), Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. Pró-Reitoria de Pós Graduação e Pesquisa. **Estrutura e Apresentação de Monografias, Dissertações e Teses: MDT.** 8. ed. Santa Maria: Editora UFSM, 2012.

UOL – Especial Copa de 58. Disponível em <http://esporte.uol.com.br/futebol/copa58/selecaobrasileira/oreco.jhtm>. Acesso em 21/02/2014.

WOODWARD, Kathryn. **Identidade e Diferença: uma Introdução Teórica e Conceitual.** *In:* SILVA, T. T. (Org.); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e Diferença – A Perspectiva dos Estudos Culturais.** Petrópolis/RJ: Vozes, 2009.

ZAMPIERI, Renata Venturini. **Campus da Universidade Federal de Santa Maria: um testemunho, um fragmento.** 2011. 218p. Dissertação, (Mestrado em Arquitetura), Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

ANEXOS

ANEXO A – Ficha de Bens Edificados do IPHAE

Governo do Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria da Cultura



SISTEMA DE RASTREAMENTO
CULTURAL

M

BENS EDIFICADOS

INVENTÁRIO

Município:

Ficha Nº:

Localidade:

Denominação do bem:

Endereço/Localização:

Proprietário:

Uso Original e atual:

Latitude:

Longitude:

Erro Horizontal:

Proteção Existente:

Proteção Proposta: Inventário

Valores estabelecidos ao bem:

Observações:

Foto(s):

Responsável:

Data:

Imagens complementares (entorno, edificações)

FICHA COMPLEMENTAR.

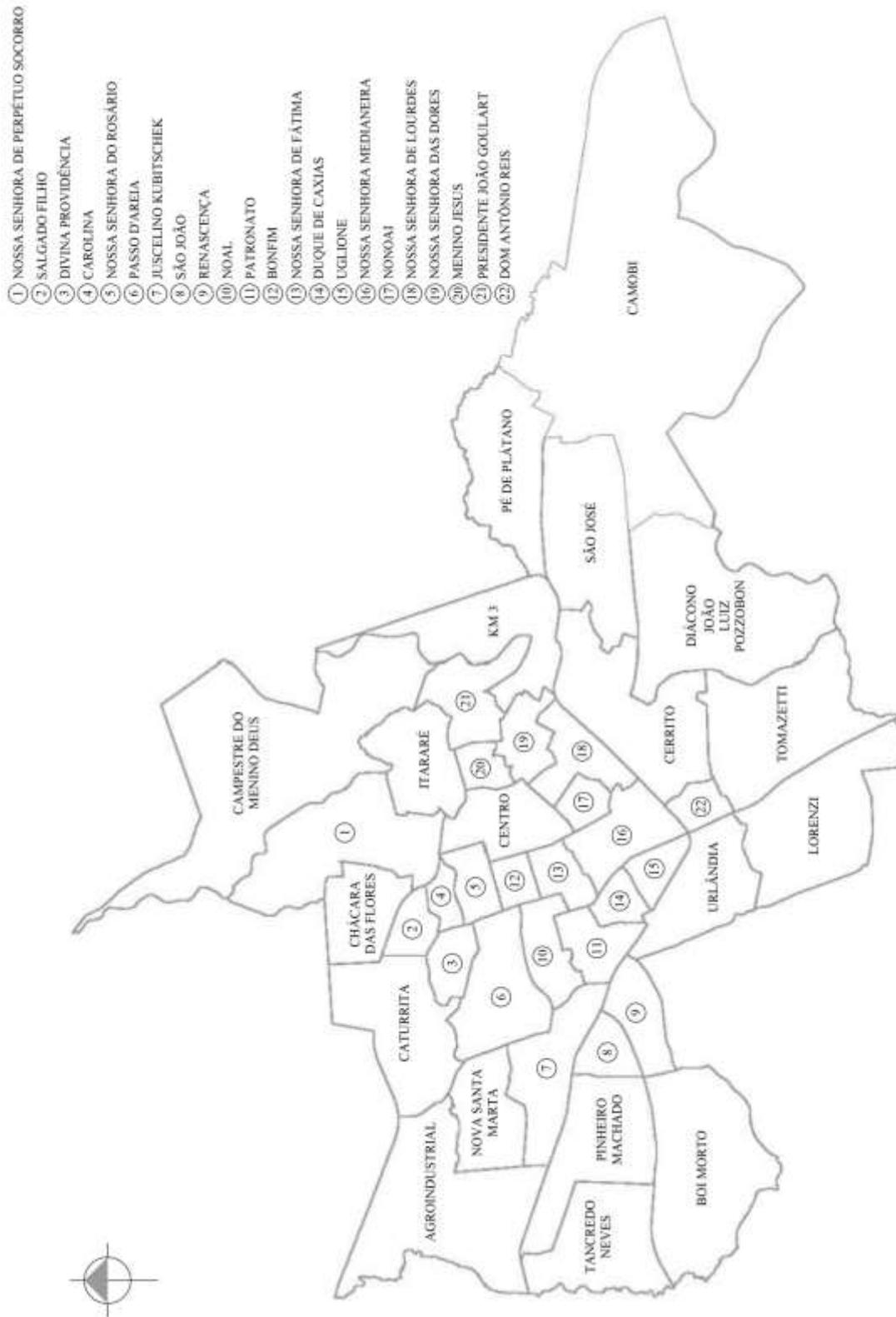
Análise Arquitetônica

Situação

ANEXO B – Mapa do Distrito Urbano de Santa Maria/RS

197

ANEXO B - Mapa da Divisão Urbana de Santa Maria - 1º Distrito



FONTE: Wikipédia com alterações da autora.

FONTE: Wikipédia com modificações da autora.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Pré-roteiro elaborado para execução do documentário

PRÉ-ROTEIRO – DOCUMENTÁRIO DISSERTAÇÃO

Título: Indo Além

Duração: 7-10 minutos

Argumento:

A partir da problematização do patrimônio cultural desenvolvida pela Dissertação e diante dos resultados apresentados pelo instrumento de pesquisa, é possível identificar certos comportamentos no processo de atribuição de sentidos ao patrimônio cultural e, especialmente, a unanimidade em não percebê-lo além da percepção visual do que é “velho”. Assim, a proposta para este produto audiovisual é apresentar o conceito de patrimônio cultural de forma ampla, visando a expansão do entendimento, pela comunidade, das diferentes facetas que o tema pode tomar. O foco no debate do patrimônio cultural material se faz relevante porque encerra as discussões desenvolvidas na pesquisa e coaduna com a linha de pesquisa onde este trabalho se insere.

Possíveis Entrevistados:

Leonora Romano – professora UFSM e titular da disciplina THAU VIII (patrimônio cultural)

Relato sobre o conceito em si, as formas de preservação do patrimônio material, especialmente, além do papel da comunidade na construção desta ideia e na preservação dos bens. Dá uma visão mais conceitual ao tema, corroborando com a pesquisa desenvolvida para a Dissertação e que dá suporte ao documentário.

Fábio Müller – professor UFSM e presidente do COMPHIC

Relato sobre o patrimônio cultural material de Santa Maria, importância deste acervo e papel do COMPHIC, visto que é o líder da entidade que representa a comunidade nas discussões do tema diante a Administração Pública.

Priscila Quesada – arquiteta Prefeitura Municipal de Santa Maria e professora Ulbra SM

Relato sobre a relevância do patrimônio para a comunidade e sua manutenção para ser guardião da memória e história locais. Arquiteta ativamente envolvida nas questões de preservação e valorização do patrimônio cultural local.

Personagens da Comunidade

A depender da riqueza dos relatos, pensa-se em um ou dois personagens, mostrando edificações em seus bairros que eles consideram patrimônio cultural.

Depoimentos da Comunidade

A ideia é apresentar alguns depoimentos que possam conduzir a narrativa, iniciando pela compreensão do conceito geral de patrimônio cultural e apresentando exemplos locais.

CENA 1 – CENTRO DA CIDADE

Imagens do centro de Santa Maria, mostrando como plano de fundo algumas edificações com interesse patrimonial ou já reconhecidas como patrimônio histórico local. No plano mais próximo da câmera, há a passagem de pedestres e a movimentação cotidiana da cidade. O foco, em um primeiro momento, está no fundo, destacando a arquitetura e a paisagem urbana, contudo, em certo momento, são focalizadas as pessoas e os temas apresentados à frente. Teatro Treze de Maio, Gare da Viação Férrea, SUCV, Praça Saldanha Marinho, Catedral Metropolitana, Avenida Rio Branco, Vila Belga, Escola Industrial Hugo Taylor e as residências *Art Déco* do centro da cidade são algumas das imagens capturadas neste trecho, assim como o som ambiente.

SONORA ENTREVISTA TÉCNICO

(Relato sobre o patrimônio cultural material no centro da cidade e sobre o conceito – frase chave para sintetizar o roteiro)

As imagens ficam levemente desfocadas para que sejam apresentados os créditos iniciais do documentário e, quando o título do documentário for apresentado, há *fade out*.

TRILHA SONORA AO FUNDO

(A definir)

[Tela preta para conectar cenas]

CENA 2 – BAIRROS DA CIDADE

Imagens que mostrem cenas dos bairros de Santa Maria, valorizando a calma destes espaços diante da movimentação extrema do centro urbano. As pequenas praças, a comunidade tomando chimarrão nas calçadas e as crianças brincando. Os prédios e possíveis edificações importantes são exibidos nestas imagens. Nestas imagens, o som é direto, valorizando os possíveis ruídos da gravação.

SONORA DEPOIMENTO 1 – COMUNIDADE

(Relato sobre o entendimento do patrimônio cultural material)

SONORA DEPOIMENTO 2 – COMUNIDADE

(Relato sobre o entendimento do patrimônio cultural material)

SONORA DEPOIMENTO 3 – COMUNIDADE

(Relato sobre a existência ou não de patrimônios culturais materiais em seu bairro)

CENA 3 – ENTREVISTA COM TÉCNICO (A DEFINIR)

Entrevistado sentado, com plano de fundo interessante e levemente iluminado (confirmar condições de gravação), em plano médio e/ou plano americano. Fazer gancho entre o último depoimento da comunidade e a entrevista do técnico.

ENTREVISTA TÉCNICO

(Fala sobre o patrimônio cultural, destacando a construção do conceito e o que é valorizado neste processo)

CENA 4 – PERSONAGEM DA COMUNIDADE

Imagens descomprometidas da preparação do entrevistado, mostrando a expectativa da gravação, iniciando em *fade in*. Corta para entrevistado posicionado em frente ao bem que considera patrimônio cultural, acabando em *fade out*. Legendas identificam o personagem e o lugar. Corta para plano fechado, já com a fala do entrevistado, com edificação ao fundo.

TRILHA SONORA AO FUNDO

Surge com a imagem do entrevistado em frente à edificação e acaba em *fade out*, junto com a imagem em frente ao bem cultural.

ENTREVISTA COMUNIDADE

(Fala sobre seu entendimento de patrimônio e suas escolhas para definir aquela edificação como patrimônio cultural)

CENA 5 – PATRIMÔNIOS CULTURAIS DA CIDADE

Inicia com imagens da edificação citada na cena anterior, passando para outros espaços da cidade que ilustrem os valores que o entrevistado apresentou na fala anterior. Corta para entrevistado sentado, com plano de fundo interessante e levemente iluminado (confirmar condições de gravação), em plano médio e/ou plano americano.

SONORA ENTREVISTA TÉCNICO

(Apenas uma frase, iniciando o tema, ainda cobrindo as imagens dos bairros da cidade)

ENTREVISTA TÉCNICO

(Relato sobre o patrimônio cultural de Santa Maria, destacando aqueles mais centrais e apresentando as diferentes “identidades” da cidade – militares, potencial como polo educacional, ferrovia, além de destacar a comunidade como guardiã destes espaços também, destacando a importância da valorização).

O entrevistado aparece e sua última frase já aparece cobrindo imagens da cena seguinte.

CENA 6 – VALORIZAÇÃO E CIDADANIA

Imagens ilustram a última frase da fala do técnico apresentada pelo vídeo e entra a sonora de entrevistados da comunidade. Corta para entrevistado posicionado em frente ao bem que considera patrimônio cultural, falando sobre a importância dele para si e como a comunidade pode valorizar/preservar. Corta para técnico falando sobre preservação e valorização do patrimônio cultural pela comunidade.

ENTREVISTA COMUNIDADE

(Fala sobre seu entendimento de patrimônio e suas escolhas para definir aquela edificação como patrimônio cultural)

ENTREVISTA TÉCNICO

(Destaca papel da comunidade na preservação e valorização do patrimônio cultural)

CENA 7 – FECHAMENTO

Retomada de cenas semelhantes às aquelas apresentadas no começo do vídeo, mostrando a comunidade e o patrimônio como plano de fundo. Corta para quadros dos entrevistados da comunidade em frente às edificações que eles comentaram. Ao fundo, escolher frase de algum dos participantes para encerrar, concluindo o produto, no entanto, sem estabelecer uma conclusão, visto que a proposta é exatamente utilizar o vídeo como subsídio para novas discussões. Imagem finaliza em *fade out*. Créditos finais do documentário.

SONORA A DEFINIR

(Fechamento do documentário)

[FIM]

APÊNDICE B – Instrumento de Pesquisa (questionário)



UFSC



MESTRADO
PATRIMÔNIO CULTURAL
CCSH - UFSC

Questionário nº _____

Você está participando da pesquisa que integra a dissertação "Atribuição de Sentido e Construção do Conceito de Patrimônio Cultural Material em Espaços não Legitimados da Sede do Município de Santa Maria/RS", que será apresentada ao Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Santa Maria (PPGPPC/UFSC). Responda as questões abaixo com atenção, expressando seu entendimento sobre o Patrimônio Cultural. Obrigada pela participação!

INFORMAÇÕES GERAIS

1. **Sexo:** () Feminino () Masculino
2. **Idade:** () 0 a 24 anos () 25 a 49 anos () Mais de 50 anos
3. **Escolaridade:** () Ensino Fundamental Incompleto () Ensino Fundamental Completo
() Ensino Médio Incompleto () Ensino Médio Completo () Ensino Superior Incompleto
() Ensino Superior Completo () Pós-Graduação
4. **Qual é sua profissão?** _____

CONCEITO DE PATRIMÔNIO CULTURAL

1. **Quais destas palavras representam a ideia de PATRIMÔNIO CULTURAL para você?**
() Memória () História () Progresso () Velharia () Cultura () Comunitário
() Riqueza () Herança () Preservação () Atraso () Antigo () Entrave
() Demolição () Passado () Beleza () Feiura () Ruína () _____
2. **Qual destas expressões representa mais o PATRIMÔNIO CULTURAL para você?**
() Música () Religião () Cinema () Festas Populares () Prédios e Monumentos
() Cidades () Fotografia () Culinária () _____
3. **O que faz você considerar um prédio ou monumento um PATRIMÔNIO CULTURAL ?**
() Localização () Histórico () Beleza () Monumentalidade () Idade () Utilidade
() _____
4. **Em qual região da cidade há mais prédios e monumentos que você considera PATRIMÔNIO CULTURAL?** _____

O QUE É PATRIMÔNIO CULTURAL PARA VOCÊ?

1. **Você mora em qual bairro da cidade?** _____

2. **Quais prédios ou espaços você considera PATRIMÔNIO CULTURAL em seu bairro?** _____

3. **Quais prédios ou espaços você considera PATRIMÔNIO CULTURAL em Santa Maria?** _____

Você está participando da pesquisa que integra a dissertação "Atribuição de Sentido e Construção do Conceito de Patrimônio Cultural Material em Espaços não Legitimados da Sede do Município de Santa Maria/RS", que será apresentada ao Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Santa Maria (PPGPPC/UFMS). Responda as questões abaixo com atenção, expressando seu entendimento sobre o Patrimônio Cultural. Obrigada pela participação!

Ao analisar alguns exemplares da arquitetura santa-mariense, responda as perguntas a seguir:

RESIDÊNCIA DÁTERO MACIEL



Você considera que este prédio é importante para a história e para a memória de Santa Maria? () Sim () Não

Caso tenha respondido "sim", assinale o que você identifica neste prédio:

- () Valor Histórico () Valor Artístico
 () Valor Estético () Valor de Antiguidade
 () Possibilidade de Utilização () Potencial como Algo Inédito
 () _____

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA



Você considera estes prédios importantes para a história e para a memória de Santa Maria? () Sim () Não

Caso tenha respondido "sim", assinale o que você identifica neste prédio:

- () Valor Histórico () Valor Artístico
 () Valor Estético () Valor de Antiguidade
 () Possibilidade de Utilização () Potencial como Algo Inédito
 () _____

6ª BRIGADA DE INFANTARIA BLINDADA



Você considera que este prédio é importante para a história e para a memória de Santa Maria? () Sim () Não

Caso tenha respondido "sim", assinale o que você identifica neste prédio:

- () Valor Histórico () Valor Artístico
 () Valor Estético () Valor de Antiguidade
 () Possibilidade de Utilização () Potencial como Algo Inédito
 () _____

SOTÉIA



Você considera que este prédio é importante para a história e para a memória de Santa Maria? () Sim () Não

Caso tenha respondido "sim", assinale o que você identifica neste prédio:

- () Valor Histórico () Valor Artístico
 () Valor Estético () Valor de Antiguidade
 () Possibilidade de Utilização () Potencial como Algo Inédito
 () _____

BASÍLICA DA MEDIANEIRA



Você considera que este prédio é importante para a história e para a memória de Santa Maria? () Sim () Não () _____

Caso tenha respondido "sim", assinale o que você identifica neste prédio:

- () Valor Histórico () Valor Artístico
 () Valor Estético () Valor de Antiguidade
 () Possibilidade de Utilização () Potencial como Algo Inédito

MUSEU TREZE DE MAIO

Você considera que este prédio é importante para a história e para a memória de Santa Maria? () Sim () Não

Caso tenha respondido "sim", assinale o que você identifica neste prédio:

- () Valor Histórico () Valor Artístico
 () Valor Estético () Valor de Antiguidade
 () Possibilidade de Utilização () Potencial como Algo Inédito
 () _____

CHALÉS DO BAIRRO ITARARÉ/PERPÉTUO SOCORRO

Você considera que este prédio é importante para a história e para a memória de Santa Maria? () Sim () Não

Caso tenha respondido "sim", assinale o que você identifica neste prédio:

- () Valor Histórico () Valor Artístico
 () Valor Estético () Valor de Antiguidade
 () Possibilidade de Utilização () Potencial como Algo Inédito
 () _____

CASA DE SAÚDE

Você considera que este prédio é importante para a história e para a memória de Santa Maria? () Sim () Não

Caso tenha respondido "sim", assinale o que você identifica neste prédio:

- () Valor Histórico () Valor Artístico
 () Valor Estético () Valor de Antiguidade
 () Possibilidade de Utilização () Potencial como Algo Inédito
 () _____

ESTAÇÃO FÉRREA DE CAMOBI

Você considera que este prédio é importante para a história e para a memória de Santa Maria? () Sim () Não

Caso tenha respondido "sim", assinale o que você identifica neste prédio:

- () Valor Histórico () Valor Artístico
 () Valor Estético () Valor de Antiguidade
 () Possibilidade de Utilização () Potencial como Algo Inédito
 () _____

CASAS NA RUA BARÃO DO TRIUNFO

Você considera estes prédios importantes para a história e para a memória de Santa Maria? () Sim () Não

Caso tenha respondido "sim", assinale o que você identifica neste prédio:

- () Valor Histórico () Valor Artístico
 () Valor Estético () Valor de Antiguidade
 () Possibilidade de Utilização () Potencial como Algo Inédito
 () _____

CASAS NA RUA BARÃO DO TRIUNFO

Você considera estes prédios importantes para a história e para a memória de Santa Maria? () Sim () Não

Caso tenha respondido "sim", assinale o que você identifica neste prédio:

- () Valor Histórico () Valor Artístico
 () Valor Estético () Valor de Antiguidade
 () Possibilidade de Utilização () Potencial como Algo Inédito
 () _____

APÊNDICE C – Levantamento de edificações/espços/paisagens com interesse patrimonial na Sede

ESPAÇOS/LUGARES CITADOS	BELTRÃO (2013)	BELÉM (2000)	MARCHIORI E NOAL FILHO (2008)	FOLETTTO (2008)
A Impressora				
Acampamento da Comissão Demarcadora				
Armazéns Ramos				
Arroio Grande				
Asilo da Mendicidade Padre Caetano				
Associação Comercial				
Associação Comercial do Rio Grande do Sul				
Associação de Santo André				
Associação dos Empregados da Viação Férrea do RS				
Associação dos Empregados do Comércio				
Associação Judaica de Colonização				
Associação Protetora do Hospital de Caridade				
Associações Comerciais do Rio Grande do Sul				
Avenida Borges de Medeiros				
Avenida do Coronel Valença				
Avenida do Progresso				
Avenida Ipiranga/Presidente Vargas				
Avenida Rio Branco				
Avenida Tênis Clube				
Banco da Província do Rio Grande do Sul				
Banco do Estado do Rio Grande do Sul				
Banco Nacional do Comércio				
Beco do Cadó (atual Rua Marechal Floriano Peixoto)				
Biblioteca Municipal				
Biblioteca Pública				
Bispado				
Cadeia				
Cafê Familiar				
Cafê Guarani				
Caixa Rural				
Campestre				
Campestre da Conceição				

ESPAÇOS/LUGARES CITADOS	BELTRÃO (2013)	BELÉM (2000)	MARCHIORI E NOAL FILHO (2008)	FOLETTTO (2008)
Campestre de Santo Antônio				
Campestre do Pinhal				
Campestre do Santo Antônio				
Capela (primeira pós acampamento)				
Capela da escola Santa Catarina				
Capela de Santa Catarina				
Capela de Santa Maria da Boca do Monte				
Capela de Santo Antônio				
Capela de São João				
Capela do Acampamento de Santa Maria				
Capela do Divino				
Capela do Divino				
Capela do Mediador				
Capela do Menino Deus				
Casa de Caridade				
Casa Paroquial da Igreja do Mediador				
Casa Pastoral Igreja Alemã				
Cemitério da Capela				
Cemitério da Igreja				
Cemitério de Santa Cruz				
Cemitério Municipal				
Cemitério Protestante				
Cemitérios				
Cemitérios de Santa Maria				
Centro Cultural				
Centro de Cultura Artística				
Centro de Saúde				
Centro Hípico Santamariense				
Cervejaria Scyfarth				
Chácara da Baronesa				
Chácara da Chiquinota				
Cine Teatro Independência				

ESPAÇOS/LUGARES CITADOS	BELTRÃO (2013)	BELÉM (2000)	MARCHIORI E NOAL FILHO (2008)	FOLETTTO (2008)
Cinemas				
Circulo Operário de Santa Maria				
Cittá Nuova				
Clube Caixaerial Santamariense				
Clube Comercial				
Clube de Atradores Alemães				
Clube de Atradores Santamariense				
Clube de Caçadores				
Colégio Brasileiro-Alemão				
Colégio Centenário				
Colégio Central				
Colégio Distrital				
Colégio Elementar				
Colégio Fontoura Ilha				
Colégio Frederico João Schneider				
Colégio Italo-Brasileiro				
Colégio Madureira				
Colégio Prof. João Lopes Barbosa de Albuquerque				
Colégio Sant' Anna				
Colégio Santa Maria				
Colégio São João				
Colégio São Luís				
Colégios Particulares				
Coliseu Santamariense				
Colônia de Santa Maria da Boca da Monte				
Colônia Filipson				
Colônia Pavão				
Colônia Silveira Martins				
Confeitaria Ponto Chic				
Corrcios e Telégrafos				
Coxilha de Santa Maria da Boca do Monte				
Coxilha do Morro Grande				

ESPAÇOS/LUGARES CITADOS	BELTRÃO (2013)	BELÉM (2000)	MARCHIORI E NOAL FILHO (2008)	FOLETTTO (2008)
Delegacia de Saúde				
Diocese				
Drogaria				
Durasnal de São João				
Edifício da Intendência Municipal				
Editora Vitória				
Empresa Elétrica				
Escola 14 de Julho				
Escola Alemã				
Escola Brasileira				
Escola Brasileira de Santa Maria				
Escola Complementar				
Escola de Artes e Ofícios				
Escola Elementar Industrial				
Escola Profissional da Cooperativa dos Empregados da Viação Férrea				
Escola Régia				
Escola São Miguel				
Escolas Públicas				
Esporte Clube 14 de Julho				
Estação Colônia				
Estação Ferroviária				
Estação São Pedro				
Estância da Restinga Seca				
Estância da Tronqueira				
Estância do Coqueiro				
Estância do Durasnal de São João da Coxilha do Morro Grande				
Estância do Filipinho				
Estância do Rincão da Boca do Monte				
Estância Santa Gertrudes				
Estâncias				
Estrada da Aldeia				
Estrada da Caturrita				

ESPAÇOS/LUGARES CITADOS	BELTRÃO (2013)	BELEM (2000)	MARCHIORI E NOAL FILHO (2008)	FOLETTTO (2008)
Estrada das Tropas				
Estradas de Rodagem				
Fábricas				
Farmácia Daudt				
Farmácia de Ramão Lopes da Rosa				
Farmácia do Hospital de Caridade				
Farmácia Fischer				
Farmácia Popular				
Farmácias				
Fazenda do Arenal				
Fazenda do Coqueiro				
Fazenda do Pinhal				
Ferrovias				
Fonte de Monge				
Fonte Pública				
Forte da Imperatriz				
Forte de Jesus, Maria e José				
Forte de São Martinho				
Ginásio Santa Maria				
Grupo Mallet				
Hidráulica Santamariense				
Hospital da Criança Pobre				
Hospital de Caridade				
Hospital Militar				
Hotel Beck				
Hotel dos Viajantes				
Hotel León				
Hotel Ramos				
Igreja Adventista do 7º Dia				
Igreja do Mediador				
Igreja do Rosário				
Igreja Episcopal Brasileira				

ESPAÇOS/LUGARES CITADOS	BELTRÃO (2013)	BELEM (2000)	MARCHIORI E NOAL FILHO (2008)	FOLETTTO (2008)
Igreja Evangélica Luterana do Brasil				
Igreja Luterana do Missouri				
Igreja Matriz (católica)				
Igreja Metodista				
Igreja Nossa Senhora das Dores				
Igreja Protestante				
Igrejas				
Igrejinha dos Índios				
Itararé (bairro)				
Jóquei Clube Santamariense				
Liceu Santamariense				
Loja Maçônica Boca do Monte				
Loja Maçônica Deus e Humanidade				
Loja Maçônica Luz e Fraternidade				
Loja Maçônica Luz e Trabalho				
Loja Maçônica Paz e Trabalho				
Menino Deus				
Montanha Russa				
Monte Grande				
Morro Grande				
Núcleo Norte				
Núcleo Soturno				
Oratório de Santa Maria				
Orfanato São Vicente de Paula				
Paço Municipal				
Papelaria União				
Parque da Aviação Militar				
Parque do Centenário				
Parque Imembui				
Passo da Areia				
Patronato Agrícola Antonio Alves Ramos				
Pau Fincado				

ESPAÇOS/LUGARES CITADOS	BELTRÃO (2013)	BELEM (2000)	MARCHIORI E NOAL FILHO (2008)	FOLETTO (2008)
Picada da Boca do Monte				
Picada de Santa Maria				
Picada de São Martinho				
Picada de Silveira Martins				
Picada do Canabarro				
Picada do Canabarro				
Picada do Gama				
Picada do Pinhal				
Picada dos Pains				
Pinhal				
Povo Novo				
Praça 15 de Novembro				
Praça Conselheiro Maciel				
Praça Cristóvão Colombo				
Praça da Capela				
Praça da Caridade				
Praça da Conceição				
Praça da Constituição				
Praça da Igreja				
Praça da Matriz				
Praça da República				
Praça do Comércio				
Praça do Mercado				
Praça Dom Pedro II				
Praça Florêncio de Abreu				
Praça Ipiranga				
Praça Júlio de Castilhos				
Praça Roque Gonzalez				
Praça Saldanha Maranhão				
Praça Saturnino de Brito				
Praça Tem. João Pedro Mena Barreto				
Praça Tiradentes				

ESPAÇOS/LUGARES CITADOS	BELTRÃO (2013)	BELÉM (2000)	MARCHIORI E NOAL FILHO (2008)	FOLETTTO (2008)
Praça Três de Maio				
Prado Santa-mariense				
Quartéis do Exército				
Quartel do 1º Regimento de Cavalaria da Brigada Militar				
Quartel do 5º Regimento de Artilharia Montada				
Quartel-general				
Rincão da Boca do Monte				
Rincão da Laranjeira				
Rincão das Tronqueiras				
Rincão de Santa Maria				
Rincão de São Pedro				
Rincão do Coitado				
Rincão do Erval				
Riograndense Futebol Clube				
Rua 13 de Maio				
Rua 1º Março				
Rua 2 de Dezembro				
Rua 2 de Julho				
Rua 24 de Maio				
Rua 7 de Setembro				
Rua Alto da Eira				
Rua André Marques				
Rua Angustura				
Rua Antero Corrêa de Barros				
Rua Appel				
Rua Aristides Lobo				
Rua Barão do Triunfo				
Rua Benjamin Constant				
Rua Bento Gonçalves				
Rua Borges do Canto				
Rua Caldas Junior				
Rua Carlos Barbosa				

ESPAÇOS/LUGARES CITADOS	BELTRÃO (2013)	BELEM (2000)	MARCHIORI E NOAL FILHO (2008)	FOLETTO (2008)
Rua Cel. Niederauer				
Rua Cel. Valença				
Rua da Aldeia				
Rua da Caturrita				
Rua da Conceição				
Rua da Igreja				
Rua da Matriz				
Rua Daudt				
Rua do Acampamento				
Rua do Cel. Manoel dos Santos				
Rua do Comércio				
Rua do Ipê				
Rua do Ipiranga				
Rua Domingos de Almeida				
Rua dos Andradas				
Rua dos Guararapes				
Rua Dr. Bozzano				
Rua Dr. João Inácio				
Rua Dr. Pantaleão				
Rua Ernesto Alves				
Rua Francisco Mariano da Rocha				
Rua Gaspar Martins				
Rua Gaspar Pereira				
Rua General Canabarro				
Rua General Neto				
Rua General Portinho				
Rua General Rafael Pinto				
Rua Germânia				
Rua José Bonifácio				
Rua Major Duarte				
Rua Manoel Ribas				
Rua Marechal Carneiro				

ESPAÇOS/LUGARES CITADOS	BELTRÃO (2013)	BELÉM (2000)	MARCHIORI E NOAL FILHO (2008)	FOLETTTO (2008)
Rua Marechal Deodoro				
Rua Marechal Floriano Peixoto				
Rua Maximiliano				
Rua Otávio Binato				
Rua Paisandu				
Rua Pinheiro Machado				
Rua Pinto Bandeira				
Rua Professor Braga				
Rua São Paulo				
Rua Selmer				
Rua Serafim Valandro				
Rua Silva Jardim				
Rua Tuiuti				
Rua Uruguai				
Rua Venâncio Aires				
Rua Vileta				
Rua Visconde de Ferreira Pinto				
Sala do Cinematógrafo				
Sala Rio Branco				
Salão Rio Branco				
Salão Seyfarth				
Sanatório Santa-mariense				
Sant' Anna (outro)				
Sinagoga				
Teatro Municipal				
Teatro Público				
Teatro Treze de Maio				
Tennis Clube Lawn				
Travessa 2 de Fevereiro				
Travessa da Pacificação				
Travessa do Barão de Porto Alegre				
Travessa do Barão do Cerro Largo				

ESPAÇOS/LUGARES CITADOS	BELTRÃO (2013)	BELEM (2000)	MARCHIORI E NOAL FILHO (2008)	FOLETTTO (2008)
Travessa do Cadó				
Travessa do Marquês de Caxias				
Travessa do Maximiliano				
Travessa Germânia				
Quartel do 7º Regimento de Infantaria				
Arroio dos Ferreiros				
Rua Pacifica				
Aldeia				
Capelinha do Curato				
Palacete Família Mariano da Rocha				
Rua Barão de Porto Alegre				
Rua Silveira Martins				
Farol Hotel				
Edifício da União dos Caixeiros Viajantes				
Banco Pelotense				
Colégio Centenário				
Escola de Farmácia e Odontologia				
Colônia				
Bairro Itararé				
Bairro Vila Rica				
Bairro Aldeia				
Bairro Alto da Eira				
Bairro Passo da Areia				
Estrada do Pinhal				
Clube Treze de Maio				
Rua Marquês do Herval				
Rua Visconde de Pelotas				
Rua Conde de Porto Alegre				
Rua Duque de Caxias				
Rua Ernesto Becker				
Rua José Garibaldi				
Residência Astrogildo de Azevedo				

ESPAÇOS/LUGARES CITADOS	BELTRÃO (2013)	BELEM (2000)	MARCHIORI E NOAL FILHO (2008)	FOLETTTO (2008)
Residência Krueel				
Quartel da 3ª Brigada Estratégica				
Residência Carstein				
Banco Alemão de Porto Alegre				
Residência Turi				
Residência Cel. Joaquim de Lima				
Residência Cel. Ernesto Marques				
Residência Augusto Cunha				
Cooperativa dos Empregados da VFRGS				
Capela de Santo Antônio				
Companhia Telefônica Rio-grandense				
Cine Imperial				
Cinema Odeon				
Casa de Saúde				
Escola Olavo Bilac				
Colégio Coração de Maria				
Edifício Cauduro				
Edifício Brilman				
Rua Vale Machado				
Quartel do 2º Regimento				
Ginásio Estadual				
Banco do Brasil				
Banco do Estado do Rio Grande do Sul				
Faculdade de Medicina				
Oficinas da VFRGS				
Edifício Taperinha				
Edifício Imembui				
Cinema Glória				
Universidade Federal de Santa Maria				
Escola de Teatro Leopoldo Fróes				
Colégio Fontoura Ilha				
Agência Chevrolet				

ESPAÇOS/LUGARES CITADOS	BELTRÃO (2013)	BELEM (2000)	MARCHIORI E NOAL FILHO (2008)	FOLETTTO (2008)
Altar Monumento da Medianeira				
Brigada Militar				
Associação Italiana de Santa Maria				
Casa Colina de Maria Noviciado				
Casa Feliz				
Casas da Astrogildo de Azevedo				
Casa Tólio				
Congregação Marista de Santa Maria				
Edifício Acampamento				
Edifício APUSM				
Edifício CESMA				
Edifício Eduardo de Moraes				
Edifício Galeria do Comércio				
Edifício Luiz Andrade				
Edifício Mauá				
Edifício Pisani				
Edifício da CACISM				
Edifício SESC				
Escola Cilon Rosa				
Escola de Artes e Ofícios – Seção Feminina				
Escola Nossa Senhora de Fátima				
Ginásio do Corinthians Atlético Clube				
Grupo Escolar Cicero Barreto				
Hotel Brenner				
Hotel Hamburgo				
Igreja do Bom Fim				
Igreja Matriz de Santa Catarina				
Igreja Matriz de Santo Antônio				
Igreja Nossa Senhora das Dores				
Igreja Nossa Senhora de Fátima				
Palacete de Mário Machado				
Palacete Dr. Turi (já demolido)				

ESPAÇOS/LUGARES CITADOS	BELTRÃO (2013)	BELEM (2000)	MARCHIORI E NOAL FILHO (2008)	FOLETTTO (2008)
Parque de Serviços Sulbra				
Posto Esso				
Residência Abelino Vieira da Silva (já demolida)				
Residência Aldorindo Fernandes				
Residência Carlos Neujahr				
Residência Carlos Neurof				
Residência Gama				
Residência Danesi				
Residência Dátero Maciel				
Residência Evandro Ribeiro				
Residência Gaida				
Residência Geraldino Marques				
Residência Henrique Stolz				
Residência Karsten				
Residência Mallo				
Residência Manuel Alberto da Silva				
Residência Nicolau Braustein				
Residência Pedro Linck				
Residência Pinto de Moraes				
Residência Sonnenstrahl				
Residência Valentin Fernandes				
Residência Waissamer				
Residência Argemiro Souto				
Santuário Basílica da Medianeira				
Sinagoga				
Supermercado BIG				
Sobrado Antônio Lozza				
Societa Italiana di Mutuo Soccorso i Ricriativa				
Sotêia				
Teatro Santa Maria				
Tribunal de Justiça				
Viaduto Garganta do Diabo				

ESPACOS/LUGARES CITADOS	BELTRÃO (2013)	BELEM (2000)	MARCHIORI E NOAL FILHO (2008)	FOLETTO (2008)
Vila Belga				
TOTAL	324	51	123	105

APÊNDICE D – Levantamento de edificações com interesse patrimonial na Zona 2

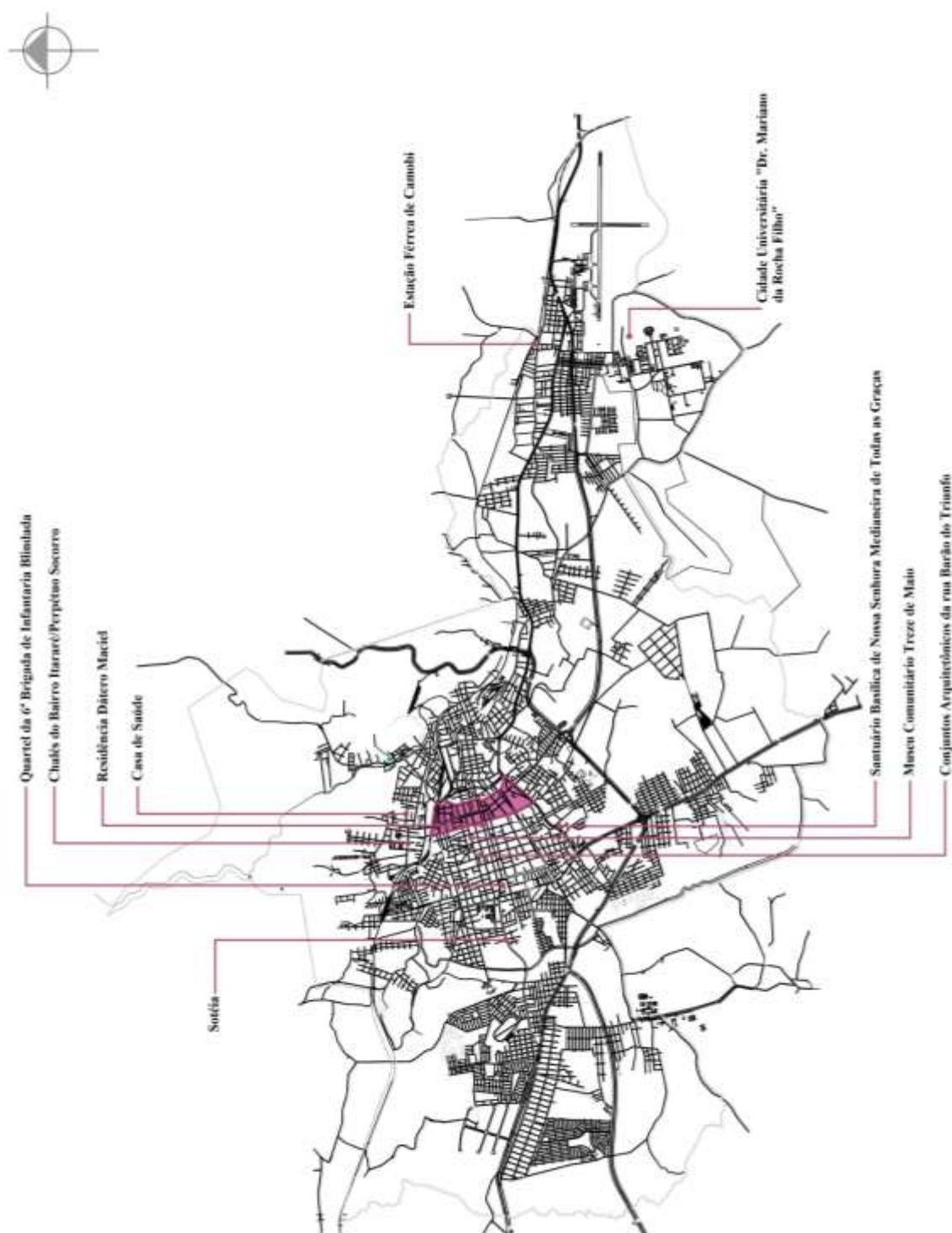
Avenida Borges de Medeiros
Avenida Medianeira (Rua do Ipê/Gaspar Martins)
Avenida Presidente Vargas (Avenida Ipiranga/Rua da Aldeia)
Avenida Tênis Clube
Bairro Alto da Eira (Bairro Dores)
Bairro Itararé
Bairro Passo da Areia
Bairro Vila Rica (Bairro Rosário)
Biblioteca Municipal
Brigada Militar
Casa de Saúde
Cemitério Municipal
Clube Atirador Esportivo
Clube de Atiradores Santamariense
Clube de Caçadores/SOCEPE
Clube Recreativo Dores
Clube Treze de Maio
Colégio Centenário
Colégio Coração de Maria
Colégio Fontoura Ilha
Colégio Sant'Anna
Colégio Santa Maria
Colônia (Bairro Camobi)
Edifício APUSM
Edifício CESMA
Escola Cilon Rosa
Escola Nossa Senhora de Fátima
Escola Olavo Bilac
Grupo Escolar Cícero Barreto
Guarani Atlântico Futebol Clube
Hospital Militar
Igreja do Bom Fim
Igreja Matriz de Santa Catarina
Igreja Matriz de Santo Antônio
Igreja Nossa Senhora das Dores
Igreja Nossa Senhora de Fátima
Internacional Sport Clube
Oficinas da VFRGS (Km 2 e Km 3)
Orfanato São Vicente de Paula (atual Unifra 2)
Parque Itaimbé (Rua Silveira Martins)
Patronato Agrícola Antonio Alves Ramos (atual Patronato)
Praça Saturnino de Brito
Praça Ten. João Pedro Mena Barreto
Quartéis do Exército (conjunto)
Residência Augusto Cunha
Residência Carlos Neujahr
Residência Carlos Neurof
Residência Dátero Maciel

Residência Gáida
Residência Geraldino Marques
Residência Henrique Stolz
Residência Kruehl
Residência Manuel Alberto da Silva
Residência Pedro Linck
Residência Sonnenstrahl
Residência Waissamer
Residencial Argemiro Souto
Riograndense Futebol Clube
Rua 7 de Setembro
Rua Antero Corrêa de Barros
Rua Appel
Rua Aristides Lobo
Rua Barão do Triunfo
Rua Benjamin Constant
Rua Bento Gonçalves
Rua Borges do Canto
Rua Caldas Júnior
Rua Cel. Niederauer
Rua Cel. Valença
Rua Conde de Porto Alegre
Rua dos Andradas
Rua Dr. Pantaleão
Rua Duque de Caxias
Rua Ernesto Alves
Rua Francisco Mariano da Rocha
Rua Gaspar Martins
Rua General Canabarro
Rua General Portinho
Rua José Garibaldi
Rua Major Duarte
Rua Marechal Deodoro
Rua Paisandu
Rua Pinto Bandeira
Rua Selmer
Rua Serafim Valandro
Rua Silva Jardim
Rua Tuiuti
Rua Uruguai
Rua Visconde de Ferreira Pinto
Rua Visconde de Pelotas
Santuário Basílica da Medianeira
Sotéia
Supermercado BIG
Teatro Santa Maria
Universidade Federal de Santa Maria
Viaduto Garganta do Diabo



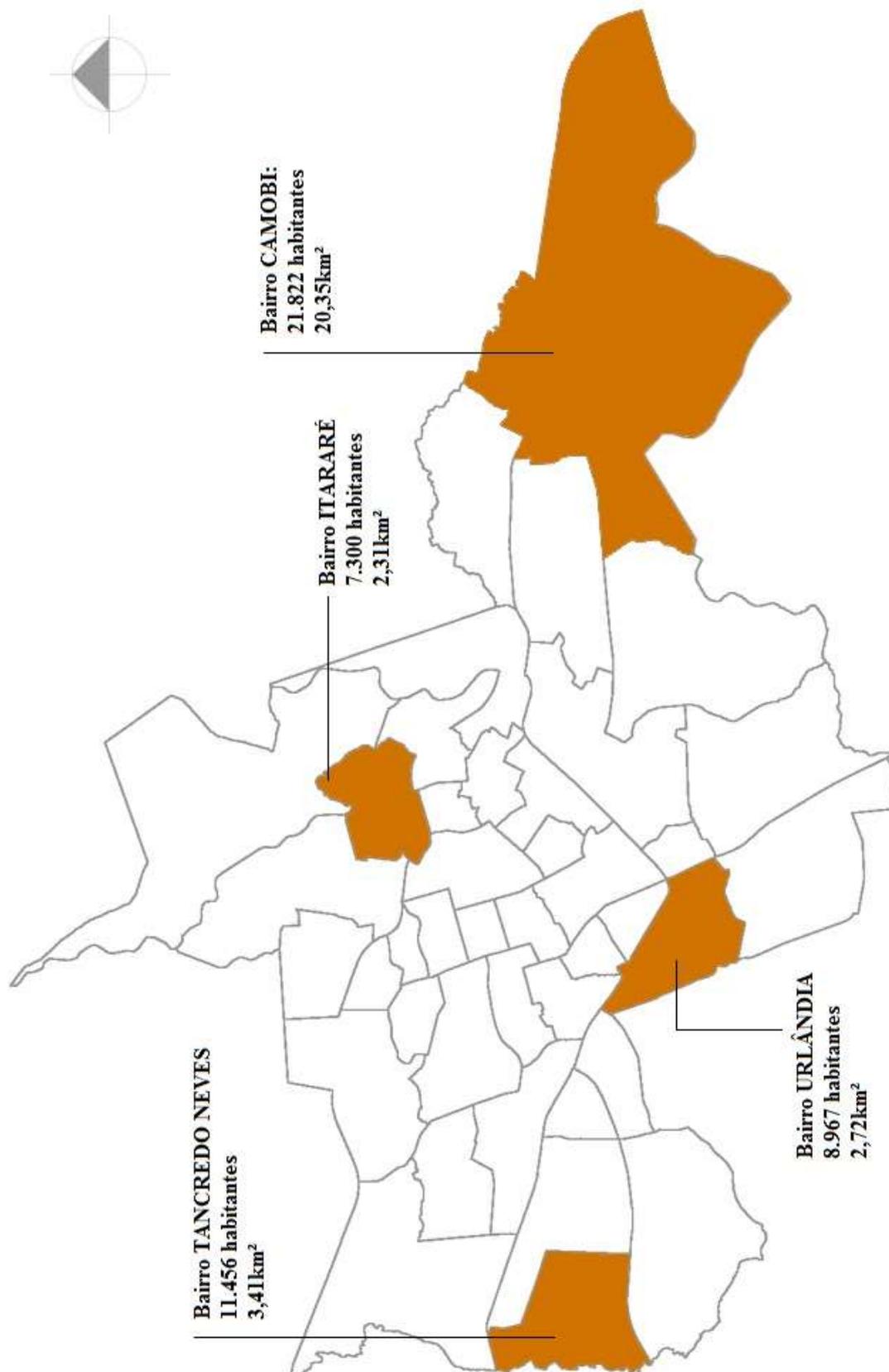
Exemplares selecionados /referenciados

APÊNDICE E – Mapa de Localização das edificações que compõem o *corpus*



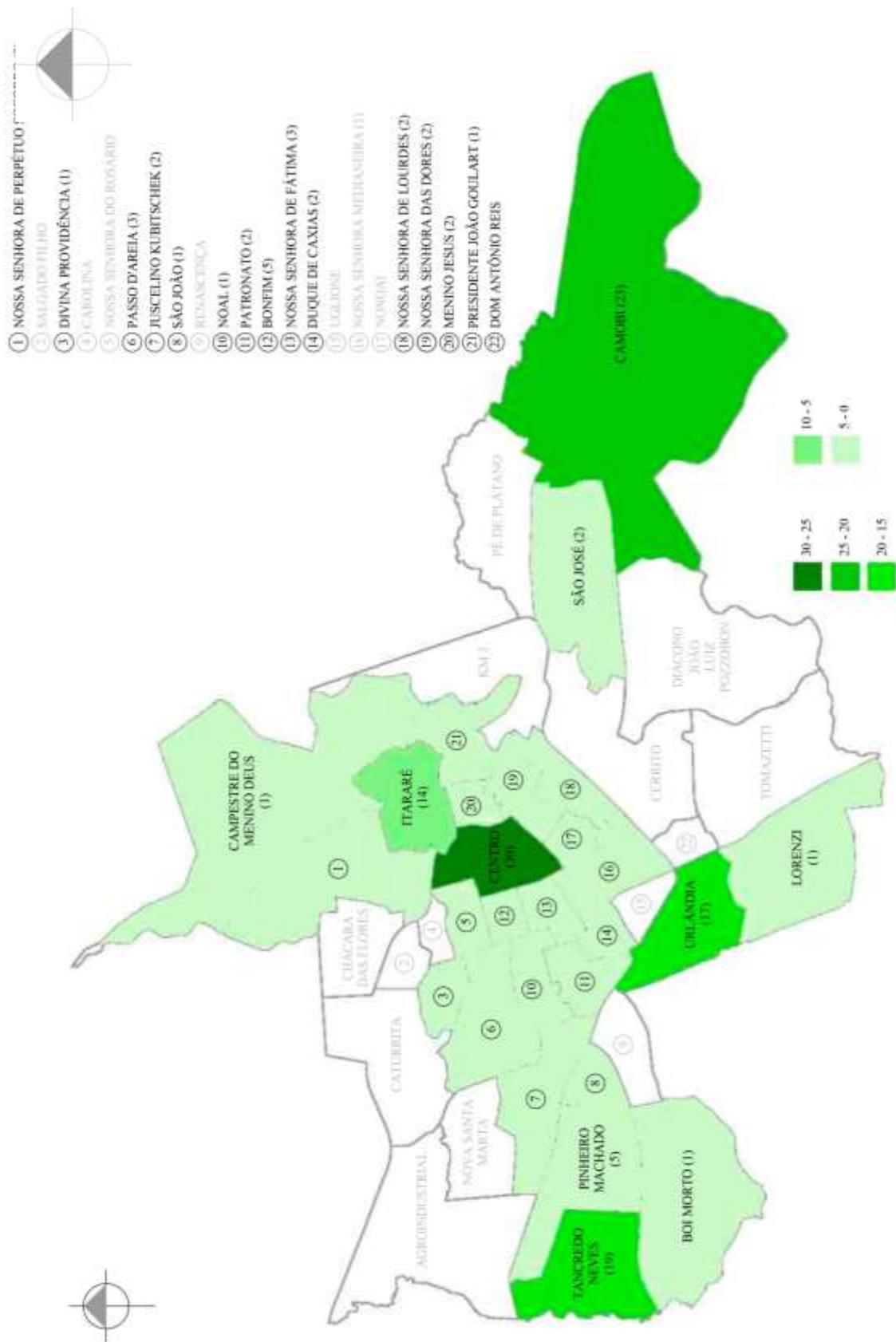
FONTE: Instituto de Planejamento de Santa Maria com alterações da autora.

APÊNDICE F – Mapa de localização dos bairros onde houve aplicação da pesquisa



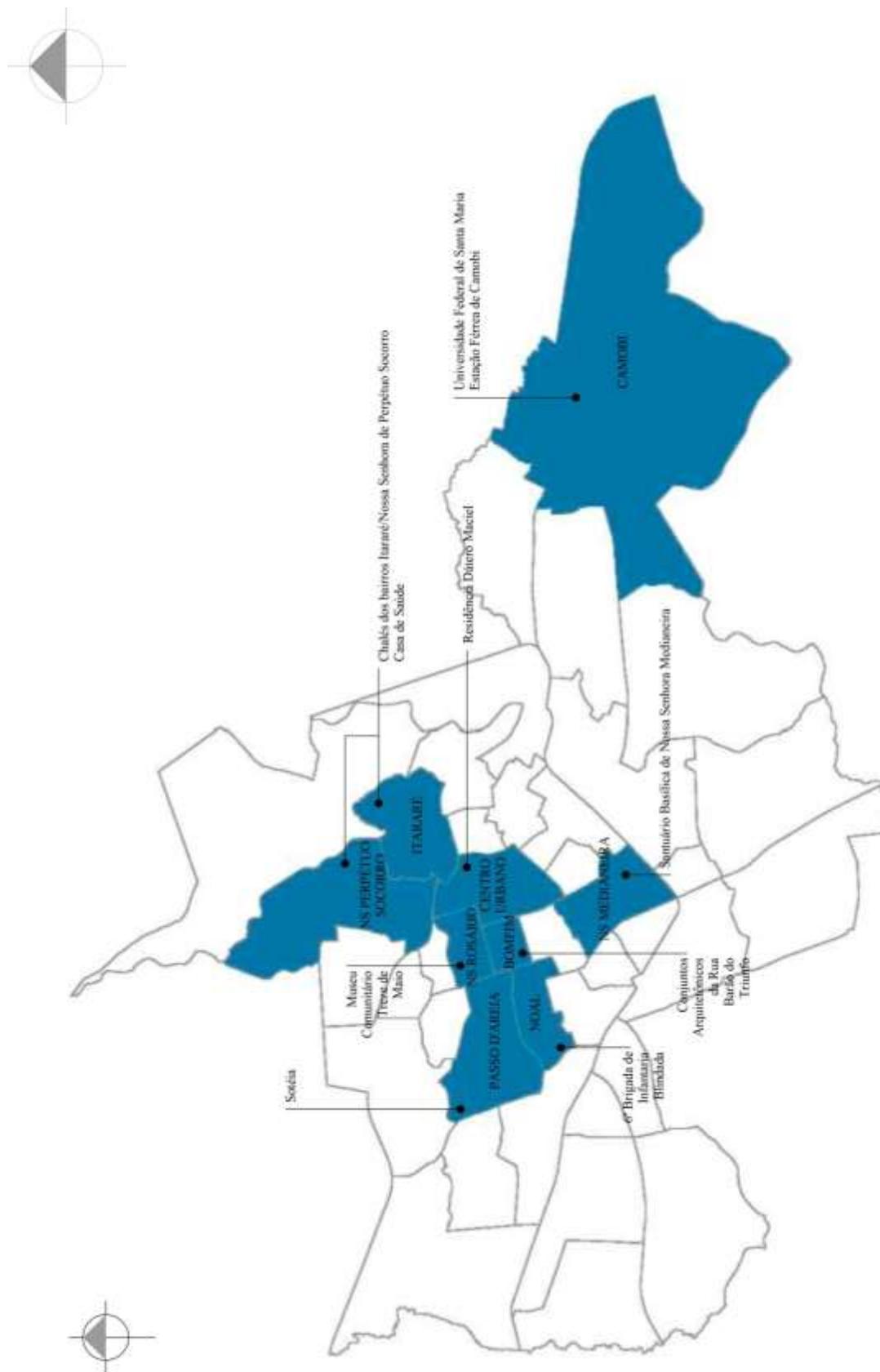
FONTE: Wikipédia, com alterações da autora e informações do Santa Maria em Dados.

APÊNDICE G – Mapa de localização dos bairros de origem dos participantes



FONTE: Wikipédia, com alterações da autora e informações do Santa Maria em Dados.

APÊNDICE H – Mapa de localização das edificações do *corpus* nos bairros



FONTE: Wikipédia, com alterações da autora e informações do Santa Maria em Dados.

APÊNDICE I – Produto da Dissertação